

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Doutorado em Administração

Greice Martins Gomes

Militarização e a legitimação de pautas populistas

Porto Alegre

2023

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Escola de Administração

Doutorado em Administração

Greice Martins Gomes

Militarização e a legitimação de pautas populistas

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fabio B. Meira

Co-orientador: Prof. Dr. Daniel da Silva Lacerda

Porto Alegre

2023

Gomes, Greice Martins
Militarização e a legitimação de pautas populistas
/ Greice Martins Gomes. -- 2023.
289 f.
Orientador: Prof. Dr. Fábio Meira.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2023.

1. Militarização. 2. Populismo. 3. Bolsonarismo. 4.
Legitimação Discursiva. 5. Análise Crítica do
Discurso. I. Meira, Prof. Dr. Fábio, orient. II.
Titulo.

Greice Martins Gomes

Militarização e a legitimação de pautas populistas

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Fabio B. Meira

Co-orientador: Prof. Dr. Daniel da Silva Lacerda

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de março de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabio B. Meira (PPGA/UFRGS) - Orientador

Prof(a). Dr(a). Alketa Peci (FGV/EBAPE)

Prof. Dr. Mario Aquino Alves (FGV/EAESP)

Prof. Dr. Sérgio Eduardo de Pinho Velho Wanderley (UNIGRANRIO)

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grata ao meu marido, Ney Bruck, por sua atenciosa escuta, pelo seu incansável apoio e por todo seu amor.

Aos meus pais, Rejane e Edson, pelo entusiasmo, carinho e por me ensinarem sobre valores os quais carrego comigo.

Aos meus amigos e demais familiares, esses últimos representados aqui por minha tia “Nenê”, pela presença, interesse e parceria nas lutas cotidianas ou nas ruas em prol de uma sociedade mais democrática.

Agradeço ao professor Daniel Lacerda que mesmo lecionando em Montpellier, na França, seguiu atenciosa e incansavelmente me orientando e também ao professor Fábio Meira que generosamente oportunizou que essa articulação fosse possível.

Às professoras Rosimeri da Silva e Alketa Peci e aos professores Mario Aquino Alves e Sérgio Wanderley por suas prestigiosas participações e valorosas contribuições, sejam elas na banca de qualificação, sejam na de defesa ou ambas.

Agradeço, por fim, a todas e todos colegas, professoras e professores do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFRGS (PPGA) e de outros Programas como o de Pós-Graduação em Sociologia da UFPel (PPGS) e, ainda, à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) que fizeram parte dessa jornada e contribuíram direta ou indiretamente com a realização dessa tese.

Aqui em casa pousou uma esperança. Não a clássica, que tantas vezes verifica-se ser ilusória, embora mesmo assim nos sustente sempre.

Mas a outra, bem concreta e verde: o inseto.

Houve um grito abafado de um de meus filhos:

- Uma esperança! e na parede, bem em cima de sua cadeira! Emoção dele também que unia em uma só as duas esperanças, já tem idade para isso. Antes surpresa minha: esperança é coisa secreta e costuma pousar diretamente em mim, sem ninguém saber, e não acima de minha cabeça numa parede.

Pequeno rebuliço: mas era indubitável, lá estava ela [...]

(LISPECTOR, 1998)

RESUMO

Essa tese investiga a relação entre práticas populistas e militarização. Toma-se como contexto o Bolsonarismo, um populismo de direita radical que, enquanto forma de governo, ocorreu entre 2019-2022 no Brasil. A militarização é interpretada como a ocupação de cargos na Administração Pública civil por militares bem como a realização, por meio de políticas governamentais, de doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares. Como caso de estudo é analisado o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) o qual prevê a criação de um formato organizacional híbrido, as Escolas Cívico-Militares (Ecim), as quais transitam entre um colégio militar e uma escola civil da rede pública. Nelas a gestão administrativa e o controle dos alunos passam a ser feitos por militares. Para dar conta de responder à questão norteadora dessa pesquisa que indaga sobre como a representação de atores sociais em organizações militarizadas (PECIM) legitima pautas mobilizadas por um populismo de direita radical? Utiliza-se como referencial metodológico a Análise Crítica do Discurso desenvolvida por Theo Van Leeuwen (2008) para quem a compreensão sobre os processos de legitimação discursiva pode ser alcançada a partir da forma como os atores sociais são representados nos textos. Sendo que os textos investigados são provenientes de órgãos oficiais do governo, de pessoas diretamente relacionadas ao Pecim e, também, de entrevistas com informantes. Esse estudo traz contribuições teóricas em duas grandes frentes. A primeira diz respeito à compreensão daquilo que se estabelece da relação entre populismo e militarização e a segunda é levar em conta a experiência populista brasileira para compreendermos as suas implicações organizacionais e os desafios que governos desse tipo colocam às sociedades democráticas. Os achados dessa pesquisa indicam que a militarização legitima pautas que dizem respeito ao ataque às minorias, à produção de inimigos ideológicos atrelada à disseminação de teorias da conspiração; à politização da Administração Pública com a distribuição de cargos não pela *expertise* daqueles que os ocupam, mas pelas suas ligações simbólicas ou factuais com o governo e, ainda, à promoção de políticas públicas que não têm como objetivo central resolver problemas sociais mais prementes.

Palavras-chave: Militarização; Populismo; Bolsonarismo; Legitimação Discursiva; Análise Crítica do Discurso.

ABSTRACT

This thesis investigates the relationship between populism and militarization. The context is taken as the case of Bolsonarism, a radical right-wing populism that occurred as a form of government in Brazil between 2019-2022. Militarization is interpreted as the occupation of positions in the civilian public administration by military personnel, as well as the implementation, through state policies, of doctrines advocated or formulated by the military. As a case study we analyze the National Program of Civic-Military Schools (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim), which establish a hybrid organizational format, the Civilian-Military Schools (Ecim), which are a transition between a military college and a civilian public school. In these schools, the administrative management and control of the students is carried out by the military. The guiding question of this research is: How does the representation of social actors in militarized organizations (PECIM) legitimize agendas mobilized by a radical right-wing populism? The methodological reference is Critical Discourse Analysis developed by Theo Van Leeuwen (2008), for whom the understanding of the discursive legitimation processes can be achieved through the way social actors are represented in texts. The texts examined come from official government bodies, from people directly involved with Pecim and also from interviews with informants. This study makes theoretical contributions on two main fronts. The first is to understand the relationship between populism and militarization, and the second is to deepen our understanding of the Brazilian populist experience in terms of its organizational implications and the challenges that such governments pose to democratic societies. The findings of this research indicate that militarization legitimizes Bolsonarist agendas related to the attack on minorities, the production of ideological enemies coupled with the dissemination of conspiracy theories, the politicization of public administration through the distribution of offices according to non-technical criteria, and the promotion of public policies detached from materially defined social problems.

Keywords: Militarization; Populism; Bolsonarism; Discursive Legitimation; Critical Discourse Analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - PRINT DO TWITTER DE BOLSONARO SOBRE A EXTINÇÃO DA SECADI.....	25
FIGURA 2 - MANIFESTAÇÕES PRÓ-IMPEACHMENT E OS ATAQUES A PAULO FREIRE.....	30
FIGURA 3 - REGIMENTO DISCIPLINAR DOS COLÉGIOS DA PM DE GOIÁS.....	34
FIGURA 4- PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES SOBRE O PECIM (2019-2021).....	35
FIGURA 5 - ESCOLAS PRÉ-APROVADAS VERSUS APROVADAS (2020).....	39
FIGURA 6 - ESCOLAS (ECIM) CERTIFICADAS EM 2020.....	41
FIGURA 7 - PRINT DA TELA DE APRESENTAÇÃO SECIM.....	45
FIGURA 8 - DISPONIBILIZAÇÃO DE PESSOAL VERSUS REPASSE DE RECURSOS.....	46
FIGURA 9 - MODELO DE ESCOLA CÍVICO-MILITAR.....	48
FIGURA 10- RECURSOS DESTINADOS AO PECIM (2020-2022).....	50
FIGURA 11 - ABORDAGEM IDEACIONAL E INTERSECÇÕES TEÓRICAS.....	63
FIGURA 12 - ELEMENTOS QUE DEFINEM UM FENÔMENO POPULISTA.....	64
FIGURA 13 - O POPULISMO COMO UMA IDEOLOGIA DE CENTRO ESTREITO.....	66
FIGURA 14 - A PERSPECTIVA MORAL EM RELAÇÃO AO FENÔMENO POPULISTA.....	67
FIGURA 15 - CARACTERÍSTICAS PRESENTES VERSUS DEFINIDORAS DO POPULISMO.....	71
FIGURA 16 - DIMENSÕES DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO DEMOCRÁTICA.....	76
FIGURA 17 - PERTURBAÇÕES NAS BUROCRACIAS ESTATAIS.....	79
FIGURA 18 - JAIR BOLSONARO O “HOMEM DO POVO”.....	82
FIGURA 19 - A DEFINIÇÃO DE POVO E SUAS ARTICULAÇÕES DE UNICIDADE.....	82
FIGURA 20 - A ELITE ‘CORRUPTA’.....	86
FIGURA 21 - VONTADE GERAL.....	88
FIGURA 22 - PRESIDENTES DO BRASIL APÓS 1930.....	89
FIGURA 23 - FOCO DAS ANÁLISES: POPULISMO ENTRE OS ANOS DE 1950-1960.....	94
FIGURA 24 - FOCO DAS ANÁLISES: POPULISMO ENTRE OS ANOS DE 1960-1980.....	97
FIGURA 25 - FOCO DAS ANÁLISES: POPULISMO ENTRE 1980-1990.....	98
FIGURA 26 - FOCO DAS ANÁLISES: POPULISMO NA DÉCADA DE NOVENTA.....	99
FIGURA 27 - QUESTÕES CENTRAIS NOS ESTUDOS SOBRE POPULISMO (1950-1990).....	101
FIGURA 28 - FATORES DE ASCENSÃO DE POPULISMOS DE DIREITA NO MUNDO.....	106
FIGURA 29 - MARCHA EM DEFESA DA LIBERDADE (2013).....	113
FIGURA 30 - PRINT DA POSTAGEM DE BOLSONARO CONTRA A LEI DA PALMADA.....	117
FIGURA 31 - VÍNCULOS ENTRE IDEOLOGIAS QUE SUSTENTAM O BOLSONARISMO.....	125
FIGURA 32 – A RELAÇÃO ENTRE MILITARISMO E MILITARIZAÇÃO.....	128
FIGURA 33 - MINISTROS MILITARES NO GOVERNO BOLSONARO (ATÉ JULHO 2020).....	130
FIGURA 34 - MILITARES CEDIDOS E ÁREA DE ATUAÇÃO (2016-2020).....	131
FIGURA 35 - REMUNERAÇÃO DOS MILITARES NAS ESTATAIS (2021).....	132
FIGURA 36 - O “TETO DUPLEX”.....	136
FIGURA 37 - ACD: ENTRE O CONTEXTO E A CRÍTICA.....	149
FIGURA 38 - POSICIONAMENTOS TEÓRICOS-ANALÍTICOS EM ACD.....	151
FIGURA 39 – ESTRATÉGIAS EM ACD E AFINIDADES TEÓRICAS.....	152
FIGURA 40 - A LEGITIMAÇÃO PRECISA DE ACOPLAMENTOS.....	156
FIGURA 41 - FORMAS DE REPRESENTAÇÃO EM VAN LEEUWEN.....	157
QUADRO 42 - DESCRITIVO DAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS.....	158
QUADRO 43 - CORPUS DA PESQUISA.....	170
FIGURA 44 - PUBLICAÇÕES SOBRE AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NA MÍDIA.....	176
FIGURA 45 -TOTAL DE REPORTAGENS POR FONTE DE MÍDIA.....	177
QUADRO 46 - REPORTAGENS DA MÍDIA E OS PRINCIPAIS CONTEÚDOS ABORDADOS.....	177
QUADRO 47 - DADOS DO PECIM OBTIDOS VIA LAI.....	180
FIGURA 48 - ENTREGA DE UNIFORMES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	188
FIGURA 49 - UNIFORMES DE INSPIRAÇÃO MILITAR.....	188

FIGURA 50 - CHEFES DE TURMA.....	189
FIGURA 51 - LOGO DO PECIM.....	191
FIGURA 52 - IDENTIFICAÇÃO FÍSICA DOS ALUNOS	192
FIGURA 53 - ORDEM UNIDA.....	196
QUADRO 54 - FALTAS COMPORTAMENTAIS E ATITUDINAIS.....	197
FIGURA 55 - FICHA DE ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL.....	197
FIGURA 56 - IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS POR APPRAISEMENT	199
FIGURA 57 - PROFESSORES E SEU 'LUGAR' ORGANIZACIONAL NA CONCESSÃO DE ELOGIOS..	206
FIGURA 58 - MILITARES APRESENTAM “MELHORES PRÁTICAS” JUNTO COM DIRETORAS	207
FIGURA 59 - ATIVAÇÃO E PASSIVAÇÃO DOS PROFESSORES	208
FIGURA 60 - PROJETO VALORES E UMA ABORDAGEM EDUCACIONAL “CLÁSSICA”	210
FIGURA 61 - PADRONIZAÇÃO DE GESTOS E VESTIMENTAS.....	214
FIGURA 62 - O DESVIO DOS PROFESSORES.....	220
FIGURA 63 - A SIMBOLIZAÇÃO DOS MILITARES	231

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC - Base Nacional Curricular Comum

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos

CIE - Centro de informações do exército (CIE),

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CPMG - Colégios da Polícia Militar de Goiás

DEPA - Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial

Ecim - Escolas Cívico-Militares

ESA - Escola de Sargentos das Armas

ESP - Movimento Escola Sem Partido

FAB - Força Aérea Brasileira

FPE - Frente Parlamentar Evangélica

LAI - Lei de Acesso à Informação

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

Pecim - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PGR - Procuradoria-Geral da República

SCMB - Sistema Colégio Militar do Brasil

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SECIM - Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares

SECRIE - Secretaria de Inclusão Educacional

SEEA - Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo

SNPS - Sistema Nacional de Participação Social

TCU - Tribunal de Contas da União

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Code 001.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONJUNTURA E MOTIVAÇÕES	17
1.2 ORGANIZAÇÃO GERAL DA TESE.....	20
CAPÍTULO 2 REFERENCIAL EMPÍRICO	22
2 PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES.....	23
2.1 ATAQUES A UMA ESCOLA UNIVERSALISTA.....	23
2.1.1 Frente Parlamentar Evangélica	27
2.1.2 Movimento Escola Sem Partido	28
2.2 MILITARIZAÇÃO EM CONTEXTOS ESCOLARES	31
2.3 PECIM: MARCOS LEGAIS E O SIMBOLISMO DOS ACONTECIMENTOS	35
2.4 O PECIM E SEU ‘PRODUTO’: AS ECIM	43
2.5 UMA IDEOLOGIA SE ASSENTA EM INTERESSES MATERIAIS	49
CAPÍTULO 3 REFERENCIAL TEÓRICO	53
3 POPULISMO E MOBILIZAÇÃO DA MILITARIZAÇÃO	54
3.1 POPULISMO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO CONCEITUAL	54
3.1.1 Margaret Canovan: o populismo é uma ideologia imprecisa	57
3.1.2 Ernesto Laclau: o populismo é a expressão de um antagonismo	59
3.1.3 Mudde e Kaltwasser: o populismo é uma ideologia de centro estreito.....	64
3.1.3.1 Povo ‘puro’	79
3.1.3.2 Elite ‘corrupta’.....	83
3.1.3.3 Vontade geral’ (volonté générale).....	86
3.2 POPULISMO NO BRASIL: SÉCULO XX E ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS	88
3.3 UM OLHAR SOBRE O PRESENTE: POPULISMOS NO SÉCULO XXI.....	101
3.3.1 Fatores estruturais transnacionais: porque não somos uma ilha	101
3.3.2 Fatores conjunturais: o populismo no Brasil pós-2018.....	106
3.3.2.1 O Bolsonarismo a partir de suas ideologias estruturantes	115
3.3.2.1.1 Neoconservadorismo: as diferenças entre homens e mulheres são naturais.....	115
3.3.2.1.2 Neoliberalismo: uma família autossuficiente não demanda do Estado.....	118
3.3.2.1.3 Militarismo: não necessariamente um amor à pátria	121
3.4 MILITARIZAÇÃO: APROPRIAÇÃO TEÓRICA E APLICAÇÃO DO CONCEITO ..	126
3.4.1 Militarização enquanto participação física de militares	130
3.4.2 Militarização como influência de doutrinas militares.....	137

CAPÍTULO 4 REFERENCIAL METODOLÓGICO	145
4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E MÉTODOS DE PESQUISA	146
4.1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	146
4.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PERSPECTIVA E ABORDAGEM.....	148
4.3 LEGITIMIDADE E LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA EM THEO VAN LEEUWEN ...	153
4.3.1 Formas de representação dos atores sociais	157
4.3.1.1 Ativação (Activation) e Passivação (Passivation)	162
4.3.1.2 Desvio (Deviation) e Simbolização (Symbolization).....	163
4.3.1.3 Identificação Física (Physical Identification) e Appraisalment	166
4.4 COLETA E SELEÇÃO DOS DADOS	167
4.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS	172
4.6 TRAJETÓRIA DE APROXIMAÇÃO E ABORDAGEM AO CAMPO	174
4.6.1 Coleta de dados públicos: uma mídia crítica ao Pecim	175
4.6.2 A busca por participantes: um campo fechado	178
CAPÍTULO 5 ACHADOS DA PESQUISA	182
5 MODOS DE REPRESENTAÇÃO.....	183
5.1 REPRESENTAÇÃO DOS ALUNOS	183
5.1.1 Identificação Física.....	184
5.1.2 Appraisalment	192
5.2 REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES	199
5.2.1 Ativação e Passivação.....	199
5.2.2 Desvio.....	208
5.3 REPRESENTAÇÃO DOS MILITARES	220
5.3.1 Simbolização	221
CAPÍTULO 6 DISCUSSÃO DOS ACHADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
REFERÊNCIAS.....	247
APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE COLETA DO <i>CORPUS</i>.....	268
APÊNDICE B – IDENTIFICAÇÃO DOS ID NA REDE DE REPRESENTAÇÃO	268
ANEXO A - FICHA (PARCIAL) PREENCHIDA POR UM MILITAR DA FAB	269
ANEXO B – ILUSTRAÇÕES DA COMPOSIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	270

1 INTRODUÇÃO

Essa tese toma como contexto de análise aquilo que convencionou-se chamar de Bolsonarismo. Um populismo de direita radical (MUDDE, 2019) que, enquanto forma de governo, ocorreu no Brasil entre 2019 e 2022 com a vitória de Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018.

O que se assistiu em nosso cenário nacional nesse período, enquanto expressão da ascensão de populismos de direita radicalizados, guarda similaridades com o que ocorreu em muitos outros locais ao redor do mundo (MUDDE, 2007; ROBINSON; BRISTOW, 2020) como o que se evidenciou através das expressivas votações alcançadas por líderes como Donald Trump (Estados Unidos), Marine Le Pen (França), Viktor Orbán (Hungria), Santiago Abascal (Espanha) e Matteo Salvini (Itália).

Quanto a isso, como já constatou Mudde (2004), movimentos conservadores e muitas vezes de viés reacionário têm se tornado o discurso dominante especialmente nas democracias ocidentais contemporâneas. Aspecto que também é reconhecido em discussões acadêmicas por autores de nosso campo, os Estudos Organizacionais (ROBINSON; BRISTOW, 2020)

Em termos teóricos o populismo de direita radical brasileiro é interpretado nessa tese como uma ideologia de ‘centro estreito’, ou seja, como um corpo normativo de ideias que é limitado em ambição e escopo e que, por esse motivo, precisa de um acoplamento com outras ideologias (fortes) para sua constituição (MUDDE; KALTUASSER, 2017).

Entre as ideologias que o Bolsonarismo se conecta para se constituir está o militarismo (LACERDA, 2019; ANDRADE, 2021).

É o militarismo, ou ideologia militarista (BOER, 1980), que nutre narrativas as quais posicionam os militares como uma espécie de reserva moral (DA SILVA, 2014) e que transmutam-se, através de uma direita mais radicalizada, em afirmativas que os projetam como “um dos poucos atores sociais que ainda têm legitimidade para trazer de volta os valores tradicionais esquecidos” (SOLANO, 2018, p. 24). O que, por sua vez, inclui Bolsonaro que elegeu-se tendo como identidade política sua imagem como ex-militar (LYNCH; CASSIMIRO, 2022).

Particularmente significativo a essa pesquisa é o entendimento de que o militarismo possibilita a militarização (ADELMAN, 2003). Segundo Mathias (2004) a militarização do Estado pode ser implementada de duas formas: quando há a participação física ou, seja, a

ocupação de cargos na Administração Pública civil por militares e também quando ocorre a realização/promoção, por meio de políticas governamentais, de doutrinas defendidas ou formuladas pelos militares.

Doutrinas que, no Bolsonarismo, revelam que Olavo de Carvalho (guru da extrema direita brasileira) jamais esteve sozinho nas suas teses anticomunistas uma vez que tal ideário já vinha sendo fortemente propagado no meio militar, ao menos, desde a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) (PINTO, 2021),

Os sinais mais evidentes da militarização são a repressão política, o controle de aspectos da vida cultural, formas de supressão de liberdades, desconsideração da diversidade e a identificação de inimigos ideológicos (MATHIAS, 2004). Como escreveu Ianni (1970), a militarização da sociedade ocorre em momentos de fragilidade dos partidos políticos, de fraqueza da opinião pública e da consciência democrática e quando há o aguçamento das tensões e contradições entre grupos e classes sociais em luta pelo poder.

Como adverte Fuccille (2021) os militares jamais estiveram fora do centro decisório do poder no Brasil deste a proclamação da república em 1889. Em tempos recentes e pós ditadura, ao menos desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), temos assistido um maior destaque em relação a temas que compõem as relações civis-militares “centradas na articulação entre as instituições militares, os decisores políticos e o restante da sociedade” (FUCCILLE, p.210-2011). Segundo argumenta, essa articulação também se seguiu no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2011), cresceu significativamente no Governo Temer (2016-2019) até que com Bolsonaro, ainda no início de seu mandato, viu-se "a composição de seu governo, com uma proporção de militares no primeiro escalão considerada inédita, mesmo levando em conta o período da ditadura militar" (FUCCILLE, 2021, p. 215) o que se expandiu, gradativamente, por toda a Administração Pública. Ao passo que já nos primeiros anos, ou seja, “de 2018 a 2020 aumenta em cerca de 55% a presença de militares na administração federal, conformando uma tendência à militarização da gestão pública” (NOZAKI, 2021, p. 9) nesse governo.

Em linhas gerais, importa a essa investigação que a militarização legitima todo um conjunto de práticas sociais, comportamentos e modo de operação das instituições o que, por sua vez, gera (e reforça) tensões e, não invariavelmente, desigualdades sociais (JOHNSON, 2019). Não menos importante é considerar que o tipo de legitimidade reivindicada por um regime ou governo terá impacto sobre o conteúdo de suas políticas pública. São essas últimas que mais ‘aparecem’ socialmente enquanto elementos passíveis de serem observados quanto àquilo que determinado governo/regime busca legitimar socialmente (NAGUIB, 2020).

É com base nisso que se toma como caso de estudo o Programa Nacional das Escolas-Cívico militares (Pecim) que, segundo o Ministério da Educação, trata-se de “uma política pública” para educação brasileira que visa o resgate de “valores outrora esquecidos, tais como disciplina e respeito” (BRASIL, 2021e). Esse é um Programa que promove um formato organizacional híbrido, as chamadas Escolas Cívico-Militares (Ecim), as quais transitam entre um colégio militar e uma escola civil da rede pública. Nas Ecim a gestão administrativa e o controle da conduta dos alunos passam a ser feitos por militares¹. Esse não é um modelo novo, visto que já havia sido posto em prática em outras regiões do país. A novidade do programa é que o então governo intencionava promovê-lo como uma política pública nacional. Criado em 2019, o Pecim é um exemplo evidente de como populismos de direita radical podem fomentar arranjos organizacionais particulares para legitimar conteúdos que visam mobilizar socialmente.

Para compreender, analisar e discutir aquilo que é legitimado através da militarização populista/bolsonarista utiliza-se como referencial teórico a Análise Crítica do Discurso (ACD). A ACD, conforme lembra Faria (2009), mostra-se uma alternativa teórico-metodológica para os Estudos Organizacionais críticos uma vez que contribui para o exame de questões sociais do mundo contemporâneo e busca desnaturalizar crenças que servem de suporte às estruturas de dominação. Outro ponto relevante é que quando se trabalha com Análise Crítica do Discurso a interdisciplinaridade é algo implementado de muitas maneiras. Ela pode estar no uso e na mescla de diferentes abordagens de ACD na mesma análise ou então no canal de comunicação que se estabelece entre diferentes áreas, como o ocorre neste estudo, em que o diálogo parte dos Estudos Organizacionais e combina-se, também, com a linguística, a educação, a sociologia, a ciência política, a filosofia, entre outras áreas do conhecimento.

A proposta de Análise Crítica do Discurso utilizada aqui é aquela concebida por Theo Van Leeuwen uma vez que esse é um dos autores que, possivelmente, foi mais longe no desenvolvimento de "uma gramática de legitimação" (VAN LEEUWEN, 1993, 1996, 2007, 2008). Para esse autor o conhecimento daquilo que é legitimado socialmente pode ser alcançado analisando-se a forma como os atores sociais são representados nos textos. Sendo que os textos investigados nesse estudo são provenientes de órgãos oficiais do governo, de pessoas diretamente relacionadas ao Pecim e, também, de entrevistas com informantes.

¹ O termo ‘militares’ é utilizado nessa tese de forma genérica. Isso significa que pode abarcar não apenas as Forças Armadas “pilar do governo Bolsonaro” (HUNTER; VEGA, 2021, p. 1), mas também outros agentes de segurança pública. É preciso pontuar, ainda, que mesmo que esse ator social seja coletivizado como o ‘militar’ isso não significa que todos os militares sejam vistos ou mesmo interpretados de forma homogênea, mas sim que se trata de um “denominador comum” nos termos da análise (VAN LEEUWEN, 2008, p. 31). De modo que esse estudo reconhece que existe heterogeneidade entre as diferentes forças militares e policiais, assim como no interior de cada uma delas.

Assim, considerando a articulação entre os ideários que animam as práticas da direita radical no Brasil, parte-se da seguinte questão norteadora: como a representação de atores sociais em organizações militarizadas (PECIM) legitima pautas mobilizadas por um populismo de direita radical? Para dar conta de respondê-la foram definidos quatro objetivos específicos i) conhecer e descrever o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares; ii) compreender o populismo de direita radical brasileiro à luz de seu processo histórico e da literatura recente; iii) caracterizar o processo militarização e iv) investigar o que a militarização revela sobre a legitimação de pautas atinentes ao populismo de direita radical brasileiro.

Em termos de contribuição esse estudo aponta para duas grandes frentes. A primeira diz respeito à relação entre práticas populistas e militarização, aspecto ainda discutido de forma insipiente, mesmo nas Ciências Políticas (HUNTER; VEJA, 2021). De modo que essa tese se propõe a alargar conhecimentos nesse sentido a partir da observação e discussão sobre suas origens, resultados e tensões.

Em particular, no que se refere ao nosso campo de estudos, mesmo que estudos em organização sejam estreitamente marcados, desde a sua origem, por uma fetichização do pensamento militar² e que fenômenos populistas tenham sido objeto de expressivo debate público nos últimos anos, os efeitos do vínculo populismo-militarização ainda são pouco explorados. Nas raras ocasiões em que essa discussão aconteceu, as pesquisas focaram-se nos aspectos de uma virada autoritária do neoliberalismo (ANDRADE, 2020; ANDRADE, 2021), na participação de militares em relação ao enfrentamento da Covid-19 (PASSOS; ACÁCIO, 2021) ou o papel desses últimos dentro da gestão pública de saúde, também em um cenário de pandemia (SODRÉ, 2020). Isso mostra que a literatura emergente não dedicou a devida atenção à análise dessa vinculação e seus efeitos a partir de um arranjo organizacional militarizado.

A segunda frente de contribuição é levar em conta, considerando os debates atuais, a experiência populista brasileira para compreendermos as suas implicações organizacionais e os desafios que governos desse tipo colocam para a Administração Pública e para as sociedades democráticas de modo geral. Quanto a esse último aspecto, como lembra Peci (2021), pesquisas sobre as consequências de administrações populistas para o funcionamento da Administração Pública e das burocracias ainda são relativamente escassas (são exceções BAUER; BECKER,

² Fetichização que vem, ao menos, desde Weber (2002) que em seus estudos sobre a burocracia observou, por exemplo, que disciplina e hierarquia que sustentam as bases do pensamento administrativo derivam-se do fazer militar. Também, Fayol (1841 – 1925) pensou os princípios de gestão, muitos deles, baseados em metáforas militares.

2020; BELLODI; MORELLI VANNONI, 2021; PETERS; PIERRE, 2019; ROCKMAN, 2019; PECCI, 2021).

No que se refere a experiência populista brasileira, os estudos em organizações ainda deixam espaços importantes para discussão uma vez que as principais pesquisas têm se dedicado sobre fenômenos populistas dentro dos limites do Norte-global (ROBINSON; BRISTOW, 2020). Quanto a isso Misoczky (2019) ressalta que é preciso superar essa discussão predominante do populismo que tem se concentrado nessa região e adiciona que nossa história nacional, marcada por movimentos desse tipo, pode ser significativa de ser levada em conta por ativistas e estudiosos em organizações. Outros autores (BARROS; WANDERLEY, 2019; MASOOD; NISAR, 2020) partilham dessa mesma premissa, ou seja, que uma análise organizacional do populismo de extrema-direita deve prestar mais atenção às heterogeneidades desses movimentos em outras partes do mundo indo além do contexto europeu e estadunidense. E nesse sentido, essa tese contribui, ainda, com tais discussões a partir de uma análise empírica do fenômeno, aspecto até então pouco aprofundado nos estudos em organizações.

De forma sintética, os achados dessa pesquisa indicam que a militarização legítima pautas bolsonarista que dizem respeito ao ataque às minorias, à produção de inimigos ideológicos atrelada à disseminação de teorias da conspiração, à politização da Administração Pública com a distribuição de cargos não pela *expertise* daqueles que os ocupam, mas pelas suas ligações simbólicas ou factuais com o governo e, ainda, à promoção de políticas públicas que não têm como objetivo central resolver problemas sociais mais prementes.

A próxima seção é dedicada ao que poderia ser chamado de ‘bastidores’ da pesquisa e dado seu caráter particular, sua escrita seguirá na primeira pessoa. Abordá-los ainda nessa introdução auxilia a esclarecer as possibilidades, desafios e as escolhas feitas ao longo do processo, além de tornar mais acessíveis as perspectivas epistemológicas que motivam e sustentam essa tese.

1.1 CONJUNTURA E MOTIVAÇÕES

Penso que um doutorado não começa quando entramos nele, começa antes. Esse começou ainda no Mestrado em Sociologia feito, parte na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), parte na Universidade de Coimbra (UC), em Portugal.

Foi nesses lugares que pude ampliar minha visão de mundo e me transformar. Mas, transformar-se pode ser um tabu e realizar-se em meio a resistências, muitas vezes, provenientes do próprio universo social no qual estamos inseridos. Lembro-me que quando comecei a me

preparar para uma das vagas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia membros de minha família estendida ficaram escandalizados. Não entendiam como uma profissional que havia atuado internacionalmente poderia deixar toda essa “bagagem profissional” para estudar “de novo”, ainda mais em uma área de humanas sobre a qual, mais de uma vez, ouvi: “não serve para nada”. Opinião que, enquanto escrevia essa tese, deparei-me novamente, desta vez, dita por um ministro da educação ao afirmar que se tratava de área improdutiva para pesquisa. De fato, os percalços foram vários, mas os ganhos em conhecimento e visão de mundo foram muito maiores e melhores.

Para dar continuidade a essa caminhada, (re)encontrei na Administração uma área que ofereceu possibilidade de interlocução sobre muito daquilo que a sociologia havia me oportunizado que são os Estudos Organizacionais. Campo formado por estudiosos críticos em Administração e que têm entre suas preocupações contribuir com movimentos que sejam favoráveis a transformações sociais orientadas por valores de solidariedade, cooperação e baseadas em perspectivas humanistas e emancipatórias (THIOLENT, 2014). O que inclui, também, refletir e criticar formas que se afastem desses mesmos valores e que, em essência, acabam por influenciar os modos de sermos e de estarmos nas mais diferentes organizações as quais fazemos parte ao longo de nossa vida. Perspectivas, essas, que faço questão de transportar não apenas para minha vida, mas também para minhas aulas como professora universitária.

Da mesma forma que a construção de uma trajetória acadêmica é o resultado de escolhas, a tessitura de uma tese também envolve retóricas e refazimentos ao longo do caminho.

Além do atencioso trabalho de orientação que recebi ao longo desse percurso, muito daquilo que surgiu como possibilidades de retoques ou refazimentos na construção dessa pesquisa foi fruto, também, da sinergia colaborativa do campo através de colegas que generosamente leram, discutiram e fizeram contribuições ao trabalho que se desenvolvia. Entre elas as que obtive ainda na banca de defesa do projeto e se seguiram através de participações em eventos como o VII Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais 2021, Academy of Management Annual Meeting 2021, 37th EGOS Colloquium 2021, XLVI Encontro EnANPAD 2022 e Consórcio Doutoral (ANPAD) 2022. Houve ainda as contribuições provenientes de diálogos e debates realizados em parceria com colegas do grupo multidisciplinar ‘Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação’ (da Universidade Federal de Goiás - UFG); além daquelas recebidas por pares, de forma anônima, durante as publicações de artigos sobre essa pesquisa, parte das várias exigências institucionais ao longo de um processo de doutoramento.

De modo que a elaboração desse estudo não abriu mão de um caráter flexível e não linear o que implicou na reformulação de alguns tópicos previstos no projeto inicial. Entre tais realinhamentos está a intenção inicial de se utilizar a proposta de Análise Crítica do Discurso desenvolvida por Norman Fairclough (2019) para analisar o discurso da militarização no Governo Bolsonaro.

Na proposta desse autor a análise considera textos que digam sobre a produção, a distribuição e o consumo do discurso analisado. Dessa maneira, o projeto inicial se propôs a investigar textos da mídia (como produtora), do governo (como distribuidor) e partícipes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (como consumidores). Contudo, ao longo do percurso, foi possível constatar que os textos provenientes da grande mídia oficial brasileira se mostravam críticos ao Pecim não contribuindo, da forma inicialmente idealizada, para apreensão dos conteúdos que visassem legitimar a militarização. Não menos relevante foi a conjuntura encontrada no campo de investigação quanto a obtenção de entrevistas com participantes do Programa (consumidores) a qual se mostrou bastante inacessível, seja porque as escolas permaneceram fechadas fisicamente com o agravamento da pandemia de Covid-19, seja porque os representantes dessas escolas se mostraram retraídos quanto à interlocução com agentes externos. Esse conjunto de fatores levou a adoção de outra abordagem teórico-metodológica.

Esse novo referencial, por sua vez, possibilitou ampliar as motivações teóricas iniciais que se focavam na racionalização Weberiana (WEBER, 2002) - uma forma particular entre as várias “estratégias” de como a ideologia opera socialmente (ver THOMPSON, 1995, p. 81) - para processos de legitimação discursiva de forma mais ampla. Assim, a questão motivadora inicial que indagava sobre ‘como o populismo de direita brasileiro articula, discursivamente, a racionalização do medo para promover a militarização?’ ganhou novos contornos. Bem como, possibilitou seguir pela trilha dessa pesquisa sem, teoricamente, fixar-se ao medo enquanto afeto político central em mobilização (WODAK, 2015; SAFATLE, 2016).

E quanto a esse último aspecto parece expressivo adicionar que foi preciso desfazer-se do medo não apenas em termos conceituais, mas também subjetivos, pois se não fosse assim a realização desse projeto não teria sido possível. Foi preciso abstrair o receio constante de um golpe jurídico-militar que colocava em risco a própria defesa dessa tese. Particularmente pelo seu caráter crítico/reflexivo no que se refere a um governo em sua expressão radicalizada assim como aos militares e a instituição militar enquanto um de seus pilares estruturantes.

O que leva a pontuar, ainda nessas notas introdutórias, que conceber e escrever enquanto fatos e situações se desenrolam no momento em que a pesquisa é construída não foi, nem é, uma tarefa simples. Muitas vezes a sensação era de que se vivia o Bolsonarismo e seus efeitos

sociais com mais intensidade, para além de sua presença constante nos almoços em família, nos noticiários, nas conversas com amigos e familiares, nas redes sociais, nos grupos de WhatsApp. Foi preciso, nesse sentido, quase uma *epoché* em termos de distanciamento possível e necessário à realização de todo trabalho científico.

1.2 ORGANIZAÇÃO GERAL DA TESE

Para além dessa introdução, o segundo capítulo apresenta sobre aspectos conjunturais relacionados ao campo da educação que auxiliam na compreensão daquilo que viria a surgir através do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) e após isso, aborda-se o Pecim a partir de seus marcos legais, acontecimentos de maior relevância e as Escolas Cívico-Militares (Ecim).

O terceiro capítulo discute como o populismo é interpretado conceitualmente assim como é caracterizado o conceito de militarização. E quanto a isso é importante esclarecer que, nesse estudo, o fenômeno populista é interpretado, com a devida e necessária contextualização, a partir de um referencial teórico desenvolvido por autores internacionais em especial Mudde e Kaltwasser (2017) e Mudde (2019). Outrossim, considerando que o Brasil possui um longo histórico populista, uma seção particular é destinada a apresentá-lo a partir de nossos processos sócio-históricos. A escolha de apresentar as teorias desenvolvidas por estudiosos brasileiros em um segundo momento, não significa que aquilo que se desenvolveu em termos teóricos no Brasil tenha derivado dos autores acima, nem diminui a produção nacional, precursora em muitos sentidos quanto a discussão sobre esse tema. Trata-se, essencialmente, da forma de exposição escolhida para apresentação do referencial teórico aqui adotado.

O quarto trata do referencial metodológico e extrapola, intencionalmente, conteúdos que normalmente são abordados nesse tipo de seção uma vez que parte do entendimento de que o acoplamento entre aspectos da teoria, que envolve a Análise Crítica do Discurso, àqueles presentes no método propriamente dito produz coerência e clareza em relação aos processos de análise adotados.

O quinto capítulo apresenta os achados da pesquisa com base nos grupos de atores sociais identificados como centrais no Pecim, assim como faz uma explanação sobre as inter-relações presentes no discurso da militarização e o populismo de direita radical brasileiro, já o sexto capítulo aprofunda tais discussões e traz as conclusões.

Além desse descritivo prévio, apresentado acima, cada capítulo será iniciado com uma introdução própria que tem como objetivo destacar os principais conteúdos abordados, bem

como deixar explícita a forma como cada um foi pensado e estruturado em termos de organização geral da tese.

Ainda, no que diz respeito a apresentação desse material é oportuno sinalizar sobre um movimento misto, ou seja, em alguns momentos o texto vai do particular para o geral e em outros do geral para o particular e, especialmente, nesse último vai se constituindo de forma gradual o que não significa uma prorrogação desnecessária, mas sim um processo de construção necessário diante da discussão pretendida. Por fim, em algumas passagens são incluídos pequenos resumos de conceitos que se busca evidenciar; para textos usados como referência e provenientes de outras línguas as traduções foram feitas por essa autora; optou-se por usar termos no masculino (como professores e alunos) seguindo as regras gramaticais da língua portuguesa o que não significa uma insensibilidade dessa autora em relação a importância das questões ligadas a gênero, ao contrário.

CAPÍTULO 2 REFERENCIAL EMPÍRICO



2 PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Partindo da proposição que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) é a expressão de uma conjuntura que vinha se constituindo no Brasil ao longo das últimas décadas, algumas sinalizações iniciais quanto a isso abrem esse capítulo. Para tanto, se iniciará discutindo sobre as mudanças promovidas nos governos Lula-Dilma (2003-2016) a partir da forma como organizaram suas principais secretarias de educação. Parte-se disso para comentar como certas alterações, entre elas aquelas relacionadas à Base Nacional Curricular Comum (BNCC), foram parte de um processo de desmonte de ganhos sociais promovidos por governos petistas. Acrescenta-se, a essas informações introdutórias, como certos grupos religiosos e também movimentos de direita tiveram importância não apenas na erosão desses mesmos ganhos, mas como suas conquistas, em termos de expressão social e política na promoção de uma agenda conservadora, influenciaram na militarização de escolas públicas civis.

A segunda parte desse capítulo dedica-se à militarização escolar do Pecim. Ela inicia contextualizando quanto à militarização de escolas, com destaque ao pioneirismo do estado de Goiás e sua influência no que viriam a ser as Escolas Cívico-Militares (Ecim). No que se refere ao detalhamento desse Programa são tomados como base de discussão seus marcos legais seguidos de uma cronologia dos principais fatos que marcam seus anos iniciais. Também aqui, as Escolas Cívico-Militares são apresentadas como o produto organizacional que surge do Pecim e são caracterizadas a partir de seus regulamentos, parâmetros e formas de adesão. Quanto a esse último tópico, ele serve de gatilho para uma discussão no que se refere a participação dos militares quando atuando especificamente nesses locais.

2.1 ATAQUES A UMA ESCOLA UNIVERSALISTA

Somos um país Cristão, Deus acima de tudo. Essa historinha de estado laico não, é estado cristão! Vamos fazer o Brasil para as majorias, as minorias têm que se curvar as minorias [...] as minorias se adequam ou simplesmente desaparecem (BOLSONARO, 2018).

Durante os governos Lula-Dilma³ a educação passou a ser tratada como um espaço privilegiado para a inclusão social de grupos historicamente marginalizados por credo, etnia,

³ A referência faz alusão à Luís Inácio Lula da Silva (Lula) que até o momento em que esse material era escrito, havia governado o Brasil por dois mandatos os quais ocorreram entre 1 de janeiro de 2003 e 1 de janeiro de 2011. O governo de Dilma Rousseff se iniciou em 1 de janeiro de 2011 e foi finalizado em 31 de agosto de 2016.

raça, orientação sexual, gênero, origem, em linhas gerais “as minorias” (em poder e capacidade de representação social) as quais se refere a citação acima.

Por meio da educação, Lula e Dilma, promoveram programas de redistribuição visando reduzir pobreza entre as classes trabalhadoras e também, como lembram Alves, Segatto e Pineda (2021), importantes agendas de reconhecimento que consideravam questões raciais, de gênero e diversidade sexual.

Para falar sobre tais mudanças é pertinente iniciar por um elemento basilar no campo da educação que é Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Ela determina quais as normas a serem seguidas, assegura direitos e determina os deveres relacionados a educação no país. A primeira LDB foi criada em 1961 e foi seguida por uma versão em 1971 a qual vigorou até uma nova promulgação, em 1996, que entrou em vigor no Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

O Governo de FHC (1995-2002) foi pautado por uma agenda política de orientação neoliberal e concentrou-se na estabilidade econômica e na redução inflação o que levou a restrições nas finanças públicas incluindo a educação. No entanto, ao mesmo tempo, abriram-se importantes portas para aumentar o acesso de crianças e jovens à escola. Em particular, esse governo focou-se na garantia do acesso universal e no fortalecimento dos mecanismos de avaliação de desempenho dos alunos (AZEVEDO; ROBERTSON, 2021).

Ainda assim, foram nas respectivas presidências de Lula-Dilma (2003-2016) que mudanças importantes ocorreram em relação à diversidade étnica e ao reconhecimento de gênero, além de questões relacionadas a educação especial e indígena (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021). Isso pode ser observado através da criação, em 2003, de novas secretarias sendo que duas delas tinham como prioridade a questão da inclusão: a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) e a Secretaria de Inclusão Educacional (SECRIE).

Essas secretarias tinham como objetivo a inclusão educacional, a equidade e a melhoria da situação de desigualdade e vulnerabilidade social e educacional. Conforme Moehlecke (2009) elas tiveram, contudo, uma curta vida institucional. Com a substituição do ministro Cristovam Buarque por Tarso Genro, no início do segundo ano do primeiro governo Lula (em 2004), foi criada uma nova secretaria no MEC, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), resultante da fusão da SEEA à SECRIE.

A partir da SECAD foram integrados programas, projetos e ações que vieram a compor o departamento de Educação de Jovens e Adultos e o Departamento de Educação para a Diversidade e Cidadania. Essa secretaria teve entre suas ações a promoção da proximidade com

a sociedade civil organizada, seja por meio de comissões de assessoramento, seja por parceiras na execução de programas e projetos, como o que se lia em seu documento de apresentação:

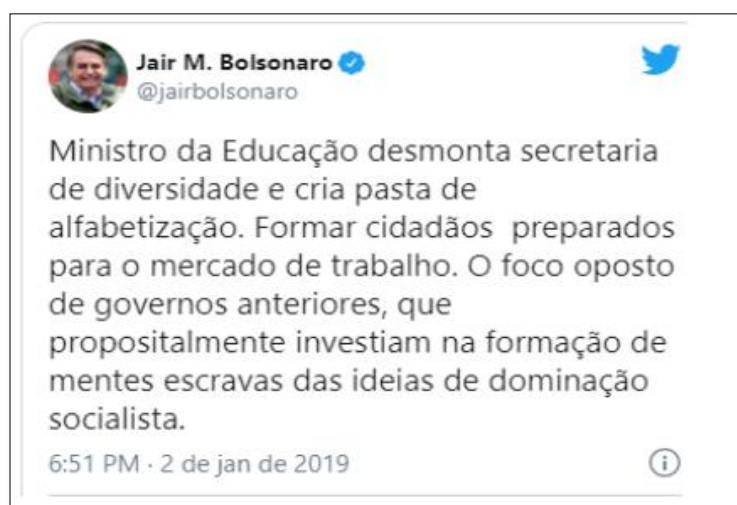
Para democratizar a educação é preciso mobilizar toda a sociedade. O MEC, por intermédio da SECAD, tem a missão de promover a união de esforços com os governos estaduais e municipais, ONGs, Sindicatos, associações profissionais e de moradores. (BRASIL, 2004, p. 1).

Em 2011, abrindo ainda mais frentes para diversidade e inclusão social a SECAD passou, então, a chamar-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Ela foi um avanço simbólico e material na formulação de políticas nacionais para educação com atenção à valorização da diversidade e dos grupos minoritários devido à sua grande articulação com movimentos sociais e foco em ações de redução das desigualdades (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021).

Alguns anos mais tarde, a SECADI se tornaria um importante alvo para populistas de direita sendo que ainda durante o Governo conservador de Michel Temer (2016-2018) ela foi politicamente enfraquecida, além de ter repasses de recursos financeiros diminuídos.

Quando então, no dia 2 de janeiro de 2019, segundo dia do governo de Jair Messias Bolsonaro, a SECADI foi oficialmente extinta por meio do Decreto nº 9.465 o que marcou um retrocesso no campo dos direitos educacionais e mostrou-se como uma medida na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo (DE LARA JAKIMIUI, 2021). Ato comemorado pelo então presidente em suas mídias sociais como se observa na figura 1 a seguir:

Figura 1 - Print do twitter de Bolsonaro sobre a extinção da SECADI



Fonte: De Lara Jakimiu (2021, p. 129)

Através do mesmo decreto, assinado pelo então ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez (na pasta de 01/01/2019 até 08/04/2019), foi criada a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM). Segundo informações do site do MEC essa subsecretaria foi concebida com o objetivo de “resgatar a disciplina e a organização, principalmente nas escolas públicas de maior vulnerabilidade social” (BRASIL, 2020e, n.p).

O fim da SECADI e a criação da SECIM são extremamente simbólicos para demonstrar a mudança de agenda na educação. Mas, essas mudanças foram muito além dela e nessa discussão é preciso considerar que grande parte dos ganhos promovidos nos governos Lula-Dilma também foram fragilizados a partir de uma série de micro-revisões nas reformas curriculares ocorridas no período de 2015 a 2017 (MOELLER, 2021). Para compreender sobre tais articulações é importante observar as alterações na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Especialmente porque o currículo, enquanto aquilo será ensinado nas escolas, é um instrumento basilar no qual as contestações se materializam à medida que os grupos disputam influência sobre quais formas de conhecimento e quais saberes deverão ser ensinados (MOELLER, 2021).

A criação de uma base comum para a educação básica estava prevista desde 1988, a partir da promulgação da Constituição Cidadã, mas foi somente em setembro de 2015 que a 1ª versão de uma Base Nacional Comum Curricular foi publicada quando um governo de esquerda, presidido por Dilma Rousseff (de 2011 a 2016), estava no poder. Sendo que, cerca de três meses após a publicação dessa primeira versão, deu-se início ao controverso processo de *impeachment* que iria, então, depor a presidente eleita.

Imediatamente após sua publicação, ocorreram muitas críticas ao currículo que se articulava, mas elas se mostravam mais amplas à medida que diretamente ligadas a projetos sociais e políticos que haviam estendido direitos e oportunidades a negros, mulheres e pessoas LGBTQI+ (MOELLER, 2021).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi efetivamente concluída em dezembro de 2017 durante o governo Temer (de 31 de agosto de 2016 a 1 de janeiro de 2019). Nesse período, evidenciou-se uma série de revisões no documento previamente aprovado. Como investigou Moeller (2021), tais reformulações focaram-se especificamente em questões como raça, gênero e sexualidade. Para Azevedo e Robertson (2021) essas revisões foram muito importantes, pois promoveram mudanças no conteúdo do ensino e da aprendizagem para um conteúdo altamente conservador que visava apagar o direito ao reconhecimento consagrado na Constituição de 1988 e as conquistas de Lula e Dilma. Já para Moeller (2021, pp. 1-2) a versão final da BNCC foi um elemento relevante para:

compreensão da eleição subsequente, em outubro de 2018, do presidente ultradireitista e nacionalista Jair Bolsonaro, cuja eleição se baseou em antinegritude, misoginia, e homofobia em um 'momento conjuntural' de declínio econômico acentuado, convulsão política e aumento da violência e do medo em toda a sociedade brasileira (MOELLER, 2021, pp. 1-2).

Os anos que antecedem a eleição de Bolsonaro foram de declínio econômico acentuado, convulsão política e aumento da violência e do medo, conforme coloca Moeller (2021) na citação acima, contexto em que parcelas importantes das classes média e alta, bem como frações das classes baixas (em muitos casos galvanizadas por grupos religiosos fundamentalistas e movimentos de direita) apoiaram sua política social conservadora.

Como o conteúdo defendido por essas frações da população pode ser ilustrado por dois grupos em particular, quais sejam, a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e pelo Movimento Escola Sem Partido (ESP) as próximas seções dedicam-se a eles como parte elucidativa desse quadro geral e pré-programa das Escolas Cívico-Militares.

2.1.1 Frente Parlamentar Evangélica

O número de evangélicos tem crescido exponencialmente no Brasil. Em 1991 o percentual declarado de evangélicos na população brasileira representava 13,2%, em 2000 era de 26,2% e em 2010 já representava 42,3% (DIP, 2018). Sua influência na política acompanhou tal expansão visto que, enquanto em 1982 suas legislaturas contavam com 12 evangélicos eleitos no Congresso Nacional, em 2018 esse número já era de 89 representantes (LACERDA, 2019).

No cenário político, partir de 1990, grupos pentecostais e neopentecostais⁴ mudaram suas estratégias lançando seus próprios candidatos a cargos políticos, mas foi ao longo das presidências petistas de Lula-Dilma (2003- 2016) que os movimentos evangélicos começaram a se organizar politicamente (DIP, 2018) Sendo que, a partir de 2003, formaram uma Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e, com representação no Congresso Nacional, apoiaram pautas do Partido dos Trabalhadores (PT) auxiliando no sucesso de governos de esquerda especialmente durante os mandatos de Lula.

Seu apoio foi fundamental para a aprovação de projetos chave do governo do PT (Partido dos Trabalhadores) como a proposta de reforma previdenciária e benefícios sociais. No início dos anos 2000 a FPE era formada principalmente por políticos evangélicos de

⁴ O neopentecostalismo, assim como anteriormente o pentecostalismo, é um movimento dissidente do protestantismo. Foi iniciado por líderes religiosos dos Estados Unidos nos anos 1960 quando passaram a ser chamados de neocarismáticos ou evangélicos carismáticos (ROCHA, 2020).

movimentos sociais de esquerda, mesmo que já contasse com políticos mais conservadores ligados à Igreja Universal do Reino de Deus (neopentecostal). Nesse período, a maioria dos políticos evangélicos que apoiavam o Partido dos Trabalhadores estavam ligados a grupos protestantes históricos que endossaram políticas mais progressistas buscando combater a fome, a pobreza e a desigualdade (SEGATTO; ALVES; PINEDA, 2021).

No entanto, após 2014 a composição da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) mudou, favorecendo o posicionamento de políticos preocupados com controles mais rígidos ao crime e agendas morais de direita sob o título de 'valores familiares'; na sua mira estavam principalmente os defensores da equidade e diversidade de gênero os quais eram vistos como uma ameaça à integridade da 'família' tradicional (AZEVEDO; ROBERTSON, 2021). Assim, essa Frente passou a incluir, cada vez mais, políticos conservadores (menos ligados aos movimentos sociais de raiz) e que eram proprietários de meios de comunicação como estações de rádio e televisão e tinham relações intensivas com proprietários de terras e lobistas da comunidade empresarial (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021).

Legisladores da FPE propuseram vários projetos de lei guiados por valores conservadores e morais. Um deputado federal propôs, por exemplo, o Projeto de Lei 6583/2013, 'Estatuto da Família' que definia família como um núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher por meio de casamento ou união estável, definição que exclui metade as famílias brasileiras (DIP, 2018). Outro deputado federal dessa mesma Frente Parlamentar propôs o projeto de lei 6055/2013 suprimindo a legislação que garante atendimento obrigatório e abrangente às vítimas de violência sexual; alguns também apoiaram projetos de lei justificados por passagens bíblicas para estender a responsabilidade criminal de crianças maiores de 16 anos, além do projeto de decreto legislativo 898/2018 que suspende o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de alunos transgêneros (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021).

2.1.2 Movimento Escola Sem Partido

Um segundo movimento a se destacar é aquele promovido pelo Programa Escola Sem Partido (ESP) criado em 2004 por Miguel Nagib, um procurador do estado de São Paulo. Esse foi um movimento que passou a ganhar apoio de políticos conservadores e ativistas de direita que questionavam a evolução do Brasil em direção à inclusão e à diversidade (AZEVEDO; ROBERTSON, 2021).

Tal movimento se proclamava ‘apartidário’ e negava que defendesse pautas ligadas a uma agenda liberal, conservadora ou mesmo tradicionalista. No entanto, como mostra o estudo de Ratier (2016), quase todos os seus membros e apoiadores, o que incluía aqueles provenientes da Assembleia de Deus, localizam-se na extrema direita em seu espectro ideológico. E quanto a isso esclarecem Segatto, Alves e Pineda (2021) que o Programa Escola Sem Partido (ESP), além de apoio de grupos religiosos conservadores, também recebeu suporte de outros movimentos de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) grupo que teve forte atuação nos protestos pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

Em 2014 o ESP estava atraindo bastante atenção pública (RATIER, 2016) ao passo que entre 2014 e 2016 tal movimento inspirou 62 projetos de lei que foram analisados e, alguns, aprovados pelo Congresso Nacional e pelas casas legislativas de cerca de 12 estados e 23 municípios, embora esses projetos muitas vezes tenham sido acusados de ser inconstitucionais (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021). Um dos pontos mais controversos dos projetos de lei que derivam de tal movimento é o entendimento de que os professores não devem abordar conteúdos que possam contrariar as convicções morais da família do aluno (RATIER, 2016). De acordo com o criador do movimento, citado antes, o surgimento do Escola Sem Partido foi uma reação a um presumido fenômeno de “instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos, partidários e eleitorais” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2018, n.p).

Conforme lembram Azevedo e Robertson (2021), o movimento Escola Sem Partido (ESP) buscou meios de se colocar em evidência o que incluiu sua participação nas manifestações pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2015. E, em consonância com o que pregava o ESP, acentuaram-se nesse momento declarações de ataque ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, como sendo um ideólogo marxista e cujo trabalho deveria ser banido.

Em tais manifestações faixas com frases do tipo “Chega de doutrinação marxista, basta de Paulo Freire” (figura 2), exibidas durante os protestos de 15 de março de 2015, tornaram-se parte dos artefatos representativos de um discurso marcado por antagonismos. Isso porque, como já argumentaram Alves, Segatto e Pineda (2021, p. 15) em contraste às acusações, Freire valoriza acertadamente a necessidade de jovens e adultos de desenvolverem habilidades de leitura autônomas dentro de suas condições sociais, políticas e culturais através do debate sobre a complexidade dos conflitos políticos, “o que é o oposto absoluto de doutrinação”.

Figura 2 - Manifestações pró-impeachment e os ataques a Paulo Freire



Fonte: FORUM (2015)

Em especial, os dois movimentos descritos antes (FPE e ESP) expressam sobre reações por parte de determinados grupos que através de um discurso conservador de direita promoveram mobilizações contrárias aos avanços da sociedade brasileira em direção a aspirações democráticas e igualitárias o que gerou implicações nas políticas de educação na última década (RIBEIRO, 2016). Ambos, evidenciam como crenças morais começaram a ser instrumentalizadas com o objetivo de promover mudanças regressivas na educação.

Além disso, tais movimentos são exemplos de como um discurso hegemônico, neste caso cristão, branco e eurocêntrico (ALVES; SEGATTO; PINEDA, 2021; MOELLER 2021) foi adquirindo força política na reivindicação de espaço social frente aos avanços sociais das últimas décadas os quais deram mais visibilidade a populações historicamente marginalizadas. No cerne de seus posicionamentos estava a rejeição de visões pluralistas, do reconhecimento de sociedades diversas e do respeito pela liberdade e igualdade entre grupos com diferentes identidades, culturas e interesses (ALVES, SEGATTO E PINEDA, 2021). Esses conteúdos ligam-se ao incessante combate que o Bolsonarismo faz ao chamado ‘marxismo cultural’⁵ o qual seria promovido por movimentos de esquerda, tópico que será desenvolvido mais adiante.

⁵ A proposta do ‘marxismo cultural’ como conspiração pode parecer nova, mas não é. Sua reedição enquanto teoria conspiratória parte de 1930 como base no bolchevismo cultural. O termo bolchevismo cultural foi usado amplamente pela propaganda do Partido Nazista e por outros governos de extrema-direita europeus para denunciar movimentos modernistas e carregava a mesma obsessão com uma suposta erosão dos valores tradicionais (CARAPANÃ, 2018). No contexto brasileiro atual o marxismo cultural foi repaginado pela extrema direita brasileira e também pelo meio militar (ROCHA, 2021).

De modo ampliado, buscou-se evidenciar quanto a um panorama geral que auxilia na compreensão sobre a articulação do populismo de direita bolsonarista que, entre 2019-2022, fomentou um modelo particular de educação.

A educação é, por sua vez, um terreno fundamental de contestação no qual as desigualdades sociais tomam seu lugar na formação de dada sociedade, de modo que é por meio da educação que grupos lutam para controlar os domínios sociocultural, político e econômico (APPLE, 2016).

2.2 MILITARIZAÇÃO EM CONTEXTOS ESCOLARES

E o que aconteceu com o ensino no Brasil ao longo das últimas décadas?
Democratizou-se o ensino [...] Não dá! Não dá! (BRASIL, 2019c)

A seguir, será apresentado o contexto da militarização de escolas no Brasil e para tanto é importante destacar duas perspectivas: a militarização no contexto escolar não é uma particularidade brasileira, assim como não é um fenômeno circunscrito ao nosso cenário contemporâneo visto que o Brasil possui um longo histórico de militarização da educação.

No que se refere à militarização escolar em outros países, a Coreia do Norte enquanto uma ditadura hereditária e em eminente estado de guerra fez com que seu sistema de ensino se tornasse bastante militarizado. Nesse país alunos da educação básica usam fardas militares, fazem cursos e estágios de defesa em unidades bélicas, desfilam diariamente para entrar e sair da escola, fazem glorificações aos líderes políticos, exaltam o país e repetem frequentemente *slogans* patrióticos (LUDWIG, 2021).

Para além do estado ditatorial Norte Coreano, países baseados em regimes democráticos e admirados por apoiadores do Bolsonarismo como os Estados Unidos (particularmente durante o governo Donald Trump) e Israel também possuem exemplos de militarização escolar.

Nos Estados Unidos a militarização no ensino ganhou força a partir do ‘onze de setembro’ de 2001. Com base numa concepção punitivista surgiram, a partir desse período, escolas terceirizadas por organizações que adotam modelos denominados de ‘quase militares’. Esse formato militarizado foi implementado em escolas que têm em sua maioria afrodescendentes aos quais são impostos regulamentos como exigência de silêncio absoluto no ônibus escolar, quietude nas reuniões e muita discrição na hora do almoço (OSANLOO, 2011).

O Estado israelense, criado por meio de uma resolução das Nações Unidas (1947), a partir de sua institucionalização passou a sofrer hostilidades de vizinhos fronteiriços. No decorrer do

tempo envolveu-se em guerras com nações árabes circundantes e sua política de ocupação territorial tem sido capaz de intensificar as ameaças vindas de fora. Frente a isso, jovens de ambos os sexos, a partir dos dezoito anos, devem ingressar nas Forças Armadas e nelas permanecer por três anos. Após este período eles têm que voltar anualmente às escolas para realizar treinamentos específicos com os estudantes durante sessenta dias (LUDWIG, 2021).

Também no Brasil a militarização como forma de obter legitimação ou ganhar aceitação popular não é algo novo. Um exemplo é o que emergiu logo no início dos anos 1900 e tratava-se dos ‘batalhões infantis’. Como explica SOUZA (2000, p. 108), esses batalhões eram “simulacros de corporações militares” onde os estudantes recebiam treinamento e utilizavam um aparato condizente com a ritualística militar que incluía fardamento, espingardas de madeira, cinturões, baionetas, tambores e cornetas. À semelhança das organizações militares, os batalhões infantis, reunindo pequenos soldados, simbolizavam uma das finalidades primordiais da escola pública: a celebração cívica. Eles contribuíram não apenas para a manutenção das tradições como ajudavam a reforçar o imaginário sociopolítico da República (HOBSBAWM; RANGER, 1997). O encantamento que tais agremiações provocavam na sociedade da época, ao oferecerem a representação de um corpo unido e harmônico, simbolizava o que deveria ser a pátria e a nova ordem promulgada naquele momento (SOUZA, 2000).

Olhando-se para o cenário contemporâneo, a militarização de escolas públicas civis é um processo que vem se expandindo no país, especialmente após o golpe que depôs Dilma Rousseff da presidência em 2016, bem como guarda relações com as questões conjunturais discutidas antes. Até 2015 haviam 93 escolas militarizadas e em 2018 esse número já era 30% maior com 120 escolas espalhadas por 22 estados (SALDAÑA, 2019). Até junho de 2019 o total de escola militarizadas era de 149 unidades sendo que 60 delas pertenciam ao estado de Goiás um dos locais marco na criação desse modelo (WESTIN, 2019). Considerando-se a importância de Goiás⁶ na elaboração e, em certa medida, também na inspiração do que viriam a ser, a partir de 2019, as Escolas Cívico-Militares (Ecm) algumas considerações sobre esse estado são elucidativas.

⁶ O Estado de Goiás é priorizado nessa discussão também porque, como se observará na análise dos dados, o governo federal tende a utilizar-se desse local como exemplo. Mas, a militarização de escolas públicas, a partir dos anos 2000 ocorreu, ainda, em outros estados que acabaram seguindo o modelo, bem como teve a adesão de diferentes correntes políticas. Em uma parceria com os municípios o governador da Bahia Rui Costa (PT), em seu segundo mandato, por exemplo, implementou a militarização de escolas municipais a partir de 2018, antes do surgimento do Pecim.

2.2.1 O Estado de Goiás como marco

O processo de militarização das escolas⁷ goianas iniciou em 1999 com o governo de Marconi Perillo (PSDB) ainda no seu primeiro mandato e se seguiu nos quatro anos de sua legislatura. Foi durante este período que os chamados ‘Colégios da Polícia Militar de Goiás’ (CPMG) ganharam materialidade (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018).

Sua implementação se deu por força de lei estadual e houve mudança curricular para garantir a implantação de disciplinas de ‘Noções de Cidadania’ e ‘Exercícios Físicos Militares’, esses últimos, incorporados às aulas de Educação Física. Essas unidades escolares passaram a ser administradas pela Polícia Militar (PM) do Estado de Goiás e a equipe de professores permaneceu sendo contratada pela rede estadual.

Os CPMG atendem estudantes da segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esses colégios não fazem parte do Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) o qual é subordinado ao Exército. Eles são fruto de uma parceria entre a polícia militar goiana e a Secretaria Estadual de Educação desse estado (ALVES; TOSCHI, 2019).

Nestes locais, as regras proíbem os estudantes de sentarem-se no chão fardados, mascar chiclete, dobrar a manga da camiseta de educação física, fazer demonstrações públicas de afeto (no caso de namorados), usar óculos chamativos, pintar as unhas e o cabelo, deixar a barba crescer, chamar o professor de “você” (o regimento escolar prevê “senhor” e “senhora”). Também é considerado transgressão não prestar continência aos militares da escola. Os alunos perdem pontos no quesito disciplina quando desrespeitam tais normativas e, a depender da pontuação descontada, eles podem ser reprovados ou expulsos (WESTIN, 2019). Algumas proibições do regimento disciplinar dos colégios da PM de Goiás, conforme figura 3, reportam sobre:

⁷ Entendendo-se ‘escolas militarizadas’ como sendo instituições escolares civis e públicas vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação que, por meio de convênio passaram a ser geridas em conjunto com militares e/ou passam a contar com a presença desses atuando em diferentes frentes (ALMEIDA SANTOS et. al., 2019).

Figura 3 - Regimento disciplinar dos colégios da PM de Goiás

22. Deixar de cortar o cabelo na forma regulamentar ou tingi-lo e/ou apresentar-se com barba, ou bigode por fazer e costeleta fora do padrão;
23. Apresentar-se com o cabelo fora do padrão, deixando-os soltos com pontas ou mechas caídas (alunas), ou tingido de forma extravagante;
24. Comparecer a qualquer evento escolar com uniforme diferente do determinado pelo Comando do CPMG;
25. Usar as instalações ou equipamentos esportivos do CPMG, sem uniformes adequados, ou sem autorização devida;
26. Usar uniforme diferente do previsto para o CPMG ou faltando quaisquer de suas peças;
27. Sair de forma sem permissão da autoridade competente;
28. Não manter a devida compostura no refeitório (cantina), quer por ocasião de entrada ou saída;
29. Usar distintivos de séries diferentes da sua;
30. Esquivar-se das sanções disciplinares que lhes forem impostas;
31. Trocar de uniformes em locais não apropriados;

Fonte: Westin (2019).

Em 2015 ocorreu o aumento desse modelo escolar nessa região como uma reação do governo do estado frente à greve dos profissionais da educação e, também, como reação aos enfrentamentos públicos promovidos por professores da rede estadual. Ao passo que tal expansão foi uma evidente reação que objetivava entregar as escolas estaduais à Polícia Militar para que professores “não pudessem se opor ao governo do estado, fazer greve ou manifestação, submetendo os profissionais da educação ao rigor disciplinar característico da PM” (ALVES; TOSCHI; FERREIRA, 2018, p. 277). Sobre isso esclarece Santos (2016, p. 25):

Durante um evento solene de entrega de bolsas atleta no Centro Cultural Oscar Niemeyer, em Goiânia, promovido pelo governo de Goiás, o governador Marconi Perillo perdeu o controle ao ser vaiado por educadores da rede estadual durante seu discurso. Os servidores da educação, em greve há mais de trinta de dias, reuniram-se na entrada do Centro Cultural e, durante o discurso do governador, protestaram e vaiaram (SANTOS, 2016, p. 25).

Nesse mesmo ato, citado acima, o governador anunciou novos colégios militares como “castigo” aos “professores baderneiros” (SANTOS, 2016, p. 27). E, se em Goiás a militarização ampliou-se como forma de contenção quanto às reivindicações de reconhecimento ao direito ao trabalho em situações dignas, na amplitude de um governo populista de direita radical ela surge como forma de contenção de uma proposta para educação que vinha se democratizando como ilustra a citação que abre essa seção.

2.3 PECIM: MARCOS LEGAIS E O SIMBOLISMO DOS ACONTECIMENTOS

Os alinhamentos legais relativos ao Pecim ocorreram através de legislações específicas. A figura 4 destaca os principais marcos legais a partir de sua instituição, em 5 de dezembro de 2019, até seu segundo ano de implantação, em 2021:

Figura 4- Principais legislações sobre o Pecim (2019-2021)

2019	2020	2021
 <ul style="list-style-type: none"> • Em 5 de setembro o Decreto 10.004 Institui oficialmente o Programa. • Em 20 de novembro a Portaria 2.015 regulamenta a implantação do Programa para 2020. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Em 07 de outubro a Resolução 14 estabelece os critérios para o apoio técnico e financeiro às unidades escolares. • Em 24 de dezembro a Portaria 1071 regulamenta a implantação do Programa para 2021 	 <ul style="list-style-type: none"> • Em de 28 de outubro de 2021 a Portaria 852 regulamenta sobre a certificação das Escolas Cívico-Militares • Em 24 de novembro de 2021 a Portaria 925 regulamenta sobre a execução do Programa.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do MEC (BRASIL, 2021e).

A análise de cada uma dessas legislações traz informações sobre como o Programa foi se estruturando nos seus primeiros anos e por isso serão destacados seus aspectos mais significativos.

O Decreto Nº 10.004 (5 de setembro de 2019), assinado por Abraham Weintraub (segundo ministro da educação do Governo Bolsonaro, na pasta de 8 de abril de 2019 até 20 de junho de 2020), institui oficialmente o Pecim como um programa nacional de educação. Segundo tal documento a sua finalidade é promover “a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio”. Nele pode ser lido que o Pecim fará dois tipos de ações envolvendo o “fomento” (transformar escolas públicas civis em escolas militarizadas) e “fortalecimento” das Escolas Cívico-Militares (para aquelas que já existiam como as do estado de Goiás) (BRASIL, 2019, n.p).

Entre os princípios do Programa está “o fortalecimento de valores humanos e cívicos e a adoção de modelo de gestão escolar baseado nos colégios militares” (BRASIL, 2021e). Também é informado que o Pecim visa a melhoria da qualidade de gestão de processos que envolvem os comportamentos dos alunos (“educacionais”) e a administração das unidades (“administrativos”) a partir da inserção de militares nessas atividades. Sobre a seleção desses militares, quando provenientes das Forças Armadas, eles serão contratados como prestadores de tarefa o que será feito pelo próprio Ministério da Defesa. Fica explicitado, ainda, que caso os militares forem das Forças Armadas eles serão necessariamente inativos, mas caso se originarem das Forças Auxiliares dos estados e do Distrito Federal poderão ser da reserva e também da ativa (BRASIL, 2019, n.p).

A portaria Nº 2.015 (20 de novembro de 2019), assinada ainda pelo mesmo ministro citado antes, detalha sobre o processo de envio da ‘manifestação de interesse’ e os trâmites operacionais para assinatura do ‘termo de adesão ao Pecim’. Discorre sobre os critérios de seleção das localidades explicitando que o foco, nesse momento inicial, era o alcance do maior número de estados (abrangência). A Portaria detalha de forma mais aprofundada sobre os modelos de pactuação (Disponibilização de Pessoal ou Repasse de Recurso) e define sobre critérios de seleção das escolas como sua localização em regiões de vulnerabilidade social, número de alunos, desempenho no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) entre outros (BRASIL, 2019b, n.p)

A Resolução Nº 14 (07 de outubro de 2020), assinada pelo então ministro da educação Milton Ribeiro (terceiro ministro da educação no Governo Bolsonaro, na pasta de 16 de julho de 2020 a 28 de março de 2022) visava esclarecer que as escolas deveriam fazer a solicitação de recursos financeiros através do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec). Explicita que solicitações de materiais (quadros, cadeiras, mesas, computadores, etc.) serão feitas de formas diferentes das solicitações que requerem reformas na infraestrutura das escolas sendo que essas últimas irão requerer ações e especificações bem mais robustas via sistema (BRASIL, 2020). Esses dados evidenciam que para as escolas efetivamente terem acesso a recursos financeiros, diretamente do MEC, isso exigirá tramites operacionais complexos e pouco ágeis em termos de tempo de recebimento.

A Portaria Nº 1.071 (24 de dezembro de 2020), assinada na véspera do Natal, regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares para o ano de 2021. Nela, vemos a previsão de 54 escolas para 2021, mas três meses depois esse número foi alterado pelo MEC para 74 escolas (ANDES, 2021). Nessa portaria observa-se, de forma mais explícita, que a seleção das escolas terá como critério “eliminatório” a “disponibilidade

insuficiente de pessoal inativo e residente das Forças Armadas para atuarem nas Ecim, com base no cadastro de localização de pessoal inativo do Ministério da Defesa” (BRASIL, 2020b, n.p). Apesar do Pecim poder contar com outros militares, o que ficará mais claro adiante, esses dados mostram que os militares das Forças Armadas são os atores preferidos no Pecim.

A Portaria Nº 852 (28 de outubro de 2021) divulgada um mês antes da cerimônia oficial de certificação das Ecim, tinha como objetivo divulgar questões regulamentares para certificação das escolas. Nela, observa-se que a certificação tem como “objetivo demonstrar que a gestão do Pecim é efetivamente aplicada na escola”. São definidos três níveis de certificação: Básico, Intermediário e Avançado que correspondem aos seguintes critérios: Nível Básico - Nível inicial da certificação, baseado na aplicação do modelo da Ecim, em que se deve considerar se a escola conseguiu implementar os requisitos previstos nas Diretrizes; Nível Intermediário - Além da aplicação dos requisitos previstos, nesse nível devem ser observados os primeiros resultados obtidos das Iniciativas Estratégicas do Pecim e o Nível Avançado - Nesse nível de certificação são avaliados, além da aplicação e dos resultados, também a implementação de ‘Iniciativas Estratégicas’. Por sua vez, os “Objetivos estratégicos e as Iniciativas Estratégicas do Pecim” dizem respeito aos seguintes quesitos: atingir as metas do Ideb, melhorar o aprendizado dos alunos em língua portuguesa e matemática e a assiduidade e pontualidade da equipe escolar, além de elevar médias da escola no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) (BRASIL, 2021).

A Portaria Nº 925 (24 de novembro de 2021), assinada também por Milton Ribeiro que seria exonerado do cargo de ministro quatro meses mais tarde por suspeitas de corrupção na pasta, estabelece as normas para a execução do Pecim em 2022. Aqui já se percebe um registro de que o número de escolas seria ampliado para 89 unidades no ano de 2022 (lembrando que a previsão inicial era 54 por ano). Também se observa uma nota quanto aos investimentos a qual informa sobre “apoio financeiro, conforme disponibilidade orçamentária” diferente do que, até então, era informado pelo governo federal e que dizia que cada escola iria receber 1 milhão de reais - sem menção sobre questões orçamentárias limitantes (cf. MEC, 2021b). Traz, ainda, uma informação nova que diz sobre as escolas gerarem dados/informações (“evidências” como descrito no documento) que, entre coisas, justifiquem o Programa e promovam sua divulgação e publicização (BRASIL, 2021b, n.p).

De forma resumida, é possível retirar as seguintes conclusões dos marcos legais descritos acima: i) a existência de uma representação na qual modelos de gestão aplicados em colégios militares são melhores do que aqueles aplicados em escolas civis, argumento que é utilizado para justificar a militarização; ii) observa-se que o foco inicial do Programa é sua

expansão em todo território nacional, mas não em qualquer região, pois a militarização promovida pelo Pecim é algo exclusivo para populações economicamente pobres; iii) constata-se que solicitação de recursos financeiros por parte das escolas é um processo muito mais complexo do que a informação inicial do MEC a qual dizia que cada escola, ao aderir ao Programa, teria a sua disposição um milhão de reais; iv) nota-se um manifesto interesse em uma rápida ampliação do Programa, mas que ao mesmo tempo isso é bastante dependente dos militares das Forças Armadas no que tange a sua disponibilidade/interesse, assim como, v) percebe-se a preocupação do governo em promover ‘evidências’ positivas sobre o Pecim por parte das escolas.

A promulgação das legislações comentadas antes produziu, também, acontecimentos operacionais e também simbólicos que auxiliam a compreender como se deu seu processo de implementação. Alguns daqueles que mais se destacaram podem ser melhor ilustrados de forma cronológica.

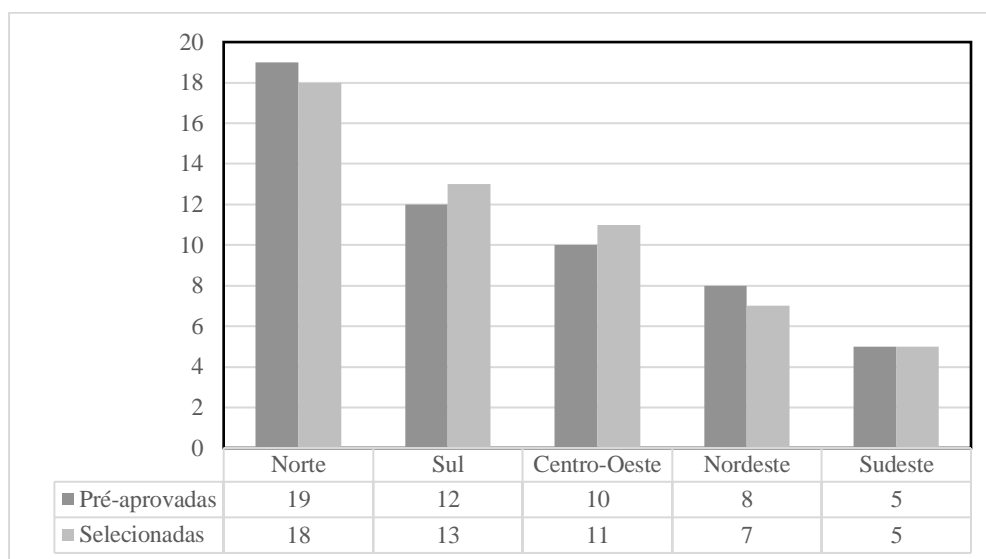
No mesmo mês que foi divulgado o Decreto que criava o Pecim, *em setembro de 2019*, as escolas interessadas em aderir deveriam enviar suas candidaturas. Conforme instruções contidas na Portaria nº 2.015 os estados, municípios e Distrito Federal interessados deveriam fazê-lo por meio de manifestação de interesse a ser realizada pelo Governador ou pelo Secretário de Educação ou, ainda, pelo Prefeito (no caso dos municípios). Foi nesse momento que o Manual das Escolas Cívico-Militares, documento basilar para implementação do Pecim, uma vez que “tem como finalidade orientar os entes federativos, participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no tocante à implantação e ao funcionamento das Escolas Cívico-Militares (Ecim)” (BRASIL, 2020c, p. 2) passou a ser distribuído, exclusivamente, para as secretarias de estaduais de educação interessadas na adesão. Para que se documento se tornasse público foi necessária uma ação movida pela agência independente ‘Fiquem Sabendo’, especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI)⁸. Somente a partir dessa requisição que o manual das Escolas Cívico-Militares se tornou efetivamente acessível ao público em geral e posteriormente foi divulgado no site do MEC.

Apenas dois meses depois da promulgação do decreto que instituía o Pecim, *em novembro de 2019*, o Ministério da Educação já havia divulgado a lista com as 54 escolas ‘pré-

⁸ A Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, promulgada pela então presidente Dilma Rousseff, é uma lei federal que regulamenta o que prega a Constituição Federal de 1988 no sentido de assegurar o direito fundamental de acesso às informações produzidas ou armazenadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os governos Lula-Dilma foram marcados pela consolidação de formas de transparência das informações públicas através da reformulação de estratégias de comunicação do governo.

aprovadas' para aderir ao Programa. Destas, 38 eram estaduais e 16 municipais, localizadas em 23 estados e no Distrito Federal. Entre essas escolas, 19 estavam na Região Norte, 12 na Região Sul, 10 no Centro-Oeste, 8 no Nordeste e 5 no Sudeste (BRASIL, 2020d). Sendo que, *em fevereiro de 2020*, o Ministério da Educação já havia definido e também divulgado publicamente quais seriam as 54 instituições de ensino aprovadas para implementar o projeto-piloto com início a partir de março de 2020. Essa lista foi divulgada pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub em audiência pública. Nela, pode-se observar que para a região Norte foram selecionadas 18 escolas, Sul 13 unidades, Centro-Oeste 11, Nordeste 7 e Sudeste 5 escolas. Números relativamente divergentes daquele informado inicialmente quanto as escolas 'pré-aprovadas' por região, mas igualmente totalizando 54 unidades no cômputo geral. A figura 5 ilustra o número de escolas pré-aprovadas *versus* as aprovadas para implementar o Pecim no seu primeiro ano de existência.

Figura 5 - Escolas pré-aprovadas *versus* aprovadas (2020)



Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2021e)

O primeiro ano de implementação do Pecim (2020) foi marcado pela crise sanitária mundial ocasionada pela pandemia de Covid-19. Em todo o país as escolas públicas e privadas iniciaram seu fechamento para conter a disseminação da doença ainda em março de 2020. Apesar disso, algumas Escolas Cívico-Militares continuaram funcionando regularmente nos estados de Santa Catarina, Distrito Federal e Pernambuco (CARVALHO, 2020). O Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica denunciou ao Ministério Público Federal sobre esse episódio, bem como o fato do governo federal ter enviado um e-mail aos servidores civis e militares de unidades que estivessem em processo de

implementação do Pecim para que retornassem às escolas caso tivessem suspenso as aulas presenciais (CARVALHO, 2020). Após essa ação junto ao Ministério Público e com o agravamento da pandemia essas unidades foram formalmente fechadas, as aulas foram ministradas de forma remota e, em muitos casos, permaneceram assim por quase dois anos⁹.

Mesmo com as escolas fechadas e sem uma previsão para o início das aulas presenciais, já em abril de 2020 o governo federal havia contratado pelo menos 141 militares da reserva das Forças Armadas para atuar nas escolas. Segundo reportagem publicada pela CNN em 27 de agosto de 2020, a partir de dados obtidos novamente após ação legal por meio da Lei de Acesso à Informação, identificou-se que esses militares já recebiam remuneração (RODRIGUES; TOLEDO, 2020). Um dia depois da referida reportagem o MEC publicou a exoneração do então primeiro diretor de políticas para Escolas Cívico-Militares, Aroldo Ribeiro Cursino. O que, por sua vez, não impediu que militares continuassem sendo contratados nem mesmo deixassem de seguir recebendo como ficou evidente em janeiro de 2021 de acordo com as informações sobre a remuneração de militares do Exército obtidas mediante o pedido 60502.002676/2020-6 via Lei de Acesso a Informação (LAI). Nesse documento é possível identificar o nome desses militares, suas funções, local de trabalho, data da nomeação e quanto receberam durante o ano 2020 (ver FIQUEM SABENDO, 2021).

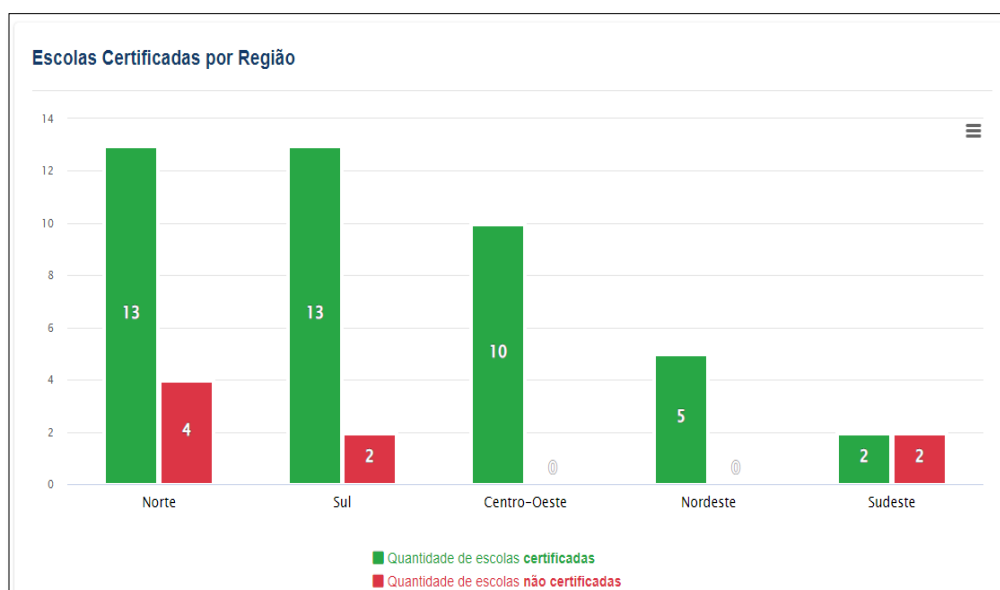
Já *no início do seu segundo ano* de implementação, em março de 2021, o Ministério da Educação (MEC) anunciou a ampliação no número de Escolas Cívico-Militares (Ecim) como já se comentou anteriormente. E quanto a isso cabe reiterar que no lançamento oficial do Pecim o comunicado oficial do MEC era de implementar 54 escolas por ano (216 no total até o final de 2023), mas uma revisão no acordo entre o MEC e o Ministério da Defesa fez com que a quantidade fosse estendida para mais 74 instituições por ano já em 2021. Nas palavras do ministro da educação Milton Ribeiro: “Nós estamos, neste ano de 2021, antecipando a meta que seria alcançada somente em 2023 e teremos 216 Escolas Cívico-Militares até o final de 2022” (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

No final do segundo ano, em 24 de novembro de 2021, foram oficialmente certificadas as escolas que haviam implementado o Pecim no ano anterior. A certificação ocorreu durante cerimônia realizada no Palácio do Planalto com participação do presidente da república e do então ministro da educação Milton Ribeiro, entre outras autoridades. Assim, das 54 escolas que

⁹ No estado do Rio Grande do Sul, por exemplo, o governo gaúcho determinou o retorno obrigatório das aulas presenciais para estudantes da Educação Básica o que inclui educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, de todas as redes de ensino do Estado em novembro de 2021 (cf. DECRETO Nº 56.171, DE 29 DE OUTUBRO DE 2021).

havia sido pré-selecionadas em 2020, 51 delas deram seguimento a implementação do Pecim e desse total 43 foram certificadas nesse dia. Essas 43 escolas pertenciam a cinco regiões, sendo 13 escolas na região Norte, 13 no Sul, 10 no Centro-Oeste, 5 no Nordeste e 2 no Sudoeste (OBSERVATÓRIO SOCIAL PECIM, 2022)¹⁰. A figura 6 ilustra a distribuição de escolas certificadas por região.

Figura 6 - Escolas (Ecim) certificadas em 2020



Fonte: Observatório Social Pecim (2022)

No início do terceiro ano de implantação do Programa, em fevereiro de 2022, o MEC divulgou, através de seu Canal do YouTube o 1º seminário nacional de boas práticas do Pecim (1º SEMINÁRIO NACIONAL, 2022a, 2022b). Nele, diretores, coordenadores pedagógicos e militares foram selecionados para apresentarem experiências de enfrentamento à Covid-19 durante as aulas que se seguiram de forma híbrida ou remota¹¹ no ano de 2021.

Com destaque, nesse evento virtual foram apresentados os dados de desempenho do Pecim confeccionados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), uma Organização

¹⁰ Foram encontradas inconsistências no material divulgado pelo Observatório Social Pecim (2022), controlado pelo Governo Federal, no que se refere a região Sul. Conforme dados do MEC para essa região foram selecionadas 13 escolas (BRASIL, 2021e), contudo, como se observa no relatório divulgado pelo observatório, o somatório de escolas conta com 15 unidades (13 certificadas e 2 não). As demais regiões não apresentaram distorções nesse sentido. Uma mensagem foi enviada pela pesquisadora através do site do MEC sobre tal inconsistência, contudo não foram obtidas respostas até o momento de defesa dessa tese.

¹¹ No ano de 2021 ocorreu o agravamento da pandemia de Covid-19 o qual foi marcado por uma violenta segunda onda do novo coronavírus no país, pelo colapso do sistema de saúde em várias regiões, pelo surgimento de novas variantes do vírus SARS-CoV-2 muito mais transmissíveis, mas também pelo avanço da vacinação (BUTANTAN, 2021). No que se refere as escolas, elas foram reabertas para aulas presenciais, dependendo da posição de cada estado/governador, mas de forma geral 70% das escolas da rede pública ainda atuavam na modalidade remota ou híbrida ao menos até abril de 2021 (cf. CONSED, 2021).

Social contratada pela União e que tinha o Ministério da Educação (MEC) como seu interveniente. Segundo a diretora do CGEE, os trabalhos realizados eram focados nas necessidades apontadas pelo ministério para o qual “desenvolvem conjuntamente todos os produtos para atender as necessidades trazidas”, sendo que “para nós foi trazido que queriam que esse Programa [o Pecim] fosse muito bem-sucedido” (1º SEMINÁRIO NACIONAL, 2022a). Conforme complementou a diretora, o CGEE trabalha em uma metodologia própria “para que haja argumentação” que justifique o Pecim (1º SEMINÁRIO NACIONAL, 2022a) sendo que a divulgação dos resultados seria feita através de mídias sociais como o Facebook e Twitter. Essa narrativa oficial, reforçada de forma contundente no evento, é um componente relevante de ser observado. Isso porque a produção de legitimidade sobre determinada forma organizativa também tem a ver com a produção de relatos. Sobre isso já identificaram Meyer e Rowan (1991) que organizações que não possuem relatos legítimos e aceitáveis de suas atividades são mais vulneráveis às alegações de que são negligentes, irracionais ou mesmo desnecessárias.

Ainda assim, e apesar da evidente preocupação com a produção de conteúdos positivos sobre o Pecim, nos quatro meses seguintes a esse evento os dados apresentados pelo CGEE não estavam disponíveis formalmente em canais de comunicação governamentais. Isso ocorreu somente a partir de junho de 2022, depois que a agência ‘Fiquem Sabendo’ entrou com um novo pedido via Lei de Acesso à Informação quando, então, os resultados foram tornados públicos. Como resultado dessa ação, essa agência obteve as informações sobre a metodologia de certificação das escolas bem como ao ‘Relatório sintetizado dos primeiros resultados’ (FIQUEM SABENDO, 2022).

De modo geral, esse relatório continha as iniciativas estratégicas adotadas durante o processo de certificação e os resultados que as escolas obtiveram nessas diferentes iniciativas propostas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). As iniciativas diziam respeito à gestão escolar (GE), ao ambiente escolar (AE), às práticas pedagógicas (PP) e ao 'aprendizado e desempenho'. (ADEA).

No que se refere a essa última estratégia (ADEA) um dos seus objetivos era o de elevar as médias da escola no Enem (denominado no relatório como IE18) - uma das justificativas para a militarização como se viu antes. Contudo, particularmente esse objetivo não constava nos resultados obtidos no gráfico que tratava especificamente sobre esse tópico, mesmo que os resultados do Enem de 2021 (ano da coleta dos dados por parte do CGEE) tenham sido disponibilizados antes desse evento. Apesar do relatório apresentar vários índices com resultados positivos aquilo que foi chamado de Índice Pecim (IPECIM) e que é a soma de todas

as iniciativas estratégicas descritas acima mostrava que 67% das escolas que passaram pelo processo de certificação tiveram valores abaixo da média esperada (ver OBSERVATÓRIO SOCIAL PECIM, 2022).

O conjunto de eventos descritos até aqui mostra detalhes simbólicos uma vez que refletem duas características principais do processo de implantação do Pecim: a narrativa de sucesso pouco fundamentada em evidências e a tentativa de acelerá-lo.

De forma sintética, foi possível perceber que o Programa foi colocado em execução entre 2020-2021, ou seja, durante momentos críticos da pandemia de Covid-19 no Brasil. E apesar da celeridade com que foi implantado, informações fundamentais sobre o mesmo só se tornaram disponíveis publicamente após solicitações via Lei de Acesso a Informação. Ao longo de 2021 diretores e coordenadores de Escolas Cívico-Militares produziram relatos sobre ‘boas práticas’ e os apresentaram em um seminário virtual. Nesse evento foi possível constatar que o governo estava trabalhando em conjunto com uma Organização Social para produzir argumentos que justificassem que o Pecim se tratava de um Programa ‘bem-sucedido’, contudo os dados apresentados, em linhas gerais, não mostravam essa realidade. Insucesso que também marcou a passagem do primeiro diretor do Pecim exonerado do cargo após denúncias de que os militares contratados já estavam recebendo valores quando muitas escolas ainda estavam fechadas e/ou se adaptando ao ensino remoto. Fato que, por sua vez, não impediu que militares continuassem recebendo valores mesmo após tal episódio.

2.4 O PECIM E SEU ‘PRODUTO’: AS ECIM

Durante a minha pré-campanha e campanha, também, eu falei que caso eleito, criaria um colégio militar em cada capital de estado que porventura não tivesse” [mas como esclarece isso não foi possível] mas não tivemos como implementar essas escolas porque elas custam dinheiro [...] E o que surgiu em nosso governo, dada a impossibilidade de um colégio militar? As Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2021c).

A fala acima proferida por Bolsonaro durante cerimônia de certificação das Ecim revela que as Escolas Cívico-Militares (Ecim) não faziam parte da intenção original do então presidente. Frente a impossibilidade de criar colégios militares do exército, a ação de seu governo para promover a militarização foi criar um tipo de simulacro desses últimos. Esse tipo de medida pode ser associado a uma busca por legitimidade através da imitação de outros modelos já reconhecidos socialmente (SUCHMAN, 1995).

Como já se antecipou antes, no âmbito da educação básica, colégios militares (CM) são organizações militares que integram o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), um dos

subsistemas do Sistema de Ensino do Exército, e estão diretamente subordinados à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA). Esses colégios objetivam atender primeiramente aos dependentes de militares de carreira do Exército. De modo que nestas unidades a maior parte dos alunos são filhos de militares e os civis, interessados em ingressar nessas instituições, são submetidos a uma prova que seleciona os alunos que obtiverem as notas mais altas (SAUER, 2019).

No Brasil existem quatorze colégios militares¹² os quais foram fundados, sobretudo, entre os anos 1950 e 1970 e estão localizados em Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Juiz de Fora, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Santa Maria e São Paulo (BRASIL, 2022). Tais colégios possuem autonomia para montar seus próprios currículos e sua estrutura pedagógica além de disporem de militares em seu quadro de professores. A proposta educativa dos CM, apesar de ter como base a legislação federal de educação, obedece às leis e aos regulamentos em vigor no Exército assim como é desenvolvida segundo os valores e as tradições dessa Força (ALMEIDA SANTOS, 2019).

Como exposto na fala anterior do então presidente, colégios militares “custam dinheiro” o que está diretamente atrelado ao alto investimento que essas unidades dispõem. São locais que, de modo geral, possuem estruturas diferenciadas em relação aos colégios públicos como laboratórios de química e de robótica, quadras poliesportivas, bibliotecas, idiomas estrangeiros, clubes e grêmios de leitura, iniciação esportiva, atividades comunitárias e beneficentes, além de viagens e intercâmbios (SAUER, 2019). Como resultado, cada aluno de um Colégio Militar custa, em média, três vezes mais do que um estudante de uma escola pública regular (valores de referência). Isso significa que são investidos por aluno/ano cerca de R\$ 19 mil os quais são custeados em sua maior parte pelo Exército e complementados através de taxas mensais (CADARFO; JANSEM, 2018). Taxas que, por sua vez, correspondem a aproximadamente 16% do custo total por aluno e que são provenientes de valores pagos pelos pais e responsáveis¹³.

Esses dados são importantes para diferenciarmos uma escola militar de uma escola militarizada. A instituição Escola Militar, existente há bastante tempo (CASTRO, 2021), “organiza-se com base em rígida hierarquia, férrea disciplina e obediência incontestável aos

¹² Além desses colégios de educação básica, o Exército possui as escolas de formação dos seus oficiais, como a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN); Escola de Sargentos das Armas (ESA); Escola de Saúde do Exército (EsSEx); Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx); Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx); Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog).

¹³ Essas arrecadações compulsórias exigidas das famílias somam por mês quantias expressivas. Tomando como base o Colégio Militar de Porto Alegre que tem em média 1.100 alunos (CMPA, 2018) e que o valor médio da taxa cobrado por colégios militares do exército no Brasil é de R\$ 250 para alunos do ensino médio (AGENCIA BRASIL, 2018) pode-se estimar que a arrecadação mensal que é proveniente de contribuição (compulsória) e vem diretamente das famílias é de aproximadamente R\$ 275 mil reais mensais nessa unidade (dados de 2018).

superiores” sendo que o ensino escolar civil – que têm seus princípios derivados do Artigo 206 da Constituição Federal de 1988 – baseia-se em princípios como a gratuidade, igualdade de condições para o acesso e a permanência, liberdade de divulgar o pensamento, pluralismo de ideias e gestão democrática (SAUER; SARAIVA, 2019, p. 596). Considerando essas últimas particularidades, a militarização muda essa perspectiva à medida que insere uma nova cultura nesses locais.

Frente a isso, as Ecim surgem como uma forma híbrida que transita no entremeio de uma organização¹⁴ educacional civil e uma organização educacional militar produzindo uma forma de gestão, padrões de ensino e modelos pedagógicos particulares. A figura 7, apresentada pela Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares em audiência pública, para explicar esse modelo, ilustra sobre essa perspectiva de hibridez.

Figura 7 - Print da tela de apresentação Secim



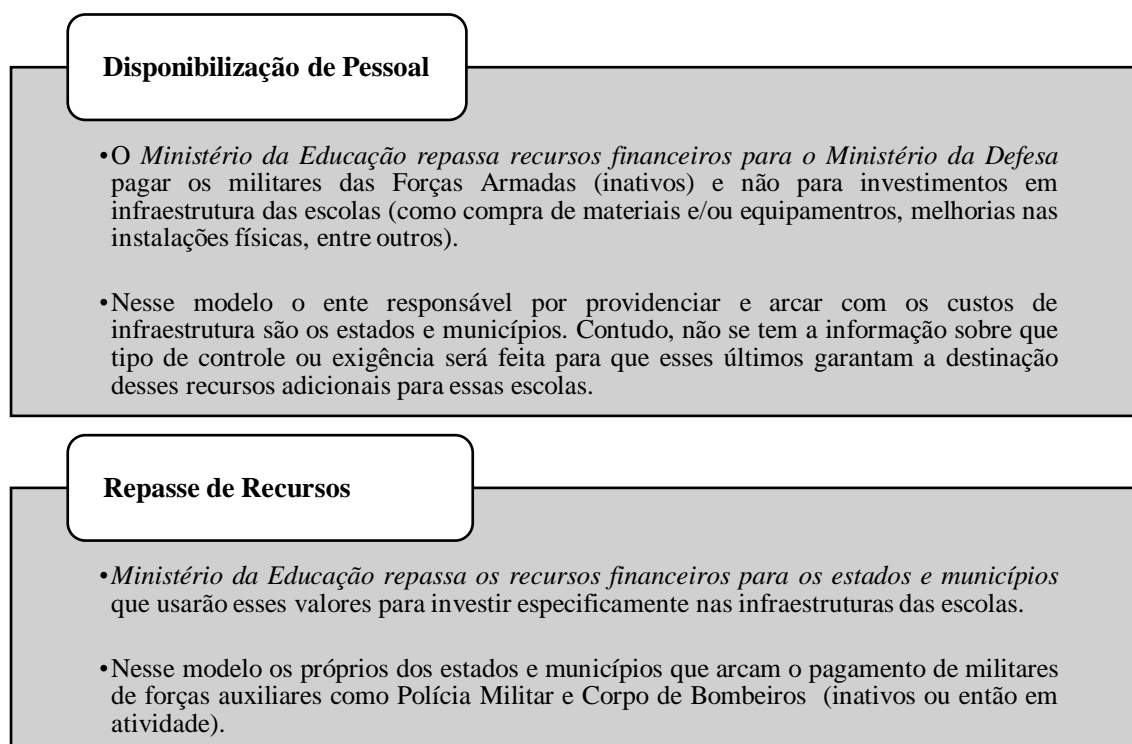
Fonte: Câmara (2019)

Conforme os artigos que formam o primeiro capítulo do Manual das Escolas Cívico-Militares (BRASIL, 2020c), as Ecim são estabelecimentos públicos de ensino regular estaduais ou municipais, que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico Militares e contam com o apoio técnico da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (SECIM) para implantação, acompanhamento, avaliação e certificação do modelo.

¹⁴ A escola pode ser interpretada como uma instituição no sentido de propagar um conjunto de valores estáveis e intrínsecos que são fundamentais à unificação cultural, linguística e política de determinada sociedade. Assim como ser considerada uma organização, uma vez que se trata de uma forma ordenada e estruturada de planejar uma ação e ter condições de efetivá-la, além de se estruturar com base em modos específicos de organizar espaços, os tempos, os agrupamentos dos alunos e as modalidades de relação com o saber (SOARES, 2011).

Para as escolas fazerem parte do Programa e receberem investimentos públicos existem duas¹⁵ ‘formas’ de adesão: I - Modelo de Disponibilização de Pessoal e II - Modelo de Repasse de Recursos. Conforme decreto nº 1071, também comentado antes, nos locais onde houver militares das Forças Armadas disponíveis será o próprio Ministério da Defesa que irá selecioná-los e fará o seu pagamento por meio do valor que será repassado pelo MEC (modelo de disponibilização de pessoal). Onde não houver militares das Forças Armadas suficientes, os estados e os municípios se responsabilizarão por contratar e alocar militares e/ou policiais de suas corporações que, nesse caso, serão pagos pelos próprios estados. A figura 8 detalha as particularidades de cada uma das formas de adesão.

Figura 8 - Disponibilização de Pessoal versus Repasse de Recursos



Fonte: elaborado pela autora com base na Portaria nº 1071 (BRASIL, 2020b)

No que se refere aos ‘parâmetros’ para a adesão, poderão aderir ao Programa os estados e municípios que possuam escolas que atendam a critérios tais como: pertencer a uma situação de vulnerabilidade social (e, portanto, localizadas em regiões economicamente pobres); ter tido baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); estar localizadas na capital do estado ou na respectiva região metropolitana; oferecer as etapas Ensino

¹⁵ Está previsto no Decreto nº 10.004 de 5 de setembro de 2019 também a modalidade de escolas “autofomentadas”, e nesse caso não há o recebimento de recursos especiais por parte do Ministério da Educação.

Fundamental II e Médio o que corresponde, em regra, a estudantes entre 11 e 17 anos e atender de 500 a 1000 alunos nos dois turnos, manhã e tarde, uma vez que as escolas públicas que se tornarem Ecim não poderão ter aulas à noite. Também é prevista uma consulta pública com a aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo (BRASIL, 2021e).

Conforme o documento ‘Diretrizes das Escolas Cívico-Militares’ a organização geral das Ecim tem a seguinte composição: I – Gestão Administrativa, II – Gestão Didático-Pedagógica e III – Gestão Educacional (BRASIL, 2021d).

A *Gestão Administrativa* compreende a Direção da Escola a qual compõe os seguintes cargos e funções: a) Diretor Escolar; b) Vice-Diretor Escolar; c) Oficial de Gestão Escolar e d) Secretário Escolar e Assistentes Administrativos. Na Gestão Administrativa, o Diretor e o Vice-Diretor organizam e gerenciam a escola. O Oficial de Gestão Escolar (um militar) é assessor direto do Diretor nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e também administrativa de modo que no organograma do Pecim ele se encontra acima do vice-diretor (BRASIL, 2020c). O Secretário e os Assistentes administrativos são responsáveis pela documentação de docentes, discentes e funcionários, pelo financeiro e pelo patrimônio da escola. A Gestão Administrativa desenvolve atividades com vistas à otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros, além de zelar pela manutenção dos componentes físicos da unidade escolar.

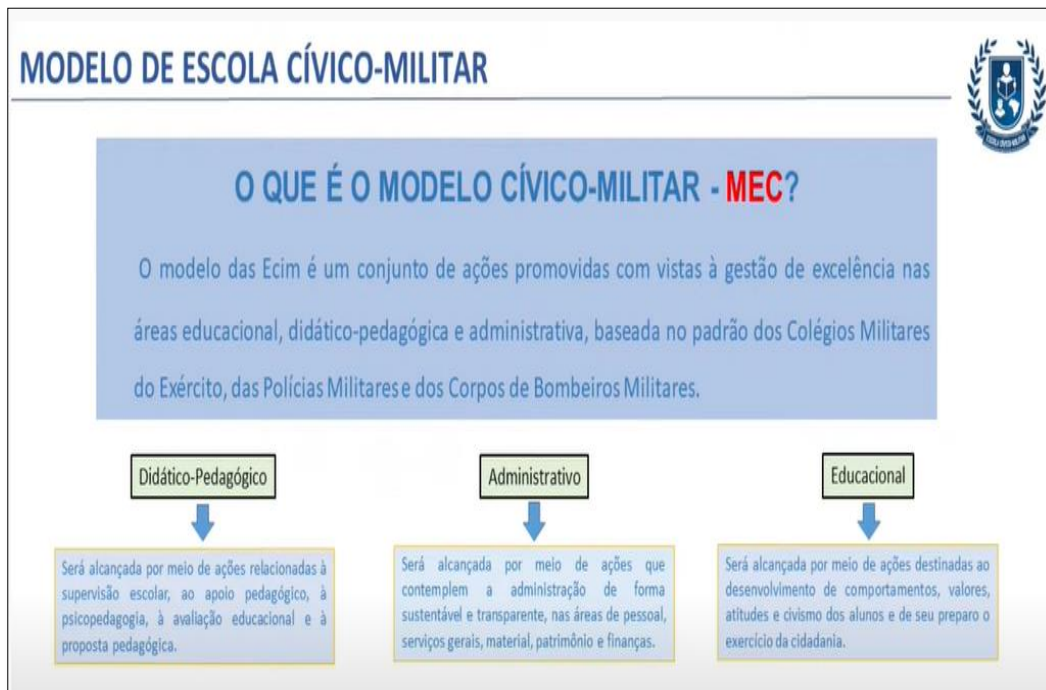
A *Gestão Didático-Pedagógica* compreende a Supervisão Escolar (Coordenação Pedagógica) a qual compõe os seguintes cargos e funções a) Coordenador Pedagógico; b) Psicopedagogo; e c) Corpo Docente. Ela é responsável pelas atividades de apoio ao processo de ensino e aprendizagem conferidas aos docentes,

A *Gestão Educacional* é formada por militares e/ou policiais e compreende o Oficial de Gestão Educacional e os Monitores. Na Gestão Educacional, o Oficial de Gestão Educacional é o coordenador dos monitores sendo que esses últimos cooperam nas ações pedagógicas (cf. BRASIL, 2021d). Ainda, as “tarefas do Corpo de Monitores são complementares às do Corpo Docente e todos fazem parte da mesma equipe, liderados pelo Diretor Escolar” (BRASIL, 2021d, p. 20). Nas Ecim a Gestão Educacional promove atividades, com vistas “à difusão de valores humanos e cívicos para estimular o desenvolvimento de bons comportamentos e atitudes do aluno” (BRASIL, 2021d, p. 13).

Assim, conforme as informações oficiais os militares e/ou policiais (Forças Armadas e/ou Forças Auxiliares) atuam na gestão administrativa bem como ocupam-se da parte educacional/disciplinar diretamente com os alunos (BRASIL, 2020c, p. 28).

A figura 9, apresentada durante o Primeiro Seminário de Boas práticas do Pecim, resume esses pontos a partir da ótica do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE):

Figura 9 - Modelo de Escola Cívico-Militar



Fonte: 1º SEMINÁRIO NACIONAL (2022a)

Uma "gestão de excelência", conforme a figura 9, poderia ser alcançada à medida que os militares adentram as escolas e "assessoram" (como no caso do Oficial de Gestão Escolar) ou simplesmente "cooperam" (como no caso do Oficial de Gestão Educacional e os monitores) em todo um conjunto de ações que são baseadas naquilo que é feito dentro de colégios militares - mesmo que esses militares não tenham estudado ou feito parte de colégios desse tipo já que isso não é uma exigência conforme documentos oficiais do MEC.

Mesmo atuando nessas ações, paradoxalmente, militares e policiais "não serão considerados, para todos os fins, como profissionais da educação básica" conforme o Decreto nº 10004 que institui o Programa (BRASIL, 2019, n.p). Ainda assim, no que se refere aos profissionais do magistério, o Pecim descumpra o artigo 61 da LDB, que delimita quem está habilitado e legalmente autorizado ao trabalho no ensino. Segundo essa lei a experiência docente é pré-requisito necessário para o exercício de quaisquer funções ligadas ao magistério, sendo considerados função do magistério, além do exercício da docência, a direção, a coordenação ou mesmo formas de assessoramento pedagógico (XIMENES; STUCHI, MOREIRA, 2019).

2.5 UMA IDEOLOGIA SE ASSENTA EM INTERESSES MATERIAIS

A justificativa para a criação das Escolas Cívico-Militares (Ecim) baseada na narrativa de uma melhor classificação dos colégios militares em provas nacionais relacionadas a área da educação é frágil ao menos por três razões. Primeiro os recursos financeiros investidos em colégios militares são significativamente maiores do que o de escolas públicas, como se viu. Segundo, Institutos Federais e Colégios de Aplicação têm um desempenho superior em outros índices como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a principal prova nacional para admissão à educação superior (BARBOSA, 2021) e terceiro, em colégios militares, focados em/para filhos de militares, os estudantes normalmente pertencem às classes com maior poder aquisitivo e condições sociais, culturais e econômicas diferentes dos alunos da rede pública, particularidades que influenciam nos resultados e no desempenho dos discentes (SOARES, 2019).

Ao passo que o tema dos investimentos é importante e tem levantado questões no debate atual, pois a análise de custos e benefícios é um aspecto fundamental na avaliação de toda política pública. Estudiosos da área da educação com Pinheiro, Pereira e Sabino (2019) têm questionado se os recursos que estão sendo investidos neste ‘novo’ modelo não deveriam ser partilhados entre as demais escolas públicas para melhorar a infraestrutura, reduzir o número de alunos por sala, aumentar os salários dos professores e, conseqüentemente, melhorar a qualidade da educação de forma mais ampla. Contudo, no contexto do Pecim, o tema é ainda mais controverso, pois os recursos não vão, na sua maioria, para as Ecim.

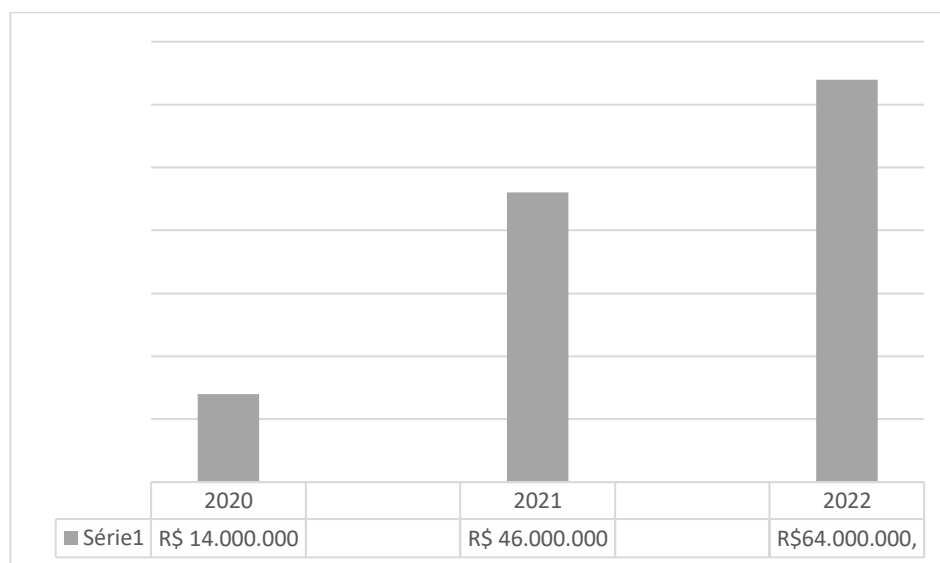
A informação divulgada pelo MEC no início do Programa, e ainda disponível em seus canais de internet (dados de abril de 2022), é de que escolas que aderem ao Pecim recebem investimentos especiais em relação as demais escolas públicas, sobre o que se lê “Em 2020, o MEC destinará R\$ 54 milhões para levar a gestão de excelência cívico-militar para 54 escolas, sendo R\$ 1 milhão por instituição de ensino” (BRASIL, 2020d, n.p). A possibilidade de acesso a tal recurso financeiro motivou a adesão¹⁶.

Dados obtidos pela imprensa quanto aos recursos destinados (ou previstos) anualmente para o Pecim revelam que os valores empenhados foram gradativamente ampliados. De 2020 para 2021 o incremento foi de aproximadamente 328% e de 2021 para 2022 a previsão de

¹⁶ Mas, não se restringe a isso, pois fatores como concordância ideológica, ganhos políticos, ausência de segurança, histórico de falta de investimentos por parte dos estados e municípios entre outros, também precisam ser considerados.

acrécimo chegou a 139% (MINORIA, 2022). A figura 10 ilustra esses valores anuais em milhões de reais.

Figura 10- Recursos destinados ao Pecim (2020-2022)



Fonte: Elaborado a partir de dados da imprensa (MINORIA, 2022)

Contudo, mais da metade são transferidos ao Ministério da Defesa para pagamento de militares inativos das Forças Armadas e não vão, efetivamente, para as escolas como forma de investimento como, por exemplo, para compra de materiais escolares e melhorias em sua infraestrutura (ver BRASIL, 2020d).

A análise dos dados obtidos em de janeiro de 2021 pela agência Fiquem Sabendo que requisitou a informação sobre quem eram e quanto recebiam os servidores militares que atuavam nas Escolas Cívico-Militares mostrou que os 96 militares do Exército contratados pelo Programa receberam no total R\$ 2.155.551,23 em 2020. No que se refere a ‘quem eram’ os militares, apenas a Aeronáutica, disponibilizou cópias integrais dos documentos entregues pelos servidores quando se inscreveram para participar do Pecim (ver FIQUEM SABENDO, 2021).

Uma apreciação detalhada desse material, fornecido pela Aeronáutica (Forças Aéreas Brasileiras – FAB), permitiu observar que muitas fichas foram apenas assinadas pelos militares. E, quando preenchidas, inconsistências nas informações se mostraram visíveis (para um exemplo, ver Anexo A). Ilustram tal afirmativa: para um tenente, seus cursos Técnico em Transações imobiliárias e Desenho mecânico pontuaram 10 pontos cada um na categoria denominada ‘Cursos de Formação de Nível Superior nas áreas de ensino e educação’; para um soldado, seu curso de ‘English Basic’ de 60hs pontuou 5 pontos no item denominado ‘Cursos profissionais militares na área de ensino e educação; para um Terceiro Sargento seu curso de

preparação para entrar na reserva (“Curso para Reserva e Aposentadoria”) de 120hs/aula pontuou em 5 pontos no item relativo a ‘cursos profissionais militares nas áreas de administração/gestão de pessoas/psicologia/assistência social’; para outro Terceiro Sargento nas suas informações sobre ‘formação de nível superior’ constava o curso de Psicologia (inconcluso) iniciado no segundo semestre de 1989 e finalizado seis meses depois o qual também pontuou em 10 pontos em sua ficha de inscrição. Ao que se pese que o critério de pontuação é importante na colocação dos militares dentro das Ecim, pois os melhores colocados têm prioridade na escolha dos locais onde desejam atender/atuar.

Além disso, é preciso considerar que essas escolas (Ecim) abrem significativo espaço para formas de recolocação profissional para militares inativos, uma vez que o número previsto de militares (ou policiais, pendendo da forma de adesão) por escola é expressivo. Segundo a portaria 2.015 de 2019 se lê “considerando o mínimo de doze monitores por escolas até o ideal de dezesseis” (BRASIL, 2019b, n.p).

Formas de realocação que são bem remuneradas, pois não são irrelevantes os valores pagos para militares, por exemplo, das Forças Armadas os quais correspondem a um bônus de 30% do seu salário de inativos além de férias, auxílio-alimentação e gratificação natalina. De modo que, nas Forças Armadas, patentes como as de coronel receberam em torno de 7 mil reais por mês somente em adicional (‘bônus’). Como o bônus de 30% incide sobre a renda bruta que já recebem mensalmente, no caso de um coronel, essa última superaria R\$ 20 mil. (FIQUEM SABENDO, 2021).

Informação que foi confirmada em outubro de 2021 após uma nova solicitação movida por meio da mesma lei (LAI) desta vez pelo Jornal Estadão. Os novos dados obtidos por esse jornal indicavam que militares da reserva da Marinha e Aeronáutica receberam, além de sua renda como inativos, em média R\$ 4.130 para atuar nas escolas. Patentes mais altas, como as de coronel e capitão, como já se sabia, chegaram a R\$ 7 mil por mês em adicional. O exército, dessa vez, não informou os dados. De janeiro de 2020 a julho de 2021, Marinha e Aeronáutica pagaram R\$ 10,4 milhões em adicionais a 323 militares da reserva nas escolas. No total 510 militares atuaram em Ecim nesse período (MARQUES, 2021).

Essas informações indicam sobre interesses materiais, econômicos e de classe, sobretudo dos estamentos militares que se beneficiaram de uma política pública (o Pecim) que legitima a sua presença dentro de ambientes escolares de forma explícita. Assim como sugerem sobre a criação de um inusitado ‘mercado’, por parte do então governo, para uma mão-de-obra, que mesmo deslocada de sua formação/experiência profissional originária, auferire retornos financeiros em forma de extrarremuneração que ultrapassam os profissionais dessa área. Nesse

sentido, é indispensável considerar que o piso salarial dos professores brasileiros de R\$ 2.886,24 - o mais baixo entre uma lista de 40 países (OECD, 2021) - é, em muitos casos, menor do que bônus (adicional) que militares recebem para adentrarem tais ambientes escolares.

Cabe destacar, por fim, que apesar do objetivo central do Pecim ser “a melhoria da Educação Básica do Brasil” (BRASIL, 2020c, p. 2) seu real impacto na educação básica brasileira não condiz com essa afirmativa. Particularmente porque foram previstas 216 Ecim dentro de um universo já existente de aproximadamente 178 mil unidades escolares na rede pública (AGENCIA BRASIL, 2022) o que faz com que esse montante represente cerca de 0,1% do número total de escolas públicas do país.

Além de contextualizar sobre o Pecim, as informações apresentadas nesse capítulo sinalizam, introdutoriamente, sobre duas perspectivas. Primeiro, mostra como governos podem priorizar o atendimento de interesses materiais de militares, aspecto que não se restringe ao Governo Bolsonaro (SCHMIDT, 2022), mas que com ele potencializou-se de forma jamais vista desde a redemocratização no Brasil (NOZAKI, 2021). Segundo, evidencia sobre a importância discursiva desse Programa. Ou seja, mesmo que ele não melhore de fato a educação e nem seja representativo enquanto uma política pública de amplo alcance nacional, existe um processo de construção discursiva que o sustenta. Esse processo, por sua vez, legitima formas de comportamento, práticas e modos de relação social os quais serão analisados nessa tese.



CAPÍTULO 3 REFERENCIAL TEÓRICO

NÃO VAMOS RESOLVER O PROBLEMA DO BRASIL

COM INTERVENÇÃO MILITAR COM

BOLSONARO NO PODER

ELABORAÇÃO DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO

CRIMINALIZAÇÃO DO COMUNISMO

3 POPULISMO E MOBILIZAÇÃO DA MILITARIZAÇÃO

Esse capítulo trata do referencial teórico sobre o populismo e apresenta as principais discussões realizadas por estudiosos reconhecidos sobre o tema, com destaque aos trabalhos dos cientistas políticos Margaret Canovan (CANOVAN, 1981, 1999, 2005) e Ernesto Laclau (LACLAU, 1977, 2013). Essas referências serviram de inspiração para os autores aqui tomados como base teórica central que são o holandês Cas Mudde (MUDDE, 2004, 2007, 2013, 2019) e seus trabalhos com o chileno Cristóbal Kaltwasser (MUDDE; KALTWASSER, 2012, 2017). Ainda, considerando que o Brasil possui um longo histórico populista, uma seção particular é destinada a apresentá-lo a partir de nossos processos sócio-históricos. Para tanto, discuto aquilo que alguns dos principais estudiosos brasileiros se dedicaram em relação aos fenômenos populistas ocorridos entre 1950 e 1990. Como explicitado introdutoriamente, a escolha de apresentar as teorias desenvolvidas por estudiosos brasileiros em um segundo momento, não significa que aquilo que se desenvolveu em termos teóricos no Brasil tenha derivado dos autores acima. Pesquisadores brasileiros influenciaram teorias gerais e muitas vezes foram precursores em debates como o próprio tema do populismo. Trata-se, portanto, de uma organização didática para apresentar uma visão conceitual mais geral.

A partir dessa contextualização desenvolvo sobre o cenário recente, pós século XXI, e abordo primeiro os ‘fatores estruturais’ (sociais, econômicos e culturais) a partir de uma reflexão transnacional, uma vez que um olhar mais alargado permite captar que muito do que presenciamos em nosso cenário nacional não está descolado de um contexto de mudanças globais. Após, uma segunda seção é dedicada aos ‘fatores conjunturais’ que dizem respeito à realidade nacional contemporânea de forma mais particularizada. Nessa seção é traçada, ainda, uma linha de interseção entre as ideologias centrais que estruturam o Bolsonarismo possibilitando com isso um aprofundamento sobre a ideologia militarista.

3.1 POPULISMO: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO CONCEITUAL

O contexto social e político que passa a vigorar no Brasil a partir de 2019 é interpretado, nesse estudo, como um populismo de direita e, mais especificamente, situado no espectro de uma direita radical. Posicioná-lo dentro de uma ‘direita radical’ pressupõe esclarecer o que, aqui, é entendido como direita política, bem como o que seria uma manifestação desse tipo quando qualificada como radical. Iniciarei definindo como compreendo a noção de direita *versus* esquerda.

Mesmo que direita e esquerda não se constituam como blocos homogêneos, uma definição geral permitiria considerar que aqueles considerados de direita apoiam posturas conservadoras (como, por exemplo, em relação à postura mais liberal, em termos de valores e costumes, da esquerda), bem como adotam perspectivas nacionalistas e relacionadas a uma ideia de defesa de uma pátria/nação (idealizada) contra pessoas e ideias que queiram corrompê-la (MUDDE; 2019).

Recorrendo a Bobbio (1996), encontraremos distinções chave entre esquerda e *direita* baseadas nos seus pontos de vista em relação a questão da igualdade e desigualdade. Para esse autor, a esquerda tende a considerar que a desigualdade entre as pessoas é criada artificialmente e é algo negativo, ao passo que seria dever do Estado atuar para superar tal situação. Já a direita acreditaria que a desigualdade entre as pessoas é algo natural e positivo e que deveria ser algo defendido e deixado de fora do escopo do Estado. Ampliando esse tópico, Bobbio (1996) associa a esquerda com a persistente luta por igualdade social e a direita com a defesa permanente das diversas formas de desigualdade. Sob essa ótica, aqueles que têm perspectivas igualitárias tendem a crer que as pessoas são iguais entre si (apesar das diferenças) e assim deveriam ser tratadas. Já aqueles que nutrem perspectivas não igualitárias acreditam que as pessoas não são iguais entre si (apesar das semelhanças) e que, portanto, não faria sentido serem tratadas de forma igualitária. Ao passo que igualitários (esquerda) partem da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e, portanto, elimináveis. Inigualitários (direita) por sua vez, pensam de forma oposta, pois acreditam que as desigualdades são naturais e, portanto, inelimináveis (BOBBIO, 1994)

No que se refere a uma direita *radical*, como esclarece Mudde (2019), esse segmento tende a aceitar a essência da democracia, todavia se opõe a elementos que são fundamentais na democracia ‘liberal’ principalmente no que se refere aos direitos das minorias e a separação de poderes. Em tese, a direita radical é pró-democracia (sem adjetivos) até porque, normalmente, acessa o poder através dela. Mas é anti-democracia liberal, pois rejeita a) aquilo que sustenta esse modelo democrático que é o respeito aos direitos das minorias e b) a existência de instituições independentes que sustentam a própria democracia (MUDDE, 2019).

Mas e quanto ao termo *populismo*? Embora tenha grande apelo popular o termo ainda produz frustração e certa perturbação quanto a sua definição. Em parte, porque em diferentes regiões do mundo o populismo tende a ser equiparado, e às vezes confundido, “com fenômenos bastante distintos” (MUDDE; KALTWASSER, 2012, p. 2). Além disso o rótulo é raramente reivindicado pelas próprias pessoas ou organizações, em vez disso, é atribuído a outros e na maioria das vezes com uma conotação negativa (GOMES, 2001). Nesses casos, o termo é

facilmente reduzido a uma espécie de injúria, expressão da irracionalidade e do primado das identificações afetivas e personalistas em política (SAFATLE, 2022). Há, ainda, várias outras razões que explicariam sobre essa posição incômoda que o termo populismo ocupa. Não é o objetivo dessa seção realizar a genealogia desse incômodo, mas sinalizar sobre formas de conceituação e apreensão teórica para que seja possível interpretar a realidade brasileira pós-eleições de 2018. Frente a isso, para delimitar como o conceito é compreendido e articulado nessa tese, duas ações pareceram apropriadas. Tendo em conta que, especialmente, os Estudos Críticos em Administração ainda apresentam lacunas na interpretação do fenômeno (cf. BARROS; WANDERLEY, 2019; MISOCZKY, 2020) a primeira ação seria definir qual a área do conhecimento possui a *expertise* necessária para uma discussão conceitual mais aprofundada, a segunda seria eleger qual o quadro teórico priorizar.

Nesse sentido, levando-se em consideração que a Ciência Política é a área que lida com estudos sobre sistemas de governo, análises de comportamento político e atividades políticas, bem como é dela que se derivam as contribuições mais influentes sobre o populismo, parece legítimo que seja a própria Ciência Política o campo alicerçador dessa discussão. Nisso, surgiram com maior destaque os estudos da inglesa Margaret Canovan (CANOVAN, 1981, 1999, 2005), do argentino Ernesto Laclau (LACLAU, 1977, 2013) e o do holandês Cas Mudde (MUDDE, 2004, 2007, 2013, 2019) em colaboração com o chileno Cristóbal Kaltwasser (MUDDE; KALTWASSER, 2012, 2017) e outros colegas como em Mudde, Amadeo, Paula (2021).

A segunda ação é, justamente, elencar qual esquema teórico tornaria o fenômeno do populismo no Brasil contemporâneo mais inteligível a partir dos objetivos dessa pesquisa. Uma leitura atenta dos quadros teóricos dos autores comentados antes sugere que optar por uma ‘definição mínima’¹⁷ parece o caminho mais indicado especialmente porque, como já alertaram Collier e Levitsky (2011), para lidarmos com conceitos essencialmente contestados (como é o caso) o melhor a se fazer, possivelmente, seja usar um tipo de diminuição que identifique pontos importantes sem tentar encapsular todo seu significado. Essa definição, por sua vez, pode ser identificada nos trabalhos de Cas Mudde e seus colegas (citados antes) tomados, assim, como referencial teórico central e considerados profícuos para análise do contexto brasileiro. Todavia, isso não inviabiliza a integração e articulação de outros autores que não apenas dialoguem com

¹⁷ Essa é proposta de análise/definição de um fenômeno amparada na abordagem de Giovanni Sartori (SARTORI, 1970) que se caracteriza pela promoção de definições mínimas. Elas incluem apenas os atributos essenciais – necessários e suficientes – de um conceito. A vantagem das definições mínimas é que, por se basearem em um número reduzido de atributos elas podem ser aplicadas para analisar uma grande variedade de casos (MUDDE; KALTWASSER, 2012).

tal proposta, mas a complementem como o que se verá, por exemplo, na parte em que se discute o ataque populista a burocracia estatal.

A seguir, apresentarei alguns dos componentes essenciais da proposta da inglesa Margaret Canovan (CANOVAN, 1981, 1999, 2005) e, na sequência, do argentino Ernesto Laclau (LACLAU, 1977, 1986, 2013) uma vez que seus trabalhos ajudaram a fundamentar o arcabouço teórico central adotado nessa tese.

3.1.1 Margaret Canovan: o populismo é uma ideologia imprecisa

No que tange aos primeiros trabalhos de Canovan (1981) é possível identificar uma mutação no seu argumento no que diz respeito a definição do populismo e os problemas teóricos e analíticos que implicam disso. Publicado originalmente em 1981, seu livro *'Populism'* tornou-se uma das referências centrais do debate. Nessa obra a autora estava preocupada em responder o que diversos fenômenos qualificados como populismo teriam em comum. Sobre isso esclarece que uma definição unívoca não é um problema que se observa apenas no conceito de populismo, pois isso faria parte das tentativas de definição de quaisquer fenômenos políticos, como por exemplo socialismo, liberalismo e conservadorismo. E, como esses últimos, o populismo estaria submetido, além de uma variedade histórica de formas e modos de manifestação, a processos de mudança política em contextos distintos. Para tentar definir o fenômeno ela oferece uma tipologia baseada em duas distinções elementares: o foco no populismo como um movimento agrário relacionado a processos de modernização e populismo como um fenômeno político (CANOVAN, 1981).

No primeiro caso, o populismo agrário corresponderia a três tipos de movimentos: o radicalismo agrário, o movimento camponês e o socialismo agrário. No caso do populismo político, encontraríamos as ditaduras populistas (como o peronismo), a democracia populista (envolvendo reivindicações por referendos e novas formas de participação), o populismo reacionário e o populismo dos políticos (que poderiam ser vistos como um tipo de 'retórica' de apelo ao povo). A autora ressalta que essas tipologias não existem de forma estanque, podendo ser encontradas formas híbridas e combinadas as quais são analisadas no restante de seu livro.

Canovan (1981) questiona-se, ainda, sobre como seria possível estabelecer uma tipologia para algo que não está previamente definido. Sua resposta se baseia no argumento de Peter Wiles sobre o que argumenta, então, que o populismo deveria ser entendido como uma "síndrome" e não como uma doutrina. Nesse argumento o populismo enfatizaria uma perspectiva moral e não um programa definido, sendo que esses movimentos precisariam de

um líder em contato místico com o povo, logo, tratar-se-ia de um movimento "anti-intelectual e uma ideologia imprecisa" (CANOVAN, 1981, p. 290).

Ao assumir a ideia de síndrome o populismo aparece como um substitutivo para necessidade de uma definição ideológica, isto é, ele não seria formado por características bem delimitadas em torno de um programa político definido, mas por certos tipos de reações despertadas contra determinados processos políticos tais como as elites políticas estabelecidas, os processos de industrialização, o declínio de valores tradicionais, entre outros.

O apelo à ideia de “síndrome” também se justificaria, nos primeiros argumentos de Canovan (1981), pelo fato de que o populismo poderia introjetar todo um conjunto de ideologias concorrentes ou não. Esse tipo de definição do populismo revelaria sobre, ao menos, dois tópicos centrais. Primeiro que “a inutilidade de tentar identificar uma ideologia definida ou uma situação socioeconômica específica como características do populismo em todas as suas formas” e segundo que “todas as formas de populismo sem exceção envolvem algum tipo de exaltação e apelo ao ‘povo’ em um sentido antielitista” (CANOVAN, 1981, p. 294). A ideia de um apelo fundamental ao povo permanece como o centro de identificação do populismo nos trabalhos posteriores da autora (CASSIMIRO, 2021).

Canovan (1999) reafirmará que o tipo de “síndrome”, o qual havia diagnosticado no seu primeiro trabalho, indicaria uma contradição fundamental das democracias contemporâneas que é o conflito entre as promessas de realização da democracia como um “apelo à soberania do povo” e a dimensão das limitações formais da própria democracia (CANOVAN, 1999). As “síndromes” populistas emergiriam como modos de protesto contra a dimensão altamente contingente das instituições democráticas no que se refere ao exercício efetivo de um governo do povo, podendo levar tanto a sua transformação em um sentido mais democrático, mais responsivo às reivindicações sociais, quanto à subversão da democracia em direção a um sistema autoritário.

Em seus trabalhos posteriores Canovan (1999, 2005) desenvolve que o populismo não seria simplesmente antissistêmico, pois esse traço distintivo existe em outros tipos de mobilizações políticas. Segundo a autora o populismo desafia não somente os detentores de poder “mas também os valores da elite. O *animus* populista é dirigido não apenas aos *establishments* políticos e econômicos, mas também aos formadores de opinião na academia e na mídia” (CANOVAN, 1999, p. 3). Tampouco o populismo se limitaria a uma reação contra as estruturas de poder, ele seria mais do que isso. Seria um apelo ao povo, que no contexto de sociedades democráticas contemporâneas, seria [o povo] justamente uma “autoridade reconhecida” (CANOVAN, 1999, p. 4).

Nesse tipo de argumento está a pressuposição de que o povo é algo que existiria *a priori* e é para ele que o líder populista apelaria como sua “fonte de legitimidade” (CANOVAN, 2005, p. 80). Desse modo, o que temos é o populismo como uma estrutura que funciona a partir da ação inicial de um líder tendo em vista o seu poder (carismático ou de convencimento) o qual tornaria o povo sujeito e sujeitado de seu discurso. Aqui o povo é, portanto, um sujeito passivo que responde positivamente ao apelo do líder.

Sob certo aspecto, essa leitura concebe o populismo como uma estrutura de cima para baixo, ou seja, do líder aos liderados em que a soberania popular seria a última instância de legitimidade de uma democracia (liberal). Isso conduz a pensar que, de forma paradoxal, o populismo seria uma política elitista à medida que necessariamente partiria da vontade do líder em direção aos liderados. Nessa concepção, o líder populista seria um ator social polivalente capaz de, ao mesmo tempo, interpretar os anseios do povo e também representá-lo. O ponto nevrálgico desse tipo de leitura é que ela fragiliza a possibilidade de considerarmos as mobilizações populistas emergindo de baixo para cima, a partir de demandas democráticas que se tornam demandas populares e, então, vem a se constituir como um discurso populista.

Já em seus trabalhos a partir dos anos 2000, o conceito de populismo é mais centralmente agregado ao de ideologia e atrelado a outros elementos como o conceito de ‘regra da maioria’. Essa última é a concepção de que toda a decisão política deve estar embasada no que a ‘maioria’ do “povo” quer e deseja, independentemente de restrições constitucionais, direitos humanos, vontade e/ou direitos das minorias (CANOVAN, 2005). Mesmo afirmando o populismo como uma ideologia específica ela mantém as premissas de suas obras originais, ou seja, de que se trata de um movimento que tem particularidades e autenticidades que variam de experiência para experiência em diferentes contextos. Assim, a ideia do populismo como uma “síndrome”, apresentado no primeiro trabalho (1981), projeta-se, em seus artigos posteriores, para uma interpretação do populismo como um fenômeno que exporia a dualidade estruturante das democracias, que teria, assim, a forma de uma contradição ou, nas palavras da autora, de um paradoxo (CASSIMIRO, 2021).

3.1.2 Ernesto Laclau: o populismo é a expressão de um antagonismo

Ernesto Laclau pode ser considerado um dos pioneiros na busca por uma definição do populismo capaz de dar maior nitidez ao fenômeno. Desde sua obra *Towards a Theory of Populism* (1977) ele considera que o populismo deveria ser observado a partir de um antagonismo específico: do povo *versus* seus inimigos que vai além das relações de produção,

ou como coloca: “a contradição entre povo e bloco de poder é um antagonismo, cuja inteligibilidade não depende das relações de produção, mas do complexo de relações políticas e ideológicas de dominação que constituem uma formação social determinada” (LACLAU, 1977, p. 166). Nessa perspectiva a formação de uma fronteira antagonística que divide a sociedade entre o povo e seu(s) inimigo(s), a construção de uma cadeia de equivalências entre demandas heterogêneas e a convergência na figura de um líder definem o mínimo denominador comum do populismo.

Nas suas obras mais atuais Laclau (2013) desenvolve sua postura crítica em relação a trabalhos como o de Margaret Canovan no qual são propostas ‘tipologias’ para o estudo do populismo que incluía tantos detalhes diferentes que a fez dividi-lo em duas categorias – o populismo agrário e o populismo político – ainda que, ela mesma tenha constatado que algumas características de uma categoria poderiam também estar mescladas na outra. Nessa perspectiva o próprio autor que Conavan (1981) dialoga, Peter Wiles, teria incorrido exatamente no mesmo erro. Isso porque, após desenvolver o conceito do populismo a partir de várias características centrais, ele teve que dedicar a segunda parte de seu livro justamente à análise das exceções dessas mesmas categorias. Esta é, conforme Laclau (2013, p. 41), “uma característica geral da literatura sobre o populismo: quanto mais determinações são incluídas no conceito geral, menos este conceito é capaz de conferir hegemonia a análises concretas”.

Com base nessa percepção em ‘A Razão Populista’ (LACLAU, 2013), publicada inicialmente em 2005, o autor oferece uma visão diferente da literatura tradicional até então sobre o assunto. Sua teoria critica as abordagens anteriores, pois entende que as formas que cada populismo pode assumir são tão diversas que um tipo de análise que propõe características fundamentais não dá conta da definição em relação a multiplicidade do fenômeno. De modo geral, seu entendimento é que restringir o populismo seja as suas variantes históricas, seja a uma definição generalizante será sempre um exame limitado, ou como escreve:

A esta altura geralmente ficamos com as alternativas pouco palatáveis que já examinamos: ou restringir o populismo a uma de suas variantes históricas ou tentar uma definição geral, que sempre será muito limitada. Neste último caso, os autores normalmente voltam-se para o frustrante exercício a que nos reportamos acima: colocar sob a etiqueta de “populismo” uma série de movimentos muito díspares e, ao mesmo tempo, nada dizer sobre o sentido dessa etiquetagem (LACLAU, 2013: p. 52).

Há que se destacar que suas pretensões, como argumenta o próprio autor, não eram de encontrar um verdadeiro referente do populismo, mas fazer o oposto disso, isto é, mostrar que o populismo não possui uma unidade referencial, pois não está atribuído a um fenômeno

delimitável, mas sim uma lógica social e, no cerne dessa proposição, está o entendimento de que o populismo é um modo de construir o político (LACLAU, 2013).

Para o autor o populismo se estrutura a partir da união de demandas diferentes. A demanda social é um pedido feito, pelas mais diferentes razões, em direção às instituições. Sendo o pedido cumprido, o processo acaba nessa etapa. No entanto, se a demanda social fracassa, ela se une com outras demandas formando o antagonismo entre povo e instituições. (LACLAU, 2013, p. 130). Nisso, precisamos pensar a demanda social como a unidade mínima a ser considerada para a emergência do populismo. Existem, segundo Laclau, duas formas de compreender esta categoria. Demanda (*demand*) pode ser, num primeiro momento, um “simples pedido” (*simple request*) ou, num estágio posterior, uma reivindicação (*claim*).

Na primeira forma, a demanda é vista como uma solicitação feita diretamente aos canais institucionais formais. Por exemplo, a necessidade de pavimentação em um bairro economicamente pauperizado pode ensejar tal pedido àquele município. Se a pavimentação for construída, esse problema termina e a demanda acaba. Todavia, se a demanda não for atendida esta pode desaparecer, ou então, se unir a outras demandas também não atendidas de modo que elas passam a exercer uma relação de articulação entre si. Neste caso, as demandas mudam o *status* de simples pedidos para o de reivindicações. A partir daí, conforme Laclau (2013), um antagonismo passa a dividir o espaço social entre esse conjunto de demandas (nesse caso, com a demanda da pavimentação dentro delas) contra a institucionalidade que não as atende. Gera-se, com isso, uma identificação entre os “de baixo” *versus* o “no poder”. Tal negatividade antagônica, construída pela divisão do espaço social entre os de baixo *versus* os no poder é a precondição para a lógica populista (LACLAU, 2013).

Essa proposta teórica engloba o problema de pluralidade, ou seja, as demandas podem ser tão diferentes que, no processo de se tornarem hegemônicas, elas podem muito bem ser deixadas de lado em direção a um conceito unificador. Assim, aquilo que antes era visto na literatura clássica sobre o populismo como deficiência torna-se, na verdade, uma expressão da pluralidade de opiniões e demandas na sociedade. Por exemplo, a luta pela redemocratização na América Latina uniu diferentes demandas – a luta contra o racismo, o machismo e, em especial, contra os regimes ditatoriais. O resultado, no entanto, não conseguiu cumprir todas as demandas, que continuaram existindo dentro da democracia. Nesse caso a luta pela democracia torna-se indefinida e transforma-se em um significante vazio (LACLAU, 2013). O qual ocorre quando um ‘discurso’ universaliza tanto seus conteúdos a ponto de ser impossível de ser significado de forma exata/pura.

Como argumenta, a mesma coisa ocorre com o conceito de povo no populismo. Ele se torna um significante vazio, quando, por meio da equivalência une um conjunto de demandas isoladas formando uma demanda global/generalizante, multiforme e ampla demais para definirmos, no final, quem é o povo.

Ainda, de acordo com Laclau (2013), os estudos disponíveis partem da ideia de que a função da política é a administração dos problemas sociais e que essa função é melhor praticada quanto maior for a racionalidade que substituirá progressivamente as decisões baseadas em interesses pessoais. Visto dessa perspectiva, o populismo aparece como irracional e indefinível e assim “confinado ao domínio do impensável, passa a ser um simples oposto de formas políticas dignificadas com o *status* de plena racionalidade” (LACLAU, 2013, p. 55). De maneira que a vagueza, a transitoriedade e a imprecisão relacionada ao populismo apenas são características pejorativas na medida em que se contrapõe à ideia da política racional e madura, governada por alto grau de determinação institucional em que a imaturidade dos atores sociais seria suplantada num estágio posterior. Dentro da perspectiva pós-estruturalista juntamente com a teoria do discurso adotadas pelo autor, a ideia da irracionalidade não faria sentido uma vez que não existe a possibilidade de haver uma política completamente racional e transparente.

É justamente com base nesses pressupostos que o autor propõe que se pense o populismo como uma lógica política que possui uma racionalidade própria. Disso depreende-se outro enfoque importante na sua teoria, a de que o populismo não se liga a nenhuma orientação ideológica particular. Na sua concepção, isso ocorreria porque os significantes que o populismo põe em funcionamento (como o povo *versus* elite) podem ser declarados por qualquer grupo, sejam de direita, sejam de esquerda.

De modo que, para dizermos se um populismo é de esquerda ou de direita precisamos observar o que ele mobiliza socialmente e, nas palavras do autor, isso significa dizer que é uma certa inflexão de seus temas que torna uma lógica como populista e não o caráter particular da ideologia (LACLAU, 2013). De sorte que isso pode ser articulado de inúmeras formas e vai, justamente, depender de seus conteúdos como: a burguesia contra o proletariado, os nacionais contra os imigrantes, os brancos contra os negros, os conservadores contra os progressistas e assim por diante.

Nascimento (2018) destaca outros detalhes na obra de Laclau (2005) entre eles o entendimento de que a representação do povo se dá contra um poder que lhe é negado, que queria excluí-lo e que, portanto, deve ser derrotado. Disso surge o caráter antinstitucional do populismo. Ao passo que o populismo expressaria sobre um desafio à ordem em vigor e uma

tentativa de estabelecer uma nova ordem no lugar desta. De modo que as práticas populistas surgiriam como reflexo do fracasso da política e das instituições sociais vigentes.

Nesse sentido o populismo poderia surgir a partir de diversas circunstâncias tais como 1) o colapso da ordem social e perda de confiança na capacidade do sistema político para restaurá-lo sendo que crises econômicas são típicas destas situações; 2) o descrédito dos partidos políticos que podem advir, por exemplo, de alegações de corrupção, malversação, entre outros; situação que populismo tenderia assumir a forma de política que seria antipolítica; 3) alterações ao nível da economia, da cultura e da sociedade, tais como processos de urbanização e modernização econômica, mudanças no perfil demográfico e no equilíbrio entre as classes sociais e 4) representações políticas fora das instituições políticas tradicionais, nesse caso a disseminação do rádio como uma forma de comunicação de massa, por exemplo, foi associada com a primeira onda de líderes populistas na América Latina (PANIZZA, 2005).

A figura 11 resume elementos presente nas abordagens de Margaret Canovan e Ernesto Laclau que também são presentes, de forma latente ou explícita, na abordagem ideacional de Mudde (2004, 2007, 2013, 2019) e Mudde e Kaltwasser (2012, 2017) a qual será apresentada logo a seguir.

Figura 11 - Abordagem ideacional e intersecções teóricas

Margaret Canovan (1981, 1999, 2005)

- O populismo enfatizaria uma perspectiva moral; poderia ser considerado como uma ideologia imprecisa que pode introjetar todo um conjunto de outras ideologias concorrentes ou não; todas as formas de populismo envolvem algum tipo de apelo ao povo dentro de um sentido antielitista, ou seja contra uma determinada e particular 'elite' que pode ser os establishments políticos e econômicos como também aos formadores de opinião na academia e na mídia; nele há a existência de uma contradição fundamental que é o conflito entre as promessas feitas e as limitações que a própria democracia impõe ao que é prometido ao 'povo'; regra da maioria (nessa concepção toda a decisão política deve estar embasada no que a 'maioria' do "povo" deseja, independentemente da vontade e/ou direitos das minorias).

Ernesto Laclau (1977, 1986, 2013)

- O populismo deve ser considerado a partir de um antagonismo específico o povo versus seus inimigos; essa negatividade antagonica é construída pela divisão do espaço social entre os de baixo versus os no poder é a precondição para a lógica populista; existirá a construção de uma cadeia de equivalências entre demandas heterogêneas que convergem na figura de um líder; o populismo é um modo de construir o político (que possui uma racionalidade própria); o conceito de povo engloba muitas heterogeneidades; para afirmarmos se um populismo é de esquerda ou de direita precisamos observar o que ele mobiliza socialmente; há nos populismos um caráter antinstitucional pois ele expressa sobre um desafio à ordem em vigor e uma tentativa de estabelecer uma nova ordem no lugar desta.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

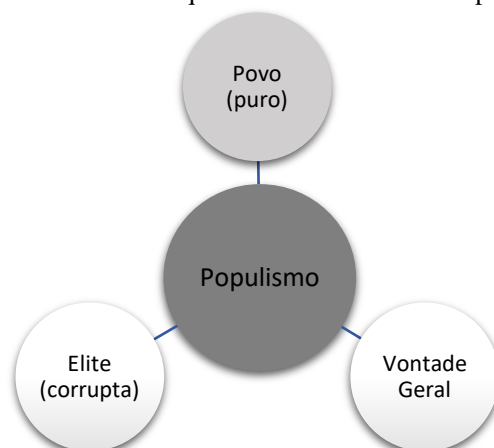
3.1.3 Mudde e Kaltwasser: o populismo é uma ideologia de centro estreito

As obras Mudde e Kaltwasser (2017) e Mudde (2019) são abundantes em exemplos de ações e situações envolvendo líderes populistas, o que é empregado como um recurso que ao mesmo tempo ilustra e auxilia na compreensão de conceitos específicos dentro desse quadro teórico. Nessa seção utilizarei desse mesmo recurso que recorreram esses autores, mas adaptarei e/ou acrescentarei situações especificamente sobre o Brasil com o objetivo de favorecer a compreensão de forma mais situada. Visto que os exemplos serão derivados do Bolsonarismo e esse fenômeno é recente, por vezes, farei uso de reportagens de veículos reconhecidos da imprensa nacional, quando não estiverem disponíveis na literatura acadêmica.

É possível observar que nos primeiros trabalhos de Mudde (MUDDE, 2004) há uma rejeição da tese de que o populismo seria uma patologia das democracias (como vimos em Canovan, 1981), uma vez que teria se tornado o discurso dominante nas democracias ocidentais contemporâneas. Ao passo que seria possível, inclusive, considerar o populismo como um *Zeitgeist* (algo como um ‘sinal’ dos nossos tempos atuais) (MUDDE, 2004, 2019; MUDDE; AMADEO; PAULA, 2021). Aspecto já reconhecido por autores de nosso campo de estudos (como NORRIS; INGLEHART, 2019; ROBINSON; BRISTOW, 2020)

Já nos seus primeiros escritos, Mudde (2004) surge a sua definição de populismo a qual se seguirá ao longo de suas obras e sob a qual toma como base explicativa três elementos centrais: i) 'o povo puro' *versus* ii) 'a elite corrupta' (como a percepção de um antagonismo primordial, presente na obra de Laclau, 2005) e iii) uma vontade geral do povo (*volonté générale*) (algo próximo do que Conavan, 2005 identificou como uma ‘regra da maioria’). A figura 12 representa graficamente esses três elementos centrais que definem o fenômeno populista.

Figura 12 - elementos que definem um fenômeno populista



Fonte: elaborado pela autora a partir de Mudde e Kaltwasser (2017)

Mais especificamente, nessa definição, o populismo é uma ideologia de centro estreito (*thin-centered ideology*) que considera a sociedade separada em dois grupos homogêneos e antagônicos, “o povo puro” *versus* “a elite corrupta” e que argumenta que a política deve ser uma expressão da vontade geral do povo (*volonté générale*) (MUDDE, 2004, p. 543).

Mais adiante, será abordado cada um dos termos centrais sendo eles povo puro, elite corrupta e vontade geral, nesse momento introdutório iniciarei aprofundando o conceito de ideologia de centro estreito.

Em primeiro lugar, considerar o populismo como uma ideologia faz com que o vejamos como “um corpo de ideias normativas sobre a natureza do homem e da sociedade bem como sobre a organização e os propósitos da sociedade”; toda ideologia é, de forma simplificada, uma visão de como o mundo é e de como deve ser e, como parte de um sistema de convencimento, ela tem consequências práticas (MUDDE, KALTWASSER, 2017, p. 6). De maneira que o populismo seria um corpo de ideias (motivo pelo qual os autores denominam sua abordagem de ‘ideacional’), uma espécie de mapa mental através do qual os indivíduos analisam e compreendem a realidade política.

Em segundo lugar, trata-se de uma ideologia particular. Sobre isso esclarecem Mudde e Kaltwasser (2017) que essa é uma noção originalmente desenvolvida por Michael Freeden (1996) que, quando aplicada ao conceito de populismo, permite considerá-lo como um conjunto particular de ideias que é limitado em ambição e escopo e que, por esse motivo, precisaria de um acoplamento com outras ideologias (fortes) para sua constituição/formação. De maneira que, uma ideologia de centro estreito precisa ser combinada com outras ideologias que podem até mesmo ser muito diferentes entre si (muito próximo do que Canovan, 2005 chama de uma ideologia imprecisa).

Dizendo de outra forma, o populismo é uma ideologia fraca, no sentido de que ele, por si só não seria capaz de oferecer respostas abrangentes às políticas que as sociedades modernas geram/demandam, disso se assenta sua necessidade de ligar-se com outras ideologias mais robustas (como o comunismo, socialismo, conservadorismo, nacionalismo, fascismo, neoliberalismo e assim por diante) uma vez que elas teriam uma morfologia mais espessa que poderia ser agregada ao populismo dando força e forma ao seu mosaico de reivindicações (MUDDE, KALTWASSER, 2017; MUDDE, 2019). Dentro dessa perspectiva teórica, o Bolsonarismo é aqui interpretado como uma ideologia de centro estreito que se constitui a partir do acoplamento com outras ideologias (fortes) com destaque o neoliberalismo, o (neo)conservadorismo e o militarismo (LACERDA, 2019; ANDRADE, 2020).

De modo geral, e muito próximo do que vimos nas propostas posteriores de Canovan (2005), o populismo não seria uma tradição ideológica coerente, mas um conjunto de ideias que no mundo real aparecem em combinação com ideologias bastante diferentes e às vezes contraditórias. Ainda, isso remete a proposta também de Laclau (2005), pois como argumentam os autores é justamente essa capacidade/necessidade de miscigenação com outras ideologias que lhe transforma em algo bastante singular, como escrevem:

O populismo tem uma natureza camaleônica: aparece em diferentes épocas e lugares, mas é sempre constituído por aspectos de seu ambiente que ressoam [...] Isso implica que no mundo real existem poucas, se é que existem, formas puras de populismo (isoladamente), mas sim subtipos dele que mostram uma articulação específica de certas características ideológicas (MUDDE, KALTWASSER, 2012, p. 150).

Nesse ínterim o populismo seria um fenômeno político extremamente heterogêneo em que os atores populistas individuais podem ser de esquerda ou de direita, conservadores ou progressistas, religiosos ou seculares, como se comentou antes. A figura 13 resume a perspectiva dos autores no que se refere ao populismo como uma ideologia de centro estreito.

Figura 13 - O populismo como uma ideologia de centro estreito

O populismo é uma ideologia de centro estreito

Considerar o populismo como uma ideologia de centro estreito significa que, enquanto um conjunto particular de ideias, ele é limitado em ambição e escopo e, portanto, incapaz de oferecer respostas abrangentes às políticas que as sociedades modernas geram e demandam. É por esse motivo que o populismo precisa de um acoplamento com outras ideologias (fortes) para sua constituição. É esse acoplamento com ideologias de morfologia mais espessas que dá força e forma ao seu mosaico reivindicações as quais se unem em uma demanda mobilizadora.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Mudde e Kaltwasser (2012;2017)

Outras proposições nessa abordagem são relevantes de destaque, entre elas a de que o populismo, de modo geral, apresenta uma postura mais moralista do que pragmática. Nesse sentido, o essencial para o discurso do líder populista é a distinção (moral/valorativa) entre 'a elite' e 'o povo', a qual não tende a se focar na diferença empírica/pragmática de suas atitudes. Visto que o populismo apresenta uma visão maniqueísta, na qual há apenas amigos e inimigos sendo que “os oponentes não são apenas pessoas com diferentes prioridades e valores, eles são maus! Consequentemente, o compromisso é impossível, pois 'corrompe' a pureza” (MUDDE, 2004, p. 544).

Ao assumir essa perspectiva observa-se novamente um encontro com certos elementos presentes nas abordagens de Canovan (1999) e também de Laclau (2013). Em relação a primeira autora, vemos uma referência ao povo puro a elite corrupta entendidas dentro do populismo

como comunidades homogêneas sendo que a primeira seria virtuosa e a segunda seria ‘patológica’. Esse último aspecto abre espaço para pensarmos esses conceitos, ainda, como significantes vazios (cf. LACLAU, 2013) uma vez que podem ter seu conteúdo central preenchido de infindáveis outros conteúdos. Nas palavras dos autores isso surge através da seguinte afirmativa:

Todas as manifestações de populismo são baseadas na distinção moral entre 'o povo puro' e 'a elite corrupta'. Enquanto a primeira é retratada como uma comunidade homogênea e virtuosa, a segunda é vista como uma entidade homogênea, mas patológica. Embora seja verdade que todas as manifestações do populismo façam uso dessa linguagem maniqueísta, nem todas desenvolvem a mesma perspectiva quando se trata de especificar quem pertence ao “povo puro” e quem pertence à “elite corrupta” (Canovan, 1999:3-4). Assim, ambos os conceitos devem ser concebidos como *significantes vazios*, preenchidos de diferentes maneiras por diferentes atores (MUDDE; KALTWASSER, 2012, p. 151, grifos meus).

Figura 14 - A perspectiva moral em relação ao fenômeno populista

A visão maniqueísta povo *versus* elite tem uma perspectiva moral

Isso significa que haverá apenas amigos *versus* inimigos e que “os oponentes não são apenas pessoas com diferentes prioridades e valores, eles são maus!” (MUDDE, 2004, p. 544). Nessa construção haveriam duas comunidades uma virtuosa e outra patológica. O teor daquilo que vai ser definido como virtuoso ou patológico pode ser preenchido com tantos e tão diferentes conteúdos que eles precisarão ser unidos para formar uma demanda generalizante, multiforme e ampla (como por exemplo, a “luta contra a corrupção”). Nessa visão maniqueísta os inimigos podem ser vários e abarcar, por exemplo, o judiciário, a mídia, youtubers, certos políticos, professores universitários o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Organização das Nações Unidas (ONU) e assim por diante.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Outra particularidade é que, ao contrário de outras definições, o populismo não é definido tendo como centro a noção de um tipo especial de *liderança carismática* a qual tem um estilo especial de *comunicação sem intermediários*. No que diz respeito ao que seria um estilo especial de comunicação sem intermediários um ponto de destaque, na atualidade, é que líderes populistas normalmente dirigem aos seus simpatizantes através de um ativismo em rede o que mostra sobre uma expressiva capacidade de engajamento através das mídias sociais (GUSTAFSSON; WEINRYB, 2020). Bolsonaro, por exemplo, em muitas oportunidades dispensou a mídia tradicional para falar diretamente com seu público utilizando-se de mídias sociais tais como Facebook e Twitter (FARIA, 2021).

De modo geral, liderança carismática e a comunicação direta entre o líder e 'o povo' são comuns entre os populistas, essas características facilitam sua adesão popular e seu impacto social, mas por si só não definem o fenômeno (MUDDE, 2004, 2019).

Como esclarecem Mudde e Kaltwasser (2017) a caracterização desses líderes como 'carismáticos' é algo relativo e não tem necessariamente correspondência com a definição Weberiana (WEBER, 1968) para quem a liderança carismática refere-se à autoridade do dom extraordinário e pessoal da graça (carisma), à devoção absolutamente pessoal e à confiança pessoal da liderança individual (para outra perspectiva sobre esse argumento GUSTAFSSON; WEINRYB, 2020). No contexto dos populismos atuais ser considerado carismático é bastante relativo e varia de região para região posto que o que é considerado carismático na Suécia será diferente do que é considerado carismático no Peru e assim por diante (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Conforme Mude e Kaltwasser (2014, 2017), o elemento 'carismático' é um fator de observação que nos permite perceber características de cada local e, como esclarecem, muito do que é atribuído a característica carismática desses líderes está atrelada a uma alegada 'autenticidade' ao seu modo de agir, de se postar, de se manifestar. Isso pode ser articulado de diferentes formas, no Brasil, por exemplo, a autenticidade que é presumida ao governante brasileiro surge como um fator que abranda ou mesmo valida posições controversas, quando não preconceituosas ou agressivas, por parte de seus apoiadores que vêm nisso parte de um jeito "bruto, tosco de falar, mas sem má vontade" (SOLANO, 2018, p. 20). Ao passo que, conforme complementa Solano (2018, p. 20), "onde muitos de nós enxergamos discurso de ódio, enxerga-se, simplesmente, uma forma politicamente incorreta, bruta, folclórica de dizer as coisas".

A questão da autenticidade remete, ainda, à postura de políticos populistas, particularmente de direita, serem contrários ao politicamente correto (MUDDE; KALTUASSER, 2017). Mesmo que a definição do termo seja bastante polêmica, visto que abarca práticas e estratégias bastante diferentes, de um modo geral ele indica sobre o retorno de comportamentos que pareciam não ser mais considerados aceitáveis para a sociedade (SCABIN, 2018). Bolsonaro, por exemplo, fez uso recorrente dessa expressão que também esteve presente em seu discurso de posse sob o que afirmou "Vamos libertar o povo do socialismo e do politicamente correto" (VAMOS, 2019, grifos meus).

O que é denominado como um posicionamento desse tipo trata-se de uma contradição em relação as mudanças socioculturais das últimas décadas, uma vez que tais grupos [contrários ao politicamente correto] entendem ser um direito já dado o uso de expressões ou ações que venham a ofender, excluir e/ou marginalizar grupos de pessoas que são vistos como

desfavorecidos ou discriminados, especialmente aqueles definidos por gênero, orientação sexual ou raça (KAMRADT; DI CARLO, 2021). Outro elemento de contradição em se negar o “politicamente correto” é que essa negação é praticada apenas em relação a alguns grupos. Via de regra, aqueles que defendem tal posição não costumam abrir mão de ser tratados com dignidade e humanidade no que lhes diz respeito¹⁸ (OLIVEIRA; MAIA, 2020). Em essência, esse é um mecanismo retórico em repertórios populistas que encontra eco social em “uma liderança que parece estar acima da lei, que parece poder falar o que quiser sem culpa, expor seus piores sentimentos sem preocupação com seus efeitos, demonstrar seu desejo mais baixo de violência como expressão de uma liberdade conquistada” (SAFATLE, 2018, p. 16-17).

Como lembram Mudde e Kaltwasser (2017), mesmo que existam lideranças femininas¹⁹, em grande parte o líder populista representa a imagem do homem forte que enfatiza sua masculinidade através de estereótipos culturais e propõe soluções de senso comum em desacordo com a opinião de especialistas. Esse conjunto de características pode ser ilustrado na forma como o então presidente brasileiro atuou em relação a pandemia de Covid-19. Durante ela, Bolsonaro encorajou abertamente posições anticiência por meio de protestos e resistência contra as restrições de distanciamento social, bem como comemorou boicotes como a suspensão temporária do teste de uma vacina chinesa (MAAK; PLESS; WOHLGEZOGEN, 2021). O receio popular com a pandemia mundial, com o crescente número de mortes e com o colapso da rede pública de saúde no atendimento dos doentes foi considerado por ele como uma fraqueza sobre o que afirmou que o Brasil deve deixar de ser 'um país de maricas' (FARZAN; BERGER, 2020). O que contrastava como sua autoimagem (de homem forte) sobre o que afirmou "No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho” (MOMENTOS, 2020).

A comemoração comentada antes sobre o boicote da vacina chinesa, a qual o então presidente chamou de forma depreciativa de “VaChina” em sua conta no Twitter, conduz a outro elemento comum na interpretação do fenômeno que é o fato das forças populistas serem propensas a uma retórica altamente carregada de *teorias da conspiração* (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 81-82).

¹⁸ O que nos remete a expressão ‘sectário de nascença’ utilizada por Paulo Freire para se referir a um tipo de sujeito “que nada cria porque não ama. Não respeita a opção dos outros. Pretende a todos impor a sua, que não é opção, mas fanatismo. Daí a inclinação do sectário ao ativismo [...]” (FREIRE, 2015, p. 51)

¹⁹ Como Eva Péron (1919-1952) e, atualmente, Marine Le Pen, líder da Frente Nacional Francesa, partido populista de direita radical que obteve sucesso ao redefinir a nacionalidade francesa (MUDDE; KATUASSER, 2017).

No contexto do Bolsonarismo isso se evidencia através da retomada do tema do Globalismo o qual tem suas origens ainda no período da Guerra Fria (1947-1991). De modo que o "anti-globalismo" (re)surgiu como uma teoria conspiratória da direita populista que versa sobre um esquema de dominação global (PENA, 2019; AGNOLETTI, 2020). O objetivo dos 'globalistas' seria impor valores esquerdistas aos diferentes países substituindo assim seus valores tradicionais, principalmente aqueles de viés cristão e conservador. O ex-ministro das Relações Exteriores de Bolsonaro ilustra tal abordagem. A menos de um mês antes das eleições residenciais de 2018 iniciou um blog chamado 'Metapolítica 17: contra o globalismo' no qual se lia:

Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anticristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornando o homem escravo e Deus irrelevante. O projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história (ARAÚJO, 2018).

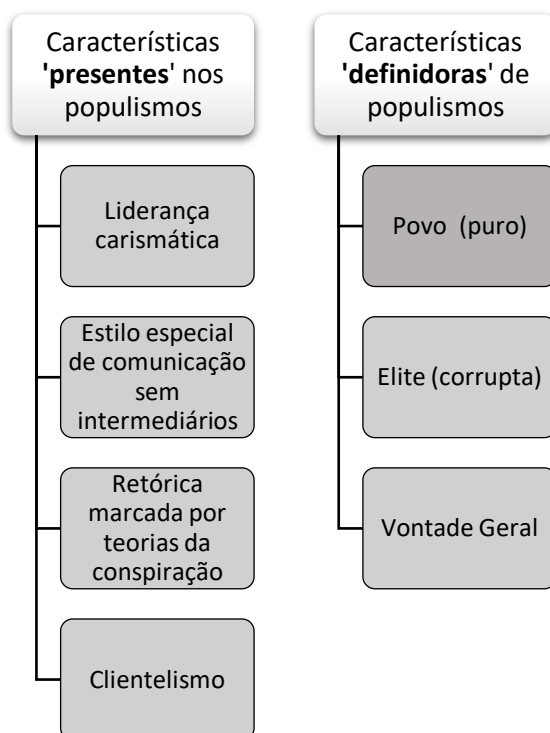
Como se observa no texto acima, para os anti-globalistas, também, o comércio não seria apenas um sistema de trocas, mas um mecanismo de dominação internacional. De maneira que vem daí parte da hostilidade à China, como se comentou antes, que na ótica bolsonarista seria uma nação representante e propagadora do comunismo no mundo contemporâneo.

No quadro teórico de Mudde e Kaltwasser (2017) e em Mudde (2019) também é importante considerarmos a diferença fundamental entre o populismo e o *clientelismo* visto que, na sua perspectiva, os dois termos são muitas vezes confundidos na literatura, especialmente àquela que diz respeito à política latino-americana.

O clientelismo pode ser entendido como um modo particular de troca entre círculos eleitorais e políticos e com ele os eleitores obtêm certos privilégios, como por exemplo um emprego, por conceder seu apoio a um líder ou partido. A literatura mostra que líderes populistas latino-americanos empregam esse tipo de vínculo não apenas para ganhar eleições, mas para se manter no poder (sobre o governo Vargas ver GOMES, 2001; sobre o Governo Bolsonaro ver HUNTER; VEGA, 2022). Todavia, conforme os autores eles não são os únicos a fazerem isso de maneira que não haveria razão para se pensar o populismo a partir de uma afinidade elementar com o clientelismo, como aquilo que o define, mas sim como uma prática. Melhor dizendo, enquanto o populismo é antes de tudo uma ideologia compartilhada por diferentes atores políticos e eleitores, o clientelismo seria uma estratégia política utilizada por líderes e partidos, de diferentes ideologias, para conquistar e exercer poder político.

A figura 15 representa e resume graficamente quais seriam as características que podem ser encontradas dentro dos populismos atuais comentadas até aqui. Para realçar a diferença entre as características (ou ‘elementos’, como me referi antes) que definem e aquelas que podem ser encontradas presentes, mas não necessariamente definem o fenômeno, apresentarei ambas lado a lado na representação que se segue.

Figura 15 - Características presentes versus definidoras do populismo



Fonte: elaborado pela autora a partir de Mudde e Kaltwasser (2017)

De modo geral, pensar o populismo a partir do quadro teórico, exposto acima, traz algumas vantagens. A primeira delas é que conceder o fenômeno como o tipo de ideologia fraca mostraria sua maleabilidade. Isso quer dizer que o populismo surge necessariamente ligado a outras ideologias como por exemplo, a ideologia militarista, como se desenvolverá adiante. A segunda é que essa abordagem não se limita a observar o populismo a partir de um tipo específico de mobilização do líder populista em si, pois integra na análise outros atores políticos associados ao fenômeno. Finalmente, a terceira vantagem é sua inclinação em observar qual a relação do populismo com a democracia (e aqui adiciono a própria burocracia estatal que sustenta os sistemas democráticos) a qual necessariamente é complexa, pois o “populismo pode ser tanto inimigo quanto amigo da democracia liberal” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 19-20).

Sobre esse último aspecto, cabe salientar que nas últimas décadas um número crescente de estudos trata explicitamente do impacto do populismo na democracia (cf. BAUER; BECKER, 2020). A despeito do tipo de explicação oferecida, elas normalmente apontam para algum tipo de relação complexa ou mesmo conflituosa entre ambas. E, quanto a isso, Mudde (2013, 2019) bem como Mudde e Kaltwasser (2012, 2019) também oferecem elementos relevantes para se pensar tal relação.

Na base desses estudos está o argumento de que populismo ocorreria principalmente no interior de democracias liberais visto que atores populistas mais relevantes se mobilizam dentro de uma estrutura desse tipo. Todavia, assim como o populismo, a democracia é um conceito complexo e existe de várias formas e em diferentes lugares. A democracia (sem adjetivos) é melhor definida como a combinação de soberania popular e governo da maioria; pode ser direta ou indireta, liberal ou iliberal. Não por acaso, a maioria das definições considera a democracia antes de tudo como um método pelo qual os governantes são selecionados em eleições competitivas. Assim, eleições livres e justas correspondem à propriedade definidora da democracia. No entanto, como esclarecem, na maioria dos usos do dia-a-dia o termo democracia na verdade se refere à democracia liberal (MUDDE, 2013).

A principal diferença entre democracia (sem adjetivos) e democracia liberal é que essa última se refere a um regime político, que não apenas respeita a soberania popular e a regra da maioria, mas também estabelece a existência de instituições independentes e especializadas na proteção de direitos fundamentais como a liberdade de expressão e a proteção das minorias. Todas as democracias liberais são caracterizadas por instituições que visam proteger os direitos fundamentais com a intenção de evitar o surgimento de uma “tirania da maioria” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 81). O populismo poderia, nesse sentido, afetar a democracia à medida que se diz defender a vontade de um ‘povo puro’ representado por uma determinada maioria - mas que nunca é o povo inteiro (GUSTAFSSON; WEINRYB, 2020) - e por esse motivo rejeitaria as noções de pluralismo e, portanto, os direitos das minorias, bem como as garantias institucionais que deveriam protegê-las.

Na prática, populistas de direita têm costumeiramente invocado o princípio da soberania popular para criticar as instituições independentes que sustentam as democracias liberais e que buscam proteger os direitos fundamentais inerentes a esse modelo democrático (MUDDE; KALTWASSER, 2017) sendo que entre as instituições mais atacadas estão a mídia e o judiciário (MUDDE, 2019). E sobre essas últimas, como esclarece Mudde (2013, p. 4), a posição de líderes populistas em relação aos juízes tende a ser oportunista, “pois dependendo da utilidade de sua decisão, um juiz é rotulado como 'do povo' ou membro da 'elite’”.

De forma resumida, o impacto à democracia está atrelado, ao menos, a dois fatores: i) o ataque as instituições que sustentam as democracias liberais, como a mídia e o judiciário e ii) a rejeição aos direitos das minorias (MUDDE; KALTWASSER, 2017; MUDDE, 2013). Para melhor esquadrihar essa proposição no contexto brasileiro ilustrarei sobre esses dois elementos de forma separada iniciando pelo primeiro.

Desde o período eleitoral e mesmo após eleito, Bolsonaro se utilizou de circuitos alternativos, com destaque às mídias sociais (COIMBRA; SANTOS, 2020), como forma de comunicação sem intermediários o que, também, é feito com o objetivo de destituir o poder do campo jornalístico o qual entende como inimigo (FERNANDES et.al., 2021). Não obstante se dirigiu a profissionais dessa área e a veículos de comunicação de massa de forma agressiva ou mesmo violenta. Foram recorrentes as situações em que ameaçou expressamente agredir jornalistas, fez analogias homofóbicas (no caso de homens) ou usou expressões de cunho sexual (no caso de mulheres), atribuiu a veículos de comunicação expressões aviltantes, recusou-se a responder perguntas àqueles que não fossem manifestos apoiadores do governo, além de já ter se utilizado de gestos ofensivos, bem como estimulado seus apoiadores a hostilizarem jornalistas (ATAQUES, 2020).

Já quanto as suas investidas contra o judiciário ela se deu, por exemplo, através de sua recorrente crítica ao sistema eleitoral brasileiro, potencializada a partir de 2022 quando as intenções de voto o colocavam em um cenário desfavorável na sua campanha de reeleição. Sendo que dois meses antes das eleições de outubro de 2022, reuniu-se com embaixadores estrangeiros e afirmou que as eleições de 2018 foram fraudadas e que ele teria sido eleito no primeiro turno além de alegar que “hackers ficaram por oito meses dentro do computador do TSE, com código-fonte, senhas... muito à vontade dentro do TSE. E [a Polícia Federal] diz, ao longo do inquérito, que eles poderiam alterar nome de candidatos, tirar voto de um e mandar para o outro”, informações que foram desmentidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (ASSUFRGS, 2022, n.p).

No que se refere ao segundo fator de impacto à democracia, qual seja, a oposição ao direito das minorias no Brasil (em poder e representação social, como mulheres, negros, pobres, populações LGBTQI+ e indígenas) durante sua campanha presidencial de 2018, ao ser questionado se o combate ao preconceito contra as minorias poderia ser uma política de seu governo, Bolsonaro declarou que acabaria com o que chamou de "coitadismo" no Brasil. Sobre o que afirmou "Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino. Coitado do piauiense. Tudo é coitadismo no Brasil, nós vamos acabar com isso" (BERTONI, 2018). Isso mostra que Bolsonaro nunca pretendeu governar para todos. Para ele, quem diz que

governa para todos mente e engana, faz a "velha" política, quem governa para todos faz parte do "sistema"; para Bolsonaro governar é submeter a população à vontade de um grupo, aos "autênticos" brasileiros, o "verdadeiro" povo, o qual ele diz representar (NOBRE, 2020, p. 17).

Por outro lado, e em circunstâncias diferentes as que serviram de exemplo acima, Mudde e Kaltwasser (2017) argumentam que o populismo pode favorecer a participação política, à medida que contribui para a mobilização de grupos sociais que sentem que suas preocupações não estão sendo consideradas pelo *establishment* político. Em linhas gerais, para os autores, o populismo pode desempenhar um papel tanto positivo como negativo para a democracia liberal. Por exemplo, ao dar voz a eleitores que não se sentem representados, o populismo funciona como um corretivo democrático.

Os populistas costumam fazer isso politizando questões que não são discutidas pelas elites, mas são consideradas relevantes pela “maioria silenciosa”. E quanto a isso argumentam que sem a presença de partidos populistas de direita radical na Europa, a imigração provavelmente não teria se tornado um tema significativo para os principais partidos políticos na década de 1990. O mesmo pode ser dito sobre a integração econômica e política de setores excluídos em alguns locais da América Latina contemporânea. Segundo os autores, este tema tornou-se um dos assuntos mais urgentes na última década, em grande parte, devido à ascensão de presidentes populistas de esquerda, como Chávez na Venezuela e Morales na Bolívia, que politizaram com sucesso os dramáticos níveis de desigualdade em seus países.

Ao passo que a questão da *inclusão versus exclusão* também é um ponto importante no debate acadêmico no que se refere à relação entre populismo e democracia (PETERS; PIERRE, 2020). Sobre isso Mudde e Kaltwasser (2012, p. 158-166), amparados nos estudos de Filc (2009), distinguem três dimensões de exclusão/inclusão: material, política e simbólica.

Para os autores, a exclusão e a inclusão *na dimensão material* referem-se à distribuição de recursos estatais, monetários e não monetários a grupos específicos da sociedade. No caso de exclusão material, grupos específicos são especificamente excluídos do acesso a recursos estatais, por exemplo, empregos ou provisões de bem-estar. Em relação à inclusão material, grupos são especificamente direcionados para receber (mais) recursos do Estado. Mudde e Kaltwasser (2012) citam os exemplos dos governos populistas de esquerda de Chávez e Morales, presidentes venezuelano e boliviano respectivamente, para ilustrar sobre a ampliação de gastos com políticas sociais como um exemplo disso, em especial aquelas com ênfase na necessidade de estabelecer medidas para ajudar os pobres.

Quanto a *dimensão política* a exclusão e inclusão referem-se essencialmente às duas dimensões-chave da democracia: a participação e a contestação política. A exclusão política

significa que grupos específicos são impedidos de participar (plenamente) no sistema democrático e conscientemente não são representados ou têm seu poder diminuído na arena da contestação pública. Em contraste, a inclusão política visa que determinados grupos aumentem sua participação e representação. Na maioria dos casos, esses grupos já faziam parte do eleitorado, tinham direito legal à plena participação e representação política, mas eram ignorados e marginalizados pelo *establishment* político. Inclusão política pode significar, nesse sentido, não somente a ampliação do direito de voto, mas sobretudo a geração de novos instrumentos que devem fortalecer a 'voz dos sem voz'. Aqui os movimentos sociais são vistos como mecanismos pelos quais os setores populares podem ser empoderados (MUDDE; KALTWASSER, 2012).

A *dimensão simbólica*, como argumentam, é a menos tangível, mas não menos importante. No que diz respeito ao populismo ela alude essencialmente à delimitação do 'povo' e de seu antagonismo estruturante, a 'elite'. Quando os populistas definem 'o povo', em sua retórica e símbolos certos grupos são simbolicamente excluídos. Da mesma forma, quando determinados grupos estão ligados à 'elite', eles são implicitamente excluídos do 'povo' (MUDDE; KALTWASSER, 2012). Para tornar a dimensão simbólica mais fácil de ser compreendida adiciono, aqui, um exemplo brasileiro. Durante a pandemia de Covid-19 o então presidente negava-se recorrentemente a fazer o uso de máscaras e encorajava seus eleitores a fazer o mesmo. Essas pequenas peças de vestuário, com fins de proteção e prevenção da disseminação da doença, tornaram-se uma espécie de símbolo de identificação bolsonarista. De maneira que ao não fazer uso de tais recursos, mesmo quando isso era uma exigência legal, apoiadores poderiam simbolizar sobre seu apoio ao líder populista. A frase do então governador de São Paulo resume sobre isso: “Use máscara mesmo se você for bolsonarista” (DÓRIA, 2020).

A figura 16 resume as dimensões material, política e simbólica de inclusão e exclusão democrática.

Figura 16 - Dimensões de inclusão e exclusão democrática



Fonte: elaborado pela autora a partir de Mudde e Kaltwasser (2012, 2017)

Considerando que a relação conflituosa entre populismo e democracia (MUDDE; KALTWASSER, 2017; MUDDE, 2019) é um componente relevante nos populismos atuais, apresentarei, a seguir, a forma de ataque à democracia mais comum: a confrontação à burocracia estatal a partir de teóricos que têm se dedicado ao tema. Em seguida, explicarei com mais detalhes as três características definidoras do populismo: povo puro, elite corrupta e vontade geral.

O ataque a burocracia estatal pode se mostrar de diferentes formas. Pode estar nas palavras, ações e omissões daquele que foi eleito como representante maior de uma nação tal qual o Presidente da República. Isso porque esses elementos, da forma como são articulados, podem ser prejudiciais à legitimidade do cargo que ocupa e a própria continuidade das instituições que definem essa posição. Na ótica de Gills, Patomäki e Morgan (2019) quando um presidente não consegue se colocar em posição de competência e não corresponde as expectativas do papel ao qual lhe é atribuído isso pode ser denominado como uma disfunção do cargo.

Uma função ou cargo é consequência de um acordo coletivo baseado em direitos, deveres, obrigações e permissões estruturados dentro de um sistema (burocrático) de regras. Mas, isso não significa apenas um conjunto formal de condições, pois envolve expectativas, ou seja, aquilo que é esperado de alguém quando ocupa determinada função. Conforme os autores citados acima, quando um presidente da república não atua conforme a expectativa esperada em relação ao cargo o que se instala é um estado de desordem organizacional.

O ataque a burocracia também está na relutância de líderes populistas de direita em usar a burocracia existente a qual, no seu entendimento, seria formada por membros do

establishment. Essa resistência está, por sua vez, estruturada com base na dicotomia populista de pessoas virtuosas se rebelando contra uma elite corrupta e ineficaz (PETERS; PIERRE, 2019). O mesmo acontece, por exemplo, na retórica antissistema do Bolsonarismo, baseada na narrativa de que a “velha” política partidária seria corrupta o que incluiria não apenas a representação política, mas também a burocracia estatal (PECI, 2021, p. 2).

Dentro dessa concepção, governos populistas tendem a perceber certos funcionários públicos como servidores do antigo sistema [corrupto] que, portanto, precisam ser marginalizados ou substituídos (PETERS; PIERRE, 2019). Assim, quando eleitos, uma das características de governos populistas é ocupar o Estado e debilitar a influência de seus predecessores ‘corruptos’ (THOMPSON, 2017).

Isso, por sua vez, se traduz em maior politização burocrática (ROCKMAN, 2019; PETERS; PIERRE, 2019) e explica, também, a preferência dos populistas de direita por políticas simplistas (MORELLI; NICOLO; ROBERTO, 2020; BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021) as quais não têm como seu objetivo central resolver os problemas sociais mais prementes. Isso ocorre porque líderes políticos populistas quando chegam ao poder não estão interessados em governar e/ou não são suficientemente competentes para controlar a burocracia existente o que lhe conduz a pensar que podem “governar mais pessoalmente e com seus apoiadores do que por meio do aparato do governo” (PETERS; PIERRE, 2019, p. 12). Esse tipo de prática acaba combinando sua política com um estado de coisas que se situa apenas na expectativa (BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021).

A busca de líderes populistas de direita por respostas simplistas como forma de resolver problemas sociais complexos se dá devido ao seu entusiasmo em agir no sentido de agradar um eleitorado que tem uma perspectiva simplista do mundo ou preferências políticas “menos sofisticadas” (BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021, p. 5). Mas, também porque burocratas especializados que possuem uma visão mais complexa do mundo podem dificultar a implementação de políticas simplistas por causa de sua ética de trabalho e sua motivação mais forte (DUR; VAN LENT, 2018). Assim, uma expressão dessa forma (simplista) de atuação populista é justamente a sua relutância à especialização (BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021).

Quanto a politização burocrática, sabemos que a tentativa de politizar a administração existe em todos os lugares, mas expurgos de recursos humanos e altos burocratas e contratação de seus próprios agentes legalistas moldam especificamente muitos governos populistas; isso é importante, porque “a politização das agências é prejudicial ao que as leis e as agências de mandato público devem fazer em relação a uma sociedade democrática” (LIM, 2019, p. 2).

Questionando-se sobre como o Bolsonarismo abordou as burocracias federais, Peci (2021) esclarece que ao contrário de populistas como Trump, que demorou a nomear funcionários para cargos-chave, Bolsonaro rapidamente ocupou os mais altos cargos politicamente indicados no governo federal. As posições indicadas foram escolhidas por motivos de alinhamento políticos e/ou ideológicos e, como acrescenta, posteriormente surgiram evidências de como as contas de mídia social de servidores públicos, em cargos políticos, foram selecionadas para verificar a afinidade política e ideológica. Dois grupos principais se tornaram centrais para indicar cargos na Administração Pública. Os representantes militares que foram alocados em diferentes ministérios, ocupando um terço dos cargos de alto escalão e grande parte dos demais cargos foi ocupada por representantes de uma ideologia ultraconservadora ligada ao ideólogo da extrema direita brasileira Olavo de Carvalho (PECI, 2019).

Alinhamentos ideológicos em detrimento da capacitação técnica existente podem impactar a burocracia estatal atacando as instituições de dentro. Isso pode ser feito levando-as atuarem no sentido oposto àquele para qual foram criadas. O Brasil tem casos ilustrativos disso como quando ministérios e secretarias foram ocupados por pessoas abertamente hostis aos temas e as pastas que representavam. Isso fez com que um presidente negro assumisse a fundação federal brasileira de promoção da afro-brasilidade e de lá tenha atuado para enfraquecer o movimento negro no Brasil, uma ministra com posições machistas e homofóbicas fosse alocada no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, um anti-ambientalista tenha assumido o Ministério do Meio Ambiente, além de um militar sem conhecimento na área da saúde fosse empossado como Ministro da Saúde em um dos momentos mais difíceis da Pandemia de Covid-19 no Brasil.

Ainda, como lembra Peci (2021) uma distribuição desigual das capacidades burocráticas e do orçamento é fundamental, também, para entender a implementação da agenda neoconservadora. De modo que, como esclarece a autora, em áreas moldadas por burocracias fortes, como a educação, a agenda neoconservadora visa desestabilizar e desconstruir as principais capacidades institucionais. Isso pode ser feito, por exemplo, defendendo a educação em casa (*homeschooling*), minando o financiamento público ou, acrescento eu: distribuindo recursos de forma seletiva para escolas que venham a aderir programas de viés ideológico (militarista).

Mas, burocracias fortes podem resistir aos ataques de governos populistas. No caso brasileiro, por exemplo, desde a posse de Bolsonaro o "sistema" continuou mantendo, em larga medida, a normalidade dos serviços públicos. As cirurgias continuaram a ser realizadas, os benefícios e aposentadorias continuaram sendo pagos, a energia e a água continuaram sendo

fornecidas e assim por diante (NOBRE, 2020, p. 21). Em linhas gerais, a burocracia estatal continuou funcionando mesmo sobre permanente ataque.

A figura 17 resume alguns dos principais reflexos que políticas populistas podem produzir no que tange ao ataque à democracia liberal a partir de perturbações produzidas nas burocracias estatais.

Figura 17 - Perturbações nas burocracias estatais

Ação disfuncional em relação ao cargo	Relutância em usar a burocracia existente	Adoção de políticas simplistas	Ataque às instituições democráticas
<ul style="list-style-type: none"> • Ocorre quando um ator social não consegue se colocar em posição de competência e não corresponde as expectativas do cargo o qual lhe foi atribuído. Quando ocorre na Administração Pública isso pode ser prejudicial à legitimidade e a continuidade das instituições democráticas que sustentam o Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baseia-se no entendimento de que a burocracia existente seria formada por membros do “<i>establishment</i>”, ou seja, seriam parte de uma ‘elite corrupta’. O que faz com que o controle da burocracia existente se dê por meio de aliados ao invés de pessoal técnico/qualificado 	<ul style="list-style-type: none"> • São políticas em que seu objetivo central não é resolver os problemas sociais mais prementes. Ocorre porque líderes políticos populistas, quando chegam ao poder, não estão especialmente interessados em governar ou não são suficientemente competentes para controlar a burocracia existente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Populismos radicalizados tendem a invocar o princípio da soberania popular (o povo como soberano) para atacar as instituições independentes que sustentam as democracias liberais e que buscam proteger os direitos fundamentais inerentes a esse modelo democrático.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

3.1.3.1 Povo ‘puro’

Como já comentado antes, um dos grandes pontos de polêmica em torno do conceito de populismo está justamente na imprecisão do termo o povo. Particularmente porque este ‘povo’ é uma simplificação da realidade. Como discutido, trabalhos como os de Laclau (2013) argumentam que essa imprecisão do que seria o povo é o que o torna um ‘significante vazio’, mas ao mesmo tempo, acaba dotando-lhe de grande poder. Particularmente porque o populismo teria a capacidade de enquadrar sua definição de povo dentro de um espectro que faça coabitar diferentes públicos com diferentes demandas e ainda gerar nisso uma identidade compartilhada facilitando o apoio a uma causa comum (MUDDE; KALTWASSER, 2012, 2017; MUDDE, 2019).

De acordo com MUDDE, AMADEO e PAULA (2021), esse povo imaginado não é nem real nem totalmente inclusivo, mas um subconjunto mítico e construído o qual, na propaganda populista, representaria a população. Por exemplo, em alguns cenários ele pode ser a classe média daquele país e em outros pode ser o seu povo nativo/originário.

Populistas, em essência, não querem transformar o ‘povo’, mas sim alterar o seu *status* no interior do sistema político. De maneira que o populismo não se opõe, necessariamente, às medidas tecnocráticas se elas puderem ajudar a se livrar dos políticos tradicionais (MUDDE; AMADEO; PAULA, 2021) e, adiciono eu, também daqueles que representam o antigo sistema dentro da Administração Pública.

Uma forma de aproximação do processo de construção discursiva do conceito de ‘povo puro’, de acordo com Mudde e Kaltwasser (2017), pode ser feita através da ideia de *povo soberano* e *povo comum*.

A noção do *povo como soberano* define o povo como fonte de poder político e também como "os governantes". Sob certas circunstâncias esse povo soberano poderia entender que não está sendo bem representado pelas elites no poder as quais criticará ou mesmo se rebelará o que abriria terreno para uma luta populista para devolver o governo ao povo (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Como a construção do povo é uma simplificação da realidade, o povo soberano pode ser entendido como parte de uma retórica populista na qual a massa é estimulada a reivindicar sua participação/ação na política de forma mais contundente, mas não obstante através do líder populista. Um caso emblemático que ilustra tal proposição ocorreu quando Jair Bolsonaro compareceu em um ato de defesa da intervenção militar que reuniu centenas de apoiadores em frente ao Quartel General do Exército, em Brasília. O ex-capitão do exército subiu numa caminhonete e discursou para a multidão:

Eu estou aqui porque acredito em vocês. Vocês estão aqui porque acreditam no Brasil. Nós não queremos negociar nada, nós queremos é ação pelo Brasil. O que tinha de velho ficou pra trás, nós temos um novo Brasil pela frente. *Todos sem exceção têm que ser patriotas e acreditar e fazer a sua parte* pra que nós possamos colocar o Brasil no lugar de destaque que ele merece. Acabou a época da patifaria. *É agora o povo no poder. Mais que o direito, vocês têm obrigação de lutar* pelo país de vocês. Todos no Brasil têm que entender que estão submissos à vontade do povo brasileiro. Chega da velha política (BOLSONARO, 2020, grifos meus).

Para falarmos da ideia *povo comum* (povo como pessoas comuns) é preciso considerar que o termo “pessoas comuns” muitas vezes se refere a uma crítica à cultura dominante que vê os julgamentos, gostos e valores dos cidadãos comuns com desconfiança. Em contraste com essa visão elitista, a noção de “pessoas comuns” reivindica a dignidade e o reconhecimento de grupos que objetiva ou subjetivamente estão sendo excluídos do poder devido à sua condição

sociocultural e socioeconômica. Esta é a razão pela qual os líderes e eleitores populistas muitas vezes adotam elementos culturais que são considerados marcadores de inferioridade pela cultura dominante. Ainda, esse significado de povo tende a ser tanto integrador quanto divisivo: não apenas tenta unir uma maioria raivosa e silenciosa, mas também tenta mobilizar essa maioria contra um inimigo definido (por exemplo, todos aqueles que no contexto brasileiro não sejam/ajam em prol do “cidadão de bem”²⁰). Esse ímpeto antielitista acompanha, ainda, a crítica a instituições como partidos políticos, grandes organizações e burocracias, acusadas de distorcer os vínculos “verdadeiros” entre líderes populistas e “as pessoas comuns” (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Diferentes episódios ilustram como isso foi articulado dentro da estética bolsonarista. Bolsonaro, um pouco antes de assumir a presidência, recebeu em sua casa a equipe de reportagem do Jornal Nacional para um café da manhã trajando bermuda e camiseta. Em sua primeira coletiva de imprensa após ser eleito, em novembro de 2018, sua equipe montou os microfones sobre uma prancha de *bodyboard* em sua casa no Rio de Janeiro. Para a foto oficial ao lado da equipe que definiu a Reforma da Previdência (em 2019) ele posou usando chinelos e usava uma espécie de calça-pijama (figura 18) bem como apresentou uma de suas *lives* semanais enquanto cortava o cabelo. Muitas imagens e vídeos foram propagados em suas redes sociais alimentando-se de comidas populares como caldo de cana, pastel, café com leite e pão com leite condensado com apelos bastante estereotipados como em 2022 quando foi filmado comendo churrasco com farofa com as mãos e sujando-se durante a refeição. Pronunciamentos transmitidos na internet tinham improvisado e estética que reforçavam seu apelo como um homem simples, do povo, donde vigoraria a simplicidade do homem comum (ou do ‘cidadão de bem’). Como aquele que faz seu churrasco, frequenta a igreja aos domingos, é próximo de sua família e tem um cotidiano assemelhado ao de seus eleitores; ‘é gente como a gente’, conforme exaltava um refrão muito utilizado na campanha eleitoral de 2018 (SCHWARCZ, 2019).

²⁰ A figura do “cidadão de bem” se constrói com base na dicotomia “cidadão de bem” *versus* “bandido” ou “cidadão de bem” *versus* “vagabundo” o que produz uma ideia de separação no sentido de restringir a cidadania apenas a determinados tipos de sujeitos considerados, de forma vaga, como os “de bem” (COSTA, 2021). De modo geral são certos conteúdos que melhor permitem identificar o que significa posicionar-se como um “cidadão de bem” entre eles a ideia de luta contra a corrupção e um ressentimento com a própria democracia. E quanto a esse último, argumenta Costa (2021), que a figura do “cidadão de bem” é expressão de um profundo e histórico sentimento antidemocrático existente em diversos setores da sociedade brasileira. Seria dessa perspectiva que se produzem afirmativas sociais tais como “direitos humanos para humanos direitos”, “direitos dos manos”, “bandido bom é bandido morto”. Em comum, elas evidenciam que a violência perpassa o cotidiano e ganha eficácia simbólica a partir da dicotomia “cidadãos de bem” e “vagabundos”/“bandidos” (COSTA, 2021, p. 4).

Figura 18 - Jair Bolsonaro o “homem do povo”



Fonte: BOLSONARO (2019)

A figura 19 resume a definição de povo puro a partir de elementos que compõem seu ideal de unicidade/singularidade identitária.

Figura 19 - A definição de povo e suas articulações de unicidade

Povo (puro)

Na definição de povo puro coabitam diferentes públicos com diferentes demandas que, à medida que unificadas, geram uma identidade compartilhada. Esse significado de povo tende a ser tanto integrador quanto divisivo, isto é, serve não apenas para unir uma maioria raivosa, mas também para mobilizá-la contra um inimigo comum (que poderia ser o partido dos trabalhadores (PT), por exemplo). Essa definição o povo pode vir atrelada a uma combinação de significados entre eles a ideia de 'povo comum' que se fundamenta na crítica à cultura dominante. O que leva a líderes populistas a adotarem elementos culturais considerados como marcadores de inferioridade para distinguir quem é o 'povo' e quem é a elite a ser combatida. Um exemplo disso é a defesa do uso de expressões politicamente incorretas como sendo parte da 'cultura popular', já quem refuta esse tipo de manifestação seria parte da elite intelectual (de esquerda).

Fonte: elaborado pela autora a partir de Mudde e Kaltwasser (2017)

3.1.3.2 Elite ‘corrupta’

O populismo eleitoral utiliza-se da retórica contrária as elites, como já se sabe, contudo o que normalmente se observa, como nos exemplos de Donald Trump, Silvio Berlusconi, Boris Johnson até Emmanuel Macron é que normalmente esses líderes não pertencem a classe de “cidadãos comuns” a qual se dizem representar. De modo que essa disjunção entre a natureza da liderança dentro dos partidos e os apelos desses partidos aos eleitores faz com que o populismo eleitoral pareça cínico e bastante abusivo; paradoxalmente poucos cidadãos comuns realmente acabam sendo candidatos a cargos políticos dentro de um programa populista. Nesse cenário, possivelmente Evo Morales, ex-presidente da Bolívia, caracterizado por ser um líder populista de esquerda, seria aquele que tem melhores credenciais para se promover como tal (PETERS; PIERRE, 2020) e adiciono eu, amparada em Barros e Lago (2022), Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil.

Segundo Mudde e Kaltwasser (2017), cada ator populista surge por causa de um conjunto particular de queixas sociais o que influencia na sua escolha em uma ideologia de acolhimento e afeta como “o povo” e também “a elite” serão definidos. O aspecto fundamental da distinção entre o ‘povo puro’ e a ‘elite corrupta’ é moral, como se comentou antes, mas isso, por si só, não diz muito sobre quem é elite. Para que possamos entender essa perspectiva é importante considerar que a maioria dos populistas age contra o *establishment* político ao mesmo tempo que critica a elite econômica, a elite cultural e a elite da mídia. Todos esses grupos seriam parte de um grupo homogêneo e corrupto que atua contra a vontade geral do povo.

Conforme os autores, a elite é definida com base no poder o que incluiria a maioria das pessoas que ocupam posições de liderança (na política, na economia na mídia, nas artes, na educação e assim por diante). Contraditoriamente isso excluiria os próprios líderes populistas assim como todos aqueles que dentro desses mesmos setores seriam simpáticos a esse líder. É justamente por causa (mas não só) dessa posição *anti-establishment* que muitos estudiosos afirmam que os populistas podem, por essa definição, não se sustentar no poder, afinal isso os tornaria parte da elite (no poder). Contudo, para Mudde e Kaltwasser (2017), esse tipo de afirmativa ignora que assim como a distinção do povo é feita a partir de elementos morais acoplados a outros fatores, não puramente situacionais, a definição do que vem a ser a elite segue pelo mesmo caminho.

Líderes populistas conseguem sustentar sua retórica *anti-establishment* à medida que (re)definem continuamente, conforme seu interesse, quem é a elite. No final "seriam todas

forças sombrias que continuam a se apegar a poderes ilegítimos para minar a voz do povo" (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 12). Também, em muitos casos, os populistas combinarão diferentes interpretações da elite e do povo com elementos como classe, etnia, religião, profissão, perspectiva socioeconômica, procedência e assim por diante com moralidade. Por exemplo, populistas de direita americanos contemporâneos, como o fez Sarah Palin (política estadunidense) podem descrever a elite como "liberais da Costa Leste que bebem café com leite e dirigem Volvos"; contrastando isso, implicitamente, com as pessoas reais/comuns/nativas que "bebem café comum, dirigem carros feitos nos Estados Unidos e vivem na América Central" (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 16). Essa criação de culpados é particularmente útil para populistas no poder que demonstrem falta de sucesso político, pois isso lhes permitiria criar uma justificativa de que estão sendo sabotados pela elite.

Considerando que não podemos perder de vista que o conceito central do populismo é "obviamente 'o povo'; dentro de certo sentido, até mesmo o conceito de 'elite' toma sua identidade" (MUDDE, 2004, p. 544) aprofundarei o conceito de 'elite corrupta' a partir de seu contrário (o povo). Nesse sentido, levando-se em conta o cenário brasileiro, duas categorias de distinção propostas por Mudde e Kaltwasser (2017) para definir quem é o povo parecem particularmente elucidativas: a distinção ocupacional e a socioeconômica.

Povo a partir de uma distinção funcional/ocupacional - na América do Norte no final do século 19 os populistas entendiam os agricultores, mais especificamente lavradores livres e independentes de ascendência Europeia como sendo o povo. Em contrapartida "a elite eram os banqueiros que nada produziam e ainda extorquiam mercadorias dos fazendeiros" (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 23). Isso mostra que a distinção entre povo e elite pode assumir uma perspectiva ocupacional atrelada a quesitos morais, ou seja, eram os agricultores rurais 'esforçados e trabalhadores' *versus* os banqueiros urbanos 'corruptos e indolentes'. Sobre isso constatam, ainda, que o populismo americano com um viés mais progressistas do século 19 adentrou o século 20 com uma perspectiva mais conservadora e, nesse sentido, a definição de povo mudou. Ele passou a ser representado pela classe média ao invés do campesinato. Em contraste, a elite mudou muito pouco, mas passou a integrar novos atores de modo que uma elite cultural passou a integrar esse grupo atuando, principalmente, no ensino superior.

Importante destacar que o aspecto 'corrupto' (da elite 'corrupta') refere-se sempre a uma elite particular e que dentro dos discursos populistas de direita radical atuais ela é geralmente nomeada como sendo "a esquerda" (em relação a esquerda política) acusada de corromper a nação com suas ideias "pós-modernistas" e com o "marxismo cultural" (MUDDE, 2019, p. 36). Logo, como acrescenta Mudde (2019), para esses movimentos a corrupção não precisa

estar somente atrelada a ideia de roubo de divisas e recursos financeiros, ela pode vir relacionada a uma ideia de corrupção das mentes das pessoas em especial das mulheres (como por exemplo em sua luta por ideais feministas) e dos jovens. E sobre isso, ainda como argumenta esse autor, professores²¹ e acadêmicos - no âmbito de suas funções - têm sido o alvo principal por supostamente terem “ocupado” a academia propagando ideias ‘de esquerda’. No centro disso a ideia de que a esquerda haveria abandonado a tentativa de uma revolução por via das armas, para implantar uma ditadura do proletariado, e passado a se dedicar a cultura e aos livros (ROCHA, 2021).

Povo a partir de uma distinção atrelada a uma modelo socioeconômico - a distinção atrelada a um modelo socioeconômico encontra uma importante explicação na relação comunismo *versus* capitalismo, pois ela retorna em muitos cenários populistas de direita radicalizados contemporâneos. Essa mobilização populista teve uma forte expressão na América do Norte durante a Guerra Fria. Mais especificamente, da década de 40 até o final da década de 60 os populistas aderiram a uma perspectiva anticomunista influenciados “pelo medo e pela rejeição das ideias de esquerda dentro do conservadorismo americano” (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p.23). Na realidade brasileira o ideário anticomunista pode ser visto como uma releitura do que assistimos no início dos anos 1960 (para uma discussão ampliada a esse respeito ver seção 3.4.2). No entanto, esse anticomunismo de outrora encontrava, ao menos na mentalidade reacionária, algum tipo de razoabilidade uma vez que o mundo passava por uma polarização de caráter bélico entre dois grandes blocos econômicos, um alinhado ao capitalismo (Estados Unidos) e outro alinhado ao comunismo (União Soviética). Na atualidade, em uma realidade bastante afastada disso, o argumento dos populistas de direita radical é de que comunistas (definidos como parte da elite corrupta) atuariam para eliminar o direito à propriedade privada, o direito de herança e, ainda, à família, pois essa última simbolizaria a opressão patriarcal e a ética sexual burguesa (MIGUEL, 2018).

A figura 20 resume a definição de elite corrupta focando-se no que ela costumeiramente representa para os populismos de direita radical na atualidade.

²¹ De modo geral, o marxismo cultural ligado ao fazer educacional foi bastante evidente no governo Bolsonaro e se mostrou de diferentes formas. Em sua curta passagem no governo (de 01/01/2019 a 08/04/2019), o primeiro ministro da educação, Ricardo Vélez Rodríguez chegou a dar diversas entrevistas dando a entender que os problemas educativos do Brasil eram todos derivados do “marxismo cultural” e seu aparelhamento ideológico nas escolas e universidades promovidos pelos governos petistas (partido dos trabalhadores). Tal narrativa se seguiu após ele, na figura de seu sucessor ministerial, Abraham Weintraub, que defendeu em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, em abril de 2019, o combate ao “marxismo cultural”. Questionado sobre como iria fazer isso ele disse: “tomando cuidado com tudo o que vai sair do MEC, como livros didáticos” (WEINTRAUB, 2019).

Figura 20 - A elite 'corrupta'

Elite (corrupta)

Dentro de populismos de direita radical a elite é normalmente nomeda como 'a esquerda' (em referência à esquerda política). Seu atributo como *corrupta* é relacionado a formas de corrupção que podem ser tanto de divisas quanto moral, ou seja, a corrupção 'da mente das pessoas'. Já sua denominação como *elite* se relaciona com sua capacidade de poder e influência. A definição de quem é 'a elite' se dá a partir de aspectos morais acoplados a outros fatores que podem envolver elementos de distinção entre eles aqueles ligados a profissão. Por exemplo, a função de professor quando relacionada a pessoas que têm 'posicionamentos de esquerda' pode fazer com que esses profissionais sejam incluídos nesse espectro devido a sua capacidade de influenciar uma audiência cativa (os alunos) com tais ideias.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Mudde e Kaltwasser (2017)

3.1.3.3 Vontade geral' (volonté générale)

Igualmente importante para a distinção moral entre “o povo puro” e “a elite corrupta” é o apelo à vontade geral e “curiosamente, esse aspecto é muitas vezes esquecido na literatura acadêmica” (MUDDE, KALTWASSER, 2012, p.151).

Isso porque o populismo não é apenas atacar 'a elite' e defender os interesses das 'pessoas comuns', trata-se também da própria ideia de que todos os indivíduos de uma determinada comunidade são capazes de unificar suas vontades com o objetivo de proclamar a soberania popular como única fonte legítima de poder político (MUDDE, KALTWASSER, 2012).

A vontade geral é aquilo que auxilia no processo de criação simbólica da imagem do sujeito popular forte o suficiente [ao que adiciono: de camisa verde amarela, aguerrido, combativo, patriótico, viril, armado - como no caso brasileiro] para desafiar a elite, assim como surge como uma espécie de cimento que une todos esses sujeitos em uma comunidade entendida como coesa e unida no sentido não apenas de compartilhar demandas comuns, mas identificar inimigos comuns (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Para Mudde e Kaltwasser (2017) o apelo à vontade geral é uma encenação sobre uma lógica específica de articulação que cria esse sujeito que representa o 'o povo' e que seria qualificado e competente para desafiar o *status quo* (a elite). Mas, como argumentam, isso tem seu lado sombrio porque esse tipo de encenação pode levar ao apoio de tendências autoritárias de governo, ou mesmo à formação de um governo autoritário. Em outras palavras, é pelo fato de o populismo fazer com que a vontade geral seja entendida como algo absoluto, no sentido

de imperioso e incontestável, que podem ser legitimadas formas autoritárias quanto a determinadas práticas sociais.

E, nesse sentido, em sua interpretação extremista da democracia majoritária, o populismo rejeitará todas as limitações na expressão da vontade geral, “principalmente a proteção constitucional das minorias e a independência (da política e, portanto, do controle democrático) com relação às instituições estatais mais importantes” (MUDDE; AMADEO; PAULA, 2021, p. 286). Quanto a isso, como acrescentam Peters e Pierre (2020), esse estilo político (autoritário) tem sido associado atualmente a “retrocessos” democráticos e a ameaças genuínas à democracia; assim não seria exagerado afirmar que o que temos assistido atualmente, em muitos casos, evidencia que o populismo está deslizando rapidamente para formas de autoritarismo eleitoral como o que se assistiu, por exemplo, com Viktor Orbán na Hungria.

Como esclarecem Mudde e Kaltwasser (2017), ao fazer uso da noção de ‘vontade geral’ atores e eleitores populistas remetem a uma concepção política muito particular e diretamente ligada à obra de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Esse autor distinguiu entre o que seria uma ‘vontade geral’ e uma ‘vontade de todos’. A vontade geral se refere à capacidade do povo de se unir em uma comunidade (homogênea) para fazer valer seu interesse comum. Já a vontade de todos refere-se a uma simples soma de interesses particulares em um momento histórico específico. Visto sob essa ótica, a tarefa dos políticos seria bastante direta, eles devem ser, nas palavras de Margaret Canovan (1981, p. 87, grifos meus), “iluminados o suficiente para ver qual é a *vontade geral* e carismáticos o suficiente para formar cidadãos individuais em uma comunidade coesa”.

Conforme Mudde e Kaltwasser (2017), uma das consequências práticas da vontade geral nos populismos é a busca por processos de transformação institucional porque as instituições existentes estariam supostamente corrompidas pelas elites, aspecto que os autores chamam de função corretiva. Ademais, a vontade geral não pode ser considerada como "um processo racional construído através da esfera pública", pois ela estaria muito mais baseada em uma "noção de senso comum" que é especialmente útil para conseguir agregar demandas que são heterogêneas em um denominador comum (MUDDE; KALTWASSER, 2017, p. 18).

Aquilo que é articulado como uma vontade geral se baseia na ideia de construção de uma unidade dando espaço para uma demarcação clara daquilo que não pertenceria a essa unidade, a esse ‘demos’ (povo) o que justificaria que todos aqueles que não estão dentro desse conjunto idealizado não sejam tratados como iguais (MUDDE; KALTWASSER, 2017).

Por fim, um aspecto importante a se considerar nesse conceito é o fato de que a vontade geral, articulada dentro de populismos de direita, é aquilo que será utilizado por esses movimentos para produzir um ideal de sujeito homogêneo e, portanto, não favorecendo as pluralidades sociais. Dizendo de outra forma, à medida que a vontade geral serve para criação, também, desse ideal de povo puro, entendido e desejado como homogêneo, ela nega a pluralidade. Isso, por sua vez, leva a considerar que esse ‘povo’ que é articulado, através da vontade geral, é de certa forma incompatível com o próprio pluralismo democrático, diferente do que ocorre em estratégias populistas de esquerda uma vez que essas tendem a conceber seu ideal de povo de forma plural e se direcionam muito mais para a absorção de pautas democráticas quando no poder (MOUFFE, 2020).

A figura 21 resume o conceito de vontade geral.

Figura 21 - Vontade Geral

Vontade Geral (volonté générale)

É a vontade geral que possibilita o ‘povo’ (puro) se unir para tentar fazer valer um interesse geral. Logo, ela está relacionada à unificação de diferentes vontades. É, portanto, uma *espécie de cimento* que une diferentes sujeitos em uma comunidade entendida como coesa e unida para, assim, compartilharem suas demandas comuns bem como identificarem seus inimigos comuns.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

3.2 POPULISMO NO BRASIL: SÉCULO XX E ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS

A combinação de altos níveis de desigualdade socioeconômica e períodos relativamente longos de regime democrático explicam por que o populismo consegue ascender politicamente na região latino-americana (MUDDE; KALTWASSER, 2017). De modo que a concentração de poder econômico e político em uma pequena minoria torna o discurso populista particularmente atraente, pois ajuda a identificar a existência de uma oligarquia fraudulenta (“eles”) que age contra a vontade do povo (“nós”) dentro do antagonismo populista ‘nós *versus* eles’ (MUDDE, 2019). Ainda assim, nessa região existem diferenças importantes entre a variedade de experiências populistas em termos de políticas econômicas, bem como o papel desempenhado pelo líder (MUDDE; KALTWASSER, 2012). Considerando isso, e também que essa pesquisa se concentra na experiência brasileira, o breve histórico que se segue apresenta o contexto nacional e tem como objetivo trazer à tona alguns elementos centrais do populismo

brasileiro entre 1930 e 1960²² e, depois, de forma mais sucinta, sobre sua manifestação nos anos 1990 que sejam pertinentes para reflexões sobre tal movimento no Brasil contemporâneo.

A figura 22 situa aqueles que estiveram à frente do poder executivo brasileiro após 1930. Essa informação preliminar será útil, pois contribuirá para melhor posicionar os presidentes que serão mencionados ao longo desse texto, eleitos democraticamente ou não, dentro de seus períodos de atuação.

Figura 22 - Presidentes do Brasil após 1930

Presidentes do Brasil – Linha do Tempo (após 1930)

1930 – 1934 – Getúlio Vargas – Governo Provisório

1934 – 1937 – Getúlio Vargas – Governo Constitucional

1937 – 1945 – Getúlio Vargas – Governo Ditatorial

1945 – 1946 – José Linhares

1946 – 1951 – Eurico Gaspar Dutra

1951 – 1954 – Getúlio Vargas

1954 – 1956 – Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos

1956 – 1961 – Juscelino Kubitschek

1961 – 1961 – (renunciou) Jânio Quadros

1961 – 1964 – João Goulart

1964 – 1967 – Castello Branco

1967 – 1969 – Costa e Silva

1969 – 1974 – Garrastazu Médici

1974 – 1979 – Ernesto Geisel

1979 – 1985 – João Baptista Figueiredo

1985 – 1990 – José Sarney

1990 – 1992 - (impeachment, porém já havia renunciado) – Fernando Collor de Mello

1992 – 1995 – Itamar Franco

1995 – 2003 – Fernando Henrique Cardoso

2003 – 2011 – Luiz Inácio Lula da Silva

2011 – 2016 - (impeachment) Dilma Rousseff

2016 – 2019 – Michel Temer

2019 - 2022 – Jair Bolsonaro

Fonte: elaborado pela autora (2023)

²² O populismo, no Brasil de 1930-1960, pode assumir diferentes nomenclaturas o que mostra sobre suas diferentes interpretações e expressões, de modo que “queremismo, getulismo, juscelinismo, janguismo e trabalhismo são algumas das modulações do populismo brasileiro” (IANNI, 1971, p. 206).

Tomo como ponto de partida a trilha da historiadora brasileira Ângela de Castro Gomes (2001) para quem buscar a definição e a compreensão sobre o populismo em nosso contexto nacional é necessário acompanhar a trajetória do conceito na produção acadêmica. Essa autora analisou os trabalhos que foram realizados a partir dos anos 1950 e, como resultado de um esforço de periodização, considera o “Grupo de Itatiaia” criado em 1952 como inaugural na articulação do conceito no meio acadêmico.

Esse é um grupo que ficou conhecido dessa forma, pois suas reuniões, patrocinadas pelo Ministério da Agricultura, ocorriam em Itatiaia, município de São Paulo. Em 1953 seus integrantes criaram o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). No mesmo ano, começaram a publicar a revista ‘Cadernos do Nosso Tempo’, ativa entre 1953 e 1956 (GOMES, 2001). Tido como um dos primeiros textos precursores sobre tema no Brasil o artigo “Que é o ademarismo”, publicado nesta mesma revista em 1954 e sem autor identificado, ele trata sobre a projeção do político paulista Adhemar de Barros como candidato à presidência em 1955 e alerta sobre a necessidades de esforços em conceituar o tipo de manifestação política que se manifestava no Brasil naquele momento (GOMES, 2001).

Entre seus principais intelectuais do Grupo de Itatiaia estavam Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães e Hélio Jaguaribe. Ainda segundo Gomes (2001) suas preocupações se concentravam em compreender o surgimento do populismo na política brasileira o que os levou a considerá-lo a partir de certos eixos centrais. Entre eles o fato de o populismo estar associado a uma configuração política em que a classe dirigente se mostra com sua representatividade desgastada. Em crise e sem condições de dirigir com segurança o Estado, essa mesma classe precisa conquistar o apoio político das massas populares. Também, destaca-se, nesta configuração, a importância da imagem do líder populista, homem normalmente carregado de carisma e capaz de mobilizar uma ‘política de massas’.

Política de massas é um conceito importante, pois reporta sobre “um desdobramento dos acontecimentos políticos que conduziram a rupturas parciais na sociedade urbano-industrial e na política tradicional” (IANNI, 1971, p. 66) sendo que o termo “massas” dentro do populismo dessa época [1930-1964] tem o mesmo significado de “povo”, “trabalhadores”, “classes laboriosas”, “os humildes” (IANNI, 1971, p. 119). De modo que esses desdobramentos dizem respeito à transição para uma economia industrial no Brasil, assinalando uma etapa crucial do desenvolvimento nacional [por isso o termo desenvolvimentismo utilizado adiante]. Conforme Ianni (1971), a política de massas simboliza sobre um padrão de organização política e sustentação do novo estilo de poder. Para esse autor, ela é aquilo que fundamenta a democracia

populista que se organizou nas décadas que antecederam a mudança repentina a partir do golpe de estado de primeiro de abril de 1964.

Como acrescenta, foi depois de 1940 que as massas começaram a participar em algumas decisões políticas e na formulação dos alvos do progresso nacional. Esse tipo de política possui certas características, entre elas está a combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, da classe média e da burguesia industrial o que, concomitantemente, ocorreu com a criação de instituições democráticas destinadas a garantir o acesso dos assalariados a uma parcela do poder. Foi nesse contexto que se situaram conquistas das classes assalariadas como, por exemplo, em 1940 o regime do salário mínimo, em 1943 a consolidação das leis de trabalho e em 1963 transforma-se em lei o estatuto do trabalhador rural. Ainda assim, "a política de massas funcionou como uma técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado" (IANNI, 1971, p. 63).

São tais conteúdos que intelectuais como os do grupo de Itatiaia vão observar a partir do nacional desenvolvimentismo entendido como uma manifestação da transição dos países latino-americanos de uma fase de economia dependente de base agrário-exportadora, para uma fase moderna de expansão urbano-industrial, em que a existência das massas é uma de suas características centrais. Segundo Ianni (1971) o desenvolvimentismo é também chamado de modelo getuliano de desenvolvimento, uma vez que foi iniciado no governo de Getúlio Vargas, e orientava-se no sentido dinamizar as forças produtivas nacionais, implicava na independência política e, em certo grau, impunha autonomia econômica. Ligado tanto a um desenvolvimento político, econômico e cultural o desenvolvimentismo baseou-se num conjunto heterogêneo de condições e fatores: a luta pela industrialização e a defesa dos setores tradicionais da economia; nacionalismo; política externa independente; luta pelas reformas de base; conciliação com os setores tradicionais da classe dominante; redefinição e florescimento da cultura e da consciência nacionais, de um lado, preservação e ampliação dos vínculos e alienações, de outro (IANNI, 1971). Conforme explica a liquidação do modelo getuliano de desenvolvimento econômico e social se iniciou no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira que associou a política de massas com um compromisso crescente com o capital externo. Foi nesta época que se criaram as condições mais importantes para a futura liquidação do desenvolvimento nacionalista que seriam colocadas em prática durante o regime ditatorial que se instaurou no Brasil após 1964.

Ao passo que as principais características do fenômeno populista analisadas por esses autores foram delineadas a partir do governo de Getúlio Vargas²³ em que a rápida transformação

²³ Getúlio Vargas foi presidente do Brasil por quase vinte anos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937

da forma do Estado implicaria em uma ampliação institucional de sua base social. A primeira dimensão de seu governo foi a democratização a partir de cima. Para tanto, como se exemplificou antes, Vargas introduziu mudanças nas relações capital/trabalho o que ocorreu principalmente na forma de expansão dos direitos para o trabalhador urbano, isto é, manufatura e serviços, de modo que os interesses dos grandes proprietários de terras não foram afetados imediatamente (GOMES, 2001). E, assim como ocorreu na Argentina, a incorporação das massas à democracia brasileira, dando-lhes cidadania, se deu por meio dos direitos trabalhistas. Neste cenário o Estado aparece para os cidadãos e se constitui como um mediador das relações sociais no nível das relações capital-trabalho (GRIGERA, 2017).

Grigera (2017) sintetiza ainda mais sobre as preocupações dos estudiosos nesse momento e argumenta que eles refletiram sobre duas ideias centrais: sobre um tipo de governo e a questão do líder carismático.

Quanto a primeira, como argumenta, ela impulsionou análises sobre a relação entre populismo e transformações socioeconômicas estruturais, bem como a interdependência desses dois elementos. Também, o populismo, sob essa ótica, é visto como uma forma de Estado. Estes trabalhos iniciais identificaram como sendo uma 'tarefa histórica' do populismo a incorporação política de grupos sociais politicamente excluídos (as massas) em contexto de rápidas mudanças socioeconômicas e de uma crise de hegemonia tradicional. Disso surge outro elemento importante analisado, também, pelos intelectuais como o Grupo de Atibaia que é a institucionalização do conflito como forma de governo.

A esse respeito escreveu Ianni (1971) que a incorporação das massas encontrou opositores entre os setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira que sempre protestaram com violência, pois viam nisso o prenúncio da destruição do poder burguês e das suas ligações externas. Como esclarece, de fato, "numa sociedade burguesa é sempre muito difícil legitimar a participação política das massas trabalhadoras" (IANNI, 1971, p. 207). Isso explicaria porque o populismo brasileiro foi pontilhado de crises, sendo que a deposição e o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, simbolizariam todo esse conjunto de pressões e ambiguidades que caracterizam a história do populismo brasileiro.

como presidente da república do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como ditador. No segundo período, em que foi eleito por voto direto, Getúlio governou o Brasil como presidente da república, por 3 anos e meio: de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954. Por suas ações nesse último governo Getúlio era chamado por seus simpatizantes de "pai dos pobres". A sua doutrina e seu estilo político foram denominados de "getulismo" ou "varguismo" (FGV, 2022).

Para Ianni (1971), no plano interno, o populismo é um sistema de antagonismos, pois como política de alianças de classes é uma política de aliança de contrários. Como sintetiza, o populismo varguista foi um movimento urbano multiclasse e fruto de uma ampla aliança de classes urbanas. Esse tópico é importante para entendermos não apenas as políticas populistas entre 1930-1956, mas também as atuais. Safatle (2022) ao discutir essa questão das coalisões nos lembra que o populismo coloca em prática uma característica fundamental da democracia que é a capacidade de incorporação, através da construção do "povo" (ou massas) de classes normalmente expulsas do poder. Mas, esse processo cobra um preço alto que é constantemente diferido até chegar a um momento no qual a "conta simplesmente não pode ser paga" (SAFATLE, 2022, p. 60). E, como argumenta, quando fica claro a todos os envolvidos que a conta não pode ser paga, a frustração e a agressividade contra as próprias lideranças no poder se tornam insuportáveis. A emergência do povo como sujeito político no populismo vê sua incorporação ser feita através de um pacto frágil entre demandas sociais contraditórias vindas de setores antagônicos, donde tais demandas são integradas em uma cadeia de equivalência.

Ainda segundo Safatle (2022), Getúlio Vargas, por exemplo, integrou várias camadas da população ao campo dos atores políticos. Mas, suas demandas estavam localizadas dentro de outras tantas demandas, como as da burguesia nascente, das oligarquias descontentes e certos pactos com as Forças Armadas que isso produziu uma turbulência tal que “não por outra razão dizia Vargas: meu problema não são meus inimigos, mas meus aliados” (SAFATLE, 2022, p. 61). De modo que a adversidade política com a qual lidava Vargas não vinha daqueles que abertamente antagonizavam com seu governo, mas todos aqueles que, apesar de perspectivas antagônicas, se aliavam ao mesmo líder como seu representante.

Recorrendo a Laclau e ao conceito de significante vazio, Safatle (2022) afirma que justamente por ser um ponto de convergência de demandas contraditórias, no populismo, o poder é ocupado por um significante vazio, isto é, ele é preenchido pelos mais diversos conteúdos o que faz com que perca sua capacidade de denotar uma referência específica.

Como explica, isso permitia que Vargas se transformasse referência tanto para a esquerda quanto para conservadores, tanto para democratas quanto para simpatizantes do fascismo. Contudo, há um limite nessa estratégia. Enquanto existe espaço para crescimento, o conflito entre demandas divergentes pode ser diferido e todos têm a sensação de estarem ganhando algo. Quando crescimento trava o que ocorre é a implosão desse ‘consórcio’ de governo. Uma implosão que normalmente é capitaneada pelo próprio setor oligárquico incorporado à série populista. Ao sair do governo em 1945 Vargas deu o lugar a seu próprio ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, um representante da ala conservadora. Já Lula viu o

projeto que representava ser golpeado pelo próprio vice-presidente de Dilma Rousseff (SAFATLE, 2022).

Quanto a segunda ideia central, a questão do líder carismático, a maioria desses autores observou estilo personalista e plebiscitário de liderança política como sendo uma característica definidora do populismo em que um indivíduo ganha e exerce poder mantendo contato direto e não mediado com uma massa desorganizada de seguidores (GOMES, 2001). Nessa perspectiva, o populismo era interpretado como uma relação pessoal entre um líder e um conglomerado de indivíduos, relação explicada através da ideia de demagogia. Segundo essa concepção, o líder populista não aparece como um verdadeiro político, mas, sobretudo, como alguém que se aproveita, de alguma forma, da credulidade popular de maneira que as massas não constituiriam, de fato, o fundamento para qualquer tipo de política (DEBERT, 1979). Weffort (2003) emprega a categoria “manipulação populista” para descrever a relação entre esse líder populista e massas. De modo geral, a oferta dos líderes populistas de incentivos materiais e extensão de benefícios sociais, na sua busca pela expansão de políticas econômicas desenvolvimentistas, foi um instrumento fundamental para a manutenção do apoio da massa a esses líderes (CARDOSO; FALETTO, 1979).

A figura 23 sintetiza sobre alguns pontos centrais analisados por intelectuais, entre os anos de 1950-1960 sobre o fenômeno populista brasileiro.

Figura 23 - Foco das análises: populismo entre os anos de 1950-1960

Foco das análises: populismo entre os anos de 1950-1960

O foco nas análises se concentrou na figura do líder populista e o tipo de política implementada. No que se refere ao líder populista ele é definido como carismático e de estilo personalista e plebiscitário que ganha e exerce poder mantendo contato direto e não mediado com uma massa de seguidores. Já quanto ao tipo de política ela é marcada por certa inclusão das massas populares em algumas decisões políticas. Esse tipo de política possui certas características, entre elas a combinação dos interesses econômicos e políticos do proletariado, classe média burguesia industrial. De maneira que, já nesse momento, o populismo é interpretado como um sistema de antagonismos, pois como política de alianças de classes é uma política de aliança de contrários.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A partir dos anos 60, com o aparecimento de figuras marcantes do cenário político brasileiro como João Goulart e Miguel Arraes, o debate sobre o populismo encaminha-se para uma nova agenda de investigações focada em compreender as razões do golpe militar de 1964.

Sobre isso Barros e Wanderley (2019), ao analisar a obra de Francisco Weffort (2003), nos lembram que no início dos anos 1960 havia no Brasil duas correntes populistas concorrentes, uma inclusiva formada pelo nacional-populismo de esquerda que tinha como propósito trazer novos grupos para arena política como os novos trabalhadores industriais urbanos, estudantes e camponeses e outra de direita (excludente), que seria formada por líderes empresariais unidos em associações, grupos militares e cristãos conservadores. Esse último grupo apoiava a livre iniciativa e reivindicava a preservação dos valores cristãos. Seu discurso tinha como foco aqueles que já possuíam o *status* de cidadãos como os profissionais liberais urbanos e servidores públicos colocados na ponta receptora de um Estado clientelista (DREIFUSS, 1980). Na interpretação desse grupo de direita o nacional-populismo de esquerda intencionava alterar as relações entre classes sociais através de uma revolução comunista.

Suas ideias se espalharam principalmente entre a classe média e os trabalhadores urbanos. A estratégia da direita era de gerar pânico entre as classes urbanas e revigorar o tradicionalismo. Os ‘comunistas’ (também aqui representados pela esquerda política) foram acusados de estar prestes a controlar o Estado e destruir os valores tradicionais da família e do livre comércio (DREIFUSS, 1980).

Ainda sobre o papel desse segmento da população, Ianni (1971) também dá pistas importantes sobre os acontecimentos posteriores que viriam culminar no Golpe de 1964. Segundo coloca "a classe média revelou-se a massa mais dócil a soluções autoritárias e desde os momentos áureos da política de massas, foi sendo preparada para aderir ao autoritarismo" (IANNI, 1971, p. 129). Foi a ampliação da participação dessa classe no processo político que explica parte do sucesso de ações antidemocráticas que culminaram no golpe de 1964. "Aliás, foi uma ampla campanha de opinião pública dirigida a essa classe que preparou as populações para aceitarem antecipadamente a derrubada do governo de João Goulart" (IANNI, 1971, p. 130). Como se viu, esse objetivo foi alcançado através de discursos que se diziam combater o comunismo e a corrupção, recurso discursivo que voltaria mais de cinquenta anos depois no Brasil, como se aprofundará adiante. Entre os movimentos promovidos pela classe média nesse momento histórico destaca-se a marcha da Família com Deus pela Liberdade. Para Ianni (1971), o papel da classe média na crise política que se instaura antes de 1964 é resultado da discrepância entre suas ambições e as possibilidades reais de atendimento delas frente às mudanças sociais daquela época. É preciso considerar ainda que, após efetivado o golpe em 1964, a classe média foi logo traída por um governo que acabou com as liberdades, fechou os canais de diálogo, limitou os direitos políticos e perseguiu aqueles que se posicionavam contrários as suas políticas (BARROS; WANDERLEY, 2019).

A partir desse conjunto de particularidades que envolviam a fase Getulista e o período de Goulart surgem novas interpretações do que seria esse ciclo populista. Com ele a explicação de que as causas que levaram ao golpe militar estariam ancoradas em um tipo de esgotamento da experiência populista anterior, iniciada em 1930 e findada em 1964,²⁴ (GOMES, 2001, p. 27). Esse esgotamento teria ocorrido justamente porque a aliança que é estabelecida entre governos populistas e diferentes atores sociais na arena política sempre será precária (WEFFORT, 2003).

De forma ampliada, e de acordo com Ianni (1971), o que ocorreu a partir de 1964 é um processo de reversão de expectativas. Tanto que o governo [ditatorial] inaugurado em 1964 transcende a esfera do econômico e projeta-se na órbita do político e do cultural. Com ele inicia-se um programa de reformulação das instituições vigentes de modo a se ajustar as expectativas das diferentes classes sociais ao *status quo*, processo que se focou, entre outras coisas, na reformulação das políticas educacionais. Sobre essas últimas há que se destacar que a legislação que regula o funcionamento de instituições educacionais foi alterada de modo mais ou menos drástico já no início do golpe, em abril de 1964, e se estendeu até 1967 (MATHIAS, 2004).

Conforme Ianni (1971), o primeiro passo dessa política reconstrução nacional consiste na restauração da ordem e da autoridade em todas as áreas sociais o que incluía rearticular os estudantes e os operários. Como explica, o governo executado a partir de 1964 implantou uma política destinada a “aperfeiçoar” as instituições através de uma estrutura de poder monolítica e na ideia que a paz social pode ser alcançada com a militarização da política.

Nesse quadro, poder civil e poder militar confundem-se em um só com o objetivo "depurar" o sistema institucional que, no limite, é reintegrar o *status quo* o que, nesse contexto, significava retirar a capacidade de participação das classes populares, controlar ou anular a capacidade dos grupos de oposição e restaurar o controle da classe dominante sobre o comportamento do fator fundamental da produção manipulando-se, tanto quanto possível, o custo relativo da força de trabalho e sua eficácia produtiva.

Em suma, liquidar com a política de massas enquanto técnica de sustentação do poder político e como forma de manifestação da democracia populista implantada até então. Sob essa perspectiva a ditadura militar brasileira não foi exatamente uma ditadura militar, mas uma

²⁴ No Brasil, é possível considerar que a 'era do populismo' começou com a crise econômica dos anos 1930, junto com o fim da República Velha e terminou em 1964. Este amplo acordo, em um período delimitado por golpes de Estado, revela sobre a suposição de que o populismo é generalizado e possível com ou sem um governo democrático (GOMES, 2001).

associação civil-militar para o retorno do sistema de coronelato e oligarquias (SAFATLE, 2022).

A figura 24 sintetiza pontos centrais analisados por intelectuais, entre os anos de 1960-1980, sobre o fenômeno populista brasileiro.

Figura 24 - Foco das análises: populismo entre os anos de 1960-1980

Foco das análises: populismo entre os anos de 1960-1980

O foco das análises se concentrou na compreensão sobre as razões do golpe civil-militar de 1964. Os estudos identificam que o que antecede o golpe reporta sobre um choque de correntes políticas antagônicas. Uma inclusiva formada pelo nacional-populismo de esquerda (na figura de João Goulart) que tinha como propósito trazer novos grupos para arena política entre eles os trabalhadores industriais urbanos, estudantes e camponeses e outra corrente, de direita (excludente) que seria formada por líderes empresariais unidos em associações, grupos militares e cristãos conservadores. Já nesse momento, para reconquistar o poder a direita teria que conquistar apoio popular o que fez aderindo a valores da família cristã brasileira e do livre mercado o que encontrou forte apoio em expressivas frações da classe média brasileira. Esses objetivos foram alcançados através de discursos que se diziam combater o comunismo e a corrupção.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

No início dos anos 1980, verifica-se uma crescente insatisfação com o uso do conceito populismo, bem como percebe-se o início de um esforço no sentido de repensar elementos de nossas questões teórico-históricas (GOMES, 2001).

Um exemplo desse tipo de proposta se mostra nos estudos da própria historiadora Angela de Castro Gomes, citada no início dessa seção, com destaque, sua obra intitulada ‘A invenção do trabalhismo’ (primeira publicação em 1988). No seu quadro conceitual a autora utiliza o termo “pacto trabalhista” para repensar as relações entre o Estado e a classe trabalhadora a partir do Estado Novo²⁵. Ela sugere que seja abandonada a ideia de que existe uma classe trabalhadora passiva e sem consciência que é manipulada por políticos inescrupulosos como forma de definirmos o conteúdo basilar do que seria o populismo. Sua preocupação é pensar a participação política em sua extensão, suas análises tornam a classe popular o ator político central (e não necessariamente o líder populista).

Para tanto, parte de pressupostos teóricos que privilegiam a ideia de uma lógica simbólica orientando a experiência dos homens em detrimento de uma lógica

²⁵ Estado Novo ou Terceira República Brasileira, foi uma ditadura instaurada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que vigorou até 29 de outubro de 1945 (BARROS; LAGO, 2022).

predominantemente material. De modo que o sucesso da política nacional, como a que ocorreu durante o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945), não se explicaria apenas pela mera concessão de benefícios sociais que se assenta sobre uma lógica utilitarista. O sucesso (populista) seria resultado sobretudo de um investimento simbólico que tomou do discurso das lideranças trabalhadoras do início da República elementos chave de sua autoimagem e os investiu de novo significado em outro contexto discursivo (GOMES, 2015[1988]).

A figura 25 sintetiza pontos centrais analisados por intelectuais, na figura de Angela Gomes (2001), entre os anos de 1980-1990, sobre o fenômeno populista brasileiro.

Figura 25 - Foco das análises: populismo entre 1980-1990

Foco das análises: populismo entre os anos de 1980-1990

Pesquisadores como Angela Gomes (2001) sugerem retratar o fenômeno através de outros termos (que não populismo) através de expressões como “pacto trabalhista”. Em essência isso mostra sobre uma preocupação no sentido de repensar as relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Diferente das análises de 1950-1960 as classes trabalhadoras passam a ser interpretadas não a partir de sua atuação passiva e sem consciência, manipulada por políticos. O fenômeno também passa a ser pensado a partir da participação política em sua extensão em que a classe popular seria o ator político central (e não necessariamente o líder populista).

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Desde os anos 1990 a (re)emergência do fenômeno populista adquire novas formas (DAGNINO, 1994). Esse seria um formato de populismo que surge, não só no contexto brasileiro, mas também latino-americano (GOMES, 2001). E, enquanto a primeira onda de interpretações, nas décadas de 1950 e 1960, caracterizou-o como sendo um fenômeno político e ideológico, girando em torno de diferentes formas de manipulação das massas que acabavam aderindo a “um [líder] caudilho paternalista”, a partir dos anos noventa, tentou-se desenvolver o conceito de neopopulismo (GRIGERA, 2017, p. 2).

O neopopulismo (ou populismo neoliberal) foi enquadrado como uma tentativa de casamento de populismo e neoliberalismo e foi usado para interpretar casos como o de Menem na Argentina, de Fujimori no Peru ou de Collor de Mello no Brasil (KNIGHT, 1998). De acordo com Grigera (2017) esses governos eram vistos como populistas porque seu 'estilo político' incluía um apelo ao povo, nacionalismo e promessas de redistribuição de renda. No entanto, como argumenta, esses governos nunca se esforçaram sistematicamente para a incorporação de

demandas democráticas, nem sua articulação estava centralmente baseada na divisão entre 'o povo' (oprimido, explorado) e seus inimigos.

De modo geral, perspectivas centrais descrevem este formato do populismo. De um lado, a dissonância em relação às características socioeconômicas típicas do populismo clássico (1930-1960). Ou seja, se esse último atribuía centralidade aos programas econômicos de redistribuição, já o populismo dos anos noventa adotava uma postura fortemente neoliberal (GOMES, 2001). Ao passo que entre suas principais diferenças do populismo clássico está sua postura antiestatizante. Pois, seria pelo desmonte do Estado que tal forma de governo asseguraria, através do mercado, uma nova mecânica redistributiva. Donde uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo e uma nova experiência liberal-democrática estariam, nesta interpretação, gerando um novo populismo.

Esta nova reorganização explicaria tanto a impossibilidade da efetuação da ideia liberal-democrática de política no Brasil, baseada nas noções de cidadania e representação, quanto a impossibilidade de sustentação do valor socialista da justiça social (GOMES, 2001). E, ainda que se reitere a centralidade do líder que dialoga com a massa popular, estas novas lideranças dos anos noventa se mostram menos dispostas de criar (ou mesmo manter intactas) as instituições (WEYLAND, 2001).

A figura 26 resume os pontos centrais analisados por intelectuais nos anos 1990 sobre o fenômeno populista brasileiro.

Figura 26 - Foco das análises: populismo na década de noventa

Foco de análises: anos 1990

O foco das análises se concentrou na combinação entre populismo e neoliberalismo econômico. Governos como o de Menem na Argentina, Fujimori no Peru ou Collor no Brasil foram identificados como populistas porque seu estilo político incluía apelo ao povo, nacionalismo e promessas de redistribuição de renda. No entanto esses governos nunca se esforçaram, sistematicamente, para a incorporação de demandas democráticas. Entre suas principais diferenças em relação ao populismo clássico está sua postura de desmonte do Estado que, na ótica de seus líderes, asseguraria (através do mercado) uma nova mecânica redistributiva. Também essas novas lideranças dos anos noventa se mostram menos dispostas em criar (ou mesmo manter intactas) instituições que sustentam a democracia liberal.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

Para finalizar essa reflexão destacarei certos aspectos identificados nas análises históricas, sinalizadas até aqui, que em alguma medida repercutem no contexto populista brasileiro após 2019.

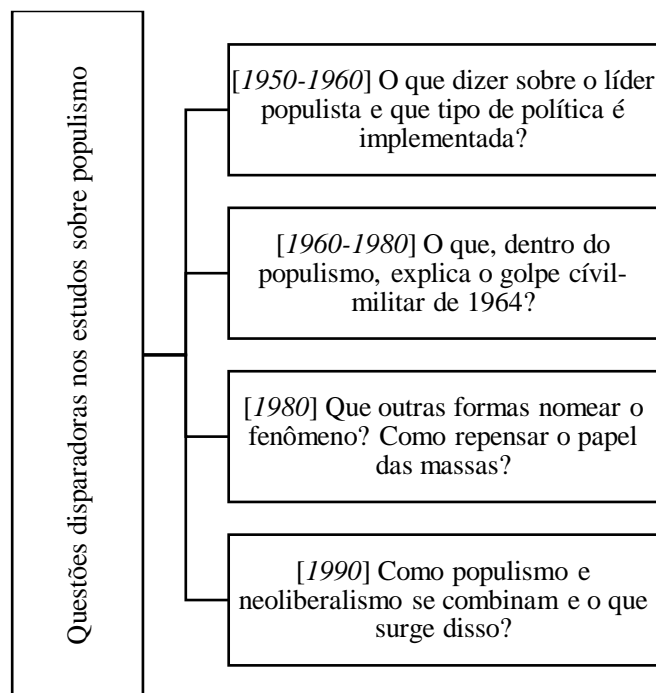
Entre as particularidades identificadas destaco a imagem do líder populista de estilo personalista e plebiscitário que ganha e exerce poder mantendo contato direto e não mediado com uma massa de seguidores; o populismo como uma política de grandes alianças realizada através de uma combinação de interesses econômicos e políticos que envolve a classe média e burguesia industrial/agrária.

De modo análogo à correlação de forças que marcou os anos anteriores ao golpe civil-militar de 1964, assistimos atualmente um choque de correntes políticas antagônicas formada por pautas de esquerda (inclusivas) que têm entre seus propósitos trazer novos grupos historicamente marginalizados para arena política e outra corrente, de direita (excludente), formada por grupos empresariais, militares e cristãos conservadores.

Talvez o dado mais perturbador seja o apoio que o populismo de direita brasileiro obtém de expressivas frações da classe média e também dos militares que, mobilizados por valores em defesa da família tradicional cristã (e também do livre mercado), revisitam narrativas de combate ao comunismo. Esses elementos serão debatidos em seção específica, mas antecipá-los nesse momento mostra que muito do que assistimos, contemporaneamente, no Brasil encontra eco em nosso passado, nomeadamente, aquele marcado por momentos de maiores retrocessos democráticos.

Por fim, a figura 27 sintetiza quais seriam as questões centrais que mobilizaram as pesquisas brasileiras sobre o tema do populismo entre 1950 e 1990.

Figura 27 - Questões centrais nos estudos sobre populismo (1950-1990)



Fonte: elaborado pela autora (2023)

3.3 UM OLHAR SOBRE O PRESENTE: POPULISMOS NO SÉCULO XXI

Nesta seção a aproximação com elementos estruturais, ou seja, aqueles que dizem respeito a condições sociais, econômicas e culturais, será feita a partir de uma reflexão transnacional, uma vez que um olhar mais alargado nos permite captar que muito do que presenciamos em nosso cenário nacional contemporâneo não está descolado de um contexto de mudanças globais. Para refletir sobre o atual populismo de direita radical no Brasil, propriamente dito, serão destacados aspectos de conjuntura, que mesmo que conectados com o que acontece no mundo, apresentam particularidades inerentes de nossa realidade nacional. Após isso, uma subseção dedicada às ideologias estruturantes do Bolsonarismo pretende tornar mais elucidativo sobre seus conteúdos mobilizadores.

3.3.1 Fatores estruturais transnacionais: porque não somos uma ilha

Partidos populistas de direita radical ganharam terreno em número crescente em vários lugares nesse século (MUDDE, 2007; ROBINSON; BRISTOW, 2020). Em linhas gerais o voto em líderes populistas de direita como Donald Trump (Estados Unidos), Marine Le Pen (França), Viktor Orbán (Hungria), Santiago Abascal (Espanha) e Matteo Salvini (Itália) é consequência

de um conjunto de fatores. Entre eles estão aqueles tecnológicos, socioeconômicos e culturais os quais abordarei nessa seção a partir de um contexto transnacional.

Não é a intenção tecer uma discussão pormenorizada sobre esse conjunto de variáveis e sua relação com a ascensão populista. Meu objetivo é mais delimitado. Pretendo tornar menos opaca a percepção de que muito do que presenciamos em nosso cenário nacional contemporâneo não está descolado de um contexto mais amplo. Por esse motivo, será dada preferência a elementos que permitam uma correlação mais perceptível com a nossa realidade. Por exemplo, o tema da imigração é de grande relevância nos populismos europeus ou mesmo no caso estadunidense de Donald Trump, mas não no caso brasileiro, de maneira que alcançarei seu conteúdo abordando seus efeitos, como por exemplo o desemprego e assim por diante.

As *mudanças tecnológicas* das últimas décadas são um ponto de destaque para organização e proliferação de movimentos populistas. Nesse sentido é preciso considerar que as novas formas de organização online produziram impactos na democracia contemporânea com efeitos muitas vezes não esperados. Entre eles o fenômeno da utilização de *Big Data* em campanhas eleitorais para influenciar as preferências políticas do eleitor e não menos importante o uso de *Fake News* como forma de propagação de desinformação ou mesmo informações falsas via internet (KNIGHT; TSOUKAS, 2018).

De modo geral as oportunidades oferecidas por novas tecnologias e *big data*, em vez de fornecer uma base mais sólida para a construção de teorias e tomada de decisões, estão minando a crença na experiência científica e profissional. Como assistimos durante a pandemia de Covid-19 em diferentes lugares do mundo em que políticos usaram a ciência e os cientistas para seus próprios fins com a intenção de evitar enfrentar a essência de lidar com questões sociais mais complexas (MEYER; QUATTRONE, 2021).

Nesse contexto, temos assistido através do uso de *Fake News* políticos populistas se valendo de ‘interpretações alternativas’ sobre fatos controversos, não necessariamente preocupados com a veracidade do que é afirmado, mas com o objetivo de obter legitimidade (KNIGHT; TSOUKAS, 2018). Esse tipo de prática produz, entre outras coisas, contradição/ambiguidade narrativa e se mostra deletéria na própria compreensão da realidade social contemporânea, pois esgarça os limites do que pode ser interpretado como um fato real ou uma manipulação da realidade (WODAK, 2015). Mollan e Geesin (2020) exemplificam sobre isso ao explorar os últimos estágios da campanha eleitoral americana, momento em que o bilionário Peter Theila firmou que os americanos que apoiavam a candidatura de Donald Trump (incluindo ele próprio) levavam Trump a sério, ‘mas não literalmente’. Wodak (2015), contribui com essa discussão ao considerar que o que vemos atualmente remete a um tipo de

embaçamento das fronteiras que transita entre entretenimento e informação, bem como entre domínios públicos e privados, entre marketing, publicidade e campanha política, entre políticos e celebridades. Algo que, segundo a autora, tem se tornado comum no que se refere as estratégias narrativas e comunicacionais de partidos populistas.

Wodak (2015) descreve esse processo como a ficcionalização da política a qual seria um tipo de embaçamento das fronteiras entre o real e o ficcional, o informativo e o divertido, que cria uma realidade para o espectador que parece ordenada e gerenciável, mas que se trata de uma ilusão enganosamente simples sobre a complexidade social. Aspectos que contribuem para a própria dessacralização da política, não invariavelmente galvanizadas por esses movimentos. (WODAK, 20105).

Em linhas gerais, as mudanças tecnológicas possibilitam que as redes sociais se tornassem canais preferenciais para uma comunicação direta entre lideranças populistas e seus seguidores sem passar por mediadores, permitindo, assim, a disputa da agenda do debate público, que não é mais definida apenas pelo conglomerado de mídia e, ainda, facilitaram e ampliaram a disseminação de desinformação (*fake-news*).

No que se refere as *crises econômicas* elas têm corroborado com o sucesso de partidos populistas da direita radical. Ou, nas palavras de Mudde (2019, p. 2) “A grande recessão que se seguiu ao crash financeiro de 2008 libertou o populismo da direita (radical)”. A crise financeira de 2008, a qual o autor se refere, é interpretada como o “choque econômico mais grave experimentado pelas nações avançadas desde a Grande Depressão do 1930 até a mais recente pandemia de COVID-19”; ela foi gerada, especialmente, pelo livre fluxo de financiamento de curto prazo através das fronteiras nacionais e também pelo acúmulo de passivos externos em certos países (RODRIK, 2021).

Estudos como os de Gyöngyösi e Verner (2020) mostram que após a crise financeira de 2008 muitas famílias húngaras haviam tomado empréstimos em moedas estrangeiras, ao passo que a forte desvalorização de sua moeda nacional deixou mutuários em grave angústia levando, assim, a ascensão do partido de extrema-direita Jobbik na Hungria.

As análises de Ahlquist; Copelovitch e Walter (2020) mostram resultados semelhantes. Eles identificaram que nas eleições parlamentares polonesas de 2015 - devido ao grande e inesperado choque financeiro para os mutuários poloneses que até então, haviam contraído hipotecas com taxas de juros baixos – o partido populista de direita Lei e Justiça (PiS) foi levado ao poder pelas mesmas circunstâncias de endividamento.

Segundo argumenta Dehdari (2021), em sua análise sobre realidade sueca, a angústia econômica levou os suecos a aderir a esses partidos por motivos semelhantes, com destaque às

crescentes taxas de desemprego, desilusão que seus representantes políticos atuais possam mitigar sua situação econômica desfavorável e ainda perda ao acesso a serviços de assistência social e cortes/reduções salariais. No caso do desemprego, situação que afeta diferentes partes do mundo atualmente, ela é derivada de ações de austeridade fiscal que aprofundaram e alongaram o impacto da crise no emprego, ao passo que o desemprego foi (e tem sido) resultado direto da condução de políticas econômicas que servem a exigências feitas pelos mercados financeiros (RODRIK, 2021).

Em linhas gerais, como argumenta Rodrik (2021), a insegurança econômica gerada por fatores como a perda de emprego; a volatilidade de renda, a automação, desindustrialização, dessindicalização, flexibilização do trabalho, aumento da desigualdade econômica, expansão da economia *Gig* e do trabalho em tempo parcial têm produzido ansiedade econômica, bem como reduziram os meios de subsistência da classe média abrindo espaço para formas políticas mais radicalizadas.

No que se refere às transformações recentes ligadas aos *aspectos socioculturais*, Brown (2019) argumenta que devemos adicionar a essa discussão o fato de que nas últimas décadas - além do crescimento econômico lento, desemprego, globalização econômica e variações demográficas - ocorreu uma crescente perda de uma dominância masculina branca e heterossexual em favor de uma maior diversidade sócio cultural como as novas constelações familiarizares, pluralismo de gênero e movimentos feministas. A autora argumenta que as agendas políticas liberais e as agendas econômicas neoliberais geraram uma crescente experiência de abandono e traição por parte dos novos despossuídos, especialmente nas populações da classe trabalhadora e da classe média branca.

Análises feitas em relação ao contexto do Reino Unido (Brexit) e Estados Unidos (com o Trumpismo) corroboram com esse argumento, entre elas a pesquisa de Norris e Inglehart (2019, p.2) na qual argumentam que as mudanças socioculturais atuais são reflexos da adoção de direções mais progressivas, todavia, tais “desenvolvimentos desencadearam uma contrarrevolução, especialmente entre a geração mais velha, formada por homens brancos com menores níveis educacionais” que sentem o declínio e rejeitam ativamente a maré crescente de valores progressistas, se ressentem do deslocamento de normas tradicionais familiares e que reagem com raiva à erosão de seus privilégios e *status*. Isso significa avaliar que a ascensão das formações políticas nacionalistas e autoritárias se devem, também, à raiva instrumentalizada de indivíduos abandonados economicamente e identitariamente ressentidos que acabaram encontrando respaldo em uma moralidade tradicional a qual se transformou em poderosa arma de batalha política (HENSMANS; VAN BOMMEL, 2020).

Ao passo que movimentos populistas recentes funcionam, pelo menos temporariamente, como um antídoto no sentido de dar voz a todos aqueles que se sentem silenciados e marginalizados de uma ação prática e coletiva. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a eleição de Donald Trump demonstrou que muitos americanos aceitavam esse tipo de mensagem. Uma questão importante de sua ascendência à presidência foi, justamente, seu posicionamento como mensageiro e modelo que melhor representava as necessidades, valores, visão e modo de vida que seus seguidores buscavam para si próprios e cujas ações e opiniões eles viam presentes nas falas de Trump (SPECTOR; WILSON, 2018). Todavia, de forma paradoxal, Trump mesmo sendo o produto de processos de financeirização, desindustrialização e aumento das desigualdades lançou-se como uma forma de protesto contra os efeitos desses mesmos fatores na vida cotidiana das pessoas (GILLS; PATOMÄKI; MORGAN, 2019).

Cleen, Glynos e Mondon (2018, p. 3) ressaltam que os elementos acima são importantes para explicar os aspectos estruturais que fundamentam experiências populistas atuais, no entanto, como argumentam, “a política populista atual não pode ser reduzida a um efeito sintomático de desenvolvimentos extra políticos” porque o populismo, em si, é um processo de luta profundamente político; nisso, as mudanças socioeconômicas, socioculturais e tecnológicas que induziram um sentimento de 'fomos deixados para trás' resultaram em apatia, ou então, em um forte sentimento antipolítico.

Não obstante, estudos documentam que uma parcela cada vez maior do eleitorado abriga sentimentos estáveis e profundos de desconfiança política, o que impede essas pessoas de optar por partidos já estabelecidos e as levam a canalizar seu descontentamento na abstenção eleitoral (mostrando sobre sua apatia) ou, quando mobilizados, votam em um partido populista como forma de resistência à ‘velha política’ (ROODUIJN; VAN DER BRUG, DE LANGE, 2016). De modo que, além da direita radical populista se beneficiar de uma maior participação entre as partes politicamente alienadas do eleitorado, é nítida a relação entre o sucesso da direita radical populista e um descontentamento político prévio (SCHULTE-CLOOS; LEININGER, 2022). Também há que se reiterar que esses movimentos tendem a produzir retrocessos democráticos. Retrocessos tais que podem ser vistos em diferentes governos populistas de direita atualmente como o governo da Hungria que, usando sua maioria no parlamento, se engajou sistematicamente em ações que minaram as instituições democráticas, por exemplo, destituindo a independência judicial e reprimindo a mídia independente (SALLAI; SCHNYDER, 2020).

A figura 28 sumariza como aspectos tecnológicos, econômicos e socioculturais corroboraram para a ascensão de populismos de direita no mundo e, certamente, no Brasil. No

entanto, como experimentamos esse fenômeno de forma bastante particular, a próxima seção aprofunda essa perspectiva.

Figura 28 -Fatores de ascensão de populismos de direita no mundo.

	<p>Mudanças Tecnológicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • A ampliação e a popularização da internet a tornou um espaço de mobilização e ativismo digital, assim como possibilitou a disseminação de notícias falsas. Esse tipo de prática se mostrou nociva para a própria compreensão da realidade social contemporânea, pois esgarça os limites do que pode ser interpretado como um fato real ou uma manipulação da realidade. Entre os resultados disso está a ampliação de um sentimento antipolítico e <i>anti-establishment</i> generalizado e uma dessacralização da própria política.
	<p>Crises Econômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> • As crises econômicas recentes elevaram as taxas de desemprego e aumentaram a vulnerabilidade e precariedade de importantes segmentos das populações mundiais. Também a perda de acesso a serviços de assistência social, cortes/reduções salariais e mudanças recentes no mercado de trabalho produziram ansiedade e afetaram os meios de subsistência, em especial, da classe média mundial.
	<p>Alterações Sócio-culturais</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pautas progressistas e inclusivas em favor de uma maior diversidade sócio-cultural como as novas constelações familiarizares, pluralismo de gênero e movimentos feministas geraram perdas para uma dominância masculina branca e heterossexual. O que levou a descontentamentos especialmente entre a geração mais velha, formada por homens brancos que se sentiram ressentidos com deslocamento das formas e das normas familiares tradicionais.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

3.3.2 Fatores conjunturais: o populismo no Brasil pós-2018

As causas que fomentaram o atual populismo de direita brasileiro são múltiplas e não poderiam ser reduzidas a uma variável unidimensional. Apresento nessa seção alguns conteúdos centrais que auxiliam a compreender sobre a ascensão desse fenômeno sociopolítico. Como já foi explicitado antes, dado que esse estudo analisa o presente, em seu próprio desenrolar, em determinados momentos, para corroborar com a compreensão do conteúdo teórico debatido, recorro também a reportagens de veículos reconhecidos da imprensa nacional.

Seguindo Rocha (2021) e também Lacerda (2019), é possível considerar que existe um marco temporal que surge como divisor de águas e acelera o processo de ascensão de uma direita mais radicalizada na política brasileira que é o ano de 2013.

É a partir desse momento que se amplia a sensação de “mal-estar” na democracia e surgem manifestações importantes potencializadoras de um conjunto de ações que dificilmente contribuíram para o fortalecimento da democracia com destaque a hostilização pública e massiva de membros do sistema político (AVRITZER, 2018, p. 273), bem como uma grande polarização política com mais da metade dos eleitores brasileiros expressando uma forte afinidade ou antipatia contra o PT (SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Inicialmente os participantes dos protestos de 2013 não estavam unificados em suas demandas, mas isso foi alterando-se ao longo do tempo até o antipetismo - “um ressentimento intensamente pessoal com o Partido dos Trabalhadores [PT]” – o qual foi um grande fator de coesão e mobilização social após esse momento (DAVIS; STRAUBHAAR, 2020, p. 82). Isso significa considerar que o que iniciou as manifestações de 2013, conforme esclarece Ricci (2014), foram movimentos de esquerda claramente preocupados com questões sociais as quais foram pouco a pouco pulverizadas numa constelação de protestos, reivindicações e ressentimentos de matizes diversas e inclusive opostas.

De maneira que as manifestações que se seguiram após 2013, vigorosamente mobilizadas através do ativismo digital, foram nutrindo e aumentando a base de apoio de grupos populistas de direita que contaram com a colaboração de movimentos como o Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua os quais contribuíram com a disseminação de que o PT seria “o partido mais corrupto de Brasil” através de um “ataque frontal, moralista, destrutivo e demagógico contra o Partido dos Trabalhadores” (SOLANO, 2018, p. 4). De modo geral esses e outros grupos (como o Movimento Escola Sem Partido citado no capítulo 2) se estruturaram em torno de uma demanda comum, qual seja, a luta contra a corrupção (atribuída especialmente ao PT). Foi com base nessa demanda comum que se possibilitou o golpe de 2016 com a deposição da então presidente Dilma Rousseff por alegado crime de Responsabilidade Fiscal.

Feitas essas sinalizações iniciais, determinados aspectos conjunturais situados a partir desse momento (e mais especificamente entre 2013 e 2017) podem ser destacados.

Entre eles a *crise institucional* em curso, a nova *reconfiguração social* como consequência de programas de inclusão social, a ampliação de força política e social de *igrejas evangélicas e partidos conservadores* bem como a propagação da ideia de uma “*ameaça comunista*”.

No que se refere a *crise institucional*, destacam-se as ações coordenadas pela Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, a qual tinha como foco casos de corrupção ligados a desvio recursos da Petrobras por pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a outros partidos políticos. Tal operação foi fundamental para vincular ao PT o rótulo de corrupto, apesar de esse não estar, nem mesmo, entre os partidos que mais tiveram políticos presos e condenados por corrupção, mas, era o partido que estava no poder.

A Lava Jato, endereçada pelo Ministério Público Federal e encabeçada pelo então Juiz Sérgio Moro, resultou na prisão do ex-presidente Lula em 7 de abril de 2018 retirando-o da disputa eleitoral desse mesmo ano (a mesma vencida por Bolsonaro). Ela serviu como um importante combustível para as direitas no Brasil que articularam-se na promoção de pautas conservadoras. Pautas, essas, baseadas em elementos tanto morais como a valorização da religiosidade, oposição a condutas sexuais heterodoxas e ao aborto quanto sociopolíticos como o apreço por instituições tradicionais e pela hierarquia além da reivindicação de punição mais rígida àqueles que atentam contra a ordem jurídica (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Através de sua dinâmica de uma justiça penal do espetáculo e marcada pelo desrespeito as garantias penais (PAFFARINI, 2020), a Lava Jato aumentou não apenas o antipetismo, mas um sentimento antipolítico generalizado bem como fomentou a desestabilidade do regime democrático nacional (KERCHE; JÚNIOR, 2018; AVRITZER, 2018). Sobre isso esclarece Solano (2018, p. 5), que além do antipetismo como fator de coesão na representação de uma ‘elite corrupta’, um sentimento mais geral de negação da política e dos políticos como um todo também era visível nesse momento. Como relata, em suas pesquisas com movimentos de rua antes das eleições de 2018, frente a pergunta “com qual partido político você se identifica”, 72.9% responderam “nenhum” (SOLANO, 2018, p. 5). Conteúdo que corroborou com a vitória de Jair Bolsonaro à posição de presidente do país, uma vez que, ele se promoveu como um *outsider* político e *anti-establishment*. Ou seja, como alguém desvinculado da desgastada imagem da política e do político tradicional e, apesar de ter ocupando cargos no Legislativo por 27 anos, aproveitou-se da fragilidade dos partidos tradicionais para fidelizar uma parte da população que se mostrava desacreditada na ‘velha’ política (SOLANO, 2018, PECI, 2021). Ao que complementa Rocha (2021, p. 220), “o bolsonarismo provavelmente não teria tido forças e capilaridade sem esse pensamento antissistêmico” derivado das denúncias de uma corrupção generalizada no interior do Estado brasileiro.

No que diz respeito a *reconfiguração social* brasileira, ela foi uma consequência da inclusão social promovida por governos petistas (especialmente entre 2003-2015). Mais

especificamente, programas que produziram diminuição da miséria, aumento das taxas de emprego e crescimento de uma nova classe consumidora acabaram modificando a morfologia das regiões periféricas do país (CAVALCANTE, 2015; SANTOS, 2021).

Para Miguel (2018), a redução da vulnerabilidade dos mais pobres teve impacto inegável no mercado de trabalho, fazendo escassear a mão de obra que estava disponível a preço vil e que beneficiava a classe média nos serviços domésticos e pessoais (como cabeleireiro, jardineiro, manicure etc.). Por exemplo, a extensão dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, ocorrida no governo Dilma Rousseff, sob forte oposição das representantes das “patroas”, ampliou o custo da utilização desta mão de obra (MIGUEL, 2018). Como complementa, até mesmo o aumento da renda, mesmo que pequena, como a obtida antes disso com criação do Programa Bolsa Família (convertido em lei em 9 de janeiro de 2004), aliado ao aumento real do salário mínimo, permitiu uma condição mais favorável para a negociação de contratos de trabalho.

Esses aspectos produziram uma reação em boa parte das elites e, sobretudo, das tradicionais classes médias, que viram seus privilégios ameaçados com a ascensão das camadas populares (SOUZA, 2017; SANTOS, 2021). Quanto a essas últimas, sua revolta mostrou-se através da relutância em dividir os espaços sociais habitualmente monopolizados por ela. Novos atores sociais, agora com capacidade de consumo, passaram a ocupar espaços (shoppings, restaurantes, cinemas, aeroportos, universidades) e a dividir o uso de serviços (como planos de saúde, serviços de viagens e hospedagem) que não eram, antes, compartilhados pela classe média nacional com outras camadas mais pobres da população. Suas manifestações de ódio, frequentemente dissimuladas como luta contra a corrupção, e que tinham como principal alvo os governos petistas, evidenciavam sobre seu medo em perder privilégios seculares (NOBRE, 2020; SOUZA, 2017). Privilégios que, para essa fração social, não são vistos como tais, mas enquanto resultado natural de um processo de concorrência e mérito (SOUZA, 2015).

Um exemplo desse maior acesso de populações historicamente marginalizadas foi a introdução de cotas raciais em universidades (por meio da Lei de Cotas sancionada em 2012). As cotas não só reduziram os espaços sociais, que antes eram concebidos como ‘reservas de mercado’ para classe média, como colocaram em xeque a validade prática e normativa dos mecanismos meritocráticos que são fundantes para a organização da cosmovisão dessa classe (CAVALCANTE, 2015).

É preciso considerar, ainda nessa conjunção, que a “raiva anti-petista” também tem entre seus fundamentos o fato do PT ter se transformado no partido do governo durante um ciclo extenso, o que o afastou progressivamente das camadas populares, “provocando novas

preferências eleitorais em algumas destas novas classes consumidoras que, frequentemente, se autoenquadram como novas classes médias” e se distanciaram de sua identidade de classe original (SOLANO, 2018, p. 4).

Já a *ampliação da força política e social de uma rede de igrejas evangélicas* (como se discutiu no capítulo 2) - com maior destaque, a Igreja Universal do Reino de Deus (BIRMAN e LEHMANN, 1999; SANTOS, 2018) - favoreceram o acesso a posições de poder de representantes religiosos fundamentalistas, os quais dificultaram a viabilidade das pautas progressistas no Congresso. Além disso, eles auxiliaram na promoção de uma perspectiva política neoliberal uma vez que pautas meritocráticas e de valorização do esforço individual são reproduzidas por perspectivas ideológicas como a Teologia da Prosperidade (SANTOS, 2018) em que a fé é um investimento a ser retribuído por Deus na forma de vantagens materiais (MIGUEL, 2018).

No que se refere ao fundamentalismo religioso, um exemplo emblemático disso envolveu o projeto ‘Escola sem homofobia’, o qual acabou não sendo colocado integralmente em prática devido à forte pressão da bancada religiosa. Na prática, o que houve foi a distribuição de um kit informativo para estudantes das escolas públicas que incluía uma cartilha de 125 páginas, uma série de seis boletins, três vídeos acompanhados de orientações para professores, um cartaz de divulgação e uma carta de apresentação sobre o projeto (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

O projeto foi formulado pelo governo federal em 2011, objetivando fomentar “ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro” (ESCOLA SEM HOMOFOBIA, 2011, p. 9). Ele baseava-se em um material didático direcionado a professores e tinha como objetivo tratar da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT.

Para os críticos, inclusive o então deputado Bolsonaro, ele ficou conhecido como “kit gay”, termo pejorativo que acabou originando uma série de fake news que afirmam que o PT estaria atuando para promover a sexualização precoce de crianças e incentivando jovens e crianças a se tornarem homossexuais.

Aos poucos, no léxico bolsonarista, o termo “kit-gay” foi dividindo espaço com outro, a “ideologia de gênero”²⁶. Esta seria a motivação política e o conteúdo pedagógico de tal kit,

²⁶ Como lembram Segatto, Alves e Pineda (2021) o termo 'ideologia de gênero' não é novo. Foi cunhado pela Igreja Católica em meados da década de 1990 e posteriormente promovido por episcopados, grupos pró-vida e pró-família e organizações terapêuticas para reorientação sexual.

dando nome ao espectro que estava por trás das conquistas políticas do movimento LGBTQI+ e do feminismo (TOITIO, 2020, p. 83). O termo “ideologia de gênero” ganhou a cena política brasileira nos debates do Congresso Nacional com políticos conservadores tentando barrar os direitos LGBTQI+ e das mulheres. Um marco importante ocorreu em 2014, com a articulação da “bancada evangélica” para retirar os termos “igualdade de gênero” e “orientação sexual” do Plano Nacional da Educação.

A ideia de uma “ideologia de gênero”, que estaria por trás da elaboração das teorias sociais de gênero e de sexualidade e dos movimentos LGBTQI+ e feminista, começou a se espalhar no Congresso Nacional como forma de reunir em uma única expressão capaz de “denominar um inimigo invisível a ser destruído pelas forças conservadoras” que em essência seriam os comunistas (TOITIO 2020, p. 86). De modo geral a “ideologia de gênero” passou a ser associada “às diversas discussões que giram em torno da saúde reprodutiva das mulheres, da educação sexual ou do reconhecimento de identidades não heterossexuais” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017, p. 725).

Para além das frações evangélicas, apoiadores de pautas conservadoras no Congresso também incluíam ruralistas e militares. Esses últimos, representados tanto pelas Forças Armadas como pela polícia local, ambos, como lembram Barros e Wanderley (2019, p. 6), estavam entre os “principais apoiadores de Bolsonaro”.

Assim, defensores de valores cristãos fundamentalistas, da preservação do *status quo* nas zonas rurais e do incremento da repressão à criminalidade passaram a ocupar mais assentos no parlamento brasileiro através da chamada “bancada BBB” – Bíblia, Boi e Bala.

Sobre essa última (Bancada da Bala), por exemplo, trata-se da representante política de um conjunto de ideias e atitudes que se fundamentam na percepção de que o contexto social estaria marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública gerada por um excesso de liberdade e uma perda de autoridade das instituições (FAGANELLO, 2015). À semelhança do que ocorre com os pastores que migram dos “cultos” para o plenário, policiais e militares se convertem em deputados a fim de labutar pela preservação de valores/interesses comuns, freando pautas ordinariamente suscitadas por grupos de direitos humanos e progressistas de um modo geral. Assim, “o *modus operandi* da bancada da bala igualmente nos permite considerá-la como um autêntico grupo de pressão de cariz conservador que se instalou no interior do Congresso Nacional” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015, p. 505).

De maneira que todas elas - bancada da bala (militares), do boi (ruralistas) e da bíblia (religiosos principalmente neopentecostais) - representam sobre uma mobilização conservadora frente ao avanço de pautas progressistas (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015).

Quanto a ideia de uma possível *ameaça comunista* - um espectro que ronda o imaginário popular que tanto Getúlio Vargas usou esse motivo para dar o Golpe de 1937 quanto os militares para dar o Golpe de 1964 (MOTTA; PATTO, 2002) - ela esteve presente desde o inícios das manifestações de rua de Junho de 2013 até o ano do golpe parlamentar que levou ao *impeachment* ilegítimo de Dilma Rousseff (AVRITZER, 2018) - e se estende até nossos dias²⁷.

O tema do comunismo ocorreu em grande parte (mas não só) pela disseminação de vídeos, textos e livros de diversos influenciadores digitais e intelectuais orgânicos que buscavam formar a hegemonia da extrema direita brasileira. Entre eles, um dos mais proeminentes era Olavo de Carvalho, um ex-astrólogo autodidata que sempre se posicionou de forma antissistêmica, criticando as instituições produtoras de conhecimento tradicionais. Sendo nítido que para tais grupos o Brasil vivia uma “guerra cultural” provocada pela ação da esquerda no poder (entenda-se o Partido dos Trabalhadores) e que isto seria influência direta de ideias comunistas de autores como Antônio Gramsci (ROCHA, 2021, p. 9).

Esse é um tópico evidente no Programa de Governo de Bolsonaro de 2018 no qual, aquilo que é chamado no texto de gramscismo (em referência a Antônio Gramsci), surge como uma derivação do chamado marxismo cultural que agiria na educação e sobre o que se lê: “Nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira” (TSE, 2018, n.p).

E, muito do que é atribuído ao marxismo cultural, em especial no que tange a educação brasileira é relacionado as ideias de Paulo Freire (SEGATTO; ALVES; PINEDA, 2021) como se comentou no capítulo 2. Possível razão pela qual o educador é formalmente citado nesse mesmo plano de governo, na seção dedicada a educação, sobre o que se lê que essa área poderia ser aperfeiçoada “expurgando a ideologia de Paulo Freire” (TSE, 2018, n.p).

A narrativa do comunismo, expresso pelo marxismo cultural, ganha força explicativa aglutinando discursivamente linhas de força díspares, e, assim, dá sentido a um mundo que parece caótico, sobre o qual não entendem e sobre o qual buscam respostas simplistas baseadas em credo e opiniões (DA SILVA; SUGAMOSTO; ARAUJO; 2021). Essas respostas levam, entre outras coisas à idealização de que um (presumido) estado de desordem social seria

²⁷ A ideia de uma ameaça comunista sempre esteve em evidência dentro do Bolsonarismo mesmo após as eleições de 2018, o que fica expresso através de ambições no sentido de institucionalizar ações anticomunistas no Brasil. Isso se mostra no projeto de lei proposto em 2020 pelo do filho do então presidente, Eduardo Bolsonaro, para criminalizar a apologia ao comunismo, proibindo qualquer referência a pessoas, organizações, eventos ou datas que simbolizem as duas correntes. Também é visível na tentativa de Jair Bolsonaro em criar um partido político, o ‘Aliança pelo Brasil’. Em seu artigo 12, inciso XV de seu estatuto, o partido “exige de todos seus filiados”, entre outras questões, a defesa do combate ao comunismo (ALIANÇA, 2019, p. 3).

resultado direto do distanciamento dos valores da fé cristã e do desvirtuamento da estrutura familiar tradicional (ROCHA, 2021).

Uma interpretação possível quanto a isso - e tomando como base que o tema da corrupção passou a ser a demanda convergente e mobilizadora nos protestos a partir de 2013 – passa por considerar que o comunismo também significa corrupção no léxico bolsonarista. Isso porque, como já se viu em Mude (2019), a corrupção não precisa estar necessariamente atrelada a ideia de roubo de divisas e recursos financeiros, ela pode vir relacionada a uma ideia de corrupção das mentes das pessoas, sendo que marxismo cultural assumiria esse significado.

Particularmente relevante é considerar a relação dos militares com a ideia de marxismo cultural. E quanto a isso, como analisou Pinto (2021, p. 242), a doutrina da “guerra revolucionária” trata justamente desse tema no meio militar. O mais importante a se destacar aqui (visto que aprofundarei essa relação adiante), é que “nesse sistema de pensamento as Forças Armadas veem-se (e acrescento eu, também são vistas) como a última instância “da ordem e da moral diante da ofensiva comunista” (MARTINS FILHO, 2021, p. 13).

A materialização desse ideário se tornou manifesta a partir das manifestações de 2013 através de pedidos de intervenção para que os militares tomassem o poder para ‘resgatar a ordem’ (ROCHA, 2021). Faixas com tais pedidos começaram a ser vistas com mais frequência nos movimentos de rua que se diziam contra a corrupção atribuída ao PT. Assim como despontaram mobilizações especificamente sobre esse tema como, por exemplo, a ‘marcha em defesa da liberdade’ (figura 29), ocorrida em 2013, que pedia a intervenção das Forças Armadas diante de suposta ameaça de implantação do comunismo no país (MARCHA, 2013). Sendo que o mesmo movimento, com a mesma pauta, reverberou também em outros momentos chave da política nacional após 2013.

Figura 29 - Marcha em defesa da liberdade (2013)



Fonte: MARCHA (2013)

Sobre isso argumenta Solano (2018) que um dos assuntos que a direita mais radicalizada sempre utiliza como retórica no debate sobre seus valores e fundamentos éticos é a reinterpretação da ditadura. Nessa releitura, tenta-se argumentar que durante a ditadura (1964-1985) a sociedade brasileira era mais organizada e que durante esse período não havia corrupção. Solano (2018) constatou, em dados coletados antes das eleições (em 2017), que nem todos os entrevistados defendiam uma possível intervenção militar, mas o fato é que a “maioria deles não condena esta ideia, dado que os militares são um dos poucos atores sociais que ainda têm legitimidade para trazer de volta os valores tradicionais esquecidos” (SOLANO, 2018, p. 24). Cabe ressaltar que os pedidos de intervenção militar se seguiram mesmo após as eleições de 2018. Em 2022, por exemplo, as eleições presidenciais tiveram o resultado contestado pelos seguidores do presidente derrotado, Bolsonaro, os quais ocuparam as ruas com manifestações pedindo a intervenção militar.

De modo geral, essa correlação entre populismos e as forças militares, como já identificou Wodak (2015) é normalmente, articulada para fomentar uma ideia de unicidade promulgada como fundamental para o bom funcionamento da sociedade baseada na ideia de um todo harmônico, mas não necessariamente igualitário. Não menos relevante é considerar que o anticomunismo e a louvação às Forças Armadas produziram uma recente adoração aos símbolos nacionais, como a bandeira que o manifestante da imagem anterior (figura 29) traz em suas mãos. O que mostra, também, sobre a exacerbação de uma retórica patriótica que não chega a ser nacionalista em sua essência²⁸, mas sim uma fonte identitária da extrema direita brasileira enquanto uma comunidade imaginada (SILVA, 2021; BENEDICT, 2008)

De forma sintética, os fatores conjunturais aqui apresentados auxiliam na compreensão do populismo que se estabeleceu no Governo Bolsonaro (2019-2022). Ainda assim, para aprofundar sobre esse fenômeno social e político, considerando que o populismo, em si, é uma ideologia fraca e que, por esse motivo, precisa acoplar-se a outras de ideologias mais robustas para dar força e forma ao seu mosaico de reivindicações (MUDDE; KALTWASSER, 2017; MUDDE, 2019). Na próxima subseção abordarei quanto as ideologias que sustentam o Bolsonarismo, quais sejam: neoliberalismo, conservadorismo religioso e militarismo (LACERDA, 2019; ANDRADE, 2021).

²⁸ E quanto a isso Belluzzo sugere a utilização do termo o ‘nacionalismo entreguista’. O ‘nacionalismo’ viria em forma de retórica expresso, por exemplo, na defesa da soberania da nacional, na rejeição a qualquer tipo de diálogo com organizações e governos internacionais sobre a Amazônia. Já o ‘entreguismo’ viria em forma de concessões gratuitas, subserviência e ansiedade em pautar agendas em comum acordo com os Estados Unidos (DE ALMEIDA, 2022).

Posto que populismos, de forma geral, dão grande importância à articulação de pautas morais (MUDDE; KALTUASSER, 2017; MUDDE, 2004) e que populismos de direita radical, como é o caso brasileiro, tendem a ter uma postura moralista (MUDDE, 2019) tomarei como elemento disparador para essa discussão a ideia de defesa da família tradicional dado seu teor nesse sentido.

3.3.2.1 O Bolsonarismo a partir de suas ideologias estruturantes

Seguindo Mezzomo, Silva e Pátaro (2021), a defesa da família tradicional simboliza, no discurso bolsonarista, um desejável estado de ordem social. Esse último diz respeito a um estado de coisas em que são mantidas as diferenças sociais em termos de poder social, estruturadas como base em três elementos fundamentais: classe, sexo e raça (NICOLAU, 2020). De forma alegórica, esse ‘estado de ordem’, a partir de Brown (2019, p. 13), é descrito como a “reivindicação à um passado mítico” de famílias felizes, íntegras e heterossexuais, quando mulheres e minorias raciais sabiam seus lugares, quando as vizinhanças eram ordeiras, seguras e homogêneas, as drogas era problema dos negros e quando cristandade e branquitude constituíam a identidade, o poder e o orgulho manifestos da nação do ocidente. Em linhas gerais ele se sustentaria em um tipo de ‘moralismo compensatório’ por tudo que entende como perdido e que deve ser resgatado (BIROLI, 2017). E sobre isso já alertava Brown (2019) que a defesa da família tradicional é o eixo de uma ação política cada vez mais radicalizada.

3.3.2.1.1 *Neoconservadorismo: as diferenças entre homens e mulheres são naturais*

Conforme Almeida (2018), o neoconservadorismo (de forma ampla) pode ser entendido como uma reação à contracultura e a nova esquerda, especialmente aquelas que surgem a partir de 1960, à medida que as relaciona a um estado de crise moral ocasionada pelo abandono dos valores tradicionais. Para os neoconservadores a ruptura com esses valores fez com que fossem apagadas as diferenças (entendidas como naturais e necessárias) existentes entre os indivíduos, as quais seriam relacionadas principalmente a classe, sexo/sexualidade e raça. Em uma perspectiva neoconservadora abandonar essas diferenças levaria a uma degradação da sociedade ocidental cristã que tem como sua *cellula mater* (algo como seu pilar estruturante) a família (tradicional), a qual seria branca, heterossexual e com filhos (ALMEIDA, 2018). Considerando isso, no texto a seguir, o neoconservadorismo é delimitado 'de cunho religioso', pois pretende-se enfatizar como grupos religiosos o articulam no cenário brasileiro.

Como explicita Mudde (2019), a maioria dos partidos populistas de direita radical na Europa e nos Estados Unidos adere ao cristianismo, mais especificamente ao catolicismo, como parte da sua cultura nacional. Essa mesma conexão é feita no Brasil e está presente desde o “*slogan* inicial de campanha” de Bolsonaro ‘Brasil acima de tudo e Deus acima de todos’ (MUDDE, 2019, p. 42). Mas, como esclarece o autor e também Molle (2019), essa referência a Deus pode assumir um viés ortodoxo dependendo de como a interpretação do catolicismo é feita. Isso ocorre quando, como colocam Alves, Segatto e Pineda (2021, p. 336), observamos populismos de direita abraçarem a religião ou crenças religiosas para legitimar “forças destrutivas” como a negação de pautas pluralistas e multiculturalistas, as quais, em essência, rejeitam o reconhecimento de sociedades diversas e o respeito pela liberdade e igualdade entre grupos com diferentes identidades e interesses.

Pertinente comentar, como analisou Nicolau (2020), que foi a partir do seu penúltimo mandato como deputado federal (2011- 2015) que Bolsonaro fez uma inflexão na carreira que o aproximaria da bancada conservadora na Câmara dos Deputados. Antes disso, por duas décadas, entre 1990 e 2010 ele foi um parlamentar que priorizou, necessariamente, a defesa dos interesses da corporação militar (NOBRE, 2020). Assim, foi a partir de 2011 que ele diversificou seus temas de interesse e participou mais ativamente do debate sobre questões comportamentais, tanto na Câmara dos Deputados como nos meios de comunicação. Bolsonaro passou a dar destaque ao que chama de defesa da ‘família tradicional’, que ao seu ver seria ameaçada pelo casamento gay, pelo material escolar do governo do PT o qual “incentivaria as crianças a serem homossexuais” e até pela Lei da Palmada’, nome informal da Lei Menino Bernardo nº 13.010/2014 (NICOLAU, 2020, p. 76) a qual proíbe o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis e degradantes contra crianças e adolescentes no Brasil. Sobre essa lei, o posicionamento de Jair Bolsonaro, em 2014, é ilustrativo, pois mostra como a vinculação do partido dos trabalhadores a essas pautas foi estruturada.

Em postagem na sua conta do Facebook, ainda como deputado federal, escreveu “Utilizei de todos os Artíficos Regimentais para impedir a votação do então projeto [petista] de Lei da Palmada”. Na mesma postagem adicionou uma imagem com dizeres amparados em uma perspectiva de antagonismos (negros contra brancos, ricos contra pobres, heterossexuais contra homossexuais) para afirmar que tal lei colocaria os filhos contra os pais através de uma estratégia “socialista” de intromissão no núcleo familiar para destruição do mesmo (figura 30). Quatro anos antes, no programa Participação Popular da TV Câmara que discutia o mesmo tema (Lei da Palmada), Bolsonaro já afirmava: “se o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele” (CÂMARA, 2010).

Figura 30 - Print da postagem de Bolsonaro contra a Lei da Palmada



Fonte: BOLSONARO (2014)

Em linhas gerais, no discurso bolsonarista o neoconservadorismo, sob uma perspectiva religiosa (neopentecostal), defende a família tradicional, pois entende que as diferenças de gênero são naturais.

A família tradicional adota a figura masculina como central (modelo patriarcal) (MEZZOMO, 2021). A frase do vice-presidente de Bolsonaro, General Hamilton Mourão, um mês antes do pleito eleitoral de 2018, na qual afirmou que uma família sem pai ou avô seria uma "fábrica de elementos desajustados" (GIELOW, 2018, n.p) mostra sobre a importância dessa centralidade na figura masculina.

De acordo com esse raciocínio o feminismo minaria a noção de família tradicional ao promover a ideia de que a mulher pode cumprir o papel tradicionalmente desempenhado pelo homem (LACERDA, 2019; TOITIO, 2020). Ao passo que as formas de equidade reivindicadas no feminismo seriam deturpações da ordem natural da sociedade. Seria uma deturpação, nessa visão, por exemplo, uma mulher ganhar o mesmo que um homem como afirmou Bolsonaro "eu não empregaria [uma mulher] pagando o mesmo salário" (BOLSONARO, 2016).

Como esclarece Solano (2020), os movimentos identitários e ligados a reivindicações de pluralidade e aceitação de diferentes credos, raças, gêneros e sexualidades tornaram-se, de forma ampliada, o principal alvo dos ataques, pois eram acusados de ser a causa do caos moral da sociedade.

Bolsonaro explorou eleitoralmente esse neoconservadorismo cristão/neopentecostal ao acusar o PT e a esquerda de serem contra os valores religiosos necessários para orientar a vida pública e privada. O que ocorreu, em muitos casos, através de narrativas desconexas da realidade com o objetivo de criar pânico moral. Como lembra Solano (2020, p. 219), “essa estratégia de moralização e cristianização da política combina bem com a ideia da Lava Jato de um Estado corrompido e ‘sujo’”. E, não obstante, estende-se para as instituições que sustentam a democracia, como se viu em diferentes manifestações de rua como aquelas ocorridas a partir de 2013 e também em posteriores como a realizada em 7 de setembro de 2022 em que manifestante, em apoio ao governo, empunhavam faixas em que se lia “queremos a limpeza do STF, TSE e do Congresso” (MANIFESTANTES, 2022).

Lacerda (2019) e também Brown (2019) argumentam que essa perspectiva da defesa da família tradicional é também uma tentativa dos homens brancos e heterossexuais de restabelecimento de suas posições de poder perdidas com avanço não somente do feminismo, mas também das pautas LGBTQI+. No limite dessa discussão um tipo de reação sobre a perda de privilégio masculino e a tentativa de recuperação de uma dominação masculina via família nuclear tradicional e heterocentrismo (entendimento de que comportamentos não-heterossexuais seriam desviantes) (BRONW, 2019). Dito de outra forma, sua aspiração central seria o resgate de posições de poder de homens brancos e heterossexuais.

3.3.2.1.2 Neoliberalismo: uma família autossuficiente não demanda do Estado

Para Lacerda (2019), a relação entre neoliberalismo e a ideia de defesa da família tradicional poderia ser estabelecida a partir de uma ideologia privatista presente dentro do conteúdo neoliberal. Historicamente, e a partir de uma ótica estadunidense, a ideia de privacidade incluiria não apenas a livre empresa, o livre mercado e a propriedade, incluiria também o poder do homem de controlar sua família, de controlar os corpos de suas esposas, filhos e escravos (LACERDA, 2019).

Essa perspectiva privatista nos permitiria ligar duas questões centrais dentro do Bolsonarismo a partir da ideia da família (tradicional): i) ela remete a educação familiar com o objetivo de restabelecer o controle da família sobre a formação dos indivíduos (LACERDA,

2019) – ilustrada, por exemplo, na postagem de Bolsonaro sobre a Lei da palmada que imputa aos pais o arbítrio na aplicação de castigos físicos contra seus filhos e, mais especificamente ao que interessa a esse debate ii) a defesa da família possibilita que se retire do Estado sua incumbência na promoção de políticas bem-estar-social.

Para discutir esse último assunto é preciso considerar que o neoliberalismo demanda que as formas de solidariedade social sejam dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada e da responsabilidade pessoal (HARVEY, 2008; SAFATLE, 2022).

O ideal de uma responsabilização pessoal, que também pode ser uma responsabilização do núcleo familiar em detrimento do Estado, acaba sendo estendido às políticas públicas para justificar privatizações, cortes e desinvestimento (LACERDA, 2019).

Dentro dessa perspectiva os casos de gravidez na adolescência, por exemplo, seriam responsabilidade direta e única dos pais (e nunca do Estado). Ao passo que “a provisão de qualquer tipo de cuidado para seus dependentes, sejam crianças deficientes, sejam idosos seria responsabilidade direta e única da família em vez do Estado” (BROWN, 2019, p. 22). Sobre esse último aspecto a fala de Bolsonaro, no início da pandemia de Covid-19, ao se posicionar contra o isolamento social é ilustrativa: “Cada família tem que proteger seus idosos, não jogar isso para o Estado” (CATRACA LIVRE, 2020).

Brown (2019) vê o neoliberalismo (hayekiano) como um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos estados-nação. De modo semelhante Safatle (2022) também entende que o neoliberalismo como sendo mais do que uma doutrina econômica, ele seria, em essência, um discurso moral capaz de fundamentar novas formas de sujeição social.

O neoliberalismo, conforme o entendimento desse último autor, traz uma injunção moral baseada em uma versão muito particular de virtude: a coragem para assumir o risco de viver em um mundo no qual pretensamente só se sobreviveria através da inovação, da flexibilidade e da criatividade. Assim, assumir riscos no livre mercado aparece como a expressão de uma maturidade viril e a “minoridade seria representada por todos aqueles pretensamente infantilizados pela demanda de amparo do Estado Providência” (SAFATLE, 2022, p. 33). Como complementa, essa narrativa leva os sujeitos a acreditarem que se eles fracassarem economicamente isso se dá absolutamente por sua culpa/responsabilidade individual, o fracasso ocorreria em razão de sua incapacidade de se reinventar ou se reciclar. Para o autor, o que prega o neoliberalismo atual é uma lógica de generalização da forma empresa e da gramática do empreendedorismo.

Nessa perspectiva reverbera a visão de que os cidadãos economicamente desfavorecidos e beneficiários de políticas sociais seriam “parasitas” do Estado, não se esforçariam o suficiente no trabalho e, por sua vez, o Estado faria uso destas políticas públicas para controlar eleitoralmente tais grupos (SOLANO, 2018, p. 17). Seguindo essa linha argumentativa e transmutando-a para dentro do contexto bolsonarista, o movimento negro, feministas ou identitários e de gênero como LGBTQI+ seriam grupos que sofrem preconceito, mas estariam abusando de seus direitos e utilizando-se de suas pautas para promover vitimização e obter ‘regalias’ do Estado prejudicando os cidadãos que não pertencem a tais minorias (SOLANO, 2018). Esse mesmo discurso, de que os programas sociais estimulariam a preguiça e desencorajariam o esforço pessoal/individual, ganharam corpo dentro do discurso meritocrático.

Miguel (2018) argumenta que o discurso da meritocracia veio a calhar sobretudo para uma parcela da classe média brasileira que se via às voltas com seu eterno receio de perder a diferença em relação aos mais pobres. Esse autor aprofunda questões que foram apresentadas antes - de que a classe média estaria encolerizada com a ampliação do acesso aos mais pobres de espaços sociais, os quais ela sempre ocupou - ao lembrar que os ‘efeitos simbólicos’ e materiais da redução das distâncias sociais não se esgotam nessa perda de lugar/espaço urbano. A busca de distinção social é um componente central na dinâmica das sociedades contemporâneas e o efeito simbólico disso está na percepção da própria posição de destaque na hierarquia social que se constrói dentro de uma idealização entre sucesso e fracasso, tão importante dentro do discurso meritocrático neoliberal.

Como adiciona Brown (2019), também são dos valores neoconservadores, que defendem a centralidade do homem na sociedade, que o neoliberalismo consolida parte de seu conteúdo. Particularmente porque esse tipo de narrativa interessa ao neoliberalismo, pois, através de um ideário de uma família patriarcal ‘autossuficiente’ obtém-se uma justificativa para cortar os serviços sociais da população, beneficiando-se com isso as grandes elites econômicas.

Ao que se pese, políticas de equidade e inclusão pareceram ao homem branco favorecer a todos menos a ele e, embora seus pares de pele escura tenham sido prejudicados tanto quanto (ou mais) pelas dizimações neoliberais, uma coisa que as populações negras não sofreram foi a perda daquilo que de fato nunca tiveram: “supremacia” social (BROWN, 2019, p. 11). Nesse sentido, o ataque à igualdade combinado com a mobilização dos valores tradicionais pode

aumentar o fogo e legitimar os racismos dos legados coloniais escravagistas que há tanto tempo fervem em fogo brando²⁹ (BROWN, 2019).

Contudo, acrescenta a autora, esse toque na dor causada por uma masculinidade branca destronada, que flui para política atualmente, se distancia dos valores que os intelectuais neoliberais esperavam que uma moral tradicional viesse a promover.

Isso porque no neoconservadorismo (de forma ampla) este tipo de articulação, na realidade, não se trata apenas da conservação de uma suposta 'tradição', mas sim de ódio a um mundo percebido como aquele que deseja o seu fim (BROWN, 2019). Nessa linha argumentativa ambos - neoliberalismo e neoconservadorismo - se mostrariam apoiadores dessa mesma pauta, mesmo que por razões distintas, ou seja, se para o primeiro a defesa da família tradicional representa (um desejável) desmonte do Estado, para o segundo, esse 'Estado a ser desmontado' é aquele que concederia direitos demais a grupos "errados".

3.3.2.1.3 *Militarismo: não necessariamente um amor à pátria*

Aos sentimentos de instabilidade democrática computados às diferentes formas de corrupção, os autoritarismos populistas e de extrema-direita oferecem respostas (SOLANO, 2018) ao que adiciono: respostas militaristas.

Respostas militaristas podem conduzir à organização da sociedade com base em divisão, conflito e luta e por isso mesmo aderir a momentos históricos passados que sejam marcados por relações desse tipo. No contexto do Bolsonarismo isso é feito, substancialmente, aderindo-se à ditadura como o ideal de um tempo a ser resgatado.

Mas é preciso considerar, preliminarmente nessa discussão, que as controvérsias envolvendo o conceito de uma ideologia militarista (ou simplesmente militarismo, cf. BOER, 1980) não são recentes. O discurso de Ruy Barbosa, durante campanha eleitoral de 1909/1910, mostra que esta é uma discussão secular e evidencia que o militarismo seria uma deturpação dos valores militares, ou como coloca o político: "As instituições militares organizam juridicamente a força. O militarismo a desorganiza. O militarismo está para o exército, como o

²⁹ Segundo Souza (2017) uma parte importante da classe média brasileira possui um ódio e um desprezo pelo "povo" ceivados secularmente e essa, talvez, seja a maior herança intocada da nossa escravidão. Além disso, para que se possa odiar o pobre – que no Brasil recorrentemente refere-se às populações pretas ou pardas - e humilhá-lo, tende-se a construí-lo como culpado de sua própria (falta de) sorte, sua incapacidade e, acima de tudo, de sua "infantilização" em reivindicar seu direito democraticamente válido a um estado de providência social (SAFATLE, 2022)

fanatismo para a religião [...]” (BARBOSA, 1910, p. 43). De modo que, se o fanatismo se trata de um obsessivo zelo religioso que pode levar a extremos de intolerância, o militarismo seguiria pelo mesmo caminho, produzindo sectarismo, apego exagerado a um ponto de vista e formas de intolerância.

Como explica Castro (2021), o ‘espírito militar’ é baseado em um conjunto de valores cultuados e sustentados pela ideia de integridade moral, ao que adiciono, o militarismo seria um tipo de exacerbação distorcida dessa ideia de integridade moral.

Esse tipo de deturpação pode ser caracterizado a partir do que escreveu Silva (2014) em sua reflexão sobre os elementos léxicos do termo. Como argumenta, o termo militarismo é fruto de uma associação do sufixo –ismo com a palavra militar, o que confere ideia de uma organicidade entre o militar e uma doutrina (essa última, fruto do sufixo ‘ismo’). Nessa doutrina a cultura militar continua amparada em valores próprios do *ethos* militar como hierarquia e disciplina, mas eles transfiguram em obediência cega, submissão, belicismo, dominação e uso da força (VEIGA; SOUZA, 2019).

Com base nessa perspectiva, as ações militares se desenvolvem por meio de estratégias de domínio, pela aniquilação seja por meio da morte, seja por meio do subjugado. Trata-se de uma ideologia fundamentada no princípio da coerção como método de funcionamento organizacional cujo propósito é o combate, a guerra, a vitória sobre um determinado inimigo (VEIGA; SOUZA, 2019; JOHNSON, 2019).

O carácter belicoso do militarismo como elemento de projeção de poder, ou mesmo intimidação contra inimigos externos (como na Guerra Fria e o inimigo comunista internacional na figura da ex-URSS), também pode ser transmutado para questões domésticas. Uma expressão disso no contexto brasileiro é a “atual é adesão ao idealismo punitivista” para se pensar o tema da segurança pública (LACERDA, 2019, p. 46).

Nessa concepção a punição é vista como um caminho doméstico para imposição da Lei e da Ordem (ou como me referi antes, a um ‘estado de ordem’) a ser resgatado através do rigor, ou ainda da violência, contra não apenas aos crimes, mas contra tudo aquilo que passe a ser entendido como formas de transgressão ou mesmo dissidência política. Um exemplo disso ocorreu ainda no período das eleições presidenciais de 2018 em que Bolsonaro em um comício afirmava, em referência a apoiadores do PT, “Vamos metralhar a petralhada” e utilizava o tripé de câmera para simular uma arma (BOLSONARO, 2018b).

Quanto a isso complementa Mudde (2019) que a direita radical tende a ser muito preocupada com a questão da segurança, mas interpreta o conceito para algo muito maior do que a segurança física dos indivíduos. Para seus simpatizantes, a segurança se refere tanto a

aspectos individuais quanto coletivos os quais, geralmente, se referem a uma ideia de nação ou raça e traz consigo componentes culturais, econômicos e físicos. Dentro disso, a maioria das questões é percebida através de lentes específicas que veem a segurança como uma ameaça a “ordem natural das coisas”; Assim, tudo aquilo que é entendido como fator gerador de insegurança deve ser administrado com “mão de ferro”, com rigor e de forma inflexível não importando que o tema gerador de insegurança seja drogas, desemprego ou imigração (MUDDE, 2019, p. 33).

E, como acrescenta o autor, a segurança vista como uma ameaça à ordem natural das coisas faz com que muitos grupos de direita radical enfatizem a necessidade das escolas retornarem a ensinar aos jovens disciplina, respeito e valores tradicionais ligados a importância da família (tradicional) heterossexual. Ao passo que, nessa concepção, seria “preciso desde cedo disciplinar as crianças que apresentam comportamentos desviantes” (MUDDE, 2019, p. 57).

Sob essa mesma ótica, o crime teria uma relação moral envolvendo aspectos da segurança. Isso está presente na fala de Bolsonaro durante sua campanha eleitoral: “se um policial mata 10, 15, ou 20 criminosos com 10 ou 30 balas cada um ele merece uma medalha e não uma punição” (MUDDE, 2019, pp. 35-36). Como mostra esse exemplo, o aniquilamento violento de outrem é algo visto como ato virtuoso e digno de condecoração em determinadas situações, especialmente, se aplicado à determinada população.

Atrelado a isso está o fato de que no militarismo o perfil ideal para os militares é a dos heróis que não têm medo da morte, que são ferozes com os inimigos e submissos aos seus senhores; o valor do militar estaria no autosacrifício em prol do objetivo final que é derrotar o inimigo e sua vontade deve ser submetida à obediência irrestrita aos superiores (DA SILVA, 2014). Aquilo que foi comentado antes, em que Bolsonaro afirma que um policial que mata em serviço deve ser condecorado, e também quando em seu voto no *impeachment* de Dilma Rousseff ele subjetivamente autoriza a valorização de um torturador, na figura de Carlos Alberto Brilhante Ustra,³⁰ quem teria “sujado” suas mãos “para evitar um mal maior” (ROCHA, 2021, p. 261) são perspectivas que revelam sobre essa essência de aniquilamento do inimigo interpretada como um ato moralmente valoroso.

³⁰ Carlos Alberto Brilhante Ustra (1932-2015), também conhecido como Dr. Tibiriçá, foi um coronel do Exército Brasileiro, ex-chefe do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna) um dos órgãos mais violentos e encarregados da repressão a grupos de oposição à ditadura militar (LIMA SANTIAGO; OLIVEIRA, 2020).

Em linhas gerais, o militarismo no Brasil tem entre suas principais características o autoritarismo, o pessimismo a respeito da natureza humana, o nacionalismo utópico e o conservadorismo político (BOER, 1980).

Além disso, seus partidários costumemente enfatizam os avanços em termos materiais conseguidos durante a ditadura, tais como equilíbrio das finanças públicas, aumento da segurança e da ordem, grandes obras de urbanização³¹ e de infraestrutura e acreditam que fora do contexto militar há corrupção, bem como, aquilo que é feito por militares é mais eficiente (DA SILVA, 2014). E quanto a isso já alertava Löwy (2015, p. 663): o militarismo brasileiro guarda marcas de nosso período ditatorial (1964-1985), sendo que o “saudosismo da ditadura militar é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua [neo]conservadora no Brasil”.

Um fator relevante a se considerar é que a geração de militares que ocupou cargos do Governo Bolsonaro, em postos de poder, influência e decisão, é “uma geração que entrou nas Forças Armadas nos anos 70 [assim como Bolsonaro], ou seja, durante a ditadura militar e muitos de seus pais e avós apoiaram o movimento em 1964” (OLIVEIRA, 2021, p. 206). Como resultado essa é uma geração que foi adestrada (em termos nativos do mundo militar) dentro de um ideário de combate e eliminação de inimigos e dissidentes (OLIVEIRA, 2021), um ideário militarista, portanto³².

Com base nesses elementos, olhando-se para o contexto dessa pesquisa, argumento que o militarismo promove um tipo de ideal patriótico que se manifesta como uma forma exagerada e belicosa de expor um amor ao país, mas que em essência revela sobre um amor a como as coisas eram. E, dentro desse tipo de construção os militares surgem identificados com a defesa de “nosso modo de vida” sendo que, em contextos desse tipo, eles geralmente surgem como "o emblema mais brilhante dessa imagem" de defesa e conservação daquilo que é entendido como perdido (BROWN, 2019, p. 25). Aquilo que é ‘entendido como perdido’, no limite, se refere a manutenção das estratificações sociais profundas ligadas a raça, cor e classe, mostrando que há pontos de intersecção e acoplamento nesse conjunto de ideologias que forma o Bolsonarismo.

³¹ Grupos salientam as grandes obras, a infraestrutura, o acordo nuclear, mas dificilmente levanta-se a questão: o que nós poderíamos ter feito sem a ditadura? O fato é que, no pós-ditadura, tínhamos um país dependente, um país urbano sem resolver o problema da urbanidade, um país com massas rurais na indigência, com maior disparidade regional e social, que poderia ter credenciais mais relevantes no mundo científico e tecnológico, mas não teve; a ditadura, em linhas gerais, “atrasou nossa cultura política” e nos deixou mais expostos à espoliação econômica externa (NETO, 2022, p. 33)

³² Outrossim, isso não significa que seja possível reduzir o militarismo à forma de governança da ditadura de 1964-1985, mas que os discursos de legitimação e exaltação militaristas, como os que vemos no Bolsonarismo, reportam-se a tais ‘fontes’ do passado.

A figura 31 sintetiza os conteúdos das três ideologias comentadas nessa seção, importantes na estruturação do Bolsonarismo, e resgata o mote a defesa da família tradicional como elemento de aproximação entre elas.

Figura 31 - Vínculos entre ideologias que sustentam o Bolsonarismo



Militarismo

- No Bolsonarismo a ideologia militarista faz com que militares representem não necessariamente um amor à pátria, mas um amor a como as coisas eram. O militarismo brasileiro se sustenta no enaltecimento ao período ditatorial, pois dentro dessa ideologia, esse seria um momento em que não havia corrupção (entenda-se de divisas e também de valores morais), bem como conduz à organização da sociedade a partir de um caráter combativo/belicoso em prol de um ideal de segurança. Esse ideal extrapola a ideia de segurança física dos indivíduos e passa a (re)significar sobre manutenção de uma “ordem natural das coisas” que tem na sua representação primeira o núcleo familiar tradicional, ou seja, a ‘família tradicional’.



Neoconservadorismo

O neoconservadorismo, sobre uma perspectiva neopentecostal, entende que as diferenças entre homens e mulheres são naturais e que devem ser mantidas. Nessa percepção a autoridade dentro da família pertenceria ao marido ou ao pai, bem como a reprodução deveria ser encarada como um chamado natural das mulheres (o que tornaria o aborto uma violação/transgressão, por exemplo). A família tradicional, nesse modelo de pensamento, seria formada por um homem, uma mulher com filhos (patriarcal/heterossexual), logo movimentos LGBTQI+ e feministas seriam uma forma de desorganização da ordem social. No Bolsonarismo isso se expande como uma negação generalizante a pautas pluralistas e multiculturalistas que podem, também, envolver credo e raça.



Neoliberalismo

- A defesa da família tradicional dentro do neoliberalismo embasa justificativas que refutam a figura do Estado quanto à promoção de (políticas de) Bem-Estar social, pois isso deveria ser interpretado como responsabilidade dos sujeitos e suas famílias. Nesse contexto, cidadãos beneficiários de políticas sociais seriam considerados “parasitas” do Estado. Movimento negro, feministas ou identitários e de gênero, principais beneficiados por políticas de inclusão em governos petistas, estariam se utilizando-se de suas pautas para obter “regalias”. No limite disso, a centralidade dada ao homem branco heterossexual - representante de uma família patriarcal ‘autossuficiente’ - serve como justificativa para cortar serviços sociais para a população menos favorecida beneficiando-se com isso grandes elites econômicas.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

3.4 MILITARIZAÇÃO: APROPRIAÇÃO TEÓRICA E APLICAÇÃO DO CONCEITO

A militarização da (e na) política não é fato novo e nem fica circunscrita no Bolsonarismo. Quanto a isso já descreveu Ianni (1971) que "a exploração inteligente e sistemática dos diferentes grupos militares pela politicagem civil" não é exclusiva da República e já aconteceu em outras épocas como na queda do império e em todos os golpes de estado (IANNI, 1971, p. 136). O Autor lembra que o poder político e poder militar são teoricamente autônomos e governados por normas e valores distintos, contudo, em situações críticas podem se conjugar e se fundir. Situações que geralmente são marcadas por uma explícita fragilidade dos partidos políticos, fraqueza da opinião pública e da consciência democrática, além da tentativa de (re)acomodação de poder das classes dominantes quando um tipo de política de massas prepondera. Ao passo que a militarização da política ocorre quando há o aguçamento das tensões e contradições entre grupos e classes sociais em luta pelo poder. Mas, é a fragilidade da consciência democrática de políticos profissionais e do cidadão comum aquilo que favorece a transformação das forças militares em uma espécie de partido político dentro do Estado (IANNI, 1970).

É preciso ainda, ponderar que em nossa trajetória histórica, marcada pelo colonialismo, formou-se uma elite eurocêntrica branca a qual se apresenta até hoje como a verdadeira imagem do país. Essa elite sempre forjou alianças como forma de garantir a manutenção do *status quo* através de pactos que incluíram, sempre que necessário, o uso de força militar para suprimir as vozes dissidentes (MARTINS FILHO, 2021). Sobre isso complementa Fuccille (2021) que foram as alianças com a cúpula hierárquica das Forças Armadas brasileiras que permitiram as maiores interferências políticas, com maior ou menor carga ideológica e dramática, em prol da manutenção do *status quo*.

A próxima consideração a ser feita é o por quê da militarização ter adquirido importante expressão no Governo Bolsonaro.

Uma forma de refletir sobre isso parte da compreensão de que mesmo depois de terem tomado o Estado de forma violenta por mais de vinte anos (1964-1985) militares, ainda assim, foram beneficiados em vários sentidos na Constituição Federal de 1988, após a redemocratização. Benefícios que incluíam o não questionamento a respeito de seu legado autoritário, garantia de privilégios de classe, manutenção da tutela militar sobre a política civil e o apagamento de intenções de elucidação e punição dos crimes contra a humanidade (ZAVERUCHA, 2000). Pereira (2015) ressalta que o revisionismo equivocado e até mesmo a

negação da ditadura brasileira são alimentados pela impunidade e pela ausência de arrependimento e remorso por parte dos algozes diretos e indiretos. Teles e Safatle (2010, p. 10), em sua obra 'O que resta da ditadura', lembram que o Brasil é o único país sul-americano onde torturadores nunca foram julgados, onde houve justiça de transição, onde o exército não fez *mea culpa* de seus pendoros golpistas, sendo que isso se mostra presente "quando ouvimos sistematicamente oficiais na ativa e na reserva fazerem elogios inacreditáveis à ditadura militar", o que ressoa como um aviso que nosso passado ditatorial "permanece como um fantasma a assombrar e contaminar nosso presente".

Sem a devida responsabilização pelo que ocorreu no regime ditatorial brasileiro, militares seguiram atuando, direta ou indiretamente, junto com todos os governos que se seguiram após 1985, ao menos até o governo de Dilma Rousseff. E, sobre isso, esclarece Guilherme (2021) que com essa presidente, uma ex-integrante da luta armada, presa política e vítima de tortura durante a ditadura, a relação de complacência com os militares mudou radicalmente quando Rousseff aprovou a criação da CNV (Comissão Nacional da Verdade).

Essa comissão foi instalada em maio de 2012 e "seu volumoso relatório final foi entregue em dezembro de 2014, quando o golpe parlamentar [que levaria ao *impeachment da presidente*] já estava em curso" (GUILHERME, 2021, p. 60). Esse foi um documento importante e trouxe contribuições e esclarecimentos sobre fatos de violações aos direitos humanos promovidos pela ditadura militar brasileira e junto com ele grande descontentamento aos militares. De maneira que "no quartel, o trabalho da Comissão da Verdade era visto como revanchismo incabível da esquerda; para a consciência democrática, tratava-se de um imperativo (NETO, 2021, p. 24).

Assim, autores como Mei (2021) argumentam que entre as maiores motivações para o apoio militar ao golpe de 2016 foi, justamente, a insatisfação com os relatórios produzidos pela CNV. Com o passar do tempo, essa insatisfação transformou-se, cada vez mais, em um posicionamento antipetista (contrário ao partido dos trabalhadores - PT) e um dos resultados disso foi o forte apoio das Forças Armadas a Bolsonaro nas eleições de 2018. A fala de Bolsonaro, então empossado como presidente, no seu segundo dia no poder, reforça quanto a uma articulação revanchista dos militares para excluir o PT do governo em apoio ao líder populista sobre o que afirmou: "General Villas Bôas, o que conversamos morrerá entre nós. O senhor é um dos responsáveis por eu estar aqui" (FUCCILLE, 2019, p. 103).

Feitas essas considerações que auxiliam a entender a militarização em termos contextuais cabe, a partir de agora, esclarecer como é interpretada nesse estudo.

De forma ampliada é relevante considerar nessa discussão que o militarismo (discutido na subseção 3.3.2.1.3) e a militarização são conceitos intercambiáveis. Principalmente porque a militarização pode ser compreendida como um processo material e discursivo de alinhamento cultural, institucional, econômico e social com valores, crenças e práticas militaristas (JOHNSON, 2019) pelo qual uma pessoa (ou grupo de pessoas) passa, gradualmente, a ser controlada por militares ou, então, a depender, para o seu bem-estar, de ideias militaristas (ENLOE, 2000).

A militarização é compreendida como um conjunto diverso de processos sociais, culturais, econômicos e políticos que são unificados com intenção de ganhar aceitação popular e também da elite para o uso de abordagens militares como forma de resolver problemas e questões sociais (RECH *et al.*, 2014).

Johnson (2019) ressalta que a militarização legitima práticas sociais, comportamentos e modo de operação das instituições o que, por sua vez, gera (e reforça) tensões e desigualdades sociais.

De modo geral, os sinais mais evidentes da militarização são a repressão política, o controle de aspectos da vida cultural, formas de supressão de liberdades, a desconsideração da diversidade, a identificação do inimigo ideológico e diferentes modos de censura (MATHIAS, 2004).

A figura 32 sintetiza a relação entre militarização e militarismo a partir dos conteúdos abordados até aqui o que inclui a seção 3.3.2.1.3.

Figura 32 – A relação entre militarismo e militarização

A relação entre militarismo e militarização

O *militarismo* é um conjunto de valores, crenças e práticas. Entre elas estão posicionamentos e/ou perspectivas autoritárias, pessimismo a respeito da natureza humana, conservadorismo e um nacionalismo utópico o qual, no contexto brasileiro, mostra-se apologético à ditadura. Isso faz, por exemplo, que valores basilares ao *ethos* militar original, tais como disciplina e hierarquia, assumam uma perspectiva distorcida e passem a ser interpretados como obediência cega, subjugação, dominação com uso da força, violência e punitivismo. Já a *militarização* é um processo material e discursivo de alinhamento cultural, institucional, econômico e social com esse conjunto de valores, crenças e práticas (militaristas) comentados acima.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

No que se refere a militarização do Estado, Mathias (2004)³³ esclarece que ela é entendida como formas de exercício de poder pelos militares ou por aqueles que os representam.

Segundo a autora, a militarização incluiria a influência direta das Forças Armadas, ao que adicionarei de forças militares de forma abrangente, em instâncias estatais de natureza civil (como por exemplo na educação), bem como a associação entre mecanismos de controle e vigilância os quais são acomodados entre ganhadores e perdedores sendo que os primeiros seriam os militares e os segundos os burocratas do Estado. Dentro desse tipo de conjuntura, um dos reflexos da militarização do Estado seria a absorção pela sociedade e pela política de ideários como a prevalência da ordem em detrimento do desenvolvimento e a desqualificação de opositores, que não devem ser tratados como adversários, mas como inimigos e que, como tal, devem ser eliminados e não vencidos (MATHIAS, 2004).

A militarização em termos mais específicos, e inspirada na proposta conceitual de Mathias (2004), pode assumir significados complementares e não necessariamente interdependentes quais sejam:

1) a militarização diz respeito à *participação física* ou, seja, a ocupação de cargos na Administração Pública civil por militares. Nesse caso, supõe-se que a administração é um meio de transmitir interesses para todo o sistema político, e acrescento: social.

2) A “militarização pode ser ainda a realização, por meio de políticas governamentais, das doutrinas³⁴ defendidas ou formuladas pelos militares” (MATHIAS, 2004, p. 26). E, aqui, adiciono que quando determinada política segue padrões da doutrina de “guerra revolucionária” pode-se dizer que ela realiza um processo de militarização. Nesse caso o que importa é a expressão de uma influência militar (por meio de uma doutrina) sobre o processo de gestão e decisão. Isso significa que, aqui, um civil (ou o grupo de pessoas) que seja agenciador e propagador dessa mesma perspectiva, também, produz militarização.

Na próxima subseção desenvolvo esses significados situando-os dentro do Bolsonarismo.

³³ Penido e Kalil (2021) também inspiradas em Mathias (2004) propuseram outros sentidos para a militarização como forma de penetração militar no Estado sendo eles: i. A presença física das forças de segurança nas ruas das cidades, contando com contingentes das FA, polícias civis e militares, guardas municipais e mesmo uma enorme rede de segurança privada; ii. A ocupação de cargos no sistema político, sejam eles de forma eletiva ou por indicação; iii. Pela transposição de doutrinas formuladas pelos militares para outros ambientes, por meio de políticas governamentais; iv. Por meio da transferência de valores castrenses para a administração, impondo um determinado *ethos*; e v. Pela tendência a militarizar todo e qualquer problema, pela utilização das polícias ou das FA em questões que são de outras esferas do Estado, vendo por lentes militares toda e qualquer questão.

³⁴ Uma doutrina significa “um conjunto de ensinamentos, com frequência um conjunto de princípios ou um credo, já no jargão militar, usa-se tipicamente doutrina num sentido mais limitado, para referir-se a princípios estratégicos ou táticos particulares (MARTINS FILHO, 2008)

3.4.1 Militarização enquanto participação física de militares

O Governo Bolsonaro apresentou uma proporção inédita de militares no primeiro escalão. Ainda no início de seu governo oficiais comandaram sete ministérios e o número aumentou à medida que o governo se tornou mais isolado institucionalmente (NOZAKI, 2021).

Em julho de 2020 os militares já controlavam dez ministérios (figura 33), número que é superior ao da gestão de Castello Branco (1964-1967), logo após o golpe de 1964, e está no mesmo patamar do ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) quando a ditadura no Brasil atingiu seu auge.

Figura 33 - Ministros militares no Governo Bolsonaro (até julho 2020).

Ministério	Patente	Titular
Casa Civil	General do Exército	General Braga Netto
Gabinete de Segurança Institucional	General do Exército	General Augusto Heleno
Secretaria de Governo	General do Exército	Luiz Eduardo Ramos
Secretaria Geral da Presidência	Oficial da Polícia Militar	General Jorge Oliveira
Ciência, Tecnologia e Inovações	Tenente-Coronel da Aeronáutica	Marcos Pontes
Defesa	General do Exército	Fernando Azevedo e Silva
Infraestrutura	Capitão do Exército	Tarcísio Gomes de Freitas
Minas e Energia	Almirante da Marinha	Bento Albuquerque
Saúde	General do Exército	Eduardo Pazuello
Transparência	Capitão do Exército	Wagner Rosário

Fonte: Adaptado de Nozaki (2021, p. 8)

Na figura 33 percebe-se que as Forças Armadas ocuparam áreas já tradicionalmente militarizadas, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e o Ministério da Defesa. Mas, há que se considerar que ainda em 2018, militares passaram a atuar em áreas estratégicas para grandes projetos e investimentos como Infraestrutura, Minas e Energia, Ciência, Tecnologia e Comunicações. No governo Bolsonaro, sua presença se fez presente também na área jurídica comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e a Controladoria-Geral da União (CGU), além de estarem em secretarias de natureza fundamentalmente política, como nos casos da Secretaria de Governo e da Secretaria Geral da Presidência onde também assumiram o posto de porta-voz da Presidência da República. Ao menos nos dois primeiros anos de governo até mesmo a Casa Civil, historicamente ocupada por civis desde o fim da ditadura no Brasil, passou a ser ocupada por militares (NOZAKI, 2021).

E, sua inserção não se restringe a isso, ela se deu em várias esferas da Administração Pública. Em janeiro de 2020 a presidência da república assinou um decreto que autorizava a contratação de militares inativos para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No final do mesmo mês o presidente da república transferiu para os militares o controle das áreas de

inteligência, compras e tecnologia da informação da Caixa Econômica Federal. Em abril do mesmo ano o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passaram a ser subordinados ao Exército. No primeiro semestre de 2021, após críticas à Petrobras por causa da política de preços dos combustíveis, Bolsonaro anunciou a indicação de outro general, Joaquim Silva e Luna, ex-ministro da Defesa, para o comando dessa estatal, a maior empresa de exploração e produção de petróleo do país e uma das maiores do mundo.

De modo que militares, principalmente das Forças Armadas, estiveram presentes em cargos comissionados, temporários, permanentes e nos conselhos de instituições públicas, como detalha a figura 34.

Figura 34 - Militares cedidos e área de atuação (2016-2020)

Cargos	2016	2017	2018	2019	2020	Variação 2016-2020 (Nº)	Variação 2016-2020 (%)
Militares em cargos comissionados	1965	1946	1934	2324	2643	678	34,50%
Militares atuando na educação	197	157	63	174	179	-18	-9,14%
Militares atuando na saúde	642	773	718	909	1249	607	94,55%
Militares acumulando cargos temporários	32	23	16	23	37	5	15,63%
Militares acumulando cargos permanentes	121	121	34	85	72	-49	-40,50%
Militares em conselhos	0	0	0	0	8	8	-
Militares destacados para atuar no INSS	0	0	0	0	1969	1969	-
TOTAL	2957	3020	2765	3515	6157	3200	108,22%

Fonte: Elaborado a partir e dados do TCU (2020)

















Na figura (34) chama a atenção a presença de militares na área da saúde, desde o início do Governo Bolsonaro (2019) e como ela foi ampliada em 2020. O que ocorreu, em larga medida, devido a pandemia mundial de Covid-19.

Mesmo levando-se em conta a situação de excepcionalidade global, esse possivelmente seja um dos casos mais emblemáticos para a desmistificação de uma aura de competência administrativa dos militares. Especialmente quando consideramos que Eduardo Pazuello, general do Exército Brasileiro, passou a responder legalmente por má gestão quando esteve à frente do Ministério da Saúde (TCU, 2021).

Particularmente, no que tange as empresas estatais, um levantamento feito pela Folha de São Paulo (dados de setembro de 2021) revelou que militares possuíam cargos de chefia e/ou liderança em aproximadamente um terço das estatais com controle direto da União. Sua atuação nas estatais ilustra sobre uma particularidade: integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica

lograram remunerações vultuosas ao se acoplarem ao governo de Jair Bolsonaro. A figura 35 ilustra esse argumento.

Figura 35 - Remuneração dos militares nas estatais (2021)

Estatal	Presidente e patente	Remuneração, em R\$ mil		Total
		Estatal	Militar	
Petrobras	Joaquim Silva e Luna General de Exército da reserva	+		260.387
EBSERH (Empresa Bras. de Serv. Hospitalares)	Oswaldo Ferreira General de Exército da reserva			59.808
Correios	Floriano Peixoto Vieira Neto General de Divisão da reserva			77.348
Valec	André Kuhn Tenente-coronel do Exército da reserva			47.711
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	Ulisses Danilo Silva Almeida Coronel do Exército da reserva			43.197
EPL (Empresa de Planejamento e Logística)	Arthur Luis Pinho de Lima Major do Exército da reserva			43.259
Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil)	Aderico Visconde Pardi General de Exército da reserva			49.964
Finep (Financiadora de Estudos e Projetos)	Waldemar Barroso Magno Neto General de Exército da reserva			69.477
Companhia Docas do Rio	Francisco Magalhães Laranjeira Almirante de Esquadra reformado			67.527
Companhia Docas da Bahia	Carlos Autran de Oliveira Almirante de Esquadra reformado			56.628
Amazul (Amazônia Azul Tecnologias de Defesa)	Antônio Carlos Guerreiro Vice-almirante da reserva	**		62.974
Emgepron (Empresa Gerencial de Proj. Navais)	Edesio Teixeira Lima Junior Almirante de Esquadra da reserva	***		29.827
INB (Indústrias Nucleares do Brasil)	Carlos Freire Moreira Contra-almirante da reserva			63.070
Nuclep (Nuclebras Equipamentos Pesados)	Carlos Henrique Silva Seixas Contra-almirante da reserva			60.616
Casa da Moeda do Brasil	Hugo Cavalcante Nogueira Vice-almirante da reserva			71.836
Infraero	Hélio de Paes Barros Júnior Tenente-brigadeiro da reserva			71.985

Fonte: SASSINE (2021)

Em relação a Administração Pública como um todo, em 2020 foi realizado um levantamento pelo Tribunal de Contas da União (TCU, 2020) o qual identificou a existência de 6.157 militares no governo naquele ano. Segundo essas informações, entre 2016 e 2020, ocorreu o aumento de 108% na presença de militares na administração federal, sendo que os saltos mais

expressivos nesse contingente ocorreram nos primeiros dois anos do Governo Bolsonaro (2019 e 2020).

O relatório Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) de 2022, mostra que a presença de militares ocupando cargos no Executivo Federal, entre os anos de 2013 e 2021 já dava conta das seguintes constatações: o número de militares ocupando cargos e funções civis aumentou 193%; o Exército, em todo o período analisado, despontou como a Força da qual são oriundos a maior parte dos ocupantes de cargos e, ainda, a expansão do número de militares como ocupantes de cargos e funções civis ocorreu tanto em Cargos de Natureza Especial (NS), Direção e Assessoramento (DAS), Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE) e empresas estatais federais (SCHMIDT, 2022).

Em relação aos cargos de Natureza Especial (NS) os percentuais de militares nessa modalidade é bastante relevante, saindo de 6,3% em 2013 para quase 16% em 2021. Para além desse aumento em termos percentuais, é significativo considerar que Cargos de Natureza Especial (NS) são geralmente tratados como cargos de primeiro e segundo escalão no Executivo Federal. Eles são, portanto, os de maior concentração de poder político-administrativo e capacidade de influência nas políticas públicas (SCHMIDT, 2022).

Mudanças em certas legislações, após 2019, foram um fator decisivo para facilitar o acesso de militares a cargos e posições na Administração Pública. Entre elas está o Decreto Presidencial 10.210/20 que regula a contratação de militares inativos para o desempenho de atividades de natureza civil. O qual, entre outras coisas, abriu caminho para a contratação de militares inativos das Forças Armadas atuarem no Pecim (cf. capítulo 2).

As informações apresentadas até aqui evidenciam que a militarização, enquanto participação física de militares em cargos da Administração Pública civil foi expressiva, no governo populista em questão. Mas, é preciso considerar que isso se deu por uma via dupla, ou seja, tanto os militares se beneficiam quanto Bolsonaro. Quanto a esse aspecto alguns pontos que detalham, um pouco mais, sobre as razões desse duplo acoplamento são importantes.

Entre eles o fato de que o Bolsonarismo está profundamente enraizado na trajetória corporativista de seu líder político que, desde o início de sua carreira como parlamentar, agiu como uma espécie de dirigente sindical para militares os quais não poderiam se organizar como sindicato (NOBRE, 2020). Ademais, Bolsonaro é, ele mesmo, um ex-militar (ex-capitão) do exército.

Mesmo que as Forças Armadas sejam um dos grupos de maior expressão no governo Bolsonaro, as forças militares e policiais, de modo geral, também fazem parte do alicerce [militarista] que sustenta o populismo de direita radical brasileiro (PECI, 2021).

Particularmente no período pré-eleitoral de 2018, o acoplamento de Bolsonaro com os militares fazia sentido em termos de ganho de legitimidade social à medida que se evidenciava uma profunda perda de legitimidade das próprias instituições políticas. Quanto a isso, a pesquisa DataFolha (2018) mostrava que 68% dos brasileiros declaravam não ter confiança nos partidos políticos, 67% declaravam não ter confiança no Congresso Nacional e 64% na Presidência da República. Em contrapartida, as Forças Armadas eram avaliadas como a instituição mais confiável no Brasil³⁵.

No que se refere a sua atuação no governo Bolsonaro, ainda no seu início, pesquisas indicavam que uma parcela significativa da população apoiava a participação de militares nesse governo³⁶ (BÄCHTOLD, 2019). Em geral essas pessoas viam os militares como tendo mais equilíbrio e moderação do que seu presidente errático e explosivo. Nesse sentido, além de ser pessoalmente atraído pelas Forças Armadas havia razões para Bolsonaro recorrer a eles, ou seja, atenuar a fragilidade de um padrão de liderança personalista.

Como explicam Hunter e Vega (2021), líderes populistas geralmente se associam aos militares³⁷ para obter autopromoção, segurança física e fonte de intimidação. Ainda conforme esses autores, a autopromoção no contexto brasileiro, esteve fortemente ligada à criação da imagem do ‘líder patriótico’ que governa e nome da nação, diferente de um líder político corrupto que governa em nome próprio. Já em relação a segurança, Bolsonaro apoiou-se nos militares como uma forma de obter escudo para aqueles que poderiam derrubá-lo, além deles servirem como uma fonte de intimidação àqueles que se mostravam críticos as suas políticas. O que se mostrou de forma manifesta quando ele recorreu às forças militares (mesmo que em

³⁵ Mas, essa percepção foi diminuindo ao longo do governo com o desgaste do uso político da sua imagem. Ou seja, se por um lado as Forças Armadas ganharam protagonismo político durante o mandato de Bolsonaro, por outro, observou-se que a desconfiança da população brasileira, em relação à essas últimas, cresceu dez pontos percentuais entre 2018 e junho de 2022; mesmo assim, o saldo ainda se mostrava positivo, uma vez que 70% dos brasileiros nutrem algum nível de confiança nos militares – dados de 2020 (IDDC, 2022).

³⁶ O que, também, acabou mudando ao longo do governo. A Pesquisa PoderData de agosto de 2022 mostrou que o apoio da população à presença de militares no governo e na política caiu 5 pontos percentuais. Em agosto de 2022, 38% afirmaram ser positiva a presença de integrantes das Forças Armadas na política do país. Em abril, essa taxa era de 43%; dado que acompanhou as taxas de popularidade do atual governo a qual mostrou índices decrescentes a partir de 2021 (KARTER 2022).

³⁷ É preciso destacar que existe um evidente risco democrático de alianças com militares para chegar e/ou se manter no poder. Um exemplo próximo de Bolsonaro - no sentido de ter-se promovido como um *outsider* político e que governou a partir de alianças com evangélicos e militares - é Alberto Fujimori no Peru. Sobre isso argumentam Mudde e Kaltwasser (2017) que esse presidente peruano se enquadrava como um *outsider* na política e não por coincidência um dos *slogans* da sua campanha foi "Um Presidente Como Tu". Fujimori foi eleito presidente em 1990 e criou, inicialmente, um veículo eleitoral personalista formado com a ajuda de duas organizações menores com pouco em comum: uma associação de pequenos empresários e uma rede de Evangélicos Protestantes, mas depois optou por governar com militares ativos ou reformados (MUDDE; KALTWASSER, 2017). Foi parte dessa aliança que o ajudou no chamado ‘Autogolpe de 1992’ quando em 5 de abril de 1992, com o apoio das Forças Armadas, de forma violenta e inconstitucional, ele dissolveu o Congresso, interveio no Poder Judiciário, tomou vários meios de comunicação e também promoveu uma perseguição de membros da oposição.

termos retóricos) durante as medidas *lockdown* colocadas em práticas por governadores como forma de contenção da disseminação de Covid-19, as quais era contra.

Para Hunter e Veja (2021) o argumento central a se considerar é que é impossível governar sem instituições, de modo que a dependência de Bolsonaro em relação aos militares seria um sinal de fraqueza política (HUNTER; VEJA, 2021). Todavia, adiciono, que isso também pode ser interpretado como um sinal de força, pois esse acoplamento dá forma e expressão para a ideologia militarista como, sendo ela, um dos pilares do próprio Bolsonarismo.

O conjunto desses elementos mostra sobre as motivações de Bolsonaro em se unir aos militares, mas é possível aprofundar um pouco mais sobre as motivações que levaram os militares a aderirem ao Bolsonarismo.

E quanto a isso, para além do profundo antipetismo das Forças Armadas motivado, com se viu, pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) nesse acoplamento pesaram questões corporativas. Posto que o retorno dos militares à cena político-partidária também possibilitou o atendimento de interesses corporativos das Forças (PINTO, 2021; NOZAKI, 2021) o que de fato ocorreu e os exemplos a seguir mostram sobre isso.

Ao se associarem, as Forças Armadas receberam expressiva ampliação do orçamento do Ministério da Defesa (PINTO, 2021). O orçamento aprovado para Ministério da Defesa em agosto de 2021 já colocava esse ministério como a quarta pasta com maior verba para 2022, abaixo apenas do ministério da Saúde, Economia e Educação (GOVERNO, 2020). O orçamento de 2023, por exemplo, previa R\$ 22,4 bilhões em investimentos sendo que o Ministério da Defesa receberia R\$ 7,4 bilhões desse montante, mais do que o destinado para investimentos em Infraestrutura (R\$ 4,7 bilhões), Educação (1,7 bilhão) e Saúde (R\$ 1,5 bilhão) (WETERMAN, 2022).

Ao contrário do que aconteceu com a reforma previdenciária de 2019, a qual prejudicou os trabalhadores brasileiros, a reforma previdenciária dos militares, realizada no mesmo ano, lhes beneficiou em muitas questões. De acordo com Nozaki (2021) ela possibilitou, por exemplo, o aumento de gratificações que mascaram a concessão de aumento. Sendo que, de forma geral os militares foram a única carreira do serviço público a ter aumento salarial, obtido através dessas gratificações – o qual pode ser de até 72% no caso de patentes mais altas – enquanto o congelamento foi a regra geral para todas as demais categorias (NOZAKI, 2021).

Além de angariarem aumentos em forma de gratificações o limite sobre o quanto poderiam receber também foi ampliado possibilitando-os a receber acima do teto constitucional (BRASIL, 2021f). Na prática isso permitiu que militares não mais na ativa (aposentados), que ocuparem cargos na Administração Pública federal, possam receber mais do que os R\$ 39,2 mil

definidos pela Constituição. Antes dessa ampliação as duas remunerações eram somadas e o “abate teto” era aplicado e tudo que passava desse limite era cortado. Agora, a conta é feita em cada uma das remunerações separadamente, o que vem sendo chamado de “teto duplex” (ADUFPA, 2022). Isso beneficiou diretamente a remuneração de ministros, entre eles vários militares, além do próprio presidente. O Ministro da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, por exemplo, recebeu um aumento de R\$ 25 mil reais no salário, que passou de R\$ 39 mil para R\$ 66 mil. A portaria também beneficiou o vice-presidente o general Hamilton Mourão, o general e ministro do GSI, Augusto Heleno, o general e ministro da Defesa, Walter Braga Netto, além do próprio presidente. A figura 36 ilustra tais aumentos.

Figura 36 - O “teto duplex”

NOVA FOLHA DE PAGAMENTO DO GOVERNO BOLSONARO	
APÓS AS MUDANÇAS NA REGRA DO TETO QUE AUTORIZA GANHOS DE ATÉ R\$ 78.586,64	
	JAIR BOLSONARO - PRESIDENTE / CAPITÃO Antes: R\$ 30,9 mil Agora: R\$ 41,6 mil
	GEN. BRAGA NETO - MINISTRO / GENERAL Antes: R\$ 39,2 mil Agora: R\$ 62 mil
	GEN. HELENO - MINISTRO / GENERAL Antes: R\$ 39,2 mil Agora: R\$ 63 mil
	GEN. RAMOS - MINISTRO / GENERAL Antes: R\$ 39,2 mil Agora: R\$ 66 mil
	GEN. MOURÃO - VICE-PRESIDENTE / GENERAL Antes: R\$ 39,3 mil Agora: R\$ 63,5 mil

Fonte: ADUFPA (2022)

Adiciona-se a essa lógica de favorecimentos aquilo que já se comentou na seção 2.5 quanto ao repasse de recursos do Ministério da Educação (MEC) para o Ministério da Defesa para pagar os militares das Forças Armadas alocados nas Escolas Cívico-Militares. Ou seja, são recursos da Educação que são repassados para os militares, o que mostra que o favorecimento pecuniário desse grupo pode vir não apenas de verbas oficialmente alocadas pela União, mas também por formas indiretas.

Em meio a esse cenário, profundamente benéfico aos militares, assistimos diversos escândalos envolvendo as Forças Armadas em relação ao uso indevido ou perdulário de recursos públicos. Segundo reportagem divulgada pelo Correio Brasiliense eles diziam respeito à compra de produtos alimentícios como picanha, cerveja, filé e salmão em quantidades exorbitantes e em valores acima dos de mercado. Fato que levou parlamentares a protocolarem uma representação contra o uso de recursos públicos com fins de ostentação e superfaturamento. Além disso houve casos de compra de implantes e medicamentos que não eram disponibilizados no restante do sistema público; desvio de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS) que foram confirmados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) no final de fevereiro de 2022 e, ainda, áudios vazados do período da ditadura nos quais militares ironizavam ou minimizavam o uso de tortura e atos degradantes com presos políticos (STRICKLAND; MEDEIRO, 2022).

3.4.2 Militarização como influência de doutrinas militares

Olavo de Carvalho jamais esteve sozinho nas suas teses anticomunistas, há aspectos ideológicos nas teorias que ele propagou que também já se encontravam presentes nas Forças Armadas brasileiras (PINTO, 2021). Dizendo de outra forma, as teorias conspiratórias de Olavo de Carvalho já eram parte do ideário do Exército para combater a esquerda.

Essa correlação não chega a ser uma novidade. Hell e Steinmetz (2017) identificaram que pensadores conservadores radicais importantes dentro do Trumpismo, como Michael Anton e Stephen K. Bannon e sua produção implacável de construções amigo-inimigo eram, em última análise, atreladas a um projeto político também ligado a ideias militaristas.

No que tange a realidade brasileira, como esclarece Pinto (2021), em termos de alinhamento ideológico, a extrema direita e certos núcleos militares possuem significativa proximidade, pois estão ancorados em eixos que englobam pontos de convergência com a “doutrina da guerra revolucionária”.

A ideia geral dessa doutrina baseia-se na concepção de que a civilização cristã estaria envolvida numa guerra permanente e mundial de maneira que “essa doutrina definiu o inimigo a combater de forma flexível e funcional ao juntar, por exemplo, nacionalistas Anti-Ocidente e comunistas” (PINTO, 2021, p. 240).

Mesmo que o anticomunismo de uma parte importante das Forças Armadas brasileiras tenha sua origem na revolta comunista de 1935 e fosse baseada no medo de infiltração em massa dos comunistas nas fileiras das Forças, foi durante a ditadura que ele foi exponencialmente alimentado (ROCHA, 2021; PINTO, 2021)

Foi particularmente durante a ditadura que o anticomunismo passou a ser interpretado como uma ameaça interna e esteve fortemente atrelado aos movimentos sociais (manifestos através de greves, paralizações, sindicalização) interpretados como ‘desordem’, como aquilo que desagregaria as instituições, os valores e a unidade da sociedade (PINTO, 2021). Assim, a doutrina da guerra revolucionária permaneceu influenciando parte do pensamento militar mesmo após o fim da ditadura militar-empresarial (ROCHA, 2021, PINTO, 2021).

Conforme argumenta Pinto (2021) a conexão entre o pensamento propagado por Olavo de Carvalho e a doutrina da guerra revolucionária fica evidente nos escritos do General Sergio Augusto de Avellar Coutinho. Falecido em 2011, ele publicou inúmeros livros dentre eles a Revolução Gramscista no Ocidente e Cadernos da Liberdade, reeditado pela Biblioteca do Exército em 2010.

Para Pinto (2021) as ideias de Avellar Coutinho são uma (re)atualização da doutrina da guerra revolucionária em sua estrutura central: a ideia de um inimigo interno atrelado a um perigo comunista. A diferença seria que, nessa reatualização, os comunistas teriam migrado da luta econômica para a luta cultural com o objetivo de destruir os valores ocidentais judaico-cristãos que têm na família [tradicional] sua *celula mater* – ou seja, muito próximo do que vemos no ‘marxismo cultural’ Olavista.

À vista disso, tanto para o General Coutinho assim como para a extrema direita, no Brasil representada nas ideias de Olavo de Carvalho, o comunismo não teria acabado com o fim da União Soviética, mas assumido uma nova forma de luta. Esse ideário se sustenta na narrativa de que uma “nova esquerda” - munida com as teorias de Antônio Gramsci (filósofo marxista) sobre como o estado e o poder dominante poderiam controlar o povo por meio das instituições culturais, educacionais e meios de comunicação - estaria investindo numa nova tentativa de tomada de poder. Desta vez, lançando-se contra o sistema de dentro para fora e conquistando mentes e corações para, enfim, emplacar a revolução comunista. Tal estratégia, na visão dos militares, seria ainda mais perigosa do que a luta armada promovida pela esquerda durante a ditadura (ROCHA, 2021; PINTO, 2021).

Essa forma contemporânea de luta, em que intelectuais orgânicos estariam sustentando uma reforma cultural e moral em prol da revolução no Brasil, se daria em várias frentes. Entre elas aquela através dos partidos, como seria o caso de Fernando Henrique Cardoso (presumidamente vinculado ao fabianismo³⁸) e Lula (presumidamente articulado com Fidel

³⁸ Entre as propostas daquilo que é entendido como fabianismo estão: um sistema fiscal redistributivo, a redução da renda fundiária, a absorção do desemprego através de obras públicas, a emancipação política das mulheres e a aplicação de método científico à reforma social (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1986).

Castro e com o Foro de São Paulo) assim como através das ONGs, as escolas e universidades, os meios de comunicação, as manifestações artísticas e os movimentos sociais (ambientalistas, movimento negro, LGBT, MST, etc.). Infiltrados nesses espaços estariam os “marxistas culturais” - inimigos tanto para os olavistas como dos militares - que atuariam para destruir os valores ocidentais (PINTO, 2021).

Pinto (2021) argumenta, frente a isso, que a diferença entre o olavismo-bolsonarismo e os militares, em especial aqueles que apoiam o Bolsonarismo³⁹, é muito mais de forma do que de conteúdo. No que se refere a forma “enquanto o primeiro núcleo deseja realizar uma “revolução de direita”, o segundo buscava, aparentemente, realizar também mudanças profundas, mas de forma planejada e estruturada” (PINTO, 2021, p. 239) – o que se reflete, por exemplo, no recém lançado ‘Projeto de Nação’ (voltarei a ele mais adiante). Já no que se refere ao conteúdo, como argumenta o autor, há elevados pontos de convergência entre a ideologia olavista-bolsonarista e a doutrina da guerra revolucionária dos militares, em especial, como se comentou, seu anticomunismo.

Rocha (2021) acrescenta outros elementos a esse debate ao lembrar que as várias Leis de Segurança Nacional (LSN)⁴⁰, promulgadas pelos militares durante a ditadura, conteriam a base do ideário anticomunista que reverbera até os dias atuais na sociedade brasileira e que, no seu entendimento, teria adquirido expressão midiática através de Olavo de Carvalho. Para o autor tudo o que se materializou nos termos dessas leis nasce da ideia de uma guerra revolucionária em curso.

Ainda na primeira Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei n° 314 de 1967) a cúpula militar fez constar sobre isso. Como no seu Art. 3° no qual consta que segurança nacional compreenderia medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna o que incluiria a repressão da guerra revolucionária ou subversiva. Seu inciso 3° esclarece o que seria uma guerra revolucionária: “conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação” (BRASIL, 1967, n.p).

³⁹ Ainda assim, há que se frisar que mesmo esses militares não se constituem como um bloco homogêneo. Aqueles que formam a cúpula do governo Bolsonaro, mesmo eles, mostraram em vários momentos divisões internas. Um exemplo foi a divergência de posições dos generais, então ministros de Bolsonaro, quanto a uma possível intervenção armada na Venezuela (considerada ‘comunista’ no ideário bolsonarista) em 2019 (BRASILDEFATO, 2019).

⁴⁰ A primeira Lei de Segurança Nacional da ditadura militar surgiu através do Decreto-Lei n° 314 de 1967. Esse último foi revogado e substituído pelo Decreto-Lei n° 898, de 29 de setembro de 1969. Depois veio a Lei de Segurança Nacional (Lei n° 6.620) de 17 de dezembro de 1978 que substituiu o decreto Decreto-Lei n° 898. Uma nova lei de segurança nacional (LSN) ou Lei n° 7.170, foi promulgada em 14 de dezembro de 1983 pelo último presidente militar João Batista Figueiredo (ROCHA, 2021).

Assim, como esclarece Rocha (2021), já nessa primeira Lei de Segurança Nacional (1967) havia a ideia de contenção do inimigo interno. Durante a ditadura isso se traduziu na ação contra toda e qualquer oposição ao governo (independentemente de alguém ser ou não comunista) o que passava a ser visto como uma atividade subversiva e entendida como ameaça à segurança nacional (ROCHA, 2021). De modo que a criação do inimigo no pensamento militar, à luz da Doutrina de Segurança Nacional, é muito forte.

Assim como o que assistimos no Bolsonarismo, também durante a ditadura, o inimigo interno podia “ser permanentemente deslocado” dependendo de construções discursivas feitas sobre ele (ANDRADE, 2021, p. 4). Além disso, à medida que imbuídos de um ideal (quase heroico) de garantir a segurança da nação brasileira aos militares seriam admitidas práticas extremadas o que incluiria a execução, a prisão sem processo e a tortura – ideias também admitidas, ao menos em termos retóricos, por Bolsonaro.

Dentro dessa perspectiva, as análises de Rocha (2021) mostram, por exemplo, que o substantivo morte aparece 32 vezes já na redação da segunda Lei de Segurança Nacional (de 1969). De modo que, no seu entendimento, a mentalidade bolsonarista seria a tradução para tempos democráticos dessa ideia de segurança nacional – ancorada na percepção de uma guerra revolucionária em curso – a qual voltaria, atualmente, com todo seu conteúdo violento original.

É com base nessa última proposição que Rocha (2021) estabelece, ainda, uma relação com o livro Orvil. Segundo coloca, escrito entre 1985 e 1988, ele foi produzido por agentes do centro de informações do exército (CIE), um dos mais temidos órgãos de repressão da ditadura militar. Sua publicação foi autorizada somente em 2007 quando começou a circular na íntegra pela internet.

Como esclarece, Orvil significa livro ao contrário sendo que ele é, portanto, um livro ao contrário de outro livro, qual seja, ‘Brasil nunca mais’. Esse último, foi realizado clandestinamente durante o período final da ditadura militar no Brasil e publicado em 1985. Foi elaborado por um grupo ligado ao então frade franciscano Paulo Evaristo Arns e concebido como um programa de mapeamento da situação jurídica de presos políticos e exilados. Mas, em essência, o que essa obra revelou foi uma política nacional marcada pela prática da violência extrema expressa pela tortura de presos e oponentes políticos.

Em suas análises Rocha (2021) mostra que o Orvil retrata os mesmos conteúdos da doutrina de guerra revolucionária como a ideia de um movimento comunista internacional que teria substituído uma estratégia de violenta de tomada do poder por uma estratégia pacífica por meio da infiltração na sociedade e do aparelhamento das instituições. Nesse ponto, ele se aproxima da visão de Pinto (2021), comentada antes, de que os comunistas do Orvil, livro

escrito e pensado pelos militares, são os mesmos comunistas do sistema de crenças Olavo de Carvalho (ROCHA, 2021).

Mas, como lembra, embora o nome Antônio Gramsci não apareça no texto do Orvil, a descrição do processo antecipa o gramscismo postulado, também, por Olavo de Carvalho "cujos reflexos nas Forças Armadas não devemos menosprezar" e, ao que se parece, Olavo de Carvalho teve acesso ao livro em 2012 quando em seu programa de rádio *true outspoken* agradeceu a família Bolsonaro pela remessa do exemplar e o classificou como "material precioso" (ROCHA, 2021, p. 270).

Em linhas gerais, enquanto a Lei de Segurança Nacional forneceu o mote doutrinário de uma luta contra um adversário absoluto que é sempre um inimigo a ser eliminado - presente também no "cerne da mentalidade bolsonarista" - o Orvil consolidou quem seria esse inimigo comum. Fez isso inserindo, para tanto, uma pauta reacionária de costumes, corporificada 'na ideologia de gênero', de maneira que foi assim que o "amorfo marxismo cultural realizou a sua passagem" para nosso tempo presente (ROCHA, 2021, p. 271). O que significa dizer que a estrutura básica da noção de marxismo cultural já se encontra no Orvil a partir da ideia de infiltração das instituições da cultura, da educação, do entretenimento e da imprensa.

Trazendo isso para o tempo presente, a tarefa de governar se tornaria secundária, a missão prioritária seria destruir as instituições "aparelhadas" (pelos comunistas/marxistas culturais). De maneira que na mentalidade Bolsonarista o objetivo de chegar ao poder não significa necessariamente propor um projeto nacional construtivo, mas sim promover a destruição das instituições que estariam aparelhadas pela esquerda (ROCHA, 2021). Nesse sentido, é ilustrativa a fala de Bolsonaro durante um jantar em Washington, dois meses depois de assumir como presidente, quando afirmou que seu governo teria a missão de "desconstruir" e "desfazer muita coisa" no Brasil, referindo-se a obras e projetos que considera terem seguido, conforme suas palavras, um propósito "comunista" (MARIN, 2019).

De modo ampliado, o objetivo do Orvil foi tecer uma reescritura do passado "com a esperança de moldar o imaginário das gerações futuras" (ROCHA, 2021, p. 258). O prefácio do livro o qual o Orvil foi escrito como forma de retaliação (Brasil Nunca Mais), é concluído com uma passagem bíblica a fim de sintetizar os objetivos da iniciativa: Conheceréis a verdade e a verdade vos libertará (João 38:32), que nessa obra significava conhecer a verdade sobre a tortura e produzir um (necessário) repúdio a esse tipo de prática. No discurso bolsonarista, essa frase recorrentemente repetida por Bolsonaro, significa difundir uma "verdade" sobre o que é entendido como uma hegemonia cultural da esquerda e sobre a qual deve-se combater (ROCHA, 2021).

Considerando que na atualidade os populismos de direita radical utilizam o recurso de narrativas conspiratórias (MUDDE, 2019), pode-se dizer que, no cenário brasileiro, Orvil alimentou largamente esse tipo de ideia (ROCHA, 2021). Inicialmente concebido pelo centro de inteligência do exército (CIE), essa narrativa conspiratória chegou ao poder com o ex-capitão do Exército Bolsonaro.

O professor Manuel Domingos Neto, membro do Observatório das Nacionalidades, analisou outro documento importante que segue o mote do foi discutido até aqui que é o ‘Projeto de Nação: o Brasil em 2035’, lançado em maio de 2022 e publicado em parceria com o Instituto do General Villas Bôas.

Neto (2022) entende que nesse documento os oficiais uniram ao seu discurso, ainda mais, as ideias correntes entre as alas extremistas. O pesquisador retoma um autor já comentado antes, Avelar Coutinho - autor militar que há 20 anos já estava publicando nesse meio - e argumenta que quando o General Villas Bôas (a quem Bolsonaro agradeceu por ser eleito) falava contra o politicamente correto e “denunciava o esgarçamento do tecido social” ele estava reproduzindo Avelar Coutinho em suas teses conspiratórias. Isto é, quando Villas Bôas fala de um esgarçamento do tecido social, em essência, ele está se referindo a uma presumida deterioração dos valores tradicionais, de certas barreiras morais, as quais abririam espaço para uma pátria comunista.

Na sua análise o Projeto de Nação guarda importantes semelhanças com a ditadura militar, pois é de lá que surge, por exemplo, a ideia de ‘política do exército’. Nessa perspectiva, o exército deveria ter capacidade de mando em tudo que diz respeito à sociedade brasileira e muito do que está nesse documento fala sobre isso quando se propõe a definir os objetivos da nação, ou melhor, os objetivos da sociedade brasileira a partir da ótica dos militares (NETO, 2022).

Contudo, como reflete, esse seria um ponto de vista deslocado da realidade brasileira, pois a percepção que o militar tem da sociedade brasileira é limitada. Isso porque é um sujeito que entra muito jovem dentro da instituição e tem pouca oportunidade de experimentar e saber como o povo vive de fato. Muitas vezes ele não conhece a sociedade na sua complexidade. A esposa do militar, em larga medida, não tem oportunidade de criar vínculos fora de círculos específicos e o mesmo ocorre com os filhos de militares que vivem em escolas especiais (como os colégios militares comentados no Capítulo 2); é um núcleo familiar que vive em um mundo

à parte com seu próprio sistema de saúde, de educação, de justiça, em seus clubes, em seus relacionamentos⁴¹ (NETO, 2022).

Além disso, como ressalta, haveria uma clara confusão por parte das Forças Armadas em se colocar no papel de ditar os rumos de toda uma coletividade, ignorando o fato de que essa mesma corporação é custeada por essa coletividade. O desacerto estaria na não consideração (deliberada ou não) de que o militar e a organização que representa são subordinados ao Estado e esse último é, por sua vez, subordinado a soberania popular. Dizendo de outra forma, as Forças Armadas são parte da burocracia de estado brasileiro, apesar de visivelmente se verem como uma casta superior.

Também se destaca nesse documento aquilo que Neto (2022) chama de um conservadorismo (contra)evolucionista (em oposição ao que no documento é denominado como “conservadorismo evolucionista”). Um conservadorismo desse tipo seria, fundamentalmente, uma forma de agressão aos mais pobres, posto que o Brasil atual possui um quadro social trágico que não precisa ser conservado e sim alterado.

Ademais, quando o documento faz referência a respeito das tradições ele está se referindo de forma subjacente a uma tradição patriarcal que, em seu âmago, é uma tradição de subserviência tanto aos poderosos quanto ao poder externo o que mostra que esse documento seria profundamente ideológico (NETO, 2022). Em linhas gerais o ‘Projeto de Nação’ mostra-se como uma espécie de atestado de comprometimento com os grandes interesses econômicos e de manutenção das estruturas de estratificação social mais profundas. Não devemos ignorar o fato que privatizações e entrega dos serviços públicos ao setor privado surge através da expressão PPP (parceria público-privado) a qual aparece em diversas passagens desse texto, reforçando a interseção entre seus conteúdos com o neoliberalismo. De modo geral, essa perspectiva reflete sobre o legado colonial presente nas Forças Armadas Brasileiras (NETO, 2022).

Por fim, é significativo destacar que nesse documento os militares dedicaram uma expressiva atenção ao tema da educação. Além de fazer constar um capítulo particular dedicado

⁴¹ Uma interessante pesquisa sobre a hereditariedade relacionada a família militar, realizada por Oliveira (2021) aponta elementos significativos sobre isso. Para o autor, a ‘casta militar’ tem um processo de militarização de suas mentalidades iniciado na infância. Está presente nos brinquedos como o plastimodelismo e o forte apache, nas brincadeiras, filmes, séries, nos jogos de vídeo game de guerra (*wargames*). Quando jovens frequentam colégios militares, academias militares, casamentos nas tradições militares. Suas famílias frequentemente moram juntas, em residências institucionais, viajam e usam os mesmos meios de transporte e de hospedagem, mesmos clubes e passam muito tempo juntos em sua própria comunidade. Há, neste contexto, uma densa relação de sociabilidade e solidariedade com oficiais ao longo de muitas gerações, daí entendemos, por exemplo a lógica social das pensões das filhas, como uma forma institucionalizada de salvaguardar uma continuidade desses tipos de laços (OLIVEIRA, 2021).

a esse tema, a palavra ‘educação’ aparece 56 vezes ao longo das suas 93 páginas. Nesse material os militares defendem a implementação de “currículos desideologizados” o que seria possível reforçando nos estudantes valores “morais, éticos e cívicos” (SAGRES, 2022, p. 12). Há uma clara ligação do ‘Projeto de Nação’ com o Pecim visto que o documento propõe “Estudar as vantagens de disseminar o modelo das escolas cívico-militares, no tocante às normas de disciplina, respeito, higiene, civismo e práticas pedagógicas” (SAGRES, 2022, p. 74). O que mostra como o conjunto das perspectivas discutidas nessa seção podem estar presentes, direta ou indiretamente, em políticas governamentais.

IDEIAS SÃO
A PROVA DE
BALAS

**CAPÍTULO 4 REFERENCIAL
METODOLÓGICO**

4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E MÉTODOS DE PESQUISA

Partindo do entendimento que a Análise Crítica do Discurso (ACD) não pode ser reduzida a uma ferramenta metodológica, visto que possui um amplo arcabouço teórico (WODAK, 2001; FAIRCLOUGH, 2019), esse capítulo extrapola, intencionalmente, os conteúdos que usualmente são apresentados por outros/as pesquisadores/as. Isso significa dizer que para além dos caminhos da pesquisa, os instrumentos de coleta dos textos, os documentos utilizados como fontes de análise e a forma de tratamento dos dados serão abordados, também, aspectos teóricos relativos ao modelo de ACD utilizado.

Essa foi uma decisão quanto à forma de apresentação que se faz pertinente, ao menos, sob dois motivos: primeiro porque a teoria da ACD fundamenta o método empregado e segundo porque trazer elementos da teoria, imediatamente acoplados às particularidades metodológicas, produz coerência em relação aos processos de análise adotados.

4.1 FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Essa tese adota um caráter qualitativo. Como paradigma de investigação, que atravessa diversos campos e disciplinas, a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas interpretativas que dão visibilidade ao mundo (BAUER; GASKELL, 2015). Entre seus objetivos está expressar os sentidos de fenômenos de nosso mundo social, trata-se, por assim dizer, de reduzir a distância entre determinado contexto e determinada ação (ou representação) sob a qual se investiga (FLICK, 2004). Outrossim, enquanto estudo qualitativo, ela também se situa na tradição dos estudos críticos (FLOWERDEW; RICHARDSON, 2018) e, para tanto, adota a abordagem teórico-metodológica da Análise Crítica do discurso (ACD).

Quando se trabalha com ACD certos conceitos-chave podem assumir diferentes significados dependendo da perspectiva adotada (ORLANDI, 2010). Portanto, inicio esse capítulo explicitando, de forma sintética, sobre alguns conceitos fundamentais e como são compreendidos nessa pesquisa.

Aqui, adota-se a perspectiva de *ideologia* como sendo as diferentes formas como o sentido é produzido para estabelecer e sustentar modelos de dominação (THOMPSON, 1995). Como já se comentou, nesse estudo o populismo de direita radical brasileiro é considerado uma ideologia (MUDDE; KALTWASSER, 2017, MUDDE, 2019). Considerá-lo assim significa dizer que há nele diferentes formas de produção de sentido (por meio de imagens, falas, escritos,

vídeos, modos de vestir, modos de agir, interagir e etc.) que são empregadas para estabelecer e sustentar formas de dominação.

Podemos falar de *dominação* quando relações estabelecidas de poder são sistematicamente assimétricas, isto é, “quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou grupos de agentes” (THOMPSON, 1995, p. 79-80). Dominação é, de uma forma mais ampla, poder que foi legitimado (WEBER, 2002). E de uma forma mais específica é a distribuição assimétrica e sistemática de poder e recursos (THOMPSON, 1995).

Poder, partindo de Weber (2002), é a capacidade verificada dentro de uma relação social que permite a alguém (ou grupo) impor a sua própria vontade sobre outra pessoa (ou outras pessoas). Não obstante, para a ACD o poder é temporário, com equilíbrio apenas instável. Por isso, relações assimétricas de poder são passíveis de mudança e superação e no cerne de tal entendimento está a relação entre poder e hegemonia (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Grupos particulares para se manter no poder e, assim, assumir uma posição hegemônica, precisam estabelecer e sustentar liderança política e intelectual na vida social travando o que seria uma *luta hegemônica*. Uma posição hegemônica é igualmente instável e para mantê-la é preciso criar formas de estabilizá-la (FAIRCLOUGH, 2019). Nesse sentido, é preciso ponderar que a hegemonia é estabilizada muito mais pelo consenso do que pela força e, sob essa ótica, o consenso é algo que pode ser construído pelo (e através) do discurso (VIEIRA; RESENDE, 2016).

Discurso, sob uma perspectiva alargada é aquilo que tanto produz ideologia como a mantém (FAIRCLOUGH, 2019). Isso significa dizer que o termo discurso não é empregado aqui como um substituto do termo ideologia e sim que todo o discurso é atravessado pela ideologia (ou por ideologias). Sobre isso já escreveu Belsey (1980, p.5) que "a ideologia está inscrita no discurso [...] não é um elemento separado que existe independentemente em algum reino de ideias que flutuam livremente... mas um modo de pensar, de falar, de experienciar" e também Diane MacDonel (1986, p. 59) ao afirmar que "todos os discursos são ideologicamente posicionados; nenhum é neutro". Na perspectiva de ACD aqui adotada discurso significa formas institucionalizadas (de se portar, de interpretar a realidade, de interagir com os outros) que não apenas representam o que está acontecendo, mas também atribuem propósitos, justamente, para legitimar o que está acontecendo (VAN LEEUWEN, 2008). Dessa forma, discursos não apenas representam práticas sociais, eles acrescentam coisas a elas como propósitos e legitimações (VAN LEEUWEN, 2008, 2018) que, no limite, servem para sustentar formas de dominação.

Práticas sociais são maneiras recorrentes, no sentido de habituais e costumeiras, situadas temporal e espacialmente pelas quais usualmente agimos e interagimos no (e com o) mundo que nos cerca (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). A escolarização, enquanto conjunto de conhecimento e práticas adquiridos e desempenhados no contexto escolar é, por exemplo, uma prática social (VIEIRA; RESENDE, 2016). Isso porque a expectativa social a respeito do professor, a forma como normalmente os alunos são alocados em uma sala de aula, o tipo de recurso visual utilizado (como quadro negro/branco), as formas de avaliação dos discentes (provas, trabalhos), as grades curriculares, a segmentação de assuntos/temas que formam as disciplinas e assim por diante são elementos normalmente e habitualmente organizados da mesma forma ao longo do tempo, em diferentes realidades, tornando a escolarização algo que pode ser identificado pela maioria das pessoas a partir desses elementos comuns e recorrentes.

Textos são as unidades mais básicas em ACD, eles são a parte empírica a qual analisamos (FAIRCLOUGH, 1995). Podem ser escritos, falados, visuais (uma imagem, um meme da internet, um vídeo), podem ser verbais ou não verbais (um modo de se vestir, de andar, uma postura). Textos são produções sociais historicamente situadas, de modo que eles dizem muito sobre nossas crenças, nossas práticas, atividades, relações interpessoais e identidades em determinado momento sócio-histórico (RESENDE; VIEIRA, 2016). Textos dão vida as ideologias, mas, não menos importante: também podem refotá-las.

Por fim, *ator social* refere-se a aquele/aquela que age de modo singular e único enquanto agente com sentidos, cognição, memória, motivações e força. É produtor e produto do sistema social. Tem um projeto que orienta sua ação, mesmo que seja inconsciente, errático ou parcial, tem força e capacidade para acumular ou desacumular forças e, portanto, tem capacidade para produzir fatos no espectro social, tem organização estável o que lhe permite atuar com o peso de um coletivo, logo pode ser um ator-pessoa ou um ator-grupo (MATUS, 1996).

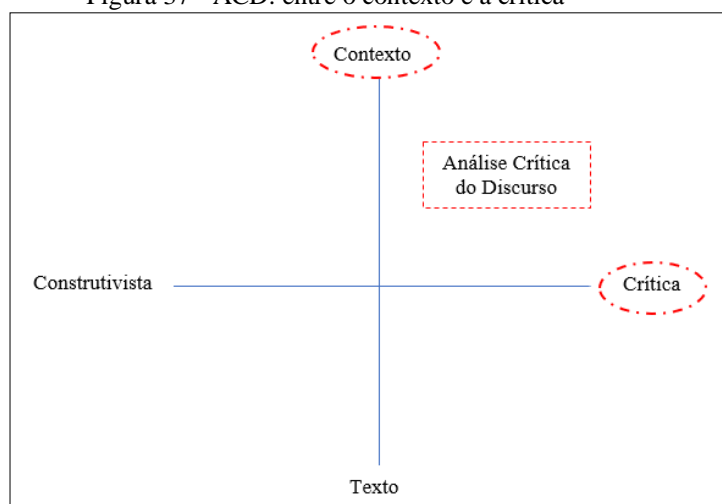
4.2 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: PERSPECTIVA E ABORDAGEM

Nas últimas décadas as abordagens discursivas de perspectiva crítica têm se tornado cada vez mais populares nas ciências sociais, sendo também o caso com os estudos organizacionais (RODRIGUES; DELLAGNELO, 2013; SILVA; GONÇALVES, 2017; ONUMA, 2020). Especialmente porque o conhecimento sobre fenômenos linguísticos pode colaborar para a compreensão da (re)produção ideológica através de discursos organizacionais

(FAIRHURST; PUTNAM, 2004). É por buscar contribuir nesse sentido que essa tese se utiliza da Análise Crítica do Discurso (ACD).

ACD é parte de um grande ‘guarda-chuva’ teórico-metodológico que são as Análises do Discurso (PHILLIPS; HARDY, 2002). Como tentativa de deixar mais evidente quanto aos posicionamentos epistemológicos adotados, Phillips e Hardy (2002) sugerem uma tipologia para melhor compreendermos a Análise do Discurso (AD) baseada em dois eixos transversais. No primeiro eixo teríamos em uma extremidade a ênfase no contexto da produção do discurso e na outra, uma ênfase no texto; já no segundo eixo teríamos em uma extremidade uma ênfase na análise da construção do texto (construtivista) e na outra uma orientação voltada a uma análise crítica do texto (crítica). A figura 37 elucida a informação acima e situa a Análise Crítica do Discurso (ACD) dentro desse quadrante.

Figura 37 - ACD: entre o contexto e a crítica



Fonte: Inspirado em Phillips e Hardy (2002)

O que se pretende destacar aqui é a proximidade que a ACD tem de elementos como ‘contexto’ e ‘crítica’. O que reforça a importância do contexto (social, político, etc.) nas análises, bem como permite esclarecer que a expressão ‘crítica’ reporta sobre uma preocupação e engajamento com o social (VIEIRA; RESENDE, 2016), posto que “as teorias críticas pretendem despertar nos agentes a consciência de que, com frequência, eles são enganados a respeito de suas próprias necessidades e interesses” (WODAK, 2004, p. 236-237).

Assim, particularmente importante a esta pesquisa está o interesse da ACD nas relações entre linguagem, sociedade, ideologia e poder. Mais especificamente, nos modos como questões sociais, que envolvem política, distribuições assimétricas de poder (dominação),

discurso institucional, discriminação, entre outros, são expressas e legitimadas pelo uso da linguagem (WODAK, 2001).

Normalmente as pesquisas em ACD se voltam para os discursos institucional, político, de gênero e da mídia que materializam relações mais ou menos explícitas de luta e conflito. Neste sentido, observamos os textos e buscamos trazer à tona um tipo particular de engano e não apenas descrever e explicar os fatos (WODAK, 2001). De maneira que o esforço, quando se trabalha com a ACD é revelar a opacidade encoberta nos textos, desconstruindo os discursos, procurando vestígios que possam trazer à tona ideologias não muito claras, relações de hegemonia e práticas discursivas de controle e poder.

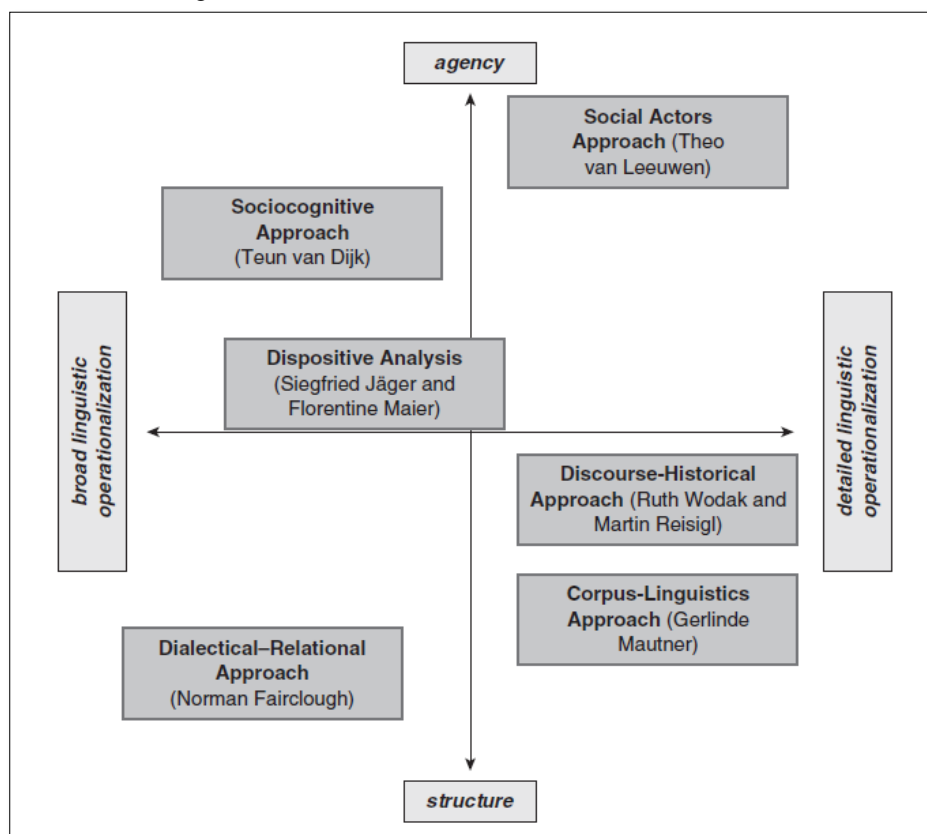
Uma diferença importante entre a ACD e outras abordagens sobre o discurso emerge daquilo que diz respeito às relações dialéticas entre a linguagem e a sociedade. Tal abordagem não considera essa relação simplesmente determinística, mas invoca o conceito de mediação.

A mediação, por sua vez, está intrinsecamente relacionada ao nível de agência e estrutura. Tal postura implica considerar que ‘sociedades’ e ‘indivíduos’ - ou estrutura e agência humana - não são redutíveis a um ou outro, mas, sim, interdependentes (WODAK; MEYER, 2009).

A agência é particularmente importante a essa pesquisa, pois ela é um elemento sob o qual Van Leeuwen (2008) mais se aproxima em suas análises. Isso reflete em seu arcabouço teórico, visto que sua proposta toma como base que as representações de práticas sociais são particulares, ou seja, construídas por pessoas particulares e a partir de determinados pontos de vista e, por isso, representam atores sociais envolvidos nas práticas de diferentes maneiras. Isso pode ser expresso da seguinte forma: atores podem ser excluídos de textos; podem ser incluídos, mas ter sua agência ofuscada, ou enfatizada; podem ser representados por suas atividades e assim por diante. O relevante é que tudo isso nos diz sobre diferentes formas de produzir propósitos, de legitimar determinada prática social (VAN LEEUWEN, 1997, 2008).

De modo geral os principais autores em ACD podem ser agrupados em diferentes unidades de análise que vão desde a maneira como os indivíduos (em sua agência) percebem determinado evento/fenômeno até a maneira como as estruturas sociais determinam o discurso, como se observa na figura 38.

Figura 38 - Posicionamentos teóricos-analíticos em ACD



Fonte: Wodak e Meyer (2009, p. 22)

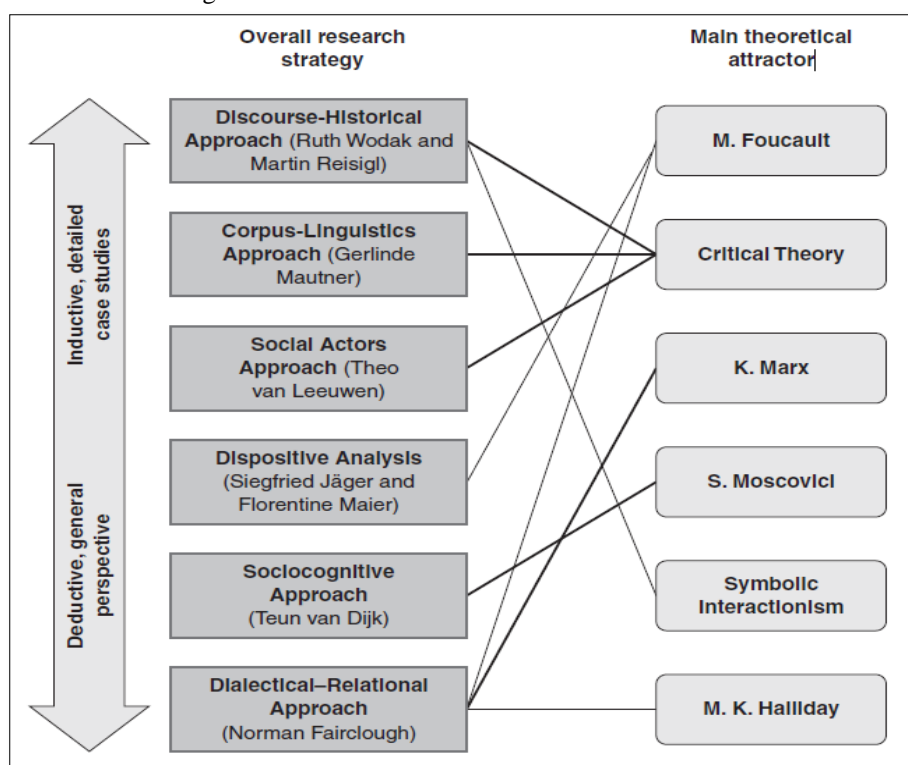
A imagem acima permite observar que a ACD possui diferentes abordagens que derivam de várias vertentes com escolhas teóricas e metodológicas próprias. Sobre isso nos colocam Wodak e Meyer (2009) que alguns analistas de orientação crítica preferem focalizar características microlinguísticas, macrolinguísticas, textuais, discursivas ou contextuais dos textos, enquanto outros seguem uma linha filosófica, histórica ou mesmo sociológica.

Embora haja uma vasta quantidade de pesquisas em ACD que apontam para métodos e desafios lógicos e teóricos particulares, Wodak e Meyer (2009, p. 18-19) desenvolveram um “quadro explicativo” sobre as principais abordagens. Esses autores distinguem entre as abordagens que procedem dedutivamente e aquelas que escolhem uma perspectiva mais indutiva.

Nessa ótica, as teorias orientadas dedutivamente seriam mais propensas a ilustrar suas suposições com alguns exemplos que parecem se encaixar em suas reivindicações, entre elas estariam a abordagem dialético-relacional (*Dialectical Relational Approach*) e a abordagem sociocognitiva (*Sociocognitive Approach*). Por sua vez, as abordagens orientadas indutivamente geralmente ficam no que Wodak e Meyer (2009) chamam de “nível meso”. Elas

tentam descobrir novas formas de compreensão por meio de estudos de caso e/ou uma coleta de dados mais ampla. Entre elas estariam as abordagens de DHA (*Discourse-Historical Approach*), a abordagem linguística de *corpus* (*Corpus-Linguistics Approach*), a abordagem dos atores sociais (*Social Actors Approach*) como a de Theo Van Leeuwen e ainda, a análise dispositiva (*Dispositive Analysis*). A figura 39 ilustra as perspectivas dos principais autores a partir dos teóricos/teorias que mais os inspiram.

Figura 39 – Estratégias em ACD e afinidades teóricas



Fonte: Wodak e Meyer (2009, p. 18)

Apesar da figura 39 situar determinadas abordagens em extremidades distintas (à esquerda da figura) que as coloca entre uma perspectiva dedutiva e indutiva elas, contudo, elas não se opõem. Ao contrário, há uma visível comunicação bem como diferentes pontos de intersecção (como se observa nas setas à direita da figura). Outra forma de expressar isso é destacar que Fairclough (1995) – que na figura 39 tem sua proposta posicionada relativamente distante da proposta de Van Leeuwen - menciona o trabalho desse último, destacando a importância de se fazer questionamentos acerca de quais seriam as representações e transformações produzidas a partir do momento em que um tipo de evento comunicativo passa a recontextualizar outros eventos. Da mesma forma, Van Leeuwen (1996, 2008) informa

considerar os papéis que os atores sociais desempenham nas representações a partir do trabalho de muitos linguistas críticos entre os quais destaca Fairclough.

Isso dito, este estudo situa-se dentro do que Wodak e Meyer (2009) descrevem como uma perspectiva indutivista à medida que se concentra na abordagem dos atores sociais (*Social Actors Approach*) de Theo Van Leeuwen o que justifica, entre outras coisas, uma coleta mais ampla de *corpus*.

Entre as razões da escolha dessa abordagem está no interesse por aquilo que pode ser definido como um meso-tópico, no caso, o populismo de direita radical brasileiro. Sobre isso Wodak e Meyer (2009, p. 19-20) esclarecem que são exemplos de mesotópicos “a 'globalização' ou 'conhecimento' versus 'desemprego' ou 'populismo de direita’”.

Enquanto macro-tópicos tendem a ser relativamente não controversos nos contextos acadêmicos nacionais ou internacionais, alguns meso-tópicos, entretanto, podem ser controversos quando analisados em relação a comunidade nacional à qual o pesquisador pertence (WODAK; MEYER, 2009). O que surge como particularmente importante nesse estudo à medida que se observa o populismo de direita radical brasileiro a partir de suas particularidades inerentes a nossa realidade nacional, com destaque, os processos discursivos da militarização da educação. E, quanto a esse último elemento, ele é um ponto adicional de convergência com a abordagem de Theo Van Leeuwen visto que a educação é um dos focos de suas análises e basilar no desenvolvimento de sua teoria da representação dos atores sociais (ver VAN LEEUWEN, 2008).

4.3 LEGITIMIDADE E LEGITIMAÇÃO DISCURSIVA EM THEO VAN LEEUWEN

O conceito de legitimidade teve um papel importante a partir das análises sociológicas. Especialmente com base no trabalho seminal de Weber (2002) estudiosos das organizações transformaram a legitimidade em um ponto de ancoragem de um aparato teórico amplamente expandido, abordando forças normativas e cognitivas que restringem, constroem e capacitam atores organizacionais (VAARA, 2014).

Duas abordagens basilares a respeito do conceito de legitimidade podem ser encontradas nos estudos sobre organizações, uma estratégica e outra institucional (SUCHMAN, 1995). A primeira compreende a legitimidade como algo intencional e calculado. De modo que, na abordagem estratégica as análises retratam a legitimidade como sendo um recurso que as organizações extraem de seus ambientes culturais e que empregam em sua busca de seus objetivos. Em contraste com esta tradição, pesquisadores institucionais retratam a legitimidade

não como um recurso operacional, mas como um conjunto de crenças constitutivas. Definições culturais determinam como a organização é construída, como é executada e, simultaneamente, como é entendida e avaliada. Dentro desta tradição, legitimidade e institucionalização seriam virtualmente sinônimas (SUCHMAN, 1995).

Embora ‘legitimidade’ tenha sido uma temática importante em várias correntes de pesquisa em nosso campo de estudos, como argumentam Vaara, Tienari e Koveshnikov (2019), ainda hoje, existem poucas análises focando-se explicitamente no processo de ‘legitimação’. Entre tais trabalhos, destacam-se os de Hybels (1995), para quem a legitimação é uma ferramenta conceitual maleável e abstrata e que, por isso, é importante estudá-la sempre a partir da relação com detalhes e situações concretas e específicas olhando-se, por exemplo, o conteúdo das comunicações entre os atores envolvidos.

Destacam-se também os estudos de Suchman (1995) que corroboram com nosso entendimento à medida que esclarecem que para se observar o processo de legitimação é preciso partir da questão “legitimidade para quê?”. Para esse autor, o processo de legitimação envolve a busca de legitimidade por parte das organizações por várias razões, sejam elas para manter sua continuidade (o que permite que possam se autorreplicar), para conseguir credibilidade (justificando o que estão fazendo), para obter apoio passivo (esclarecendo que sua existência faz sentido) ou ainda para obter apoio ativo (evidenciando que sua existência tem valor).

Essa breve introdução tem como objetivo deixar mais nítido que os conceitos de legitimidade e legitimação são de grande importância aos estudos em organização. Todavia, essa tese se debruça sobre a legitimação discursiva a partir da perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD). Isso porque essa ferramenta teórico-metodológica permite mudar a atenção da legitimidade estabelecida para os processos de legitimação que ocorrem através de estratégias discursivas utilizadas em determinada prática social (VAARA, TIENARI, LAURILA, 2006). Não menos importante a essa tese é considerar que aquilo que é legitimado por determinado grupo está diretamente ligado a ideologia que eles partilham e pretendem repercutir socialmente (LACERDA; SANTOS, 2023).

Embora existam diferentes maneiras de examinar a legitimação discursiva dentro de uma perspectiva de Análise Crítica do Discurso, Theo Van Leeuwen⁴² é possivelmente o autor

⁴² Considerando que esse é um autor ainda pouco utilizado nos Estudos Organizacionais, alguns detalhes a seu respeito, dada a sua singularidade como intelectual e artista parecem convenientes. Theodoor Jacob "Theo" Van Leeuwen diferentemente do que ocorre em muitas carreiras acadêmicas de destaque, antes de se tornar um acadêmico, trabalhou como produtor de cinema e televisão, roteirista e diretor, além de ser um reconhecido pianista de jazz. E, como músico e linguista, não se privou de analisar o discurso musical tomando como base trabalhos como os de Max Weber para refletir, entre outras coisas, sobre a semelhança entre a organização da orquestra sinfônica e da fábrica (ver VAN LEEUWEN, 2012). Van Leeuwen é autor de vários livros e artigos

que tenha ido mais longe no desenvolvimento de ‘uma gramática de legitimação’, motivo pelo qual é tomado como base teórico-metodológica.

Um aspecto central por trás da sua estrutura analítica é o conceito de recontextualização o qual toma emprestado de Bernstein (NOVODVORSKI, 2008). Com base em Bernstein, Van Leeuwen (1993a) observa que a estrutura de um texto é uma recontextualização da estrutura de uma prática social. Em seus trabalhos Van Leeuwen (1993, 1996, 2008) amplia esse conceito e considera que todos os discursos recontextualizam [(re)explicam/(re)interpretam] práticas sociais. Em linhas gerais as recontextualizações envolvem não apenas a transformação de práticas sociais em discursos sobre práticas sociais, mas também o acréscimo de legitimações (VAN LEEUWEN, 2008).

Mas o que dentro das práticas sociais pode ser recontextualizado e incutido de determinado sentido? Uma das respostas para essa questão, a partir de Van Leeuwen (1993, 2008) é, justamente, a representação dos atores sociais.

Para observarmos isso nos textos é preciso olhar para o que pode ser dito (e é) sobre os atores envolvidos. O que pode envolver diferentes maneiras que não apenas linguísticas, mas também outros modos semióticos como as imagens (VAN LEEUWEN, 2008).

De modo geral, através de Teoria da Representação dos Atores Sociais, elaborada por Van Leeuwen (2008), buscamos não apenas refletir sobre os diferentes modos pelos quais as pessoas podem ser representadas linguisticamente, mas principalmente revelar como as práticas sociais de representação textualmente orientadas funcionam como formas de manutenção ou de transformação de poder. E sobre isso, um exemplo que reproduz uma breve memória desse autor surge como ilustrativo:

Para contar uma anedota pessoal, meus avós foram pessoas protestantes extremamente frugais na Holanda, eles nunca foram a um café ou cinema, mas eles tinham uma escultura de madeira de uma garota javanesa seminua sobre a lareira. Assim, dessa forma, mesmo sendo pessoas muito comuns acabam, inconscientemente, participando de todo o empreendimento da colonização de Indonésia. Essas coisas, de aparência quase trivial são importantes, já que as pessoas não sabem de onde vêm essas representações que parecem como uma realidade aceita [...] (OLIVA, 2019, p. 74)

O excerto acima é significativo não apenas porque mostra como elementos variados e aparentemente triviais podem servir de forma relevante à análise, como a escultura sobre a qual o autor se refere, mas especialmente porque evidencia como a sua proposta está intrinsecamente preocupada com a identificação de formas de dominação, oclusas ou explícitas nos textos, sobre as quais o/a analista se debruça no sentido de desvelá-las.

sobre Análise Crítica do discurso (ACD) e um dos fundadores do que viria a se constituir como uma rede de estudiosos no tema (WODAK, 2004).

E quanto a isso cabe destacar que na sua proposta há uma forte relevância quanto a aspectos sociológicos (VAN LEEUWEN, 1996). De maneira que, ao contrário de outras formas de análise do discurso, sua proposta teórico-metodológica não parte de operações linguísticas (como as categorias de transitividade entre outras), mas em vez disso fornece um inventário sociossemântico sobre as formas como os atores sociais podem ser representados nos textos.

Existem duas razões para isso. A primeira está relacionada à agência dos atores sociais. No entendimento de Van Leeuwen (2008) a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística e caso a ACD se restrinja demasiadamente a operações ou categorias linguísticas específicas muitos exemplos de agência poderiam ser ignorados. E, ao contrário dos linguistas que tendem a preservar a unidade das ‘categorias formais’, sua tentativa consiste numa abordagem oposta, na expectativa de prover um conjunto de ‘categorias relevantes’ para investigar a representação dos atores sociais no discurso (NOVODVORSKI, 2008). A segunda razão decorre da suposição de que significados pertencem à cultura e não ficam restritos ao idioma (VAN LEEUWEN, 2008).

Assim, para Van Leeuwen (2008) toda a representação é uma forma de legitimação. A justificativa para isso está no fato de que a legitimação (ou mesmo a deslegitimação) não pode permanecer em si mesma, ela precisa estar relacionada a ‘algo’. Sendo que esse ‘algo’ pode ser, entre outras coisas⁴³, a forma como os atores sociais são representados nos textos. A figura 40 resume essa assertiva.

Figura 40 - A legitimação precisa de acoplamentos

A legitimação não se dá em si mesma

A legitimação ou mesmo a deslegitimação discursivas não podem permanecer em si mesmas. Elas, necessariamente, precisam estar relacionadas/acopladas a formas de representação (quanto as ações, reações, interações) de atores sociais os quais podem ser pessoas ou grupos.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Van Leeuwen (2008)

É por esse caminho e recorte teórico-metodológico que essa pesquisa se concentra. Isso explica porque as análises não se focam em categorias específicas como autorização, avaliação moral, racionalização e mitopoese (como, parcialmente articulado em GOMES, 2022) e sim outras categorias de análise relacionadas diretamente a forma de representação dos atores sociais.

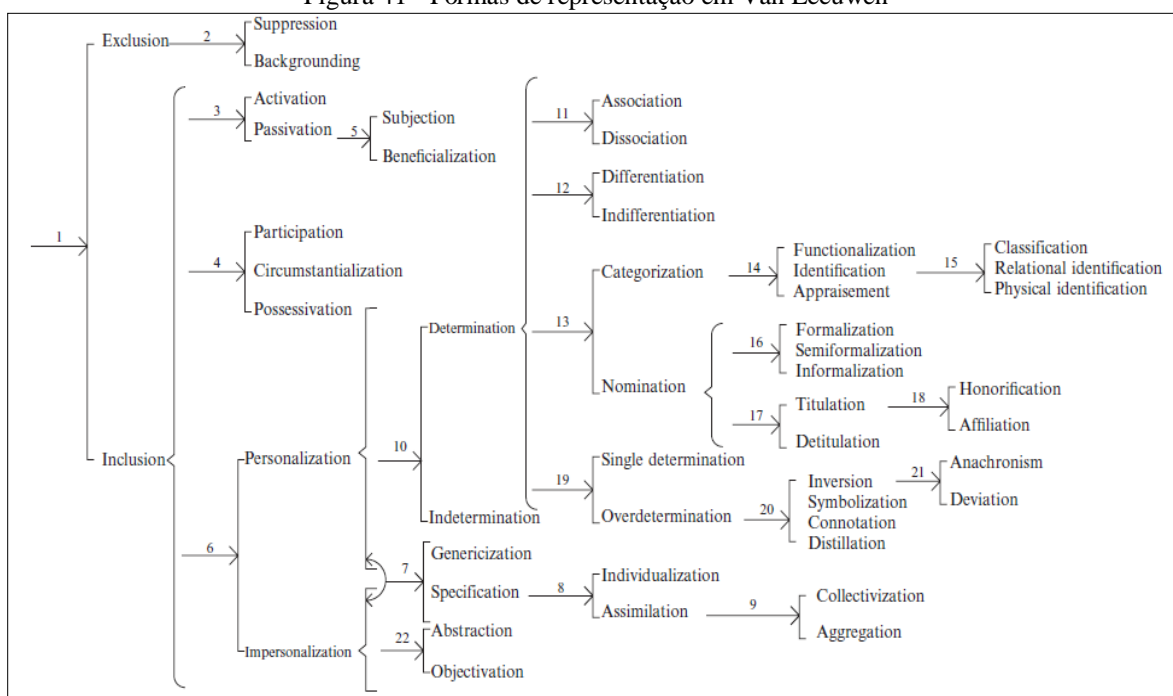
⁴³ As quais seriam: ações, 1) modos de desempenho, 2) condições de elegibilidade dos participantes, 3) estilos de representação, 4) tempo, 5) locais, 6) condições de elegibilidade (locais), 7) recursos (ferramentas e materiais), 8) condições de elegibilidade (recursos).

4.3.1 Formas de representação dos atores sociais

Van Leeuwen (2008) propõe uma rede⁴⁴ de formas de representação dos atores sociais nos textos. Conforme adverte, elas devem ser vistas como um “pan-semiótico”, isto é, não sugerem sobre um único conjunto específico de maneiras de representar o mundo social, mas oferecem formas de mapear ou prescrever, com maior ou menor rigor, o que pode ser percebido verbalmente e visualmente através dos textos (LEEUEWEN, 2008, p. 24).

A figura 41 detalha essa rede a partir das possíveis respostas que podem ser dadas à pergunta “quais são as principais formas pelas quais os atores sociais podem ser representados no discurso?” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 52-53).

Figura 41 - Formas de representação em Van Leeuwen



Fonte: Van Leeuwen (2008, p. 53)

Relevante destacar que, mesmo no campo da linguística, trabalhos que empregam esse referencial teórico-metodológico comumente utilizam-se de um número limitado de formas de representação dentro da complexa rede elaborada pelo autor (ver NOVODVORSKI, 2008), assim como o ocorreu nessa pesquisa. Além disso, existem linhas tênues que separam uma forma de representação de outra, cabendo ao/a analista a interpretação de forma contextual, como explica o autor:

⁴⁴ O termo ‘rede’ é utilizado aqui em referência a expressão original adotada pelo autor para se referir ao sistema gráfico no qual detalha as formas de representação dos atores sociais, no original denominada de *Social Actor Network* (VAN LEEUWEN, 2008, p. 52).

[...] nas práticas discursivas reais, as escolhas não precisam ser sempre ser rigidamente ou-ou. Os limites podem ser borrados deliberadamente, com o propósito de alcançar efeitos representacionais específicos, e os atores sociais podem ser, por exemplo, classificados e funcionalizados. Nesses casos, as categorias permanecem, no entanto, úteis para explicitar como os atores sociais são representados (VAN LEEUWEN, 2008, p. 52-53).

A seguir apresento um descritivo sintético sobre os significados de cada uma das formas de representação propostas por Van Leeuwen (2008) e adaptadas, por essa autora, para uma análise em um contexto de língua portuguesa (quadro, 42)⁴⁵. Ao lado de cada uma foi elaborada um código identificador (ID) que a posiciona numericamente a partir daquela que a origina na rede proposta pelo autor (Figura 41). Por exemplo a Associação (1.6.1.1) é uma forma Determinação (1.6.1) por Personalização (1.6), que por sua vez é uma entre as sete formas de inclusão (1) dos atores sociais nos textos (para uma visão mais detalhada ver Apêndice B).

Quadro 42 - Descritivo das formas de representação dos atores sociais

Código Identificador (ID)	Formas de representação	Características considerada nas análises
0	Exclusão (<i>Exclusion</i>)	Ocorre quando atores sociais não são citados direta ou mesmo indiretamente nos textos.
0.1	Segundo plano (<i>Backgrounding</i>)	Nesse caso a exclusão é menos radical, os atores sociais excluídos podem não ser mencionados em relação a determinada ação, mas são mencionados em outra parte do texto sendo que podemos inferir com razoável certeza (embora nunca total) quem são eles.
0.2	Supressão (<i>Suppression</i>)	É um caso particular de exclusão. Não há referência ao ator social no texto. Isso pode ocorrer, por exemplo, quando é citada uma pesquisa de opinião e não é informado qual indivíduo ou instituição emitiu aquela opinião.
1	Inclusão (<i>Inclusion</i>)	O ator social será informado no texto e estará em uma posição de “agente” (realizando a ação) ou então de “paciente” (recebedor dela).
1.1	Ativação (<i>Activation</i>)	Os atores sociais são representados como ativos, ou seja, como forças dinâmicas em uma atividade, realizando-as.
1.2	Passivação (<i>Passivation</i>)	O ator social é representado como submetido a uma atividade ou como estando no lado receptor dela.

⁴⁵ Algumas ‘categorias’ foram agregadas, pois são melhor explicadas a partir de suas particularidades como é o caso de nomeação (*nomination*) e assimilação (*assimilation*), outras foram interpretadas a partir de formas alternativas de representação dada sua pluralidade de interpretação como é o caso de determinação única (*single determination*) e afiliação (*affiliation*). Por fim, Generalização (*Genericization*) e Especificação (*Specification*) foram consideradas como formas de personalização na análise (para mais detalhes ver Apêndice B).

1.2.1	Sujeição (<i>Subjection</i>)	O ator social aparece no texto participando da ação, mas ele é sujeito (direta ou indiretamente) a ela ou ao agente que realiza a ação.
1.2.2	Beneficiação (<i>Beneficialization</i>)	Atores são representados se beneficiando positiva ou negativamente da atividade ou ação na qual estão envolvidos.
1.3	Participação (<i>Participation</i>)	Um tipo de inclusão em que o ator social participa da ação.
1.4	Circunstancialização (<i>Circumstantialization</i>)	Normalmente o ator é representado como ativo na ação, mas em virtude de algo. Por exemplo: alguém recebeu uma reprimenda – “em virtude de” – ter feito algo errado, ou seja, em virtude de ‘uma circunstância específica’ ele foi reprimido.
1.5	Possessivação (<i>Possessivation</i>)	A participação do ator social é descrita como relacionada à posse de outrem. Geralmente vem seguida de pronomes possessivos. Por exemplo: ela é a “minha” professora, esses são os “nossos” alunos.
1.6	Personalização (<i>Personalization</i>)	Atores sociais são representados como seres humanos.
1.6.1	Determinação (<i>Determination</i>)	Ocorre quando a identidade do ator social enquanto sujeito individual ou enquanto grupo é especificada no texto.
1.6.1.1	Associação (<i>Association</i>)	De modo geral, é uma forma de representação dos atores sociais como sendo parte de um grupo particular, por exemplo, “os políticos”, “os burocratas”, “as minorias étnicas”.
1.6.1.2	Dissociação (<i>Dissociation</i>)	Os atores sociais são determinados a ‘partir de grupos distintos’ entre os quais se estabelecem, principalmente, relações de oposição ou dissociação.
1.6.1.3	Diferenciação (<i>Differentiation</i>)	Aqui a diferenciação ocorre de forma mais explícita que a dissociação, com ela o objetivo do emissor é criar uma diferença acentuada entre o “eu” e o “outro”, ou entre “nós” e “eles”.
1.6.1.4	Indiferenciação (<i>Indifferentiation</i>)	É o oposto de diferenciação. Nela um ator social individual ou grupo de atores sociais é explicitamente ligado a outro ator ou grupo criando entre eles um elo de proximidade/identificação. Por exemplo, no léxico bolsonarista: comunistas, marxistas culturais, esquerda, petista.
1.6.1.5	Categorização (<i>Categorization</i>)	Os atores sociais são representados em termos de identidades que compartilham com outros.
1.6.1.5.1	Funcionalização (<i>Functionalization</i>)	A funcionalização ocorre quando os atores sociais são referidos em termos de uma atividade ou em termos de algo que fazem, por exemplo, através de sua ocupação ou função.
1.6.1.5.2	Identificação (<i>Identification</i>)	Tipo de categorização que se refere a representações em termos de relação pessoal, de

		parentesco, de trabalho, de amizade ou por algum aspecto (físico) que permita identifica-los.
1.6.1.5.2.1	Classificação (<i>Classification</i>)	No caso da classificação, os atores sociais são referidos em termos das principais categorias por meio das quais uma determinada sociedade os diferencia entre classes de pessoas isso inclui, por exemplo, idade, sexo, procedência, classe, riqueza, raça, etnia, religião, orientação sexual e assim por diante.
1.6.1.5.2.2	Identificação Relacional (<i>Relational Identification</i>)	Atores sociais são representados em termos de seus parentes ou relações de trabalho. Normalmente é realizado por um conjunto de substantivos denotando tais relações tais como "amigo", "tia", "colega".
1.6.1.5.2.3	Identificação Física (<i>Physical Identification</i>)	Atores sociais são representados em termos de aspectos físicos que os identificam de maneira particular em um determinado contexto.
1.6.1.5.3	<i>Appraisalment</i> ⁴⁶	É um tipo de avaliação moral. Produz legitimação com base em valores, ao invés de imposta por algum tipo de autoridade sem justificativa adicional para tanto.
1.6.1.6	Nomeação (<i>Nomination</i>)	As nomeações são normalmente realizadas por nomes próprios e podem ser <i>formais</i> (apenas o sobrenome) – no caso do sobrenome vir seguido de um título (Sr., Dr., etc) tem-se uma titulação; se for apenas o sobrenome sem um título pode ser um caso de destituição. Nomeações podem ser ainda feitas de modo <i>semiformal</i> (nome e sobrenome, como em “João da Silva”) ou <i>informal</i> (apenas o primeiro nome).
1.6.1.6.4	Honorificação (<i>Honorification</i>)	Forma de representação com a adição títulos, classificações e etc. Ela serve para agregar algum tipo de reconhecimento, mérito ou mesmo autoridade indireta aos atores sociais.
1.6.1.8	Sobredeterminação (<i>Overdetermination</i>)	A sobredeterminação ocorre quando os atores sociais são representados como participantes, ao mesmo tempo, em mais de uma prática social.
1.6.1.8.1	Inversão (<i>Inversion</i>)	A inversão é uma forma de sobredeterminação em que os atores sociais estão conectados a duas práticas que são, em certo sentido, opostas/antagônicas uma da outra.
1.6.1.8.1.1	Anacronismo (<i>Anachronism</i>)	Tipo de inversão em que os atores sociais são representados pela sua participação ou por estarem relacionados a datas ou períodos dispare (passados ou futuros). Nela os atores são representados a partir de momentos históricos deslocados de sua realidade atual

⁴⁶ Essa é a única forma de representação a qual optou-se por não realizar uma tradução para o português devido a amplitude de significados a qual pode assumir dentro da língua inglesa.

1.6.1.8.1.2	Desvio (<i>Deviation</i>)	Em caso de desvio, os atores são representados participando de uma prática na qual não deveriam estar envolvidos. Por esse motivo o desvio aglutina camadas (já que é uma forma de sobredeterminação), em alguma perspectiva, negativas aos atores sociais.
1.6.1.8.2	Simbolização (<i>Symbolization</i>)	A simbolização ocorre quando um ator social (ou grupo de atores) "fictício" - e aqui podemos entender como alguém ou um grupo que tenha um caráter mítico - , representa, também, outros atores ou grupos em práticas sociais não ficcionais. Nessa tese, a simbolização é interpretada produzindo uma representação que aglutina perspectivas positivas aos atores sociais.
1.6.1.8.3	Conotação (<i>Connotation</i>)	É articulada para produzir uma espécie de reminiscência sobre algo que seja comum àquela cultura/comunidade (de forma mais ampla do que a destilação, por exemplo)
1.6.1.8.4	Destilação (<i>Distillation</i>)	Serve para ligar atores sociais a práticas abstraído dessas qualidades que são projetadas no próprio ator social ou grupo de atores. Usar a palavra "profissional" para se referir a um grupo é um exemplo de destilação.
1.6.2	Indeterminação (<i>Indetermination</i>)	A indeterminação ocorre quando os atores sociais são representados como não especificados, como "anônimos", ou seja, eles estão no texto, o leitor pode interpretar isso, mas não há nada textual que os referencie.
1.6.3	Generalização (<i>Genericization</i>)	Atores sociais aparecem de forma genérica. Pode ser utilizada para legitimar um argumento por extensão ou por propagação de uma qualidade seja ela positiva, seja ela negativa.
1.6.4	Especificação (<i>Specification</i>)	O texto proverá informações mais específicas sobre o ator social.
1.6.4.1	Individualização (<i>Individualization</i>)	Os atores sociais podem ser referidos como indivíduos de forma atrelada a um determinado contexto/interesse. Por exemplo, jornais voltados para a classe média tendem a individualizar as pessoas da elite enquanto as "pessoas comuns" são apresentadas de forma genérica. Ao contrário acontece em jornais voltados para a classe trabalhadora que, nesse caso, geralmente apresentam as "pessoas comuns" de forma mais individualizada.
1.6.4.2	Assimilação (<i>Assimilation</i>)	Existem dois tipos principais de assimilação a agregação e a coletivização. A primeira quantifica grupos de participantes ("muitos", "poucos", 30%, ¼ deles e etc.) A última os trata como o coletivo de algo, por exemplo, a 'nação' brasileira, o 'povo brasileiro'. Ambas são geralmente usadas para

		produzir opiniões de consenso, embora isso seja, normalmente, apresentado no texto apenas como um registro de fatos.
1.7	Impessoalização (<i>Impersonalization</i>)	Atores sociais são representados por características, geralmente, não humanas.
1.7.1	Abstração (<i>Abstraction</i>)	Considerada, aqui, ⁴⁷ como um tipo de impessoalização que ocorre quando os atores sociais são representados não como uma pessoa, mas como um objeto, um substantivo etc. Um exemplo disso é se referir a um aluno indisciplinado chamando-o de “problema” (p. 46)
1.7.2	Objetivação (<i>Objectivation</i>)	Tipo de impessoalização em que os atores sociais são representados, por exemplo, em referência ao seu local de origem. Também pode ser instrumental quando eles são referidos em termos dos instrumentos que usam.

Fonte: elaborado com base em Van Leeuwen (2008)

A seguir serão detalhadas as formas de representação dos atores sociais que mais se destacaram na análise, quais sejam: ativação, passivação, desvio, simbolização, identificação física e *appraisalment*. Para tornar mais acessível a compreensão iniciarei a explicação a partir de categorias que as antecedem. Ou seja, para esclarecer sobre Ativação (1.1) e Passivação (1.2), inicio o texto explicando sobre Inclusão (1) e exclusão (0), para detalhar sobre Desvio (1.6.1.8.1.2) e Simbolização (1.6.1.8.2) inicio com Sobredeterminação (1.6.1.8), para desenvolver sobre Identificação (1.6.1.5.2) e *Appraisalment* (1.6.1.5.3) parto de Categorização (1.6.1.5) (cf. quadro 42).

4.3.1.1 Ativação (Activation) e Passivação (Passivation)

Como já sinalizado, na inclusão (1) os atores sociais aparecem descritos nos textos, já na exclusão (0) não há menção sobre eles.

Representações incluem ou excluem atores sociais para atender aos seus interesses e propósitos de legitimação em relação aos leitores aos quais se destinam.

Algumas exclusões podem ser "inocentes" e consideradas pelo enunciadores como mero detalhes que os leitores já devem saber. Já as inclusões podem estar intimamente ligadas às estratégias de propaganda política como, por exemplo, criar medo sobre determinadas populações (VAN LEEUWEN, 2008).

⁴⁷ Essa delimitação se dá devido a linha tênue que separa essa forma de representação entre arranjos pessoais ou impessoais (ver figura 41)

As inclusões de atores sociais podem ocorrer por *ativação* (1.1), quando assumem a posição de agente ou *passivação* (1.2), quando assumem a posição de paciente.

De modo geral, na inclusão o que importa inicialmente é quem é representado como “agente” (realiza a ação) e quem é representado como “paciente” (é o recebedor dela). Esta reflexão é importante, mas é preciso ter em mente que “não precisa haver uma real correspondência entre os papéis que os atores sociais desempenham nas práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são atribuídos nos textos” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 32). Ou seja, os textos podem atribuir papéis, justamente, como forma de legitimação daquilo que pretendem afirmar publicamente. Por exemplo, professores não precisam necessariamente falhar em sua ação profissional, como veremos nas análises, para que, textualmente, sejam representados a partir de um conjunto de falhas que lhes é imputada.

Identificar quem é o agente e quem é paciente na ação é importante, pois permite investigar quais opções são escolhidas, em quais contextos e por que essas escolhas deveriam ter sido feitas, quais interesses são atendidos e quais os objetivos alcançados ao representar os agentes de tal modo.

Enquanto na ativação os atores sociais são representados como ativos, forças dinâmicas em uma atividade, na passivação eles são representados como "submetidos" a uma atividade, ou como estando no lado receptor dela.

Atores sociais submetidos podem ser representados de várias formas inclusive através de sentimentos ocultos como, por exemplo, ressentimento. Por exemplo, na frase ‘imigrantes são acolhidos em troca de suas capacidades de trabalho’, os imigrantes são submetidos ao ressentimento que se mostra encoberto pela queixa de que são acolhidos porque geram força de trabalho de baixa remuneração (VAN LEEUWEN, 2008).

Também podem ser apassivados quando recebedores de uma atividade ou ação que os auxilia/beneficia. Por exemplo, na frase ‘A Austrália estava trazendo cerca de 70.000 migrantes por ano’ os 70.000 migrantes são passivos (beneficiados) porque são representados de uma forma em que estão sujeitos à ação de ‘trazer’ e a Austrália é o agente ativo que os “beneficia”, trazendo-os para seu país (mesmo que para trabalhos de baixa remuneração) (VAN LEEUWEN, 2008, p. 34)

4.3.1.2 Desvio (Deviation) e Simbolização (Symbolization)

Uma sobredeterminação (1.6.1.8) ocorre quando os atores sociais são representados como participantes, ao mesmo tempo, em mais de uma prática social. Para exemplificar sobre

isso Van Leeuwen (2008, p. 48) recorre a uma história holandesa em que um personagem encontra outro chamado de “soldado desconhecido” e leva-o até um local que se parece com uma escola e lá ocorrem eventos diversos. O importante a ser destacado nessa história é que ao adentrar nesse local o soldado desconhecido passa a simbolizar duplamente, ou seja, como um participante de duas práticas: a guerra e a escolaridade. Para explorar essa categoria o autor distingui quatro subcategorias de sobredeterminação, para fins dessa discussão interessa a sobredeterminação que ocorre por *simbolização* (1.6.1.8.2) e a sobredeterminação que se dá por inversão (1.6.1.8.1) e mais especificamente remete a *desvio* (1.6.1.8.1.2).

Iniciando pela *inversão*, essa é uma forma de sobredeterminação em que os atores sociais estão conectados a duas práticas que são, em certo sentido, opostas/antagônicas uma da outra. O desenho animado dos Flintstones é um exemplo disso, pois as atividades dos Flintstones são muito semelhantes às de uma família suburbana americana do século XX. Os próprios Flintstones aparecem sobredeterminados à medida que eles fazem coisas que as famílias do século XX fazem, mas aparecem como habitantes de cavernas pré-históricas. Esse exemplo particular de inversão é baseado em anacronismo. Nele atores sociais do passado são projetados no futuro e suas ações passam a ter uma semelhança notável com as práticas contemporâneas (VAN LEEUWEN, 2008).

O *desvio* é, como se adiantou, uma forma de inversão. Mas, nesse caso, os atores sociais envolvidos em determinadas atividades são representados por meio de referência a atores sociais que normalmente não seriam elegíveis para aquela prática. Como exemplifica Van Leeuwen (2008), nas histórias infantis sobre o primeiro dia na escola a referência às crianças pode ser substituída por referências aos animais. Esta sobredeterminação funde o que as crianças ‘podem’ fazer e o que os animais ‘podem’ fazer e assim faz com que a criança seja representada, ao mesmo tempo, como humana e animal.

O desvio está justamente na transgressão à regra. No exemplo citado antes os animais não podem ir para a escola e quando, em uma história de fantasia eles transgridem essa regra de elegibilidade e vão à escola devem, necessariamente, falhar. Os animais não podem ir à escola, pois a escolaridade é representada como aquilo que promove a transição de um estado animal (incivilizado) para um verdadeiro estado humano (civilizado). De maneira que, com a escolarização a criança passaria para um estágio superior, onde os animais não podem ir porque um animal, simplesmente, não consegue entender ou cumprir as regras impostas naquele local (VAN LEEUWEN, 2008). Nesse sentido, o desvio quase sempre serve a um propósito bastante específico de legitimação: o fracasso do ator social desviante, pois isso confirmaria as normas. À medida que o ator social desviante é representado falhando legitimam-se as convenções, os

códigos de conduta, os posicionamentos morais e valorativos, os preceitos adotados em determinada organização/instituição.

A *simbolização*, por sua vez, ocorre quando um ator social (ou grupo de atores) "fictício" - e aqui podemos entender como alguém ou um grupo que tenha um caráter mítico como a imagem do militar na sociedade brasileira, por exemplo - representa, também, outros atores ou grupos em práticas sociais não ficcionais.

Em Van Leeuwen (2008) esse ator "fictício", imaginado dentro de um quadro de idealizações, geralmente pertence a um passado mítico. Nessa tese admite-se que isso pode ser reinterpretado à medida que essa ideia de um pertencimento deslocado temporalmente, também pode significar um deslocamento dentro do próprio tecido social. Isso significa considerar que a divisão de 'mundos' que separa o mundo civil do mundo militar também é uma forma de distanciamento (ao qual o autor se refere), mas não necessariamente temporal e sim de localização/posição social. E, particularmente, porque a organização militar e o sujeito militar usufruem de uma posição diferenciada em relação a esfera civil no contexto brasileiro – que também é de caráter "mítico" – isso torna essa forma de representação passível de tal reinterpretação. De modo que essa distância, que em Van Leeuwen (2008) é temporal, e aqui é tratada como espacial em termos de pertencimento a um espaço social diferenciado, é aquilo que permite que os atores e as atividades nas quais eles se envolvam se refiram a vários outros atores e práticas ficcionais. Ou seja, eles assumem, nos textos, posições diversas das quais se originam.

Van Leeuwen (2008) recorre a Will Wright (1975) e seu estudo sobre o gênero de filmes de faroeste para explicar melhor essa forma de sobredeterminação. Em tal estudo os participantes e as ações dos filmes de faroeste mudaram no início 1960 em direção a um padrão que ele chama de "enredo profissional". A característica deste tipo de trama é a transição da individualização (o atirador solitário que chega na cidade em seu cavalo) para a coletivização, isto é, para uma equipe de homens tecnicamente competentes e altamente organizados que formam uma elite coesa com um forte código de solidariedade dentro de seu grupo. Wright mostra como esses "heróis profissionais" podem ser ligados a uma série de práticas sociais e a atores sociais envolvidos nelas: nos negócios o empresário individual abriu caminho para a 'equipe executiva', na ciência o gênio individual para o 'grupo de pesquisa', e assim por diante. Como os valores de tais grupos são tidos como muito semelhantes aos valores dos heróis dos filmes de faroeste, a narrativa que permeia essa representação remete à ideia de que o existe é uma 'sociedade fraca' para a qual esses 'heróis profissionais' são incumbidos de proteger (VAN LEEUWEN, 2008).

4.3.1.3 Identificação Física (Physical Identification) e Appraisalment

Os atores sociais também podem ser representados em termos de sua identidade única (como sexo, gênero, idade e etc.) e funções (como cargo, ocupação, profissão, incumbência) que compartilham com outros. Nesses casos é interessante investigar quais são os atores sociais, em um determinado discurso, categorizados quanto a suas identidades e/ou funções. O autor distingue três tipos de categorização (1.6.1.5): funcionalização, identificação e *appraisalment*. Nessa pesquisa as categorias de *identificação física* (1.6.1.5.2.3) e *appraisalment* (1.6.1.5.3) despontaram nos textos como as mais relevantes.

Iniciando pela *identificação física* ela representa os atores sociais em termos de aspectos físicos que os identificam de maneira única em determinado contexto. Pode ser realizada por substantivos denotando características físicas (“loira”, “ruiva”, “aleijado” e assim por diante) ou por adjetivos (“barbudo”, “alto”) que identifiquem aquela pessoa ou grupo, como na frase ‘Uma garotinha de rabo-de-cavalo longo e loiro veio e parou ao lado de Mary Kate’ ou ainda como em ‘O que você está fazendo aí? gritou o homem de bigode grande’. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 44)

A identificação física fornece aos atores sociais uma identidade e a faz por meio de detalhes que são textualmente salientados e que intencionam focalizar o leitor ou ouvinte em determinado aspecto físico. De modo geral, ela também apresentará características de sobredeterminação, pois atributos físicos tendem a ter conotações que podem ser usadas para categorizar certos atores sociais ou grupos através de sua característica física. O autor esclarece que “bigodes grandes”, como na frase citada antes, pode, por exemplo, ser usada (dentro de uma realidade germânica) para fazer referência aos bigodes de oficiais do exército prussiano o que servia para lhes dar uma imagem de disciplinados e rígidos, não apenas no exército, mas também em outros contextos.

A ‘fronteira entre identificação física e classificação é, portanto, longe de ser definida como óbvia’ [...] nem se “se limita a uma “aparente inocência ‘empírica’” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 45), cabendo ao analista identificar os elementos que se relacionam e se interseccionam com o uso de tal forma de identificação.

De modo geral, certas características físicas, servem para prover a determinado ator social uma certa imagem, como sendo ele um certo 'tipo' de pessoa. Logo, a identificação física fornece uma identidade enquanto um conjunto de características próprias e exclusivas como sujeitos ou grupos podem se diferenciar ou ser diferenciados de/por outros. Para que possamos

identificar isso nos textos é preciso observar as escolhas textuais que são feitas em relação a aparência, como por exemplo quais adjetivos físicos são atribuídos para, a partir disso, localizar os elementos que se relacionam e se interseccionam com uso de tal forma de identificação.

Não obstante, os atores sociais podem ser referidos em termos interpessoais, em vez de seus aspectos físicos, como o que ocorre por *appraisement*. Nesses casos são categorizados quanto aos termos que os avaliam explicita ou implicitamente, como bons ou maus, amados ou odiados, admirados ou compadecidos, comportados ou malcomportados, educados ou mal-educados, violentos ou ponderados e assim por diante. Isso é percebido nos textos, entre outras coisas, pelo conjunto de substantivos e/ou expressões que denotam tal avaliação. Sobre tal forma de representação, como o autor constatou em seus estudos, “há uma tendência de que as avaliações negativas sejam mais abundantes do que as positivas” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 45).

O modo de representação por *appraisement* também é usado para categorizar os indivíduos em diferentes segmentos. O autor fornece um exemplo sobre isso a partir do texto “Race Odyssey”, nele imigrantes, que representam “eles” (dentro de um ideário de nós *versus* eles) recebem muito mais atributos negativos do que os australianos (nós). Sendo que esse “nós” é categorizado, entre outras coisas, por uma (desejável) identidade nacional compartilhada. Nesse texto, acrescenta o autor, os imigrantes são classificados por proveniência, por etnia ou raça, com termos como “pele escura”, “negro” ou por sua capacidade econômica (“pobre”) bem como por sua religião (“muçulmano”) (VAN LEEUWEN, 2008).

4.4 COLETA E SELEÇÃO DOS DADOS

Nessa seção detalho os três tipos de fontes de onde foram coletados os dados que formaram a maior parte do *corpus*⁴⁸ de análise dessa pesquisa, quais sejam:

- i) textos oficiais produzidos e disseminados pelo governo através do seu Ministério da Educação como o manual das Escolas Cívico-Militares e os seminários sobre melhores práticas nas Ecim;
- ii) pronunciamentos/entrevistas de representantes diretamente ligados ao Pecim (e sobre o Pecim) sendo eles do então presidente da república Jair Messias Bolsonaro, do ex-ministro da educação responsável pela implementação do Programa,

⁴⁸ Para uma ilustração dos textos que compõem *corpus* ver anexo B.

Abraham Weintraub, do primeiro diretor nacional de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Aroldo Cursino e do, até então vigente, diretor Gilson de Oliveira e, ainda, iii) seis entrevistas realizadas com informantes.

A delimitação do *corpus* da pesquisa se deu à medida em que todos os textos analisados expressam sobre a mesma prática social ou parte dela. E, sobre isso esclarece Van Leeuwen (2008, p. 6) que mesmo que se trabalhe com textos genericamente diversos, para a constituição do *corpus* de pesquisa, é importante que eles se mostrem unidos "no sentido de que todos esses textos representam a mesma prática social ou algum aspecto dela".

Quanto aos textos oficiais produzidos e disseminados pelo governo foram priorizados aqueles provenientes do Ministério da Educação (MEC) em que se destacam a) o manual das Escolas Cívico-Militares e b) o 1º Seminário de boas práticas do PECIM. Para esse grupo o período de seleção e coleta foi feito com dois pontos de corte (conforme apêndice A). O primeiro, o qual gerou a maior parte do material, ocorreu até outubro de 2021 conforme cronograma previsto/aprovado no projeto de tese. Ainda assim, optou-se por realizar um segundo ponto de corte iniciado em janeiro de 2022 (e encerrado em março de 2022) visto que a partir dessa data surgiram as primeiras publicações produzidas pelo MEC sobre as ‘práticas adotadas’ nas Ecim. Essa inclusão justifica-se porque a representação dos atores sociais passa, também, pela forma como são descritos em suas práticas (VAN LEEUWEN, 1996, 2008).

Sobre o manual⁴⁹ das Escolas Cívico-Militares (1ª edição 2020) sua importância para a investigação justifica-se, pois trata-se do documento mais completo elaborado pelo Ministério da Educação (considerando-se o ponto de corte na coleta dos dados) abordando as diretrizes sobre a implantação e o funcionamento das Escolas Cívico-Militares (Ecim). Tal documento é composto por 324 páginas, e formado por 10 ‘livros’, cada um contendo informações sobre um tema específico conforme quadro 43. Nele (no quadro 43) se observará que o manual foi segmentado considerando o conteúdo de cada um desses ‘livros’, uma vez que cada um deles possui uma paginação própria. Para exemplificar: a mesma página 23 pode aparecer cinco vezes ao longo do Manual, logo, sem o descritivo de qual o ‘livro’ refere-se o observador não teria

⁴⁹ Na proposta teórica-metodológica de Van Leeuwen (2008) observamos os textos a partir de sua capacidade de não apenas se basear, mas de transformar práticas sociais. Ao que poderíamos nos perguntar como um manual, saturado de normas e regulamentos, poderia transformar práticas sociais no sentido de legitimar a militarização? Van Leeuwen (2008) traz um exemplo significativo sobre uma situação bastante próxima e usa como exemplo os relatórios meteorológicos. Segundo argumenta, mesmo que eles sejam ‘simples relatórios’, com informações sobre o clima, eles objetivam as práticas sociais daqueles que os produzem e tal fazer torna-se um conhecimento ampliado socialmente. Em última instância, isso expressa que um conhecimento técnico (consumido em forma de um ‘simples’ relatório), tem a capacidade de transformar, de alterar e de influenciar nossa forma de agir e de interagir no/sobre o mundo. Não obstante, como acrescenta o autor, “diferentes práticas sociais são ‘regulamentadas’ em diferentes graus e em maneiras diferentes, por exemplo, por meio de prescrições literais [...]” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 7).

como identificar com clareza o excerto que será utilizado para fins de ilustração ao longo das análises. Assim, por exemplo, o código M1 refere-se ao livro 1 do manual, sendo que M1, p.23 sinalizaria que se refere a página 23 do livro 1 do manual.

No que se diz respeito ao 1º Seminário de boas práticas, sua importância justifica-se, pois é o documento mais completo elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) abordando sobre práticas cotidianas nas Ecim (considerando-se o ponto de corte na coleta dos dados). Ele foi publicado em formato audiovisual por meio do canal de YouTube do Ministério da Educação e é composto por dois vídeos (primeiro e segundo dia do encontro) totalizando aproximadamente nove horas e vinte e cinco minutos de gravações.

Em relação a textos produzidos por representantes do governo diretamente ligados ao Pecim foram selecionados: a) três discursos proferidos pelo então presidente da república, uma vez que Bolsonaro corresponde ao líder político representante do populismo brasileiro (enquanto chefe do Executivo), além de ser o proeminente fomentador da militarização de escolas como uma política pública para educação; b) entrevista do YouTube com o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, responsável por criar e dar início à implementação do Programa e c) entrevistas do YouTube com os dois diretores nacionais de Políticas para Escolas Cívico-Militares sendo eles Aroldo Cursino, primeiro diretor nacional (exonerado em 28/08/2020) e Gilson de Oliveira, segundo diretor nacional.

Os discursos relativos ao então presidente da república foram resultado de um processo de filtragem através da expressão “cívico-militar” no site da presidência da república (<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos>) o qual gerou, até a data de corte, 6 resultados. Desse universo foram priorizados os conteúdos que melhor abordassem sobre: a concepção do Pecim enquanto plano de governo (lançamento oficial), sua materialização organizacional (inauguração de Ecim) e sua oficialização enquanto política pública (certificação de Ecim). Dois desses textos puderam ser complementados com transmissões oficiais derivadas da TV BrasilGov e site do MEC.

As entrevistas provenientes da plataforma mundial de compartilhamento de vídeos (YouTube) - que compõem as entrevistas com Abraham Weintraub, Aroldo Cursino e Gilson de Oliveira - foram selecionados à medida que atenderam três critérios centrais: i) importância (pertinência à questão norteadora dessa pesquisa e tema diretamente relacionado ao Pecim), ii) volume/capacidade informativa (entrevistas/falas com menos de 10 minutos foram descartadas) e iii) procedência (produzidos pelo próprio Governo Federal, por representantes do então governo ou por canais dos próprios autores).

Para as entrevistas com informantes, todas elas foram feitas por meio de vídeo conferência e foram elaboradas seguindo o modelo semiestruturado que, conforme Manzini (1991), focaliza-se em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais que são complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas da entrevista. Quanto aos partícipes de Ecims a sua seleção ocorreu via plataforma de mídia social, já com os três outros informantes ligados a Colégios Militares a seleção seguiu a estratégia de “bola de neve”, que consiste em escolher uma pessoa apropriada para o estudo na expectativa de que ela indique outras pessoas que tenham informações ricas sobre o tema (CRESWELL, 2014).

Os entrevistados provenientes de Ecim foram nomeados como ‘Professora’, ‘Pai de aluno’ e ‘Avó de aluna’, todos são provenientes do Estado do Rio grande do Sul e possuíam as respectivas idades e profissões: 43 anos, professora; 42 anos, cabeleireiro e 68 anos, (ex)conselheira tutelar. Já aqueles relacionados aos colégios militares foram nomeados como ‘pai de aluno’, ‘mãe de aluno’ e ‘ex-aluna’, provenientes do Estado do Rio grande do Sul (exceto o ‘pai de aluno’ procedente do Estado do Ceará) e possuíam as respectivas idades e profissões: 40 anos, advogado; 37 anos, psicóloga e 37 anos, nutricionista.

O quadro 43 resume o *corpus* dessa pesquisa e a codificação de cada um dos elementos que o compõem:

Quadro 43 - *Corpus* da Pesquisa

	CÓDIGO	CONTEÚDO	EXTENSÃO	DETALHES
Manual	M1	REGULAMENTO	75 págs.	Documento mais completo elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) abordando as diretrizes sobre a implantação e o funcionamento das Escolas Cívico-Militares (Ecim) as quais orientam todos os entes federativos aderentes. Disponível em: https://bit.ly/3sz8K32 Acesso em: ago. 2021
	M2	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	80 págs.	
	M3	PORJETO VALORES	23 págs.	
	M4	APOIO PEDAGÓGICO	14 págs.	
	M5	AVALIAÇÃO	13 págs.	
	M6	SUPERVISÃO	14 págs.	
	M7	GESTÃO	20 págs..	
	M8	CONDUTA E ATITUDES	30 págs.	
	M9	USO DE UNIFORMES	20 págs.	
	M10	CARTILHA PARA OS RESPONSÁVEIS	2 págs.	
Discursos	PR1L	DISCUSOS OFICIAIS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	49 min.	Jair Messias Bolsonaro é o representante do populismo de direita radical e principal fomentador da militarização de escolas como uma política pública para educação. <u>Lançamento</u> Oficial do Programa (PRIL), de 05 de setembro de 2019.

	PR2I		2 págs.	Disponível em: https://bit.ly/3qFcws9 Acesso em: ago. 2020 <u>Inauguração</u> da primeira Ecim na cidade do Rio de Janeiro/RJ (PR2I) de 14 de agosto de 2020. Disponível em: https://bit.ly/3MTsIV1 Acesso em: mar. 2021 - Complementada com vídeo Disponível em: https://bit.ly/36hpTHy Acesso em: mar. 2021
	PR3C		64 min.	<u>Certificação</u> de Ecim's (PR3C) de 24 de novembro de 2021. Disponível em: https://bit.ly/39ZQbQi Acesso em: nov. 2021. Complementada com vídeo Disponível em: https://bit.ly/3CMtppy Acesso em: nov. 2021
Entrevista	Min1	ENTREVISTA EX-MINISTRO (YOUTUBE)	16 min.	Ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, responsável por criar e efetivamente iniciar a implementação do Pecim. Disponível em: https://bit.ly/36I0F1N Acesso em: nov. 2021
Informantes	IT	PROFESSORA DE ECIM	38 min.	
	IF	PAI DE ALUNO DE ECIM	62 min.	IT – 43 anos/Professora
	IG	AVÓ DE ALUNA DE ECIM	52 min.	IF – 42 anos/Cabeleireiro
	IM	MÃE DE ALUNO DE CM	47 min.	IG – 68 anos/Ex-conselheira Tutelar
	IF2	PAI DE ALUNO DE CM	60 min.	IM – 37 anos/Psicóloga
	IExS	EX-ALUNA DE CM	43 min.	IF2 – 40 anos/Advogado IExS – 37 anos/Nutricionista
Entrevistas	Diret.Pecim1	AROLDO CURSINO (YOUTUBE)	27 min.	Primeiro diretor nacional de Políticas para Escolas Cívico-Militares (exonerado em 28/08/2020). Disponível em https://bit.ly/3L4eAkI Acesso em: nov. 2021
	Diret.Pecim2	GILSON DE OLIVEIRA (YOUTUBE)	58 min.	É o segundo diretor nacional de Políticas para Escolas Cívico-Militares Disponível em https://bit.ly/39HQVJF Acesso em: dez. 2021
Eventos	Semin1	1º SEMINÁRIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS DO PECIM - 1º DIA (YOUTUBE)	240 min.	Documento mais completo elaborado pelo Ministério da Educação abordando práticas cotidianas nas Ecim's. Disponível em https://bit.ly/3M8RFFY
	Semin2	1º SEMINÁRIO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS DO PECIM - 2º DIA (YOUTUBE)	300 min.	e https://bit.ly/3N5IPtZ Acesso em: fev. 2022

Fonte: elaborado pela autora (2023)

4.5 MÉTODO DE ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção esclareço os passos da análise os quais envolveram três fases complementares sendo elas: a identificação dos atores sociais centrais, observação das estratégias discursivas de legitimação e inter-relação entre referencial teórico e metodológico para posterior interpretação sobre os conteúdos identificados.

Como já explicitaram Chouliaraki e Fairclough (1999) a ACD, enquanto método, envolve tanto descrever quanto interpretar textos previamente selecionados.

A descrição inclui definir critérios para a seleção de textos exemplares, situação em que poderá ser preferível colecionar excertos mais curtos de variadas fontes para ilustrar os aspectos identificados na macroanálise (COELHO, 2019). Já a interpretação é um processo que engloba duas partes interligadas: a) a compreensão e a b) a explanação (entendendo-se a explanação um ato de explicar).

No que tange a compreensão, é preciso levar em conta que um texto pode ser compreendido de diferentes maneiras porque instâncias de semiose não determinam de maneira exclusiva um significado, embora haja um limite para o que um texto pode significar. Por assim dizer, compreensões diferentes de um mesmo texto resultam de diferentes combinações das propriedades do texto com posicionamento social, conhecimentos, experiências e crenças do/a intérprete. Nesse interim, a ACD não advoga uma compreensão particular e sim uma explanação particular na qual se re-descreve propriedades de um texto usando como base um arcabouço teórico particular.

Dessa forma, a explanação reside na interface entre os conceitos e o material empírico e pode ser vista como um processo de tradução em que a linguagem conceitual é usada para descrever um material empírico específico, no caso, textos. Ademais, embora a abordagem explanatória empreste cientificidade às análises, ela não as torna “objetivas”, uma vez que não é possível descrever simplesmente os dados sem a participação da subjetividade do analista. A própria pesquisa deriva necessariamente de motivações particulares, pois escolhemos, sempre, responder a determinadas questões sobre eventos sociais e não a outras questões possíveis (FAIRCLOUGH; CHOULIARAKI, 1999).

Dito isso, para preparar a análise foram realizadas as seguintes ações: transcrição de todos os textos que estavam em formato de vídeo para formato escrito, incorporação desses últimos aos demais conteúdos que já estavam, previamente, em formato escrito e, por fim,

padronização de todo o material em formato PDF e Word com o objetivo de facilitar a contagem e filtragem de termos específicos.

Na proposta de Van Leeuwen (2008, p. 31) para analisar as representações dos atores sociais primeiro é preciso criar “um denominador comum” para nos referirmos aos principais atores envolvidos em determinada prática social. Nessa pesquisa foram criados denominadores comuns nomeados como militares, alunos e professores.

Assim, na primeira fase tomou-se como base a pergunta: quem são os atores sociais que mais são citados nos textos? (VIEIRA; RESENDE, 2016). Nesse momento foi realizada a leitura do material e a marcação manual, através do uso de cores distintas, quanto aos diferentes grupos de atores sociais que surgiam. Foram identificadas nomenclaturas diferentes referindo-se aos mesmos atores sociais, por exemplo, alunos surgiram nomeados também como discentes, estudantes, escolares, educandos, alunato e turma; para fins de agregação todos esses termos que remetiam ao mesmo conteúdo foram categorizados como ‘alunos’. Militares surgiram nomeados também como policiais, monitores, oficiais, PM (Polícia Militar), brigadianos, corpo de bombeiros ou através da denominação da Força a qual pertenciam como Exército, Marinha e Aeronáutica ou mesmo através de sua patente militar com o cabo, soldado, capitão; para fins de agregação todos esses termos que remetiam ao mesmo conteúdo foram categorizados como ‘militares’. Os professores também receberam denominações variadas tais como docentes, educadores, pedagogos ou ainda como instrutor, titular (em relação a cátedra), mestre, corpo docente, corpo pedagógico e representante educacional e para fins de agregação todos esses termos que remetiam ao mesmo conteúdo foram categorizados como ‘professores’.

As categorias relativas aos pais e/ou responsáveis ou ainda em relação ao quadro técnico da escola tais como porteiros, merendeiras, secretários escolares, vigilantes, auxiliares de limpeza, bibliotecários entre outros não receberam expressiva menção em termos percentuais, dentro do *corpus* analisado, o que levou a priorizar esses três grupos centrais de atores sociais como os mais representativos e, nomeadamente, aqueles que receberiam uma análise mais aprofundada.

Na segunda fase foram, então, observadas as estratégias discursivas de legitimação tomando-se como base as categorias de análise propostas por Van Leeuwen (2008). A pergunta norteadora dessa fase foi: o que é dito, como é dito e por quem é dito? (VIEIRA; RESENDE, 2016). Nesse momento analisou-se, especificadamente, como os grupos de atores sociais previamente identificados como centrais foram representados quanto as suas ações, reações e práticas nas quais se envolviam (VAN LEEUWEN, 2008).

De modo geral, foram feitas as seguintes ações: criou-se uma tabela resumo de todas as formas de representação propostas por Van Leeuwen (2008) e tomando-se a mesma como elemento balizador o material foi, então, relido especificamente no que tange aos fragmentos textuais onde os atores centrais (alunos, professores e militares) haviam sido previamente sinalizados com cores distintas. Ao lado de cada fragmento foram adicionados códigos de identificação (ID) (conforme quadro 42).

Finalizadas essas marcações com os códigos ao lado dos fragmentos textuais, criou-se uma tabela com três colunas centrais (uma para alunos, uma para professores e outra para militares) e abaixo delas foram alocados em linhas distintas todos os fragmentos e as respectivas formas de representação que se referiam. A análise de cada fragmento textual levou à identificação de um conjunto variado de formas de representação. Contudo, determinadas formas se destacaram em termos numéricos (apareceram mais vezes), bem como por seu valor elucidativo quanto ao referencial teórico em relação ao populismo de direita brasileiro e ao discurso da militarização e seus conteúdos adjacentes.

Foi a partir desse levantamento que se chegou a constatação de que militares apareciam representados principalmente através de simbolização, alunos através de *appraisement* e avaliação física e professores através de ativação, passivação e desvio. Quanto as demais formas de representação identificadas, por terem uma baixa representatividade em termos quantitativos e qualitativos optou-se por abordá-las transversalmente.

Já na *terceira fase* os conteúdos textuais foram ‘traduzidos’ (momento de explanação) - através de um processo de interrelação entre i) os conteúdos identificados na representação dos atores sociais, ii) as estratégias discursivas de legitimação e iii) o referencial teórico sobre a ideologia populista e o discurso da militarização.

4.6 TRAJETÓRIA DE APROXIMAÇÃO E ABORDAGEM AO CAMPO

Nessa seção detalho quanto a trajetória da pesquisa que se iniciou com a análise de dados da mídia. Demonstro como essa primeira incursão metodológica se revelou pouco frutífera para responder à questão norteadora, pois a grande mídia se mostrou como um agente deslegitimador do Pecim enquanto o que se procurava eram elementos discursivos legitimadores. Assim, os passos seguintes se voltaram ao campo propriamente dito, através de ações junto as Escolas Cívico-Militares (Ecim) o que trouxe um dado novo: o campo mostrou-se fortemente fechado à interlocução, aspectos que remetem a um contexto de ocultamento mais amplo.

4.6.1 Coleta de dados públicos: uma mídia crítica ao Pecim

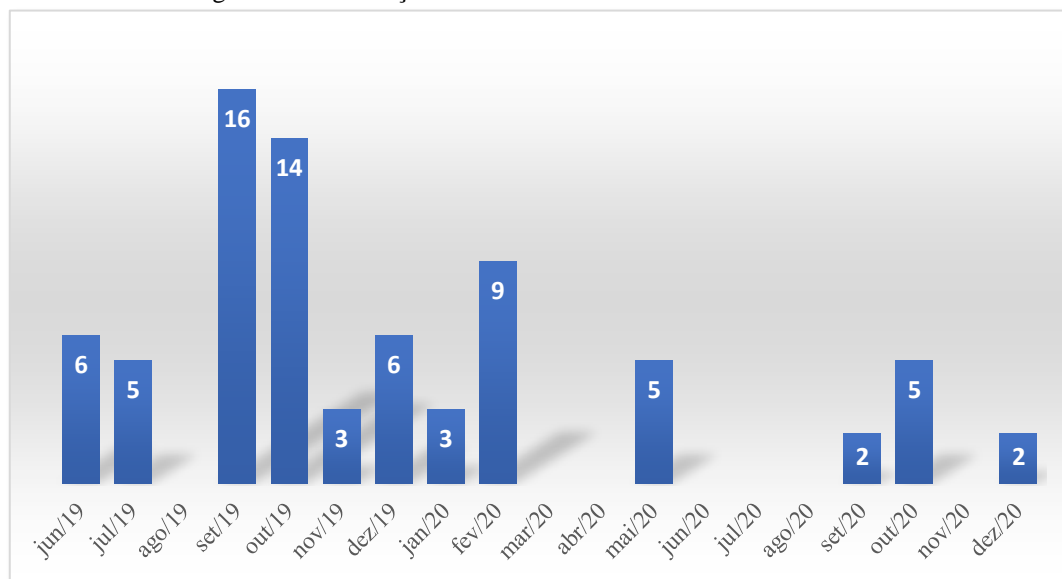
Como é comum em pesquisas que envolvem ACD, textos provenientes da mídia são os materiais de análise mais utilizados e isso se deve ao grande poder performativo que é atribuído às práticas de comunicação de massa (BATISTA; SATO; MELO, 2018). Entre elas o jornalismo desponta como um dos principais exemplos que, em suas várias formas (impresso digital, radiofônico, televisivo) e em suas inúmeras modalidades (cultural, esportivo, científico, investigativo entre outros) desempenha uma tarefa fundamental no agendamento social de temas que pautam a conversação cotidiana e estimulam o diálogo coletivo sobre assuntos das mais variadas ordens (FONTCUBERTA, 1993). De maneira que foi a mídia o primeiro extrato de produção de conteúdo no qual essa pesquisa se concentrou.

Após as análises se constatou - mesmo sendo o jornalismo fortemente ligado a produção de ideologia das classes dominantes (VAN DIJK, 1984) - que os meios de informação de massa apresentaram uma postura crítica e contrária ao Pecim e, portanto, deslegitimadora.

Para que se chegasse a essa conclusão observou-se (entre abril e junho de 2021), as matérias jornalísticas disponíveis através da ferramenta *PressReader* (<https://www.pressreader.com/>). O *PressReader* disponibiliza acesso a versões digitais de mais de 7.000 jornais e revistas de todo o mundo. Para delimitação dos textos foi aplicado o filtro com a expressão “Escolas Cívico-Militares”. O período selecionado, na ferramenta, para localização/catalogação de notícias abrangeu 15 meses no total, sendo ele de março de 2019 até maio de 2021.

Como já se comentou, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) foi lançado em 05 de setembro de 2019 e foi particularmente nesse mês (setembro/2019) que se verificou a maior incidência de reportagens. Foram 16 reportagens de 4 fontes diferentes, sendo elas: Folha de São Paulo, Estadão, Folha de Londrina e Correio. O mês subsequente, outubro de 2019, ainda repercutiu sobre o Pecim, sendo o segundo período de maior incidência de publicações na série, com 14 reportagens de sete fontes diferentes, sendo elas: O Dia, Metro, Folha de São Paulo, Folha de Londrina, Estadão, Correio e Agora. A figura 44 ilustra e resume o número de publicações por meses dentro do universo temporal selecionado.

Figura 44 - Publicações sobre as Escolas Cívico-Militares na mídia

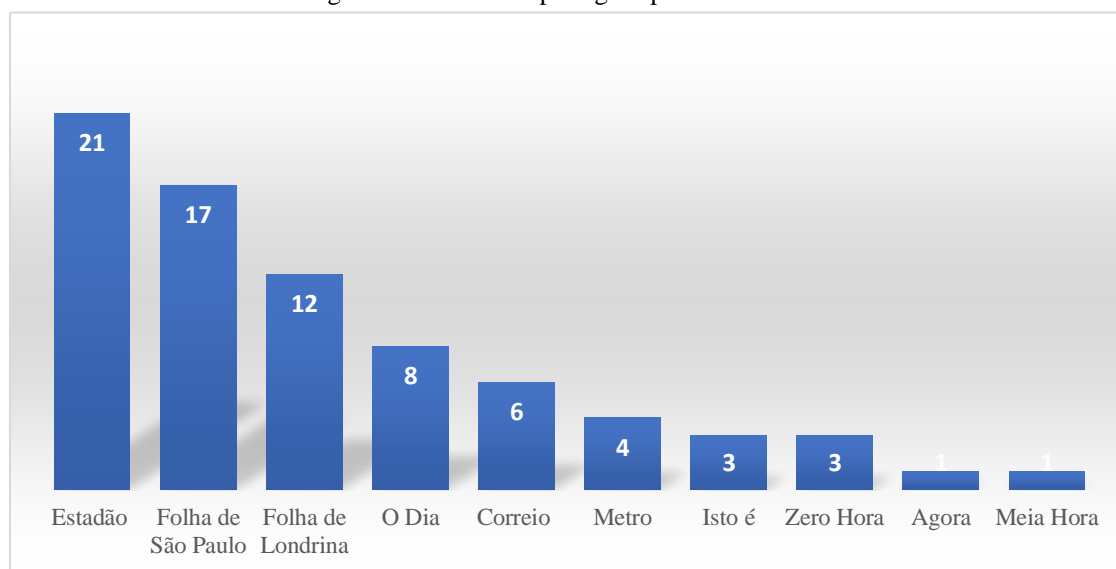


Fonte - Elaborado pela autora (2023)

Em linhas gerais a figura 43 mostra que, apesar do filtro ter sido aplicado com início em março de 2019, a primeira reportagem identificada no *PressReader* foi em junho, desse mesmo ano. Ademais, os picos de reportagens ocorreram respectivamente em setembro e outubro de 2019 e em fevereiro de 2020 momento em que o governo federal divulgou a lista com mais de cinquenta escolas pré-aprovadas para aderirem ao Pecim. Os tópicos das reportagens no período analisado variaram em temáticas, mas em nenhum momento mostraram sobre concordância ou mesmo apoio ao Pecim. No total, foram identificadas 76 reportagens contendo a expressão utilizada como filtro ao longo da série.

Conforme os dados, as principais fontes da mídia que publicaram a respeito das Escolas Cívico-Militares foram o Estadão com 21 reportagens no total, Folha de São Paulo com 17 reportagens no total, Folha de Londrina com 12 seguidos de O Dia (8), Correio (6), Metro (4), Isto É (3), Zero hora (3), Meio Hora e Agora e com 1 reportagem cada. A figura 45 ilustra o número de reportagens e o meio de comunicação responsável pela publicação.

Figura 45 - Total de reportagens por fonte de mídia



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Considerando o impacto, a abrangência e o volume de reportagens vinculadas optou-se em observar mais a fundo as reportagens de duas fontes de mídia sendo elas a Folha de São Paulo e Estadão. Foram, então, lidas as 38 reportagens desses dois veículos de mídia. Isso possibilitou que se confirmasse que as reportagens remetiam direta ou indiretamente a críticas sobre o Programa.

O quadro 46 apresenta alguns dos períodos mais representativos em volume de reportagens e os principais conteúdos abordados em cada um deles.

Quadro 46 - Reportagens da mídia e os principais conteúdos abordados

Períodos e temáticas em destaque	Exemplos de manchetes
<p>De fevereiro a junho de 2019 Surgem os primeiros questionamentos sobre o programa. Eles reportam sobre a falta de informações claras e públicas sobre o Pecim e antecipam as críticas aos militares atuando em escolas civis.</p>	<p>- O que foi apresentado ainda deixa a desejar (ESTADÃO, 2019)</p> <p>- Bolsonaro autoriza PM da ativa em escola militar (FOLHA de SP, 2019)</p>
<p>Setembro 2019 (é lançado o programa) A posição crítica sobre as Ecim se intensifica, expressões como ‘gestão autoritária’ e viés (ideológico) entram nas manchetes.</p>	<p>- Fetiche educacional (FOLHA de SP, 2019)</p> <p>- Escolas militares: erro, viés ou o quê? (FOLHA de SP, 2019)</p> <p>- MPF [Ministério Público Federal] vê gestão autoritária (ESTADÃO, 2019)</p>
<p>Outubro 2019</p>	<p>- Presidente resiste a incluir SP em programa de escolas militares (FOLHA de SP, 2019)</p>

A rixa entre Dória (governador de São Paulo) e Bolsonaro e os locais que iriam (ou não) aderir ao programa concentram o debate.	- Dória quer as escolas Cívico militares em SP (FOLHA de SP, 2019)
Novembro de 2019 A questão dos benefícios aos militares em relação a militarização ganha dados mais apurados por parte da mídia.	- Mais da metade do orçamento de escolas militares vai pagar oficiais da reserva (FOLHA de SP, 2019)
Dezembro 2019 a fevereiro 2020 As formas de ação e condução da militarização nas escolas são questionadas. Em pauta a questão das restrições aplicadas aos/as alunos/as e a falta de transparência no processo de adesão das escolas.	- Escola entra em programa do MEC sem consulta prévia (ESTADÃO, 2019). - MEC exige cabelo preso em escola cívico-militar (ESTADÃO, 2019) - Escolas iniciam ano letivo sem militares (ESTADÃO, 2019)
Setembro de 2020 As críticas em relação aos recursos migram seu foco dos militares para a falta de investimentos públicos na educação.	Corte de verba ameaça parar 29 institutos federais, diz MEC (ESTADÃO, 2020)
Agosto de 2021 Considerações sobre o viés moralizante do programa agora se colocam sobre seus conteúdos educativos.	- A promessa da Moral e Cívica e das escolas militares (ESTADÃO, 2020)
Outubro de 2021 O aspecto político do programa é tratado com mais ênfase.	- Restrito, programa é "vitrine" para eleição, dizem especialistas (ESTADÃO, 2021)

Fonte: elaborado pela autora (2023)

A apresentação desses dados é oportuna, pois mostra sobre as rearticulações em relação ao campo. Ao passo que, com base nessas descobertas a próxima decisão de cunho metodológico foi, então, empenhar-se no contato direto com partícipes do Pecim, conteúdo que será melhor explicitado a partir de agora.

4.6.2 A busca por participantes: um campo fechado

Durante a fase de coleta de dados em campo o Brasil vivenciava uma pandemia mundial de Covid-19 e as escolas da rede pública que seriam investigadas, conforme o projeto da pesquisa, estavam fechadas no que tange às aulas presenciais. A alternativa que se mostrou viável foi, então, buscar contato com diferentes Ecim através de ligações telefônicas, porém tal empreendimento não surtiu o efeito esperado. As oitenta e uma ligações que foram feitas no período de quatro meses (de julho a outubro de 2021), em dias e horários diferentes, acabaram não resultando em uma possibilidade de interlocução efetiva com responsáveis pelas escolas.

Alguns fatores apontam para isso. Primeiro, como mencionado, as Ecim estavam com suas operações ocorrendo de forma anômala e isso acabou por desmobilizar a presença *in loco* de professores, direção e demais integrantes dos quadros técnicos para atender ou até mesmo

retornar as chamadas telefônicas. Segundo, quando o contato telefônico foi possível, à medida que era informado que se tratava de uma pesquisa oriunda de uma Universidade Federal, o retorno recebido era de que não estavam autorizados a dar entrevistas.

Diante disso, uma nova estratégia foi colocada em curso durante mais quatro meses (novembro de 2021 a fevereiro de 2022). Iniciou-se uma busca nas mídias sociais através do Facebook onde encontravam-se mais páginas de Ecim (do que no Instagram, por exemplo). A partir dessas páginas, identificou-se todas as pessoas que haviam dado *like* nas postagens divulgadas pelas escolas tomando-se como base as postagens mais recentes até as mais antigas. Através desses *likes* chegou-se a páginas pessoais⁵⁰ e, por esse meio, foram enviadas o total de 238 mensagens personalizadas pelo canal de comunicação do Facebook (Messenger). Nessas mensagens havia a identificação de que se tratava de uma pesquisa sobre o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) e um convite para uma entrevista.

Dentro do universo de mensagens enviadas, foram obtidas apenas oito respostas de pessoas interessadas em fornecer informações. Contudo, nem todos os agendamentos acabaram se concretizando e em alguns casos a pesquisadora teve seu acesso bloqueado nas mídias sociais à medida que algum tipo de insistência ou novo convite era feito. No âmbito geral três entrevistas foram concretizadas com informantes de Escolas Cívico-Militares. Frente a isso, optou-se por adicionar a esse quadro, e em mesma quantidade, outras três entrevistas com atores sociais provenientes de colégios militares. Membros diretos ou indiretos de colégios militares surgiram, nesse sentido, como uma saída possível frente as limitações comentadas antes, ademais, sua escolha se baseou no fato de que o Pecim toma como “referência” (BRASIL, 2020c) tais unidades de ensino, além de seus conteúdos mostrarem-se unidos em torno na mesma prática social (escolarização em um contexto militarizado).

Esses relatos mostram sobre as dificuldades e também os caminhos criativos que precisam ser tomados durante o processo de investigação, mas não só. Essas são informações que surgem como um dado da própria pesquisa, pois revelam pormenores que envolvem o Programa quanto ao seu fechamento à interlocução com determinados segmentos da sociedade. Não é a proposta dessa seção tecer análises pormenorizadas sobre isso, mas é importante contextualizar, aos menos, sobre duas perspectivas: uma social e outra política.

⁵⁰ Ao acessar o perfil dos/as possíveis interlocutores/as foi possível observar que muitas páginas pessoais faziam referências positivas e/ou apologéticas ao governo. Para evitar negativas prévias aos convites para entrevistas, visto que minha página poderia ser acessada para maiores informações, optei por alterar as configurações e privacidade para evitar que publicações pessoais pudessem ser vistas. Situação que mostra sobre a polarização vivenciada durante do governo Bolsonaro que, não invariavelmente, produzia uma dificuldade de interlocução entre sujeitos de posicionamentos políticos divergentes.

No âmbito social, o fechamento das escolas em virtude da pandemia de Covid-19 fez com que o Programa não entrasse em vigor conforme previsto, isto é, sem a atuação presencial de militares na maioria das escolas. Isso, por sua vez, fez com que a produção de conteúdo em relação à militarização fosse debilitada. Assim, à medida que pais, professores e técnicos eram convidados para falar sobre o Pecim eles não se sentiam mobilizados, pois lhes faltavam-lhes dados ‘empíricos’ para ser relatados.

No âmbito político, é preciso levar em conta que as Escolas Cívico-Militares são parte de um Programa criado e promovido por um governo de direita radicalizado e apoiadores de propostas e projetos desse tipo costumam apresentar um posicionamento anti-intelectual e negacionista quanto a ciência (NOBRE, 2020). No governo de Bolsonaro isso incluiu, mais de uma vez, ataques diretos as universidades públicas. Esse antagonismo está presente, de certa forma, nas negativas por parte dos responsáveis pelas escolas ao afirmar que não participariam da pesquisa. Ao que se pese, em duas dessas recusas, foi explicitado que a escola não participava de pesquisas “com” universidades federais.

Todavia, o ocultamento sobre o Pecim extrapola as unidades educacionais e está presente também nas ações do próprio governo o que, de certa forma, reforça ou mesmo valida a posição adotada pelas unidades quando procuradas.

Sobre isso, o quadro 47 retoma e apresenta de forma pormenorizada as informações que somente foram tornadas públicas mediante ações movidas por meio da Lei nº 14.345, a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Quadro 47 - Dados do Pecim obtidos via LAI

INFORMAÇÃO SOLICITADA	SOLICITANTE	FORMA DE REQUISIÇÃO E DATA DA SOLICITAÇÃO	RESULTADO
Manual das Escolas Cívico-Militares	Agencia Fiquem Sabendo (FIQUEM SABENDO, 2020)	Lei de Acesso à Informação (LAI) 13/10/2020	Somente em 3/02/2020 foi disponibilizado o documento completo de modo digital, antes disso ele estava sendo distribuído exclusivamente para escolas e secretarias de educação interessadas em aderir ao Pecim.
Quem são e quanto recebem os servidores militares que atuam nas Ecim	Agencia Fiquem Sabendo (FIQUEM SABENDO, 2021)	Lei de Acesso à Informação (LAI) 2/10/2020	Três meses depois, em janeiro de 2021, após o deferimento de recursos para não tornar os dados integralmente públicos o Exército, então, enviou uma planilha com os valores relativo aos seus militares. A aeronáutica

			enviou os currículos dos militares sem os valores por eles recebidos.
Desempenho e atividades das Escolas Cívico-Militares	Agencia Fiquem Sabendo (FIQUEM SABENDO, 2022)	Lei de Acesso à Informação (LAI) 06/06/2022	No final desse mesmo mês tal agência obteve as informações sobre a metodologia de certificação do Pecim, bem como acesso ao 'Relatório sintetizado dos primeiros resultados'. Somente após isso essas informações se tornaram públicas no site do Observatório Social do Pecim (2022) de responsabilidade do MEC/CGEE.
Valores pagos aos militares atuantes nas Ecim	Jornal Estadão (MARQUES, 2021)	Lei de Acesso à Informação (LAI) 09/022	Depois de um mês do pedido via LAI, confirmou-se que os militares da Marinha e Aeronáutica receberam de bônus, em média, R\$ 4.130. Patentes mais altas, como as de coronel e capitão chegaram a R\$ 7 mil. O exército, dessa vez, não informou os dados.

Fonte: elaborado pela autora (2023)



CAPÍTULO 5 ACHADOS DA PESQUISA

5 MODOS DE REPRESENTAÇÃO

Esse capítulo dedica-se à análise dos textos que compõe o *corpus*. Nele destacam-se algumas formas de representação dentro da complexa rede proposta por Van Leeuwen (2008). A escolha por priorizar algumas formas em detrimento de outras traduz os achados em relação tanto a sua representatividade, quanto a capacidade de responder à questão norteadora dessa pesquisa.

Como já explicitado, as formas de representação centrais que mais se destacaram nas análises foram: para os alunos a avaliação física e *appraisement*; para os professores ativação, passivação e desvio e para os militares simbolização. Todavia, à medida que elas se mostrarem interseccionadas com outras (secundárias) e dado que seu conteúdo seja relevante à elucidação de elementos particulares da análise essas últimas serão apresentadas no texto com seu código identificar ao lado (cf. quadro 42). Além disso, cada fragmento textual utilizado para ilustrar os achados da pesquisa foi identificado com seu código de referência em relação ao *corpus* (quadro 43).

Priorizou-se por trazer, além de exemplos de fragmentos textuais que ilustrem sobre os achados, elementos visuais (imagens). Ambos, serão apresentados de forma integrada para que o argumento possa seguir uma sequência explicativa evitando-se, assim, um posterior retorno a conteúdos já abordados caso a análise fosse fragmentada entre textos escritos e imagens.

5.1 REPRESENTAÇÃO DOS ALUNOS

As análises revelam uma identidade primária compartilhada por esses atores sociais (1.6.1.5.2.1), qual seja, eles são parte de um segmento pauperizado da população brasileira. Isso fica evidente, por exemplo, no argumento que o Pecim tem como foco populações localizadas nas “periferias de nossas cidades” (Semin1), também quando o “público-alvo” do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é definido como aqueles que vivem em situação de “vulnerabilidade social” (M2, p. 9), assim como está no relato a seguir:

PR3C (grifos meus) – [...] E tive numa das escolas do Amazonas e, deixo bem claro, um local humilde, tido como uma área de risco, um bairro bastante pobre, mas aquela escola [referindo-se a escolas militarizadas] chegou naquele local, no meu entender, de forma bastante estudada por governos anteriores [antes do Pecim ser lançado].

Em relação ao texto acima, o então presidente se refere as escolas já militarizadas em regiões pobres do país para justificar o Programa. Aquilo que Bolsonaro chama de uma forma "bastante estudada" trata-se de uma ‘autonominação do enunciado’, um recurso discursivo utilizado para produzir uma espécie de impessoalização (1.7) com o afastamento do enunciador

daquilo que ele afirma (VAN LEEUWEN, 2008). Em linhas gerais, o que não é informado pelo emissor é quem é ou qual instituição teria feito tal estudo que justificasse a militarização em áreas que têm como característica ser “bastante pobre”.

Um elemento de destaque nesse argumento é que ele revela um tipo de estratégia aplicada e pensada para essa população a qual poderia ser alcançada pela militarização. Quanto a isso o fragmento a seguir, proferido também pelo então presidente brasileiro, durante a inauguração da primeira Ecim no estado do Rio de Janeiro, esclarece que tal estratégia trata-se do fornecimento daquilo que chama de “devido conhecimento”:

PR2I (grifos meus) - E uma maneira de nós mostrarmos, [que] queremos realmente resgatar o pobre, que não é através de projeto social, que em grande parte não resgata, é dando o devido conhecimento. Então, essa escola é um marco.

O texto acima ilustra quanto à oposição de governos populistas de direita em relação a programas sociais e de distribuição de renda (MOUFFE, 2020). Em particular, ele sugere que o resgate de um lugar de pobreza deveria ser abordado dando às populações pobres “o devido conhecimento”. No Pecim, em essência, isso significa ensinar (adestrar) essa parcela da população sobre uma forma (entendida como) correta se se parecer, se de vestir, de se mostrar publicamente.

5.1.1 Identificação Física

O fragmento textual a seguir ilustra como esse tipo de articulação, comentado acima, é articulada discursivamente no contexto do Pecim. Nele é possível observar uma comparação⁵¹ entre estudantes de escolas já militarizadas com os de outras escolas (não militarizadas). Essa comparação foca-se na fisionomia dos estudantes (militarizados) os quais teriam uma apresentação física e visual superior (na percepção do enunciador):

PR1L (grifos meus). Eu vejo aqui à minha esquerda a garotada da Escola Estadual da Polícia Militar de Goiás, lá de Anápolis. Me desculpem, quando se olha para o semblante deles e olha para o semblante de garotada em outras escolas a gente nota uma diferença [...] É um semblante diferente.

Aquilo que o autor, no texto acima, chama de “semblante (diferente)” é uma forma de sobredeterminação por destilação (1.6.1.8.4) que abstrai certas qualidades as quais são projetadas para os estudantes (já militarizados) de forma geral. Isso ilustra quanto a construção de um argumento, evidente nos dados analisados, de que a militarização seria capaz de produzir uma diferença qualitativa em termos de representação física à população a qual é aplicada.

⁵¹ A comparação normalmente ocorre quando algo ou alguém é articulado nos textos para produzir legitimidade ou deslegitimidade ao conteúdo da narrativa do enunciador (VAN LEEUWEN, 2008).

Sobre esse mesmo aspecto, a fala do ex-ministro da educação também é ilustrativa:

Min1 (grifos meus) - As Escolas Cívico-Militares se você nunca entrou numa você fica encantado a hora que você entra numa, é maravilhoso, as crianças todas arrumadinhas, as meninas de cabelo preso, o pessoal [...] fica todo mundo arrumadinho, com uniforme, não tem balbúrdia, não tem pichação na escola, não tem depreação [...] a única coisa que você vê que chama a atenção é um monte de risco preto, risco preto no chão e no rodapé, mas por que? Por que que está com tanto risco, tudo riscado? Porque as crianças são obrigadas a chegar com sapatinho engraxado, e aí que suja.

Nela, o ex-ministro da educação destaca um tipo de encantamento que poderia ser percebido em um ambiente característico de uma Escola Cívico-Militar, ferindo-se a modelos escolares criados antes das Ecim, em Goiás (cf. capítulo 2)

O estado de maravilhamento ao qual se refere o enunciador é diretamente relacionado à apresentação física dos alunos. De modo que o fato de estarem as crianças “arrumadinhas”, com uma boa apresentação pessoal (exemplificada a partir do cabelo preso das meninas e o uso de uniformes) é utilizado como fator legitimador para as Escolas Cívico-Militares.

Chama atenção, também, a construção de uma narrativa que relaciona uma apresentação física ideal (na percepção do enunciador) com uma pressuposta inexistência de distúrbios ou desordem (“balbúrdia”). Incutido nisso está a premissa de que pessoas bem vestidas, bem arrumadas, teriam um comportamento apropriado e mais ajustado ao convívio social.

A apresentação física surge, nesse sentido, como um elemento que faz conotar (1.6.1.8.3) um ‘estado de ordem’, derivada de uma espécie de reminiscência comum àquele grupo militarizado. Ao passo que, dentro de uma visão simplista, a própria melhoria na aparência dos sujeitos seria capaz de impedir condutas inapropriadas.

Esse tipo de conexão se mostrou presente de diferentes formas nos textos sendo que a fala de um pai de aluno de colégio militar também expõe sobre isso ao estabelecer uma relação entre asseio e limpeza com “comportamento adequado”:

IF2 (grifos meus) - comportamento e apresentação andam juntos, porque você estar com a farda bem arrumada, sapato limpo, fivela limpa, cabelo cortado, etc. mostra que você tem um comportamento adequado.

De modo geral, a preocupação com elementos de exterioridade/aparência é bastante evidenciada no manual das Escolas Cívico-Militares. Surge, por exemplo, através do uso do termo “apresentação pessoal”, citado trinta e sete vezes.

Nesse mesmo documento oficial destaca-se um capítulo chamado “Dos deveres e dos direitos dos alunos” em que um dos “deveres” dos alunos é, precisamente, “empenhar-se em práticas sadias de higiene individual e coletiva, zelando por sua boa apresentação pessoal” (M1, p.56).

A partir desses elementos pretende-se destacar que ocluso ou mesmo evidente no *corpus* está a seguinte premissa: a população pobre não possui uma boa aparência (“semblante”), logo a militarização surge como instrumento saneador e, também, de ‘apagamento’ da pobreza. Mas como a militarização articula discursiva e materialmente uma ‘solução’ para isso? A resposta, no contexto do Pecim, está na uniformização.

Todavia, a uniformização significa muito mais do que o uso de uniformes, ela se propõe a criar um tipo de diferenciação (1.6.1.3). Isso porque envolve não apenas a vestimenta, mas também diretrizes mais amplas que dizem respeito ao corte de cabelo (dos meninos), como devem ser os penteados (das meninas), normas detalhadas sobre pelos corporais (como barba e sobrancelhas), tipo de adereços permitidos, ou seja, sobre toda uma estética corporal própria. O texto a seguir ilustra como isso aparece no manual das Escolas Cívico-Militares:

M9, p. 18 (grifos meus)[...] quanto à apresentação pessoal, a escola deverá seguir alguns critérios que garantam a uniformidade [...] 1. PARA O SEGMENTO MASCULINO: Considerando que o uniforme prevê o uso da cobertura (boina), o cabelo deverá ser cortado de modo a manter nítidos os contornos junto às orelhas e o pescoço, de forma a facilitar a utilização da cobertura e harmonizar a apresentação pessoal. O aluno deve se apresentar bem barbeado, com cabelos e sobrancelhas na tonalidade natural e sem adereços, quando uniformizados. 2. PARA O SEGMENTO FEMININO: 2.1 CABELO: [...] O cabelo deve ser cuidadosamente arrumado, a fim de possibilitar o uso correto da boina e a manutenção da estética e da harmonia na apresentação pessoal da aluna. [...] Os penteados devem ser “rabo de cavalo” na parte superior da cabeça ou trança simples. Devem ser mantidos penteados e bem apresentados. 2.2 ADEREÇOS: Quando uniformizadas, as alunas poderão usar apenas adereços (relógio, pulseiras, brincos) discretos.

Não obstante, a uniformização recebe uma seção exclusiva chamada de ‘Normas de Uso de Uniformes e de Apresentação Pessoal dos Alunos’ (M9). Ela é relevante em termos de volume e abrangência à medida que ocupa a quinta posição em volume de páginas (16 páginas sobre o assunto) dentro de um espectro de 10 textos (totais) que compõe o manual. Já em seu início lê-se:

M9, p. 4 (grifos meus) - A apresentação pessoal e os uniformes são aspectos considerados de grande importância dentro da Ecim, pois trazem consigo ensinamentos que tentamos transmitir aos nossos alunos, como o cuidado com a higiene, a boa aparência, a sociabilidade, a postura, entre outros. Constituem-se como fatores primordiais na apresentação pessoal do aluno o uso correto do uniforme; o zelo e o capricho com cada uma de suas peças; a limpeza e o asseio pessoal. Portanto, é fundamental a correção na apresentação individual e coletiva de todo o efetivo de alunos das Ecim, em qualquer situação.

Como se observa no texto acima, uma boa apresentação pessoal, que por sua vez dependeria do “uso correto do uniforme”, tem para o Pecim uma grande importância porque evidencia que os alunos pertencentes a essas escolas - e não de outras (o que aparece através de possessivação [1.5] expressa no pronome "nossos") - saberiam cuidar da sua “higiene” e seriam, portanto limpos, saberiam cuidar da sua boa aparência e seriam, portanto bem arrumados. A

partir disso, como já se comentou, destilar-se-iam outras qualidades que mostrariam que esses alunos têm uma “postura” e uma forma de “sociabilidade” adequada (a partir da ótica da militarização).

Mas, isso também ocorre por meio de um processo de objetivação (1.7.2) instrumental no qual o ‘instrumento’ uniforme é utilizado para representar o próprio aluno. De modo que, quando o texto acima fala sobre zelo, capricho, limpeza em relação ao uniforme, ele também está se referindo, implicitamente, a um aluno limpo, zeloso e caprichoso.

A referência aos uniformes e seus significados não fica restrita a uma seção particular. Já no início do manual do Pecim observa-se uma subseção intitulada ‘Dos Uniformes’ sobre o que se lê:

M1, p. 50 (grifos meus) - Art. 197. É fundamental a correção na apresentação individual e coletiva de todo o efetivo das Ecim, em qualquer que seja a situação. Os Monitores devem orientar os alunos quanto à limpeza e à conservação dos uniformes, bem como à sua boa apresentação pessoal. Art. 198. Todos os profissionais da Ecim deverão corrigir desvios no uso dos uniformes pelos alunos [...] Deve ser estimulado no aluno o sentimento de orgulho em usar o uniforme, levando-o a compreender que ele é o principal divulgador da imagem da Ecim.

O escrito acima explicita que tal apresentação se aplica em qualquer situação o que significa que o regramento para o uso dos uniformes é válido não apenas no interior da escola, mas também fora dela. Ademais, a importância do uniforme é enfatizada pelo fato de que todos os profissionais da escola são responsáveis por corrigir desvios no uso dos mesmos, apesar dessa fiscalização ser uma tarefa de responsabilidade dos militares (“monitores”). Ainda, na parte final desse texto, observa-se que deve ser estimulado no aluno um sentimento de orgulho em usar uniforme, pois esse seria o principal instrumento divulgador da imagem da Ecim.

Isso mostra, adicionalmente, sobre uma forma de sobredeterminação (1.6.1.8) em que se intenciona utilizar a imagem dos alunos militarizados como meio de propaganda do Programa. De modo que, através da exibição de seus uniformes, limpos e conservados (cf. M1), os alunos passam, também, a comunicar sobre o Pecim e, ao fim e ao cabo, convencer uma audiência que está fora da escola. Sob essa perspectiva aquilo que é descrito no texto acima como um “sentimento de orgulho” não significa, necessariamente, um tipo de envahecimento pessoal, mas uma posição como propagador de um modelo de educação, de escola.

Ainda reforçando a importância dos uniformes, uma situação observada nos dados chamou a atenção. Durante o 1º seminário nacional de boas práticas do Pecim foi possível constatar que, mesmo as aulas presenciais estando suspensas durante a pandemia de Covid-19, algumas comunidades escolares foram chamadas para participar presencialmente da entrega

dessas vestimentas conforme ilustra a figura 48. O que mostra sobre o valor dado ao processo de uniformização na estruturação do discurso da militarização.

Figura 48 - Entrega de uniformes durante a pandemia de covid-19



Fonte: Semin1

Cabe destacar que os uniformes não são aqueles utilizados pelas escolas públicas tradicionais, eles são inspirados na indumentária militar. Contêm, por exemplo, elementos que fazem alusão as formas de nomeação (1.6.1.6) utilizadas em uniformes militares ao se utilizarem de recursos tais como “tarjeta em tecido bordado” que servirá para identificação do aluno com a inscrição “AL” seguida do nome do mesmo, como se vê na figura 49.

Figura 49 - Uniformes de inspiração militar



Fonte: M9, p. 9

Mas os uniformes, dentro do discurso da militarização, não servem apenas para que todos se pareçam e fiquem iguais, eles também servem para produzir diferenças (1.6.1.3)

explícitas entre os sujeitos. Sob essa perspectiva os uniformes despontam como recurso para diferenciação de hierarquias e indo além: os uniformes também são empregados como mecanismos bastante operacionais para se ‘treinar sobre’ hierarquia.

Todavia, quando a hierarquia é operacionalizada sob uma ótica militarista, a qual deforma valores centrais dentro do *ethos* militar (BOER, 1980), ela deixa de produzir agentes detentores de uma posição elevada no grupo e capazes de prover suporte ou apoio aos seus subalternos para, então, produzir agentes denunciadores e delatores de práticas entendidas como desviantes.

Para ilustrar esse ponto, notemos que o Programa prevê a implementação do “aluno chefe de turma” o qual tem entre suas “atribuições” “informar aos monitores [militares]” sobre seus colegas que estejam faltando as aulas ou sobre “quaisquer ocorrências com o material da sala de aula”, controlar o tempo de aula do professor e manter a turma disciplinada na ausência desse último (M1, p. 55, grifos meus).

O Seminário do Pecim (Semin2) revelou como isso é implementado nas escolas que passam a ser militarizadas. Sobre isso explica uma diretora que os chefes de turma são escolhidos “entre os alunos que mais se destacam dentro da escola e que “têm proatividade, que têm disposição de estar fazendo esse atendimento que é observar os [outros] alunos dentro da escola” (Semin2). O que distingue a posição do a chefe de turma é, justamente, um tipo de identificação física diferenciada (1.6.1.3) o que pode ocorrer, por exemplo, através do uso de braceletes vermelhos, conforme figura 50.

Figura 50 - Chefes de turma



Fonte: Semin2

Isso mostra como a militarização pode ser utilizada como ferramenta de discursos populistas para promover uma forma de reorganização social através da modificação nas formas de relação dentro de organizações centrais para reprodução social – como as escolas.

No caso destacado acima há uma evidente alteração de papéis. Aqueles alunos que normalmente nas escolas brasileiras são chamados de líderes ou representantes de turma e têm a função de agir como porta-vozes e mediadores na comunicação entre alunos, professores e gestores escolares (MENEZES; DO NASCIMENTO, 2021), dentro de uma ideologia militarista, passam a assumir funções como agentes fiscalizadores e informantes.

Ao que cabe ressaltar que tal fiscalização não se restringe, como se viu, apenas aos seus pares que são os demais alunos, mas também aos professores. Suas denúncias e diagnósticos servem como subsídio aos militares. Isso porque o aluno chefe tem a atribuição de informar aos monitores (militares) aquilo que é entendido como um desvio, como mostra o fragmento citado anteriormente.

Não obstante, dentro de uma visão populista de direita radical e contrária a pautas identitárias (MUDDE, 2019), a identificação física pode ser utilizada para reforçar (ou forçar) uma diferença social entre os gêneros.

Isso se mostra no fato de que os alunos devem necessariamente utilizar calças compridas e as alunas necessariamente saias (cf. M9) independentemente de suas identificações individuais sobre o gênero ao qual se veem. O que expõe que não há espaço, dentro do discurso da militarização escolar, para sujeitos que desejam marcar sua identidade não recorrendo a estereótipos tradicionais como saias para mulheres e calças para homens.

A fala do então presidente durante a certificação de escolas aderentes ao Pecim é particularmente explicativa nesse sentido:

PR3C (grifos meus) - Não escolhi o Milton pela sua formação religiosa, mas ele é um pastor. Quem podia imaginar um pastor no MEC? O que nós queremos para os nossos filhos? Que o menino seja menino, que a menina seja menina e não aquele lixo acumulado de 2003 pra cá, onde se falava quase tudo na escola menos de física, química e matemática. Não queremos voltar a isso.

No texto acima, como parte de uma estratégia argumentativa, o líder político utiliza-se de identificação relacional (1.6.1.5.2.2) através da expressão “nossos filhos” construído, a partir disso, um tipo de invólucro de proteção da família contra aquilo que denomina como “lixo acumulado desde 2003” (PR3C). Esse último, por sua vez reporta sobre a refutação, presente no discurso bolsonarista, quanto à promoção de pautas identitária e multiculturalistas que passaram a vigorar no primeiro mandato do PT (que no texto acima é representado pela expressão “2003”) ligadas a formas de rearticulação social de caráter progressista.

Também, nesse texto, é possível observar como as diferentes ideologias presentes no Bolsonarismo, como se discutiu no capítulo 3, se interseccionam à medida que um dos ministros da educação escolhidos para dar seguimento ao processo de militarização é um pastor neopentecostal. Mas, é particularmente relevante ponderar que na intersecção das ideologias estruturantes do populismo de direita radical brasileiro (neoliberalismo, neoconservadorismo e militarismo) está a defesa da ‘família tradicional’ que surge como a unidade mais básica daquilo que sustentaria toda a civilização ocidental (ROCHA, 2021).

Família na qual o homem branco, heterossexual seria o verdadeiro detentor de poder social (BROWN, 2019). E, quanto a esse aspecto, o logo do Pecim é particularmente sinalizador sobre como esse conteúdo pode estar ocluso no discurso da militarização, conforme ilustra a figura 51.

Figura 51 - Logo do Pecim



Fonte: M1, p 1

No logo acima (figura 51) vemos a centralidade dada a figuras surpreendentemente (ou não) representadas na cor branca e, ainda, masculinas sendo elas a de um aluno (pelo corte cabelo) que segura um livro e um militar, esse último posicionado ao lado de uma imagem nacionalista. O que demonstra como o Programa pode promover a exclusão (0) simbólica de figuras femininas reforçando, com isso, a centralidade discursiva a uma identidade masculina e branca, como mostra a escolha das imagens e da cor com que são exibidas.

Já quanto ao nacionalismo, para além desse texto, ele mostrou-se ligado a uma forma de anacronismo (1.6.1.8.1.1). No contexto do Pecim o anacronismo é usualmente vinculado ao período ditatorial brasileiro como forma (na ótica de seus apoiadores) de legitimar sobre um momento histórico a ser resgatado. O que pode ser ilustrado na frase proferida por Bolsonaro durante o lançamento desse Programa “Nós queremos integrar, botar na cabeça de toda essa

garotada a importância dos valores cívico-militares como tínhamos há pouco, no governo militar” (PR1L).

De modo geral, as diversas formas de representação descritas acima ajudam a compreender como o discurso sobre os estudantes converge para a identificação física (1.6.1.5.2.3) como sendo uma categoria central de representação.

A figura 52 resume os pontos centrais discutidos até aqui. No tópico seguinte, o foco de análise será sobre a outra forma de representação que mais se destacou nos textos para esse grupo, ou seja, *appraisement*.

Figura 52 - Identificação física dos alunos

Resumo da seção – Identificação Física

O discurso da militarização reproduz o ideário de que populações pobres têm uma aparência inadequada de modo que a militarização surge como um processo de ajustamento físico e estético de objetivo saneador. A uniformização é o instrumento basilar para esse ajustamento. Todavia ela significa muito mais do que o uso de uniformes, pois envolve, também, diretrizes mais amplas sobre cortes de cabelo, penteados, normas sobre pelos corporais (barba, sobrancelhas) e tipo de adereços permitidos. A uniformização dos corpos dos alunos não serve apenas para que todos se pareçam iguais, mas também como recurso de reprodução de diferenças de *status*, de gênero e assim por diante.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.1.2 Appraisement

A representação de um ator social por *appraisement* se estrutura sobre um espectro avaliativo de cunho moral (VAN LEEUWEN, 2008). Isso significa que é possível fazer uma conexão dessa forma de representação com aquela que o autor chama de avaliação moral⁵² (VAN LEEUWEN, 2007, 2008). Um aspecto oportuno em se considerar essa relação é que a avaliação moral está tanto nos domínios daquilo que é considerado bom ou ruim, quanto sua capacidade de fazer reverberar sobre questões ligadas à estética (bonita ou feia, suja ou limpa e assim por diante). Isso permite vislumbrar que existem pontos de intersecção entre avaliação física e *appraisement*. De maneira que a representação física dos alunos, discutidas no tópico anterior, pode fazer reverberar ou mesmo sustentar um conjunto avaliativo e moral sobre sua conduta, como se aprofundará a partir de agora.

⁵² A avaliação moral produz legitimação com base em valores, ao invés de imposta por algum tipo de autoridade sem justificativa adicional (VAN LEEUWEN, 2008).

Em especial, o manual do Pecim revela a construção de um ideário generalizante sobre os alunos quanto aos seus comportamentos. Em termos analíticos isso ocorreu principalmente através assimilação por agregação, ou seja, quando há uma quantificação de “grupos de participantes, tratando-os como estatísticas” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 37). Um exemplo disso aparece quando o manual se utiliza da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (IBGE) de 2015. Contudo, retira/filtra desse texto original elementos pontuais ou como coloca “Foram extraídos da pesquisa alguns dados” (M2, p. 13 grifos meus) para elaborar o que chamará de “um retrato dos alunos brasileiros da atualidade” em que se lê:

M2, p. 12- 14 (grifos meus) Apenas 17,7% de alunos da rede pública frequenta escolas que proporcionam um ambiente mais completo para a prática de esporte (presença de quadra, material esportivo e vestiário simultaneamente). Por outro lado, 56,1% informaram ficar mais de três horas em um dia de semana comum não só assistindo televisão, mas também realizando outras atividades como usando computador, jogando vídeo game ou fazendo outras atividades sentados [...] Dos escolares do 9º ano do ensino fundamental, 55,5% já haviam tomado alguma vez na vida uma dose de bebida alcoólica e 21,4% informaram que já sofreram algum episódio de embriaguez. O consumo excessivo de bebida alcoólica na adolescência está associado ao insucesso escolar, acidentes, violências e outros comportamentos de risco como tabagismo, uso de drogas ilícitas e sexo desprotegido. [...] Os dados mostram que 9,0% dos escolares do 9º ano do ensino fundamental já usaram drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack, cola, loló, lança-perfume, ecstasy, oxy etc.). Segundo a Organização Mundial da Saúde - OMS (World Health Organization – WHO), o uso intenso de cannabis, também conhecida por maconha, está relacionado a uma série de problemas, incluindo comprometimento cognitivo, baixo desempenho escolar, deterioração e abandono, externalização de problemas, tais como a tomada de riscos, agressão e delinquência. [...] Dos escolares brasileiros do 9º ano do ensino fundamental, 27,5% já tiveram relação sexual alguma vez. Destes, 38,8% responderam não ter usado preservativo na primeira vez que tiveram relação sexual, aumentando a possibilidade de gravidez precoce e do contágio de doenças sexualmente transmissíveis.

Para montar esse “retrato” generalizante (1.6.3) dos alunos (pobres e ainda não militarizados) o manual inicia com a afirmativa que menos de oito, em cada dez alunos, “frequenta” escolas que proporcionam um ambiente mais completo para prática de esportes.

Da forma como a oração é construída depreende-se uma ideia de escolha por parte desses atores sociais e, por conseguinte, de suas famílias no que tange a não frequentarem “escolas que proporcionam um ambiente mais completo para prática de esportes”. Aquilo que aparece como uma escolha se fortalece através da expressão “por outro lado” a qual vem, na sequência, agregada à mensagem sobre um número expressivo de horas “não só assistindo televisão”, mas usando computador, jogando vídeo game ou “fazendo outras atividades sentados”.

O texto também descreve outros comportamentos associados aos alunos da rede pública de ensino tais como relação sexual cedo demais, falta de cuidados com gravidez e com doenças sexualmente transmissíveis, agressão e delinquência.

No entanto, é importante notar que essa construção pejorativa dos alunos é feita sem a necessária conexão com os fatos. Isso é evidenciado quando os autores destacam essas informações desconsiderando a interpretação de figuras abrangentes. Destaca-se, por exemplo, o uso excessivo de álcool, mas o mesmo relatório mostra que 80% dos alunos nunca tiveram um episódio de embriaguez.

A mesma construção ocorre quando são listadas várias drogas, 'maconha, cocaína, crack, cola, loló, perfume, êxtase, oxi etc.' sendo que nove em cada dez alunos afirmaram nunca ter usado drogas ilícitas. De modo que, independente da baixa representatividade de tais comportamentos na estatística utilizada como argumento, observa-se a produção de uma narrativa na qual é construído um enquadrando que projeta características específicas para todo o grupo.

Frente a essa forma de representação descredibilizante, assim como na identificação física o uso do uniforme surge como elemento saneador e homogeneizante, foi possível identificar que outros elementos, como a disciplina e a hierarquia, surgem com o mesmo fim quando aplicados ao ajustamento dos alunos.

Esses elementos são perceptíveis, por exemplo, na fala do então presidente quando define o que seriam essas escolas “É quase como um quartel, se não tiver hierarquia e disciplina ele não cumpre a sua missão” (PR2I). Ocluso nisso, uma conotação (1.6.1.8.3) que pretende transferir elementos comuns ao quartel (disciplina e hierarquia) para a sala de aula.

Todavia, uma análise pormenorizada mostrou que a palavra hierarquia, utilizada pelo então presidente, sofre uma transmutação e é representada pela palavra respeito. A fala do ex-ministro ilustra como isso passa a ser articulado discursivamente e também como esses dois conceitos passariam a integrar o ambiente escolar através da ação dos militares:

Min1 (grifos meus) - Então, elas [Ecim's] trazem justamente os professores civis que dão aula e aí você integra [através dos militares] com a parte de hasteamento da bandeira, sentimento de nacionalismo, educação, disciplina, respeito, segurança, o militar pode também dar aulas de algumas coisas se ele tiver preparo para isso [...].

De modo geral, essa transmutação do termo hierarquia para respeito, em certa medida, tem como efeito (ou objetivo) produzir um deslocamento de um contexto totalmente militar, diferente, por exemplo, da relação que compara as Escolas Cívico-Militares com um “quartel” (PR2I).

Disciplina e respeito são elementos de destaque nas ‘Normas de Conduta e Atitudes’ as quais devem ser seguidas pelos alunos:

M8, p. 5-6 (grifos meus) - Considerando essas dimensões, destacamos os aspectos comportamental e atitudinal, tendo como dois de seus componentes a o respeito e a disciplina. Entende-se que respeito e disciplina são condições de sucesso na vida do cidadão. Quando se lê, na Bandeira Nacional, os termos “ordem” e “progresso”, compreende-se, em seu sentido mais amplo, a existência de leis que organizam a vida do cidadão brasileiro, sob a forma de respeito e “disciplina geral”, que todos devem observar.

O texto acima relaciona um comportamento (respeitoso) e uma atitude (disciplinada) como aquilo capaz de produzir, por sua vez, uma “disciplina geral” que dentro de um paradigma conservador pode significar, por exemplo, o acato e a aceitação dos ordenamentos sociais tradicionais.

A fala a seguir, de uma ex-aluna de colégio militar, nos dá indicativos nesse sentido uma vez que, com base no que diz, a militarização é compreendida como um elemento moralizante e restaurador de comportamentos ligados a valores sociais (sub)entendidos como perdidos, especialmente no mundo civil:

IExS (grifos meus) - Eu acho que a grande diferença do colégio militar, muito mais do que do ensino, porque isso já tá dado, a gente não tem como negar, há uma diferença né... eu acho que é a questão do respeito, E acho que falta muito hoje em dia para alguns jovens, o respeito do que que eu posso e o que que eu não posso fazer, né?

A forma como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) propõe ‘resolver’ as faltas comportamentais dos alunos se dá por meio do treinamento diário realizado pela repetição de gestos ou posturas.

O que pode ocorrer através das formas de tratamento que passam a ser obrigatórias como quando atores sociais de maior nível hierárquico devem ser nomeados, pelos alunos, a partir de títulos de honorificação (1.6.1.6.4). No caso dos militares isso significa dirigir-se a eles mencionado seu posto e graduação (soldado, primeiro-capitão, segundo-tenente, etc.) (M8, p. 21). Essas são situações em que a representação dos alunos se destaca a partir do que eles são forçados a fazer em relação aos demais atores o que, por conseguinte, produz uma representação (subalternizada) deles mesmos nesse ambiente.

O treinamento diário realizado pela repetição de gestos ou posturas também pode ocorrer por meio de instruções de caráter eminentemente militar, sob o que se destaca a Ordem Unida (formação de marcha, de parada ou de reunião).

A Ordem Unida é um elemento de grande importância no processo de militarização escolar e recebe uma seção especial no manual (texto 1, p. 34). Em linhas gerais ela desponta

como um instrumento disciplinador (central) a ser ensinado pelos militares e posto em prática com o auxílio do "chefe de turma" como se observa no texto a seguir:

M1, p. 34 (grifos meus) - A ordem unida estimula no aluno a disciplina e o espírito de corpo [...] A ordem unida deve ser ensinada pelos monitores em espaços internos da escola, como pátios, quadras e outras áreas amplas que comportem os alunos [...] Os deslocamentos das turmas de aula deverão ser feitos em forma, sob o comando do aluno chefe de turma, e em passo ordinário, sempre que possível.

A fala de uma das entrevistadas deixa mais claro sobre como tal prática é operacionalizada e o tipo de reverberação comportamental que pode ser produzida a partir disso:

IExS (grifos meus) – A Ordem Unida é colocar um aluno atrás do outro, enfileirado por altura, a gente mede pela distância do braço, eles te treinam a marchar, a fazer continência, a fazer descansar e sentido [...] Então, tu começa... a partir dali tu já vê o respeito né, todo mundo quieto, enfim, todo mundo quieto escutando a pessoa que vai... o teu superior que vai falar alguma coisa. Então assim, mesmo sem querer, ao longo das atitudes, tu vais vendo que tu tens que sempre respeitar. Querendo ou não tu vais levando isso pro seu dia a dia, e tu vai introjetado isso.

Relevante a essa discussão é considerar que, como se observa no texto acima (IExS), respeito, em um contexto militarizado, pode assumir o significado de obediência.

Respeito enquanto exercício de reciprocidade e empatia (como o respeito às diferenças de gênero, sexualidade, credo, raça) é algo que precisa ser compreendido, discutido, refletido. Já respeito significando obediência não é algo que precise ser refletido, mas treinado e, em um contexto militarizado, isso se dá a partir de instruções de caráter militar.

É precisamente desse tipo de respeito que trata a militarização. Isso fica particularmente nítido a partir das campanhas publicitárias que promovem o Pecim quando se observa a palavra "respeito" grafada logo acima de imagens de alunos marchando ou parados em formação de sentido (praticando a Ordem Unida, portanto) como mostra a figura 53.

Figura 53 - Ordem Unida



Fonte: PR3C

Quando tratados sob essa ótica, respeito e disciplina (a qual garante a constância e a manutenção de comportamento obedientes) podem ser mensurados como o que prescreve o

Nesse relatório (figura 55), em seu cabeçario, há um espaço para o nome e a turma do aluno, o nome e o telefone de seu familiar e, ainda, um campo para o nome do monitor (militar) que é o responsável pelo controle e preenchimento do mesmo.

A imagem acima mostra três subdivisões de controle comportamental. Em verde os itens aos quais seriam concedidos acréscimos de pontos, em vermelho os que se relacionam aos decréscimos, e na cor azul aqueles que reportam sobre as recompensas.

Os decréscimos vêm acompanhados de sanções que seriam advertência por escrito, supressão de frequências e até a mudança compulsória do aluno de turma (já no manual é prevista, ainda, a retirada compulsória do aluno dessa escola). Os acréscimos ocorrem em situações em que o aluno participa de uma turma que recebeu um elogio coletivo ou quando ele mesmo recebe um elogio individual. Para alunos que obtiverem maior pontuação serão concedidas recompensas que poderão variar de um elogio verbal, um elogio por escrito ou então uma homenagem em eventos específicos.

Um dado relevante de se observar nesse relatório diz respeito àquilo que já alertava Mudde (2004) sobre movimentos populistas adotarem posturas moralistas. O que é possível de perceber quando algo que seria bastante pragmático como a aplicação de pontuações (numéricas) aos comportamentos delimitados como adequados ou inadequados assume uma perspectiva moralizadora. O que fica nítido quando os textos afirmam que demonstrar sinais de respeito e disciplina significam ter “um comportamento sadio e condutas corretas” (M8, p. 6, grifos meus), significa realizar “o bem, o correto” (M8, p.6, grifos meus).

Mas, de uma forma até mais evidente, essa perspectiva moral encontra-se na descrição sobre os critérios e formas de pontuação numérica (de 0 a 10) para classificar o comportamento dos discentes em escalas que vão de ‘excepcional’ [10] a “mau” [0 a 2,99] (M8, p.7, grifos meus). E quanto a isso é importante considerar que, na língua portuguesa, o adjetivo *mau* quando referido a pessoas é usado principalmente para indicar sobre “alguém que faz maldades”, ou seja, assume um aspecto moral e valorativo; diferente da expressão *mal* que indica algo feito de forma incorreta, não satisfatória em termos de seu resultado final (NEVES, 2020).

Relacionar a representação dos alunos com o que ocorre em termos organizacionais permite uma observação final. De modo que, como demonstraram as análises, essas escolas quando militarizadas deixam de ser um lugar de todos e tornam-se um lugar para alguns, para aqueles que se adequam física e comportalmente. Assim, não parece impreciso conjecturar que a militarização torna a escola pública um lugar privado. Especialmente quando consideramos

que a ‘escola pública’ não significa apenas gratuidade, significa acolhimento de todos e todas na sua diversidade, direito garantido desde a Constituição brasileira até as leis específicas que regem essa área (como a LDB). Isso, que também é uma descaracterização da própria identidade organizacional ‘escola pública’, faz parte daquilo que pesquisadores já identificaram, isto é, que as políticas populistas atuais não têm se mostrado interessadas em ajustar a política existente, mas sim atacar as instituições e as políticas que já existem (PETERS; PIERRE, 2019).

A figura 56 resume os pontos centrais discutidos em relação a forma de representação de *appraisalment*.

Figura 56 - Identificação dos alunos por Appraisalment

Resumo da seção – *Appraisalment*

O discurso da militarização reproduz o ideário de que jovens (pobres) manifestam comportamentos e atitudes inadequadas. Como forma de "resolver" essa presumida deficiência a militarização propõe a utilização de dois recursos centrais: disciplina e respeito. As análises evidenciam que disciplina e respeito constituem a formação de uma 'disciplina geral'. Essa última, por sua vez, significa o acato, aceitação e a obediência de normas e regulamentos (moralizantes) de cunho coercitivo e prescritivo. Um dos instrumentos para ‘treinar’ os alunos a obedecer tais regras é a Ordem Unida, recurso disciplinatório utilizado em organizações militares.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2 REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES

Antes de aprofundar sobre os professores é oportuno recapitular que "a agência sociológica nem sempre é realizada pela agência linguística"(VAN LEEUWEN, 2008, p. 23). Na proposta metodológica aqui adotada o/a analista não necessariamente ficará preso/a ao papel gramatical, sendo o contexto, as práticas e as relações estabelecidas, elementos observáveis para definição de uma posição como agente ou paciente.

5.2.1 Ativação e Passivação

Professores apareceram no *corpus* como agentes ativos (1.1), mas especialmente representados de uma forma negativada no sentido de que sua ação, enquanto educadores, é diminuída. Sobre isso dois exemplos são elucidativos: i) sua participação nos conselhos de classe e ii) a interferência na sua relação com os alunos e com seus pares.

Sua participação nos conselhos de classe, após a militarização, torna-se circunscrita, primeiro, a aspectos regulatórios. Nesse sentido o excerto a seguir retirado do manual das Escolas Cívico-Militares sobre como deve ser sua atuação em tais encontros é ilustrativo:

M1, p. 68 (grifos meus) - a) fornecer dados precisos sobre a conduta escolar de cada aluno, mediante observações diárias (assiduidade, participação, cumprimento das tarefas escolares, comportamento em sala de aula); e b) relatar experiências pedagógicas novas, como contribuição para o enriquecimento do trabalho dos demais professores.

A primeira questão a se pontuar sobre o excerto acima é a de que conselhos de classe são encontros entre os docentes de diversas disciplinas junto com outros membros da organização escolar. Essa é uma reunião que tem como objetivo analisar os processos de ensino e aprendizagem sobre múltiplas perspectivas, possibilitando aos professores a troca de experiências, bem como reavaliação de suas práticas didáticas (GUERRA 2006).

Com a militarização, esse que deveria ser um momento de crescimento e desenvolvimento para os docentes, inclina-se para um tipo de tribunal onde o aluno surge como réu e os professores são colocados em um lugar de delatores de normas e regras infringidas.

Isso se mostra quando o texto acima delimita que a atividade primeira dos professores nessas reuniões (item "a", portanto) é “fornecer dados precisos” como número de faltas, nível de participação, entrega e realização das tarefas escolares.

Não obstante, a diligência do manual em descrever que esse grupo precisaria fornecer dados "precisos", leva a considerar que adjacente a isso está a premissa quanto a uma suposta imprecisão no fornecimento de informações por parte dos professores. O que, em termos analíticos, mostra sobre uma conotação (1.6.1.8.3) a qual reforça um ideário de omissão/negligência por parte dessa classe de trabalhadores.

Somente após isso (item “b”) cabe-lhes dividir com os demais integrantes da escola (o que inclui os militares como partícipes dessa reunião, cf. M1) sobre práticas pedagógicas “novas” que venham a contribuir com o processo de ensino e aprendizagem dos educandos.

A palavra “novas” permite observar que as "experiências pedagógicas" compartilhadas pelos professores, nesses encontros, ficam limitadas dentro de uma perspectiva imediatista (de inovação) e não necessariamente de troca entre fazeres e práticas que podem ser já (pré)existentes, mas não necessariamente difundidas, trabalhadas, pensadas ou adaptadas pelos demais.

Especificamente quanto a interferência em sua relação com seus pares e demais membros da organização, com destaque os alunos, ela se evidencia em diferentes situações.

Dado que essa interferência é ocasionada pela entrada de militares no quadro profissional original ela pode ser melhor ilustrada a partir da comparação com as atribuições desses últimos. Particularmente porque comparações podem tornar mais evidente como o efeito da deslegitimação ou da legitimação é discursivamente construído (VAN LEEUWEN, 2008).

Nesse sentido, o Capítulo V do manual denominado “Do corpo dos monitores” (M1, p. 29) - que são os militares que atuam diretamente com os alunos - é particularmente ilustrativo, com destaque àquilo que é definido como sendo suas “atribuições” sob o que se lê:

M1, p. 31-32 (grifos meus) - Atender aos responsáveis dos alunos sempre que solicitados, tratando-os com respeito e civilidade; procurar resolver os conflitos entre as pessoas no ambiente escolar com base no diálogo e na negociação; controlar a frequência dos alunos na escola; contribuir para a formação ética, moral, afetiva, social e simbólica dos alunos, promovendo conversas, relatos de experiências e retirada de dúvidas sobre diferentes assuntos; exercer o acompanhamento da conduta do aluno e atuar, preventivamente, na correção de comportamentos inadequados de maneira compatível com a idade dos discentes; acompanhar os alunos por ocasião de representações externas, como jogos, passeios, visitas culturais, entre outros, zelando pela segurança e pelo comportamento adequado; elogiar os alunos por atitudes positivas [...].

O início do excerto permite depreender sobre uma nova mediação que não existia antes da militarização no que se refere a relação com os pais e “responsáveis”. Sabemos que tanto pais quanto professores exercem diferentes papéis na educação e quanto mais as partes se relacionam, mais podem colaborar para o desenvolvimento dos jovens de forma plena.

Todavia, os professores passam, no contexto do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, a ter sua atuação diminuída nesse sentido, uma vez que o manual prevê formalmente que o contato com os pais passe a ser uma “atribuição” dos militares (ver M1, p. 28-29; M1, p. 31-32)

Não menos importante é considerar que para prestar esse serviço (“atender” aos responsáveis) o manual descreva categoricamente sobre os comportamentos que devem ser adotados como “respeito e civilidade”. Subjacente a isso uma perspectiva hierárquica na qual militares precisariam ser ‘lembrados’ sobre como tratar aqueles entendidos como subalternos, nesse caso os pais, quando estiverem atuando dentro de um ambiente escolar. É sutil, mas significativa essa descrição de forma tão específica, porque ela não aparece nas atribuições dos professores ao longo do *corpus*. Ao contrário, para esses últimos os conteúdos sobre os quais são ‘lembrados’ é de que devem “primar” pela sua “apresentação pessoal”, bem como pelo seu “equilíbrio emocional” (M1, p. 25-26).

No limiar disso, um tipo de destilação (1.6.1.8.4) em que uma polícia, violenta, precisa ser lembrada sobre “civilidade” e os professores, subentendidos como irascíveis, precisam ser lembrados sobre “equilíbrio emocional”.

Já o que aparece no excerto anterior como “resolver os conflitos entre as pessoas no ambiente escolar com base no diálogo e na negociação” (M1, p. 31-32) permite observar, reiteradamente, sobre esse lugar subalternizado no qual professores são representados.

À medida que os monitores (militares) assumem o papel na resolução de conflitos, com base no que lhes seria uma capacidade presumidamente inerente de “diálogo e negociação”, professores (e demais membros do ambiente escolar) são inseridos dentro de um espectro em que sua competência de interlocução e capacidade de produção de consenso conciliatório é insuficiente a ponto de se precisar de um agente mediador (os militares).

Também os demais itens como controle de frequência, promoção de “conversas”, “acompanhamento da conduta”, condução em atividades extraescolares e concessão de “elogios” evidenciam (voltarei a esse último ponto adiante) sobre uma desorganização nas relações dos professores, não apenas com os pais, mas em especial com os alunos.

De maneira que a ocupação de espaços - comunicacionais (“conversas”), de orientação (“acompanhamento da conduta”) e de reconhecimento (“concessão de elogios”) -, que antes da militarização eram parte da prática docente, restringe aspectos da própria relação professor/aluno. Entre eles a construção de laços de afeto e confiança mútuos.

Esse deslocamento relacional e de vínculos (professor-aluno), por sua vez, parece ser sublimado a partir de atividades abundantemente protocolares, reforçando-se, assim, os comentários anteriores. E, nesse sentido, é oportuno agora comparar/observar quais seriam as “atribuições” descritas no manual para os professores:

M1, p. 23-25 - Seção V dos professores, Art. 24. Os professores têm as seguintes atribuições: planejar, organizar, elaborar e executar o planejamento de ensino sob sua responsabilidade [...]; realizar efetivo e contínuo acompanhamento do desempenho escolar dos alunos, [...] atualizar e cumprir o currículo do seu ano escolar [...]; elaborar e executar os planos de aula de sua disciplina e demais documentos de ensino sob sua responsabilidade; [...] avaliar o rendimento escolar dos discentes; elaborar as avaliações da aprendizagem de sua disciplina; [realizar] revisão de prova; participar das reuniões [variadas]; [...] cumprir a carga horária e os dias letivos de ensino que lhe forem destinados; contribuir para a implantação do modelo das Ecim [...] cumprir todas as diretrizes, as normas e as ordens contidas nos documentos das Ecim [...] manter permanente diálogo com o Corpo de Monitores, visando à formação integral dos alunos;

A esse grupo de atores sociais são destacadas “atribuições” (M1, p. 23) que envolvem atividades mais operacionais como e focadas no plano de aula/de ensino, nas avaliações/provas e revisão das mesmas, participação de reuniões, cumprimento de carga horária e dias letivos, cumprimento de “todas as diretrizes normas e as ordens contidas nos documentos da Ecim”, bem como entre as prerrogativas de seu fazer docente, está “manter permanente diálogo com o corpo de monitores” (M1, p. 23) no que se refere aos alunos.

Essa comparação de “atribuições” entre grupos (militares/professores) torna mais nítido que, enquanto os militares são representados discursivamente a partir de uma postura consultiva e relacionada a aspectos de orientação e aconselhamento, professores são representados a partir de formas de ação processuais.

Isso reforça o entendimento que professores, quando representados como agentes ativos na ação, surgem relacionados a um fazer operacional de caráter funcional (1.6.1.5.1) no sentido de execução e operacionalização de processos ou, como comentou-se previamente, surgem como agentes ativos, mas de forma negativada (no sentido de enfraquecidos ou mesmo cerceados) em relação a sua ação quanto a sua atividade-fim, o ensino/a educação.

Outros elementos ilustram mais particularmente sobre a passivação (1.2) dos professores. Nesse sentido o capítulo VII, um dos primeiros do manual, chamado “do estágio de atualização pedagógica” (M1, p. 53) é representativo.

Nele vemos que a utilização do termo ‘estágio’, o qual se repete em outras 23 citações ao longo desse material, ligado a figura dos professores. Observemos como isso surge textualmente:

M1, p. 53 - As escolas devem realizar um Estágio de Atualização Pedagógica para os docentes, preferencialmente, antes do início do ano letivo, sob a coordenação da Divisão de Ensino [...] O Estágio tem como objetivos o aperfeiçoamento dos docentes [...] O Estágio também poderá contemplar os militares em assuntos comuns de seus interesses e nas suas especificidades e atribuições [...]

No excerto acima a Coordenação Pedagógica, escolhida pela direção da escola, coordena/executa o estágio de atualização para os demais professores (receptores da ação).

No primeiro ano de adesão ao Pecim, o “Estágio tem como foco a organização da escola para implantação do Pecim” (M1, p. 53), ou seja, ele serve para que os professores se preparem para o processo de militarização o que inclui a chegada dos militares para desempenhar atividades que envolvem o controle dos comportamentos dos alunos (“educacionais”) e a administração das unidades (“administrativas”) como descrito no capítulo 2.

Como se lê, o estágio tem o objetivo de melhorar, desenvolver, “aperfeiçoar” a ação dos docentes (ou os próprios sujeitos). Sobre isso destacam-se dois aspectos: a) algo considerado como já sendo perfeito é, por assim dizer, aquilo que não precisaria ser aperfeiçoado e, nesse sentido, pode b) ser concebido como um modelo.

Quanto ao item ‘a’, cabe frisar que os militares, diferentemente dos professores, não precisam realizar um estágio de melhoria/aperfeiçoamento a menos que tenham interesse, como consta no manual (cf. M1, p. 53).

Quando ao item ‘b’, observa-se que a estratégia discursiva de promover os militares como um tipo de modelo se mostrou recorrente nos textos analisados. A frase do ex-diretor nacional de Políticas para Escolas Cívico-Militares, Aroldo Cursino, é elucidativa nesse sentido ao ligar a imagem do militar como um tipo de “espelho” a ser imitado/reproduzido pelos alunos:

Diret.Pecim1 (grifos meus) - Nós observamos às vezes que jovens de comunidades que estão em situação de vulnerabilidade social, eles têm algumas dificuldades em criar um relacionamento interpessoal com adultos que eles possam confiar. Essa importância para o jovem é muito grande, ele precisa se espelhar num homem ou numa mulher como o monitor.

Há que se considerar, no texto acima, quanto à promoção de um ideário no qual os professores não seriam suficientemente bons para servirem de exemplo, em contrapartida os militares seriam. Adiantando o que será discutido mais à frente, adjacente a isso está a questão relacionada ao tema do respeito. De modo que o que chama a atenção no extrato textual acima é que ocluso nisso está o seu contrário. Ou seja, o que há é uma construção de formas de desrespeito ao professor, pois quando o militar é representado como um “modelo”, alguém a quem os jovens devem se “espelhar”, esse tipo de articulação produz uma forma de desrespeito ao professor e a um papel organizacional que, antes da militarização, normalmente era seu.

Retomando, o termo ‘estágio’ também cria um afastamento em relação ao próprio percurso profissional e de formação já existente, uma vez que os professores já estavam e atuavam nessas escolas, até então escolas públicas, regulares e em pleno curso.

Em contrapartida, nenhuma referência ao que poderia ser entendido como um estado ou uma condição pré-profissional (de estágio, portanto) é atribuída aos militares. Ao contrário, esses últimos são determinados (1.6.1) por destilação (1.6.1.8.4) através de uma qualidade que lhes confere atributos de habilidade e perícia à medida que referidos como “profissionais”, como vemos na fala do ex-diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares:

Diret.Pecim1(grifos meus) - Nós temos um modelo em que nós vamos empregar profissionais das forças armadas da reserva para realizar esse trabalho. Existem alguns estados e municípios em que nós não temos profissionais da reserva em condições de desempenhar esse papel. Para isso, nós vamos convidar os estados que aderiram a colocar profissionais das suas corporações estaduais, bombeiro, policial militar para fazer esse trabalho. Então, haverá tanto profissional das forças armadas, como profissional das corporações estaduais.

Como vimos antes, a expressão “estágio” é relacionada a um processo de adaptação para a militarização que se iniciará nessas escolas. Sobre isso observemos o relato de uma professora de Ecim:

IT (grifos meus) - [...] eu sou da escola faz 7 anos já, então quando veio essa questão da transição a maioria até comemorou, porque enfim, parece que vai mudar para melhorar né? Se é assim a gente fica feliz. Alguns professores que não se adaptaram acabaram saindo, mas a maioria permaneceu, assim como toda a equipe diretiva.

Nele vemos que os professores não adaptados “no estágio” são migrados/retirados para outro local. Por sua vez, nos documentos analisados não há menção sobre nenhuma forma de afastamento dos militares caso não adaptados, nem no estágio, nem em situações posteriores. Para os professores essa adaptação estende-se posteriormente, o que quer dizer que eles podem ser transferidos sempre que não cumprirem os princípios e as diretrizes estabelecidas pelo Pecim (cf. M1).

A fala acima revela, ainda, como professores podem acabar naturalizando a militarização como algo inerentemente bom, que “vai mudar para melhorar”, como forma de uma possível aceitação. Esse processo de naturalização, como podemos ver, pode vir acoplado a uma estratégia discursiva de assimilação por agregação (1.6.4.2) (a “maioria até comemorou”) que reforça a militarização como uma ordem natural das coisas, ou seja, como algo que tem apoio por parte da “maioria” criando-se com isso uma ideia de consenso.

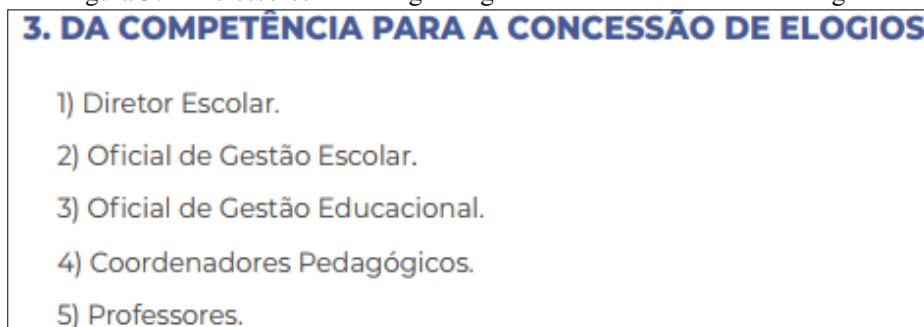
A austeridade de um processo que não deixa escolhas aos professores (ou se adaptam ou saem), contudo, pode ser promovido como um “direito”. Isso fica particularmente evidente na entrevista do Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares sobre o que argumenta: “caso tenha algum professor que não queira participar, por alguma questão de fórum íntimo é dado a esse professor o direito de se transferir para outra escola” (Diret.Pecim2, grifos meus).

Mas, aquilo que surge como um “direito” reforça uma abstração (1.7.1) quanto a uma presumida inadequação sobre o que complementa o Diretor - “caso haja “esse tipo de problema na escola” as secretarias de educação devem se responsabilizar pela transferência desse professor (Diret.Pecim2, grifos meus). Assim, professores que não adequam são representados como sendo um “problema” o qual deve ser dirimido por meio de eliminação (no caso, transferência, que também é um tipo de eliminação).

Uma representação dos professores como agentes passivos pode, ainda, ser exemplificada a partir de uma situação bem mais explícita como a posição que passam a ocupar na lista de pessoas que podem conceder elogios aos alunos.

No manual do Pecim, na seção chamada “Concessão de Elogios”, vemos que a “competência para a concessão de elogios” (M8, p. 9, grifos meus) segue uma hierarquia sobre quem pode fazê-lo. Em primeiro e segundo lugar está o Diretor da escola, após o Oficial de Gestão Escolar, o Oficial de Gestão Educacional (esses dois últimos são militares), os Coordenadores Pedagógicos e somente, em último lugar, os professores conforme se observa na figura 57 retirada do manual do Pecim:

Figura 57 - Professores e seu 'lugar' organizacional na concessão de elogios



Fonte: M8, p. 9

Isso significa que os professores são (re)posicionados na organização como não tendo a “competência” necessária para conceder (conferir/dar) elogios àqueles aos quais estão diretamente relacionados, os alunos.

Sob a perspectiva do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) professores teriam menor capacidade ou habilidade para reconhecer aquilo que deve ser valorizado, em termos de ação ou comportamento estudantil, do que os militares.

Subjacente a isso está a retirada de poder dos professores no espectro organizacional. De maneira que o lugar passivado em que eles parecem ser colocados expressa sobre uma diminuição de força desse grupo dentro da escola.

Especificamente no que tange a passivação ela também parece atrelada a manutenção de hierarquias sociais profundas como aquelas ligadas a gênero o que, também, mostra sobre formas de sujeição (1.2.1).

Isso foi perceptível, por exemplo, quando nas 16 apresentações de escolas que ocorreram no segundo dia do Seminário Nacional de Boas Práticas do PECIM (Semin2) em 8 delas os militares apareciam junto no vídeo com as diretoras das escolas (conforme figura 58) quando não apresentado, eles mesmos, sobre as melhores práticas nas Ecim (o que ocorreu em 2 casos).

Nesse evento, os militares eram todos homens e as diretoras quase todas mulheres (apenas 1 homem como diretor de Ecim). Isso deixa transparecer sobre um conteúdo particular: o de que não se trata apenas de inserir militares (pelo prestígio social que possuem, como já vimos), mas trata-se também de incorporar homens como os agentes capazes de promover uma “gestão de excelência” (M1) em espaços historicamente femininos⁵³.

⁵³ Especialmente quando consideramos que no contexto macrossocial brasileiro as mulheres são maioria em todas as etapas da educação básica (INEP, 2021), já as forças armadas são predominantes formadas por homens (CÂMARA, 2021).

Figura 58 - Militares apresentam “melhores práticas” junto com diretoras



Fonte – Semin2

O texto acima permite mais duas considerações, uma quanto a relação entre militarismo e neoliberalismo e outra quanto as formas de resistência às reorganizações de poder e influência nas Ecim.

No que se refere à relação militarismo-neoliberalismo o termo “gestão de excelência” (M1), comentado antes, diz respeito a um conjunto de ações, entre elas a priorização do aprendizado dos alunos em língua portuguesa e matemática (M2, p.14). No centro disso uma percepção simplista que restringe a educação a atividades como fazer contas, ler e escrever e que, portanto, versa sobre uma formação utilitarista e voltada para uma rápida inserção no mercado de trabalho. Além disso abertamente corroborar com promoção de uma educação alienadora à medida que coloca em segundo plano disciplinas que proporcionam uma visão de mundo mais crítica e reflexiva como história, sociologia, geografia e literatura. Há, também, implícito no texto acima, uma lógica concorrencial de mercado quando militares disputam espaço de ação com os professores e demais integrantes do quadro técnico entre eles as diretoras das escolas; além do fato de militares adentrarem esses locais sem concurso público trazer consigo um ideário (neoliberal) de desmonte do funcionalismo público ao qual, paradoxalmente, eles também fazem parte.

Quanto às formas de resistências as reorganizações de poder e influência foi possível identifica-las, mesmo que de modo sutil. Com destaque uma das apresentações feitas no 1º Seminário Nacional de Boas Práticas do PECIM em que a ‘melhor prática’ apresentada por uma Ecim foi o evento "Dia do Servidor". Sua intenção era destacar que “todos são profissionais vinculados a Administração Pública”, e informava: "todos são muito importantes" (Semin2). O que pode ser interpretado como uma tentativa de equalizar níveis de prestígio e poder do quadro técnico escolar após a entrada dos militares na escola.

A figura 59 sintetiza os pontos centrais discutidos em relação a ativação e passivação dos professores. Após ela, o foco de análise será sobre a terceira forma de representação que mais se destacou nos textos, o desvio.

Figura 59 - Ativação e Passivação dos Professores

Resumo da seção – passivação e ativação

Professores são representados como gentes ativos em atividades de cunho operacional (realizar avaliações e provas, observar o cumprimento das cargas horárias, o cumprimento das tarefas escolares pelos alunos, assiduidade e etc.). Em linhas gerais esse grupo se destacou nos textos como sujeitos passivos, ou seja, como alvo da ação de militarização. Esse lugar passivo é legitimado discursivamente a partir de uma representação que os coloca como agentes não profissionais (ou pré-profissionais). A passivação desse grupo também se evidencia no rebaixamento de sua relevância dentro da própria organização à medida que se tornam os últimos em práticas aparentemente banais (mas, simbólicas visto que representam sobre a perda de poder e força desse grupo) como, por exemplo, a concessão de elogios aos alunos. De modo geral sua representação (seja de forma ativa ou passiva) contrasta com sua atividade-fim ao os afastar da relação educando-educador.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.2.2 Desvio

Como se comentou antes, desvio (1.6.1.8.1.2) é uma forma de sobredeterminação (1.6.1.8), o que significa dizer que subjacente a isso está a representação de atores sociais participando ao mesmo tempo de mais de uma prática social. Mas, qual é a prática social que os professores são representados de forma (desviantemente) sobredeterminada nos textos?

As análises mostram que é a prática da militância política a qual parte da premissa de que haveria um aparelhamento ideológico nas escolas para promoção de ideais de esquerda ou simplesmente ideias ‘comunistas’. Para comentar esse tópico iniciarei por um elemento que se destacou no *corpus* no que diz respeito a essa temática que é o Projeto Valores.

No manual do Pecim o termo “Projeto Valores” é citado 47 vezes, além de haver um capítulo integralmente dedicado a ele.

As análises mostraram que se trata de um projeto que preconiza sobre a necessidade de uma “melhoria constante da sociedade”, afirma que “os valores são “herdados da cultura” e propõe o “resgate dos valores primordiais” (M3, p. 4) ligados as “tradições seculares” (Semin1).

Os dados evidenciaram que o Projeto Valores é posto em prática, dentro das escolas, através da ação dos militares como explicita a fala de uma professora de Ecim:

IT (grifos meus) - É, os nossos aqui [referindo-se aos militares] eles atuam no Projeto Valores que é um projeto que ensina ética, respeito, e eles davam aula junto com a gente [de forma on-line durante a pandemia], e também eles atuarão dentro da escola, junto com a equipe diretiva para organizar nessa parte também.

Quanto ao texto acima cabe destacar, como confirma essa professora, que os militares adentram a sala de aula o que seria divergente do que atores sociais diretamente ligados ao governo dizem ocorrer. Sobre isso afirmou o primeiro diretor do Pecim: “Cada um na sua competência, conforme prescreve a lei de diretrizes e bases, nós não iremos ocupar funções dos professores em sala de aula” (Diret.Pecim1).

O Projeto Valores, quarto livro em volume de páginas dos dez que compõe o manual, inicia com uma citação de Rui Barbosa (1849-1923) reconhecido opositor ao comunismo e frequentemente citado nas redes bolsonaristas sobre esse tema (ver AVANÇA BRASIL, 2016).

Nessa citação é feita a alusão a uma sociedade comprometida em suas virtudes, na qual os “maus” predominariam esvaziando, assim, a capacidade de ações e reações em prol de valores como honra e justiça, como se lê:

M3, p. 4 - “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”.

Uma sociedade que, em última instância, promoveria a inversão de valores (que poderia ser resumida na fala do ex-ministro “o feio virou bonito, o errado virou certo” (Min1)) sendo que a instituição escola seria primordial para mudar tal cenário como se lê:

M3, p. 4 (grifos meus) - A inversão de valores aflora em muitos aspectos, e as instituições escolares, participantes desta sociedade, precisam, constantemente, educar os seus alunos para mudar esse cenário e não permitir que o incorreto passe a ser visto com normalidade.

Além disso, no primeiro seminário nacional de boas práticas do Pecim a palestrante escolhida para abertura do evento foi Inez Augusto Borges, assessora especial do então ministro da educação Milton Ribeiro, e reconhecida por considerar que as escolas brasileiras vivenciam “tempos de destruição dos valores ocidentais” uma vez que promoveriam “uma educação por princípios comunistas” (MAZZA, 2021). Mas, o mais importante de ser salientado é que o livro de Inez, intitulado ‘Educação para a Integridade’, aparece sistematizando a base conceitual do Projeto Valores.

Nesse livro, e em sua fala nesse seminário, a autora defende o que chama de uma abordagem educacional “clássica”, a qual estaria sob ataque atualmente (Semin1). A figura 60 ilustra esse momento da sua apresentação.

Figura 60 - Projeto Valores e uma abordagem educacional “clássica”

Projeto Valores

Curso EAD – Projeto Educação por Valores e Integridade –PEVIN

Projeto Valores
↓
PEVIN

INEZ AUGUSTO BORGES

EDUCAÇÃO PARA INTEGRIDADE

REFERENCIAL TEÓRICO

INEZ BORGES

É uma proposta de retorno a uma abordagem educacional clássica, centrada em princípios e fundamentos que funcionaram durante séculos e que passaram a ser contestados e atacados a partir do surgimento da Pedagogia cientificista, que desconsidera a individualidade dos seres humanos e as diferentes esferas de soberania na sociedade. Este ataque à educação clássica tem sido intensificado ao longo do século XX e nestas primeiras décadas do século XXI, gerando analfabetismo funcional e espantoso empobrecimento intelectual, moral e espiritual dos estudantes em todas as classes sociais e em todos os níveis acadêmicos.

O livro apresenta ainda uma visão comparada entre os fundamentos filosóficos característicos das abordagens educacionais contemporâneas, contrapondo-os à filosofia de educação clássica que serviu de embasamento para a Educação para Integridade. Por último, são apresentados os fundamentos curriculares e metodológicos da Educação para Integridade.

Fonte: Semin1

A fala de Inez nesse evento oficial, bem como a imagem acima apresentada durante o seminário, revela como o tema do comunismo, acoplado a representação dos professores, pode aparecer de forma oclusa no Pecim enquanto fundamento do Projeto Valores.

Isso é observável quando, através de tal Projeto, a militarização surge como uma forma de retorno a uma educação clássica, baseada em tradições seculares ("que funcionaram durante séculos") a qual, segundo se lê acima (figura 60), teria sido solapada por uma "pedagogia cientificista" e, entenda-se aqui, formas de ensino e aprendizagem promovidas por professores e educadores de modo geral.

O que se depreende disso versa sobre a construção discursiva que coloca, no centro dessa conjuntura, professores/educadores como representantes diretos de um processo educativo/pedagógico entendido como socialmente degenerativo: um processo de ensino e aprendizagem ligados a ideias comunistas. Isso porque, como se discutiu no capítulo 3, o comunismo dentro do populismo de direita radical é interpretado como uma ideologia de degradação das estruturas tradicionais da sociedade, ou seja, de corrosão dos valores “clássicos”, das estruturas sociais consagradas (sob o que explicitamente se refere a palestrante).

Esse mesmo acoplamento (professores-comunismo) pode ser evidenciado no conteúdo presente no Capítulo IV do manual das Escolas Cívico-Militares denominado curiosamente (ou não) de ‘fundamentação teórica e filosófica’ (M1, p. 10) no qual os autores utilizam-se de um exemplo bastante particular para justificar como “a escola deve estar atenta às demandas da sociedade” (M1) como vemos em:

M2, p. 10 (grifos meus) - Outro exemplo de como a escola deve estar atenta às demandas da sociedade foi o lançamento do primeiro satélite artificial Sputnik I pela antiga União Soviética (URSS), em 1957. [o que] causou um grande desapontamento da sociedade norte-americana com a escola pública daquele país.

O trecho acima evidencia sobre uma forma de anacronismo (1.6.1.8.1.1) na qual os professores - que aparecem em outra parte desse mesmo fragmento por abstração (1.7.1) como “escola” - são relacionados discursivamente a uma realidade do final da década de cinquenta.

O dado que chama a atenção é justamente o período histórico que o manual das Escolas Cívico-Militares toma como referência para essa representação: um momento social marcado por uma polarização ligada a luta entre duas potências mundiais, uma capitalista e outra comunista.

Considerando todos os momentos históricos que as sociedades ocidentais já vivenciaram até, ao menos 2019, quando foi escrito o manual do Pecim, o fato de observarmos esse documento oficial (que dita todas as regras de implementação do Programa para todos os entes federativos) tomar como referência um período social marcado por uma guerra ao comunismo surge como particularmente desvelador. Isso mostra sobre uma construção discursiva que aproxima professores a uma sociedade na qual o comunismo seria algo presente.

Tal estratégia discursiva encontra ancoragem na narrativa bolsonarista de que uma militância de esquerda, ou simplesmente ‘os comunistas’ teriam adentrado as escolas e universidades (ROCHA, 2021). E quanto a isso, observemos como essa suposta ‘invasão’ surge no *corpus* de forma, também, muito explícita:

PR3C (grifos meus) - E o que acontece de errado no Brasil nas últimas décadas, há um desvirtuamento. Não por parte de todos os professores, mas por parte de alguns, uma militância imperando em sala de aula

PR1L (grifos meus) E o que aconteceu com o ensino no Brasil ao longo das últimas décadas? Democratizou-se o ensino. É igual [...] democratizar a Polícia Militar! Não dá! Não dá!

Os textos acima mostram os professores representados como aqueles que comentem um “desvirtuamento” (um desvio, portanto) de seu fazer profissional. O que, dentro de uma ideologia de direita radical, pode significar a promoção de pautas de cunho democratizante (PR1L). Essa, por sua vez denota sobre uma educação baseada em uma análise crítica das

realidades sociais tal qual aquela difundida por Paulo Freire (HADDAD, 2019; HADDAD, 2019b), não obstante, figura altamente combatida no Bolsonarismo.

Esse, por sua vez, é outro aspecto de destaque, pois permite estabelecer a relação com um recurso discursivo importante ao Bolsonarismo que é o combate ao chamado de marxismo cultural como vemos na fala do ex-ministro da educação relacionando tal conceito com uma ideia de inversão de valores, cenário em que os militares surgem como agentes saneadores:

Min1 (grifos meus) - [...]a nossa sociedade foi esgarçada pelo marxismo cultural. Infelizmente a nossa sociedade hoje, não só no Brasil, no mundo, o feio virou bonito, o errado virou certo. E aí quando você resgata lá no fundo a disciplina militar ela dá uma estancada.

Em síntese, a análise do *corpus*, permitiu identificar a construção de um argumento legitimador da militarização galgado na seguinte premissa: professores cometem desvio à medida que são representados, de forma oculta ou explícita, como “militantes” de esquerda (PR3C) (ou simplesmente comunistas) que atuam na promoção “marxismo cultural” (Min1).

Na construção discursiva dos professores como desviantes, e também para tornar possível situá-los nesse lugar de desvio, os textos fazem reverberar um conjunto expressivo de falhas, de fracassos, a esse grupo. E quanto a isso é relevante retomar que, justamente, o desvio está na transgressão às regras socialmente aceitas de modo que “o desvio quase sempre serve ao propósito de legitimação: o fracasso do ator social desviante confirma as normas” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 51).

Para aprofundar esses aspectos apresentarei, a partir de agora, um conjunto de exemplos de “fracassos” que são atribuídos aos professores organizados em dois blocos. No primeiro elencarei seis (6) exemplos de falhas em que utilizo uma frase que sumariza o conteúdo do excerto e no fim desse primeiro bloco comentarei sobre seus significativos adjacentes. Depois disso, em um segundo bloco de ‘falhas’ dos professores, discutirei aquelas que mais apareceram no *corpus* e seus significados representacionais na mesma sequência em que forem comentadas no texto.

Assim, no discurso da militarização professores erram no seu fazer profissional por não querer mudar:

M2, p. 26 (grifos meus) - Alguns professores exaltam os seus métodos de sempre, querendo justificar a manutenção de suas antigas práticas educativas. É comum ouvir professores dizendo: “Será que tudo o que eu fiz até hoje estava errado? Por que eu preciso mudar, se eu já formei tantas gerações de engenheiros, médicos, etc.?”

Erram no seu modo de avaliar a realidade:

M4, p. 10 (grifos meus) - Inconscientemente, fruto das primeiras impressões sobre os alunos, os professores começam a emitir previsões sobre as possibilidades de aprovação ou reprovação, ao final do ano letivo. Mas é preciso não fazer julgamentos [...]

Erram em seus métodos e em sua preparação para estar em sala de aula:

M2, p. 24 e M4, p. 9 ((grifos meus) - professores normalmente incentivam os alunos a estudar mais, mas nem sempre ensinam como estudar melhor [...] Por isso, os professores nas Ecim devem ensinar não apenas o que o aluno precisa aprender, mas também como se utilizar dos caminhos mais eficazes para desenvolver habilidades e competências. Os professores nem sempre estão bem preparados.

Erram em imputar aos outros (menos a si) problemas que deveriam ser interpretados como seus:

M4, p. 13 (grifos meus) - os professores acabam minimizando o problema [da aprendizagem escolar], e as explicações do baixo rendimento escolar recaem, invariavelmente, sobre a falta de suporte familiar, a falta de conhecimentos anteriores e, principalmente, a falta de interesse em aprender.

Erram ao assumir posições “fatalistas”. O que fica explícito no manual do Pecim (M4) na subseção dedicada aos professores e denominada “dizer não ao fatalismo” (M4, p.10). Sua posição “fatalista” é ilustrada a partir de presumidas questões as quais professores se auto interrogariam, como vemos no excerto a seguir:

M4, p. 10 - [...] alguns questionamentos permeiam o pensamento dos professores: quanto tempo será necessário para resgatar as enormes lacunas de aprendizagem acumuladas ao longo de anos? Será possível, com os recursos humanos disponíveis, dar atenção a todos na medida de suas carências e necessidades? Será possível, em curto prazo, tentar melhorar o comportamento de alguns alunos? Vale a pena tentar, mesmo sabendo que esse esforço será subtraído de outros menos capazes ávidos por aprender? Em algum momento, será necessário escolher em quem investir mais? Será justo insistir em alguns alunos que parecem não querer mudar, correndo o risco de comprometer a aprovação da maioria? Será que, em algum momento, será necessário deixar alguém para trás, para “salvar” os demais?

Erram no modo de se apresentar e se vestir. O que fica evidente na fala do ex-ministro: “chega, o professor também tem que chegar alinhado né, o professor também tem que chegar bem vestidinho, bem arrumadinho, não pode chegar lá com a camisa do Che Guevara né” (Min1). Solução que no contexto do Pecim surge com a padronização de vestimentas sobre o que é sugerido o “uso do jaleco branco pelos docentes em sala de aula” (M1, p. 59). Esse modelo de padronização física (como vimos similarmente em relação aos alunos) se mostrou presente nas imagens que compõem o *corpus* como se observa na figura 61.

Figura 61 - Padronização de gestos e vestimentas



Fonte: 1º Seminário Nacional de Boas Práticas do PECIM (Semin2).

Nesse primeiro bloco vemos no exemplo M2, p. 26 que professores *erram por não querer mudar* e fazem isso ao, presumidamente, manter e enaltecer seu "*método*"⁵⁴ de sempre" (M2, p. 26). Esse argumento deixa transparecer duas conexões interdependentes: i) uma relação que é textualmente estabelecida entre ‘mudança’ e método a qual é, por sua vez, ii) uma relação entre ‘mudança’ e a dinâmica professor-aluno visto que métodos de ensino-aprendizagem servem para embasar as atividades do professor em relação aos alunos.

Adjacente a isso a construção de uma narrativa que versa sobre algo desconforme na própria relação professor-aluno o que é elucidativo sobre sob duas perspectivas. Primeiro serve como um argumento que visa legitimar que a interferência que os militares irão produzir nessa relação (professor-aluno) seja aceita como algo admissível. Segundo, essa é uma estratégia discursiva que busca, em essência, fazer com que os próprios professores não resistam à militarização que, da forma como é representada nos textos, é paradoxalmente promovida como algo que iria melhorar essa relação (professor-aluno).

Outros excertos trazidos nesse primeiro bloco adicionam elementos à essa mesma perspectiva. O fragmento "*imputar a outros [menos a si] o[s] problema[s]*" (M4) mostra, de forma encoberta, sobre uma tentativa de se consolidar narrativas que façam com que as mudanças produzidas pela militarização sejam aceitas sem resistências. Isso porque quando professores imputam (seus) problemas aos outros, eles mesmos, não precisariam mudar, pois não seriam os produtores de tais perturbações no ambiente escolar. Nesse sentido imputar

⁵⁴ No contexto do Bolsonarismo a crítica ao “método” educacional recorrentemente surge atrelada à imagem de Paulo Freire. A fala do ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub resume a perspectiva bolsonarista sobre seu método e quem o utiliza: “a patota do Paulo Freire fez um método que não funciona, que nenhum outro país do mundo segue” (Min1).

problemas aos outros (menos a si) seria uma forma de resistir às mudanças comportamentais, relacionais, ligadas as práticas docentes estabelecidas. Dizendo de outra forma, seria por ‘resistir as mudanças’ que os professores acabariam não aceitando seus erros e os transferindo a outros. Assim, aquilo que surge textualmente como um erro não é apenas um elemento depreciativo dessa classe é, também, a produção de uma mensagem a esse grupo de atores sociais: eles não devem resistir às mudanças que a militarização irá produzir. As quais, como já se viu, revelam sobre lugares subalternizados em que as atividades docentes focariam-se em práticas operacionais em detrimento do processo educativo.

Outro fragmento descrito nesse primeiro bloco o qual retrata os professores como sujeitos que erram ao assumir *posições “fatalistas”* (M4) traz outro aspecto relevante identificado nas análises. O uso recorrente de uma estratégia discursiva de distanciamento do enunciador que se repete com outros atores sociais (alunos) quando representações depreciativas se mostram de forma mais manifesta nos textos. Casos em que o uso da autonomação do enunciado (VAN LEEUWEN, 2008) foi o recuso mais utilizado. No excerto em questão esse afastamento é feito representando os professores como ‘agentes que confessam’ (seus erros). Ou seja, nele (M4, p. 10) as perguntas que lá aparecem - ([...] “Será possível, em curto prazo, tentar melhorar o comportamento de alguns alunos? Vale a pena tentar, mesmo sabendo que esse esforço será subtraído de outros menos capazes ávidos por aprender? Em algum momento, será necessário escolher em quem investir mais? [...]”) - são criações textuais que pressupõe sobre indagações que os próprios professores (e não os autores do texto) se fariam.

Ainda sobre esse primeiro bloco sobressaem situações nas quais os professores falham por aquilo que lhes é atribuído como uma ineficiência como em erram *em sua preparação para estar em sala de aula* (M4, p. 9). Essa presumida ineficiência, por sua vez, estaria em fazer com que os alunos estudem "mais" ao invés de fazê-los estudar "melhor". De forma que estudar melhor seria ensinar "caminhos mais eficazes" aos alunos.

O texto que ilustra esse argumento (bem como outros conteúdos analisados) não deixa claro quais seriam esses “caminhos eficazes,” mas seguindo a trilha da palavra “eficaz” no *corpus* dois aspectos puderam ser observados.

A palavra eficaz aparece como um termo mitigador de uma carência na qualidade do trabalho docente (como na forma/modo que professores aplicam provas de avaliação [M12, p. 23] ou de recuperação [M1, p. 46] aos alunos), bem como da própria formação desse grupo que apresentaria lapsos no seu desenvolvimento devido a sua parca participação de iniciativas estratégicas que visem aumentar sua qualificação profissional [M2, p. 61].

Nesse segundo bloco os erros/falhas imputados aos docentes serão discutidos à medida que citados no texto dada a sua importância naquilo que legitimam discursivamente sendo eles: professores erram porque não sabem planejar, mas principalmente erram porque não se fazem respeitar.

Os docentes, de forma recorrente no *corpus*, errariam no seu fazer profissional porque não saberiam planejar, já os militares teriam isso como uma qualidade quase natural. E quanto a esse tópico é preciso considerar que a palavra planejamento e suas derivações (planejar, planejando, planejado) é citada 153 vezes no Manual do Pecim ao longo de suas 324 páginas.

Uma das razões incutidas nisso pode ser exemplificada na entrevista do segundo diretor do Pecim quando ele concorda com seu interlocutor que o “planejamento estratégico” é uma técnica que “surgiu no mundo militar” e que, portanto, seria algo intrínseco ao fazer militar. Ao contrário disso, a equipe técnica e professores, impessoalizados (1.7) nessa entrevista como “a escola”, não teriam esse tipo de preparo na sua formação (Diret.Pecim2).

Um curioso exemplo de planejamento sob uma ótica militarista, quando transportada a esses espaços organizacionais, pode ser ilustrado na fala de um Oficial de Gestão Educacional durante o seminário de melhores práticas do Pecim (Semin2). Nela o militar explica que para reduzir os índices de evasão escolar durante a pandemia de Covid-19 “a equipe de monitores criou um mecanismo próprio” que foi restringir o acesso a cartões de alimentação (no valor de R\$ 80 reais mensais) e passar a fornecê-los somente às famílias que tivessem seus filhos “participando” das aulas on-line.

Medida que, no mínimo, poderia ser interpretada como irregular uma vez que a Lei 13.987/20, promulgada durante a pandemia, assegurava que as escolas deveriam prover formas de fornecimento de alimentos, antes distribuídos como merenda escolar, às famílias em situação de vulnerabilidade que tivessem seus filhos ‘matriculados’⁵⁵ na educação infantil, ensino fundamental e ensino médio da rede pública.

Nesse sentido o sujeito militar surge como figura quase icônica do líder populista que através da imagem de homem forte, decidido, marcada por estereótipos culturais propõe soluções de senso comum em desacordo com opiniões ou regramentos propostos por especialistas (MUDDE; KALTWASSER, 2017)

O exemplo acima é elucidativo, pois permite observar que ao acessarem uma área na qual não têm formação ou experiência prévia (cf. capítulo 2) os militares podem interferir na

⁵⁵ A alimentação escolar é um direito assegurado na Constituição Federal do Brasil, sendo dever do Estado garanti-la a todos os estudantes ‘matriculados’ na rede pública de educação básica (BRASIL, 1988).

organização utilizando-se de técnicas as quais dominam (punitivistas, por exemplo) as quais podem ser deletérias ou, dependendo da situação, até mesmo ilícitas.

Outro erro, até mesmo mais recorrentemente imprimido aos professores, é o de não se fazer respeitar. Assim como vimos nas análises dos alunos essa é uma temática que recebe grande atenção no Pecim, além do termo ‘respeito’ ser um dos pilares daquilo que deve ser “ensinado” dentro do Projeto Valores.

Quando a palavra respeito (e suas derivações como respeitar, respeitado, respeitando) se mostra atrelada aos professores, de modo ampliado, ela faz alusão à percepção de que os professores não têm uma atitude propositiva em se fazer respeitar.

Dentro de um contexto militarizado (ou mesmo para legitimá-lo) os enunciadores tendem a atrelar respeito à imagem dos militares. Assim, no contexto escolar, professores poderiam ser auxiliados a recuperar formas de respeito, que pode assumir várias significações, como se discutirá em seguida, através da ação dos militares.

O relato de um pai de aluno de Ecim ilustra como isso é articulado textualmente: “os jovens, crianças, até adulto, não respeitam eles mais [os professores]” (IF), sobre o que complementa justificando a necessidade de militares:

IF (grifos meus) - O jovem de 13, 14, 15, 16, adolescência não é fácil, eles ficam muito rebeldes, e os professores coitados [...] a gente precisa da ajuda de um profissional, né [referindo-se aos militares]? Que tenha uma parte técnica de lidar com isso, a gente tem que valorizar essas coisas.

Para o entrevistado a adolescência compreende uma fase difícil, pois os jovens apresentariam formas de insubmissão que, quando transportadas para sala de aula, tornariam os professores passíveis de comiseração ("coitados"). Na sua percepção os militares trariam para sala de aula uma ajuda "profissional".

O paradoxo disso está na pressuposição de que o militar teria uma "parte técnica" mais qualificada para "lidar com isso" (IF), ou seja com o processo educacional (o qual, contraditoriamente, não dominam tecnicamente), do que aqueles que já são educadores de formação e assim atuam profissionalmente.

Isso revela como o processo de legitimação da militarização não precisa ter em seus conteúdos um dado de realidade factual (militares de fato não tem esse tipo de preparo) e como um ideário socialmente construído sobre certos atores sociais (no caso os militares) pode ser utilizado, por governos populistas radicalizados, como recurso legitimador de práticas contraditórias (como a militarização escolar).

Outro ponto a se considerar é que normalmente populismos marginalizam a burocracia existente (representada, aqui pelos professores) com base na afirmativa de que a burocracia

pública seria preguiçosa e incompetente (PETERS; PIERRE, 2019). Contudo, como mostraram as entrevistas com familiares de alunos das Ecim, e o relato acima é ilustrativo, esse não é o caso dos professores. Os entrevistados tendem a vê-los como dedicados e interessados, frente a uma realidade que muitas vezes se mostra adversa em seu campo de trabalho. Nessa percepção os militares não adentrariam a escola porque os professores demonstrariam algum tipo de preguiça ou inaptidão, mas sim para “ajuda-los” a lidar com situações difíceis, como jovens “rebeldes” que desrespeitam o seu trabalho (como na fala de IF).

Não obstante, é particularmente relevante a essa discussão aprofundar os significados que o termo respeito assume em relação a representação dos professores. De modo que, quando os textos evidenciam que uma falha recorrente a esse grupo é sua incapacidade de se fazer respeitar, o que isso legitima a partir de um cenário militarizado?

As análises permitiram identificar três conteúdos legitimadores centrais quais sejam: respeito, quanto atrelado aos professores, legitima formas de controle por sanção, modos de autoridade e, ainda, formalidade relacional.

A expressão de respeito enquanto forma de controle por sanção pode ser ilustrada na fala de uma professora de Ecim a seguir:

IT - só fato deles [os militares] estarem lá já vai impor respeito acho [...] eles [alunos] terão toda uma rotina de organização em sala de aula, quando o professor entra na sala de aula eles vão estar organizados cada um na sua classe [...] vai ficar um pouco mais fácil de controlar eles [os alunos].

Na ótica da entrevistada respeito seria algo que influenciaria em um tipo de manejo dos alunos o qual tornaria mais fácil o exercício de controle desses últimos. Na perspectiva acima a coabitação da organização escolar pelos militares produziria efeitos que favoreceriam o trabalho do professor, mesmo que esse favorecimento signifique formas específicas de padronização e contenção como expresso em "cada um em sua classe".

Respeito como exercício de autoridade, em um contexto militarizado, pode servir de instrumento para legitimar, por exemplo, formas de relação que passaram a ser aceitáveis entre os sujeitos como ilustra a fala do ex-subsecretário de Fomento às Escolas Cívico-Militares:

Diret.Pecim1 (grifos meus) [é preciso que o aluno entenda] a importância de ele saber se relacionar ou inter-relacionar com pessoas, entender que é necessário numa sala de aula que o professor tenha autoridade para conduzir o processo de ensino e aprendizagem. Para isso, ele deve respeitar o professor”

A questão que surge disso é que tipo de relações seriam essas sob uma ótica militarista? Quando níveis de autoridade são excessivamente assimétricos eles podem validar modos de sevícia psicológicas ou físicas. Isso, quando transmutado ambiente escolar, é capaz de produzir efeitos deletérios nas relações entre os sujeitos em que o medo passa a ser uma ferramenta

válida na gestão das relações intraorganizacionais, como o que vemos na fala do então presidente em evento oficial de certificação das Ecim:

PR3C (grifos meus) [...] quando o professor chegava na sala de aula, não tinha conversa. De vez em quando algum aluno fazia xixi nas calças porque ficava inibido em pedir para o professor para ir no banheiro, eu lembro na minha escola, em 1964, Grupo Coronel Siqueira de Moraes lá em Jundiá. Eu morava no Vianello e ia a pé para a escola. Quantas vezes nós assistimos ali, como um castigo para o aluno que tinha feito algo de errado, sentar numa carteira que era dupla ao lado de uma menina e a gente ficar vermelho de vergonha. Era uma forma de castigá-los.

Respeito também se mostrou nos textos como instrumento legitimador de modos de distanciamento nas relações os quais, presumidamente, demarcariam e garantiriam seu pleno exercício. Nesse caso a formalidade de uma relação entendida como respeitosa seria o oposto daquela que apresenta traços de proximidade. O texto a seguir é ilustrativo quanto a isso:

IF - No colégio militar não tem aquele negócio de tapinha nas costas, 'amigão' e tal, não tem aquele negócio de gritar com o professor, não tem coisas que você vê em colégio civil, certo? E assim, toda vez que um professor entra todo mundo se levanta, então realmente existe o respeito, certo? Então, eu acho que essa é uma grande diferença que eu acho que os alunos aprendem né, a respeitar os professores.

O excerto acima permite observar que a representação dos professores por meio de identificação relacional (1.6.1.5.2.2) (como, por exemplo, ligado a uma figura amiga) é articulada como aquilo que provocaria um tipo de arranjo negativo nas relações que envolvem respeito.

De modo geral, a proximidade nas relações em detrimento de um caráter formal é promovida no *corpus* como um fator gerador de desorganização nas relações hierárquicas entre esses grupos, no limite, a proximidade surgiu como um fator de fraqueza e produtor de formas de desacato (desrespeito) aos professores. Nesse sentido, os textos evidenciam diferentes signos formais de respeito como levantar-se quando uma pessoa de maior *status* surge na cena, como se viu no texto acima.

Esse mesmo recurso que revela quanto a uma necessidade de formalidade nas relações pode, ainda, ser exemplificado pelo texto a seguir:

IM (grifos meus) - [...] na minha época o professor não entrava em sala zoneada, sabe? Com todo mundo gritando... não. Era todo mundo em pé, ao lado da sua carteira né, o professor já entrava... mas assim, era uma rotina, na verdade tu nem sentia que era... [...] E aos pouquinhos estava, por trás de tudo isso, essa questão do respeito, de ordem na sala de aula.

O excerto acima permite observar como signos de respeito, como se viu inclusive na análise dos alunos, poderiam ser desenvolvidos através de mecanismos de repetição diária (com a “rotina”) mas, acima de tudo parecem ser interpretados como formas assertivas e necessárias de conduta social.

A figura 62 sintetiza os pontos centrais da representação dos professores por desvio.

Figura 62 - O desvio dos professores

Resumo da seção – desvio

Professores cometem desvio à medida que são representados, também, como partícipes da prática da militância política (de esquerda). O Projeto Valores é um ícone importante na estruturação desse modo de representação, pois fornece a “fundamentação teórica e filosófica” daquilo que deveria ser colocado em prática dentro das escolas para evitar tal ação desviante dos professores. Atores sociais representados por desvio recorrentemente são apresentados como aqueles que falham, aspecto que se sobressaiu nas análises desse grupo. Eles supostamente falhariam ao resistir as mudanças, em seu modo de avaliar a realidade, em seus métodos pedagógicos, na sua presumida imperícia em planejar, na forma como se vestem, mas especialmente em não se fazer respeitar. Como forma de corrigir tais falhas, em especial essa última, docentes deveriam estimular uma ação contida e controlada por parte dos alunos, o acato irrestrito de formas de autoridade e atuar de modo formal (e distanciado) em relação aos discentes.

Fonte: elaborado pela autora (2023)

5.3 REPRESENTAÇÃO DOS MILITARES

Considerando que os militares são um grupo de atores sociais que aparecem nos textos principalmente por meio de dissociação (1.6.1.2) em relação aos professores e aos alunos é importante uma breve retomada sobre o que as análises desses últimos já revelaram, mesmo que indiretamente, até aqui. Assim, com base no que se discutiu previamente os militares aparecem:

- i) apresentados por destilação (1.6.1.8.4) através do adjetivo qualificador "profissionais" (Diret.Pecim1) e, com efeito;
- ii) eles assumem posições como aqueles que "ajudam" (1.1) os professores a lidar com alunos (IF) além de
- iii) posicionados na organização como atores sociais de capacidade superior para resolução de conflitos não apenas entre os alunos, mas também dentro do quadro docente beneficiando (1.2.2) esses últimos;
- iv) militares são representados não apenas como aqueles que orientam sobre o que vem a ser disciplina e respeito (Min1) e adestram os alunos sobre tais quesitos a partir de práticas militares como a Ordem Unida (M1, p. 34), mas também, sua presença, por si só, já representaria um fator gerador de respeito e acato as regras por parte de pais e alunos (IT);

v) são representados como um "modelo" de adultos confiáveis (Diret.Pecim1);

vi) são agentes (1.1) que contam com informantes (os chefes de turma) para obter pareceres sobre a conduta de alunos e dos professores (M1, p. 55);

vii) vem antes dos professores, dentro de uma escala hierárquica, que define quem pode conceder elogios aos alunos, bem como

viii) são representantes de um tipo de resgate da sociedade brasileira, à medida que são inseridos na escola para "estancar" o "marxismo cultural" presumidamente promovido pelo quadro docente (Min1).

O conjunto de representações acima permite compor uma simbolização (1.6.1.8.2) desses atores a qual será discutida a partir de agora.

5.3.1 Simbolização

Todos esses aspectos citados acima têm uma razão de existir que é textualmente reproduzida. A forma de representação que melhor permite identificar a razão dos militares assumirem um lugar de destaque e honorificação no contexto do Pecim é a simbolização (1.6.1.8.2). Particularmente porque ela possibilita analisar como um determinado grupo (no caso os militares) é usado como ‘símbolo’ de algo idealizado/ficcional e que age em prol de uma "sociedade fraca" a qual “são encarregados de defender” (VAN LEEUWEN, 2008, p. 49).

Nessa seção apresento o processo de construção argumentativa que estrutura a representação dos militares como ‘agentes salvadores’ e os diferentes significados que isso pode assumir através da militarização. Como nas análises anteriores, além desse foco analítico, à medida que se mostrar produtor, farei uso de outras formas de representação adjacentes que auxiliem a identificar e observar a expressão de tal conteúdo representacional.

A ideia desse grupo como salvadores é basilar na representação dos militares e ela se sustenta na ideia de defesa da pátria. A seção III do manual, dedicada exclusivamente aos militares, é elucidativa nesse sentido e nela se lê:

M2, p. 46 (grifos meus). As Forças Armadas destinam-se a defender a pátria e garantir os poderes constitucionais, missão desempenhada com compromisso e dedicação pelos seus profissionais, haja vista serem as Forças Armadas consideradas pela opinião pública a instituição de maior credibilidade no país (INSTITUTO DATA FOLHA, 2019).

No texto acima as Forças Armadas têm como dever defender o país o que envolveria um conjunto de medidas e ações para a salvaguarda do território que vão desde a soberania e dos "interesses nacionais contra ameaças" externas até a garantia da independência e ação dos poderes, ou seja o Legislativo, Executivo e Judiciário (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2022, n.p).

Essa "missão", por sua vez, seria cumprida com "compromisso e dedicação" pela instituição de "maior credibilidade" no Brasil (cf. M2, p.46). Para legitimar esse último argumento os enunciadores utilizam-se de autonomização do enunciado (VAN LEEUWEN, 2008) fazendo referência à pesquisa do Instituto Datafolha (2019) como a instituição garantidora da credibilidade sobre o que é afirmado no manual das Escolas Cívico-Militares.

Uma análise detalhada permitiu observar que além dessa Força, os textos destacam bombeiros e polícia militar como grupos que têm como missão proteger a sociedade (M3). Isso se justifica porque (cf. capítulo 2) além de militares do exército, da marinha e da aeronáutica, também bombeiros e policiais militares podem fazer parte do Pecim (conforme o modelo de adesão adotado). Logo, a sua inclusão dentro de um argumento propositivo que os posiciona dentro do grupo “os militares” faz sentido em termos narrativos.

Em linhas gerais, isso significa que os militares (independente da sua Força de origem) são representados por generalização (1.6.3) ou seja, representam uma “classe” particular de pessoas como vemos em:

M3, p. 46 (grifos meus) - [...] o sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe impõem, a cada um dos integrantes das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares conduta moral e profissional irrepreensíveis.

No texto acima observa-se que essa “classe” militar possui um tipo de distinção ("pundonor") que compele ("impõem) a todos os seus integrantes uma conduta moral e profissional de tamanha excelência sobre a qual os demais membros da sociedade (civil, portanto) não poderiam tecer nenhum tipo de censura ou reprovação. Militares são, nesse sentido “irrepreensíveis”. Contido nisso a premissa de que militares não cometem erros, nem morais, nem profissionais.

Essa é uma representação importante em relação a tudo que já se discutiu até aqui, pois à medida que representados dessa forma - militares não erram (já professores e alunos erram, como se viu nas seções anteriores) - torna-se mais evidente sobre o porquê dos militares assumirem uma posição de superioridade (técnica e moral) em relação a outros atores sociais.

Por sua vez, aquilo que surge descrito como uma “conduta moral e profissional irrepreensíveis” (M3, p. 46), no excerto acima, seria resultado de sua irrestrita observância de preceitos éticos como se lê em:

M3, pp. 46- 47 - amar a verdade e a responsabilidade como fundamento de dignidade pessoal; cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes; ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados; zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; empregar todas as suas energias em benefício do serviço; praticar a camaradagem e desenvolver, permanentemente, o espírito de cooperação; ser discreto

em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada; abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa de qualquer natureza; observar as normas da boa educação; garantir assistência moral e material ao seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar; conduzir-se, mesmo fora do serviço ou quando já na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decoro militar [...]

No texto acima é possível depreender que esse grupo é simbolizado dentro de um quadro de atributos quase míticos (VAN LEEUWEN, 2008), ou seja, militares seriam cumpridores de todas as leis e regulamentos sociais, guarnecidos de um senso de justiça e imparcialidade para julgar a si mesmos e aos demais, dotados de relevante preparo moral, intelectual e físico, cooperativos, discretos não apenas na forma como se apresentam socialmente, mas como agem, como falam, como escrevem; seriam sujeitos que guardam segredos ("matéria sigilosa"), educados, "chefes" de família exemplares, agiriam com disciplina, respeito e decoro tanto quando estão em atividade como fora dela. Em síntese, o que vemos é a representação simbólica de um sujeito social idealizado/imaginado, quase mítico, quase heroico.

Esses preceitos, por sua vez estariam atrelados a "valores militares" dentre os quais destaca-se o "culto das tradições históricas" (M3, p.46).

Esse é um elemento importante na análise, pois expõe sobre o viés conservador do militarismo (BOER, 1980), no sentido de conservação das tradições, o que justificaria o acoplamento que o populismo de direita radical brasileiro faz com essa ideologia.

Essa conservação, por sua vez, também dá indicativos sobre uma defesa cultural (uma defesa das "tradições") como algo presente dentro dos valores militares.

Nesse sentido, a construção narrativa dos militares como agentes capazes de estancar (nas palavras do ex-ministro da educação) o marxismo cultural encontra aqui um ponto de ancoragem. Ou seja, se na visão de um movimento populista de direita radical o marxismo cultural prevê a destruição dos valores tradicionais, por sua vez, a utilização de representantes que tenham como princípio a manutenção desses mesmos valores faz sentido quanto a produção de uma narrativa que os coloque como os agentes mais habilitados para defender os valores tradicionais/clássicos da sociedade brasileira.

Ainda assim, importante destacar que existe uma premissa contida dentro da ideia de culto/defesa de nossas tradições históricas: a de que elas seriam eminentemente boas. Essas é uma premissa problemática quando consideramos que o Brasil é formado a partir de muitas tradições opressoras - como a relação escravagista e a exploração dos indígenas - que não obstante, foram cunhadas e reproduzidas ao longo do século XX com apoio de instituições militares (MARTINS FILHO, 2020).

Todas presumidas qualidades a partir das quais os militares são representados mostraram-se amparadas a partir de um argumento central, o de que teriam uma formação superior. O trecho a seguir ilustra como esse argumento mostrou-se articulado no *corpus*:

IF2 (grifos meus) - Quando você vai fazer a prova da EsPCEEx⁵⁶, você faz a prova concorrendo com civis também. Eu fiz, passei, só que eu não fui, certo? Foi uma opção minha, tá? E detalhe, quando eu fiz eu já não estava no colégio militar, eu fiz porque era um vestibular que eu achava difícil, porque eu estava me preparando para o vestibular da faculdade de direito né, e assim, eu disse ‘vou fazer a própria EsPCEEx que é antes do meu vestibular que eu quero pra ver se eu estou bem’, tipo assim, medir mesmo.

Como se observa na fala acima, derivada da entrevista com um pai de aluno de escola militar, para se preparar para um processo rígido de seleção, como o vestibular em uma universidade federal, ele recorre, antes, a um tipo de 'testagem' realizando uma prova em uma organização militar. Embutido em seu argumento está a proposição de que a educação militar é melhor. Ou seja, à medida que pré-aprovado em uma instituição militar isso, por si só, já serviria como um tipo de declaração ou mensuração sobre sua qualificação educacional para exames igualmente difíceis, mas não comparáveis ao nível presumidamente superior de uma formação proveniente de unidades educacionais militares.

Esse argumento é basilar na própria proposta do Pecim. Está contido na afirmativa de que as Escolas Cívico-Militares se “inspiram” em colégios militares como um exemplo a ser mimetizado em instituições de educação civis (ver discussão no capítulo 2). Ele, também está presente no manual do Pecim como se lê em:

M1, p. 46 (grifos meus) - Oficiais e praças, tanto das Forças Armadas quanto das Forças de Segurança Públicas, preparam-se em escolas de formação de excelência deste País e desenvolvem, além de elevado nível intelectual, valores éticos e morais [...]

Ainda assim, como se observa acima, essa formação entendida como de excelência não significa apenas uma educação ligada a aspectos intelectuais, ela significa, que tais sujeitos são formados a partir de valores éticos e morais que lhes garantiriam uma distinção enquanto grupo social. Para aprofundar essa perspectiva observemos a fala de uma ex-aluna de colégio militar:

IExS (grifos meus) – Então assim, se tu chegou com o uniforme todo amassado bagunçado, tu perdeu mais tantos pontos. E quando tu chegar em 5 pontos, tu é expulso do colégio. Eu estou falando isso na minha época, tá? E no colégio cívico-militar até onde eu sei há um tipo de frouxidão. Até porque eu acho que esse colégio cívico-militar está sendo muito mais criado para pessoas civis, não filhos de militares. E aí que está, os filhos de militar, justamente porque são filhos de militar, já têm um tipo de educação diferenciada, entende?

⁵⁶ A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) é uma instituição que prepara candidatos para o ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras. Essa última é responsável pela formação do oficial combatente do Exército (ESPCEX, 2018).

O que no texto acima aparece como "frouxidão" significa sobre um tipo de fraqueza que existiria no mundo civil e não no mundo militar. Essa fraqueza seria o inverso de medidas de austeridade e rigor enquanto recursos, aceitáveis, para garantir que certas regras sejam seguidas.

Esse é um dado expressivo à medida que os militares são inseridos dentro das escolas para, justamente, fazer cumprir um conjunto de regras sobre apresentação física, comportamentos, procedimentos e formas de avaliação.

Ainda assim, a segunda parte desse texto permite observar que esse mundo militar, na qual a enunciativa insere-se, engloba não apenas os próprios militares, mas também seus familiares. A família militar e seus membros, nesse sentido, teriam uma dupla distinção: uma educação formal "de excelência" (M1, p. 46) e uma educação intrafamiliar "diferenciada".

De forma sintetizada, o argumento que norteia os textos versa sobre a seguinte narrativa: os militares são agentes sociais diferenciados, pois possuem tanto uma formação educacional de excelência quanto uma formação familiar "diferenciada".

Nos termos da análise, isso pode ser interpretado como uma estratégia discursiva de espacialização (1.7.2). Ao passo que esses 'lugares' aos quais os militares estariam associados e que produzem sujeitos (simbolicamente) superiores (em termos cognitivos, morais e éticos) seriam a sua família e as suas escolas. Essa premissa produz diferentes efeitos como a possibilidade de serem sobredeterminados como figura parental (retomarei esse tópico adiante).

Retomando o 'atendimento as regras', presente no texto anterior, esse foi um tópico de grande destaque quando atrelado a representação dos militares e quanto a isso a fala a seguir é ilustrativa:

IT (grifos meus) - nós temos monitores tanto das forças armadas como da brigada militar que cuidam da disciplina dos alunos nos corredores, para evitar correria, eles evitam aquele estado de desordem na escola [...] com os militares os alunos e os pais respeitam mais, temos regras, as pessoas seguem as regras. [...] Se a menina chegar lá com o cabelo cor de rosa, eles vão conversar com ela, tem que ir se adaptando né?

No trecho acima ocorre uma dissociação (1.6.1.2) nela os militares são dissociados de outros dois grupos, os pais e os alunos os quais não respeitariam as regras de forma adequada. Ainda, nesse texto é possível perceber que os professores surgem como beneficiados dentro desse mesmo processo de dissociação. Isso porque a referência "nós temos monitores" para fazer valer as "regras" remete a uma ideia de que os militares seriam um tipo de recurso na promoção de um estado de ordem que, como vemos, pode significar tanto o cumprimento de prescrições sobre comportamentos (disciplinados) ou mesmo a apresentação física de alunos.

Em linhas gerais, uma organização escolar militarizada seria diferenciada, na fala da enunciativa, pois ela possuiria monitores, diferenciando-se, assim, qualitativamente de outras escolas que não contariam com esse presumido recurso.

O elemento central legitimado aqui é o de que militares seriam capazes de produzir um ambiente mais organizado, disciplinado, ordeiro no qual todos seguem as "regras". O que, entre outras coisas, também podem significar formas de censura comportamental ou de apresentação, como o cabelo rosa, da menina, que não é permitido.

Nos textos, assim como militares são representados como um recurso (ou instrumento), eles também apareceram representados pelos recursos que usam e aqui novamente, um instrumento de destaque é a Ordem Unida.

Como já se viu antes, a Ordem Unida é de responsabilidade dos militares (ver M1, 34) e serve como um instrumento de disciplinamento que é controlado e promovido por esse grupo. Assim, à medida que a Ordem Unida é referenciada nos textos ela representa, indiretamente, os militares por meio de objetivação instrumental (1.7.2). Quando lemos em “Art. 45. A ordem unida estimula no aluno a disciplina e o espírito de corpo, além de desenvolver a coordenação motora, a postura e a resistência” (M1, p. 34) sabemos que ela não ocorre sozinha e sim a partir da ação dos militares, logo, quem estimula disciplina nos alunos é o militar – através da Ordem Unida.

Além de representados como recursos ou pelos recursos que utilizam para produzir, através da obediência, um estado de ordem, militares também são simbolizados como produtores de um estado de segurança, como mostra a fala do Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares, a narrativa de um pai de aluno de uma Ecim e o descritivo das atribuições dos monitores no manual:

Diret.Pecim2 (grifos meus) - uma escola que ainda está iniciando a sua caminhada conosco [sendo militarizada] localizada em um bairro onde já não se podia mais entrar, no bairro do Frade, em Angra dos Reis e a presença dessa escola aqui com uma ação a quem eu computo à polícia militar do estado, hoje o trânsito é livre naquela região e os alunos e os pais dos alunos e professores também podem acessar livremente a escola, então benefício, muitas vezes de uma Ecim, não é só dentro dos seus muros mas é também no entorno onde está localizada

IF (grifos meus) - e eu era um pai assim que tinha que levar ela e trazer pro colégio, devido à criminalidade que se tornou ali, drogas... os jovens iam ali para fazer hostilidade com as meninas, então... eu vi, me criei naquela escola e ficava muito triste de ver que estava regredindo né, pra mim não tinha jeito, mas fiquei feliz quando disseram que iriam vir os militares [...] Porque assim, aonde a segurança não está, a insegurança está, né?

M1, p. 29 (grifos meus). Em complemento ou em reforço às atribuições definidas no Regulamento das Ecim, são atribuições dos monitores: IX - promover a sensação de segurança no ambiente escolar;

Na fala desse diretor a militarização reverberaria para fora dos muros da escola impedindo a ação de criminosos; na fala de um pai a militarização produziria um contexto de segurança no que se refere à oferta de drogas e crimes sexuais ou de gênero, já no manual o que vemos evidencia sobre o que seria a produção de uma "sensação" de segurança e esse termo é pertinente para uma reflexão adicional.

Os pais têm razão de reconhecer que a escola não oferece a segurança devida a seus filhos, como na fala acima. No entanto, a violência não é algo que está dentro da escola ou somente nos seus arredores, ela reflete aquilo que existe na sociedade como um todo, visto que está inserida em um contexto macrossocial.

Além disso, é preciso considerar que a polícia que é chamada para impedir a violência dentro da escola é a mesma que não consegue entregar resultados à sociedade em relação às políticas públicas de segurança para as quais ela efetivamente foi criada e existe (ALMEIDA SANTOS, et. al., 2019). Ao que cabe destacar, que apesar de evidente socialmente, esse último conteúdo encontrou pouca expressão no material analisado, mas, ainda assim, pode ser evidenciado na fala de uma avó de aluna de Ecim:

IG – Primeiro, assim, eu acho que a nossa segurança pública é muito falha, a gente olha o noticiário e já vê. Então, vai pegar e colocar quem já não faz bem sua função para dentro da escola dizendo que lá eles vão fazer o que até agora não estão fazendo bem?

De modo geral, o termo “sensação” de segurança (M1, p. 29) ao qual se refere o manual do Pecim é particularmente oportuno, pois trata-se da idealização da militarização enquanto uma solução para violência social.

Retomando um enfoque que se antecipou antes, a simbolização desse grupo a partir de qualidades e atributos notáveis permite/habilita discursivamente que eles venham a desempenhar em outras práticas sociais. Nos textos isso apareceu quando os militares são representados sobredeterminados como aquilo que chamarei de guru, de consultor corporativo e ainda figura parental.

Simbolicamente sobredeterminados (1.6.1.8) na condição de ‘guru’ militares se destacaram nos textos como gentes capazes de iluminar a mente dos seus discípulos “sobre conteúdos diversos” (THOMAS, 1997, p. 234). Ao serem representados dessa forma lhes foi atribuída a capacidade de pronunciar-se, opinar e orientar os alunos sobre múltiplos temas, como ilustra o texto a seguir.

M2, p. 48 (grifos meus) - O objetivo dos monitores é contribuir, especialmente, na formação ética, moral, afetiva, social e simbólica, com palestras, bate papos, relatos de experiências vividas, exigência do cumprimento das normas escolares, orientações e retiradas de dúvidas dos alunos sobre diferentes assuntos [...]

O texto acima mostra a representação dos militares como aqueles que têm como “objetivo” contribuir com a formação dos alunos. Para tanto, e partindo da premissa que possuem uma vida ilibada, poderiam se utilizar como recurso os relatos sobre as suas próprias vidas (suas "experiências vividas"). Eles também devem auxiliar nessa formação exigindo dos alunos o cumprimento das regras e das normas escolares em consonância com o que já se evidenciou antes.

Todavia, um elemento nesse texto chama a atenção que é a capacidade que lhes é atribuída para retirar dúvidas dos alunos sobre "diferentes assuntos". Essa presumida polivalência leva à reflexão sobre que tipo de aconselhamento e/ou orientação esses militares, em sua maioria homens de meia idade ou mais (pois, em larga medida, são reformados), estariam habilitados a fornecer, por exemplo, a uma aluna enfrentando uma situação de gravidez precoce ou um aluno em situação de abuso de drogas.

De certo modo, isso mostra como a militarização pode legitimar formas de precarização e desvalorização de um conjunto amplo de profissionais dentro da organização - para além do que acontece com os professores - tal como a psicóloga escolar ou mesmo orientadores educacionais os quais estariam melhor preparados para lidar com questões como as comentadas acima (abuso sexual, drogas e etc.).

De forma latente isso também revela que o conteúdo anti-cientificista presente dentro de formas de governo radicalizadas (CARVALHO, 2021; MUDDE, 2019) pode encontrar canais de legitimação social através da militarização. Quando militares passam a atuar diretamente com os alunos utilizando-se como teoria e método “suas experiências vividas” (como em M2, p. 48) isso coloca a educação escolar em um lugar de senso comum, retirando-lhe a condição de fazer científico produzido por diferentes áreas do conhecimento como a educação, pedagogia e a didática. E quando a isso lembram Mudde e Kaltwasser (2017) que movimentos populistas de direita radical tendem a adotar soluções de senso comum em detrimento da opinião de especialistas.

Militares também se destacaram de forma sobredeterminada como um tipo de consultor corporativo. Nesse caso em particular se sobressai a figura do Oficial de Gestão Escolar sobre o qual lemos:

M1, p. 8 (grifos meus) - Art. 18. O Oficial de Gestão Escolar é o assessor do Diretor nos assuntos referentes às áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa e tem as seguintes atribuições: I – assessorar o Diretor na implantação do modelo das Ecim; II – participar da capacitação dos profissionais da escola para a implantação do modelo das Ecim; III – atuar na supervisão às atividades da gestão educacional; IV – assessorar o Diretor na gestão administrativa da escola; V – assessorar o Diretor na gestão didático-pedagógica, nos assuntos referentes às especificidades do modelo das Ecim; VI – acompanhar o Diretor nas formaturas gerais e nas solenidades cívico-

militares da escola; VII – participar da apuração, da aplicação e do julgamento de recursos de medida educativa dentro da sua competência funcional e de acordo com as Normas de Conduta e Atitudes; e VIII – manter contato com o Ministério da Defesa sobre assuntos relacionados aos militares.

Como se observa suas atribuições envolvem ações junto aos professores como garantir que os modelos didáticos pedagógicos propostos pelo Pecim sejam aplicados (M1). Envolvem ações corretivas em relação aos alunos, situação em que participaram como membros julgadores em caso do não cumprimento das Normas de Conduta e Atitudes previstas no Pecim.

Conseqüentemente, o Oficial de Gestão é um militar com capacidade para interferir no quadro escolar. Disso depreende-se dois enfoques: i) o fato de militares serem dotados de uma capacidade de interferência em questões didático-pedagógicas, o que por si só seria incongruente, pois esse é um quadro que adentra o Pecim sem a necessidade de formação no campo da educação e ii) relacionado a mesma temática, ou seja, sua falta de formação pedagógica, também coloca em questão sua capacidade de ação sobre os discentes.

E sobre esse último elemento observemos como isso pode gerar desvios:

PR3C - na hora da garotada ir embora, entravam em fila indiana e lá na frente alguém [referindo-se a um militar] perguntava: 7×8 , raiz quadrada de 4, fórmula da água, quem descobriu o Brasil. Perguntas de acordo com a escolaridade, caso o aluno errasse, ele voltava para o final da fila e quando ele conseguia ser liberado, vi pai pegando pelas orelhas. [...]

No texto acima o então presidente, durante a cerimônia de certificação das Escolas Cívico-Militares, refere-se a uma escola militarizada no estado de Goiás para exemplificar uma prática meritória (na sua visão) promovida por militares. Todavia, diferente do posicionamento do ex-presidente o que se vê é uma evidente distorção do processo educativo através da aplicação de formas de se ridicularizar publicamente as falhas dos alunos. E, quanto a isso, cabe refletir que uma ideologia militarista, a partir de seus conteúdos de viés autoritário, pode borrar os limites do aceitável e do inaceitável socialmente. Ao que cabe considerar que também há um tipo de borramento, menos deletério do que o exemplo acima, mas igualmente evidenciando sobre conteúdos militaristas, no termo (1.6.1) “Oficial de Gestão”, ao qual mescla uma posição de autoridade utilizada no meio militar “oficial” com um termo da administração “gestão”.

Por fim, militares também se destacaram sobredeterminados como figuras parentais. Nessa posição eles representariam um tipo de referência familiar enquanto adultos capazes de prover ações de proteção, zelo, guarda, acolhimento que, aos discentes, aparece presumido como algo faltante em seus núcleos familiares como se observa a seguir:

M2, p. 47 (grifos meus) – Eles [os militares] irão ajudar a reorganizar a escola, a contribuir na formação integral e a servir de referência para muitos alunos que infelizmente não possuem bons exemplos a seguir.

M3, p. 50 (grifos meus) - Os monitores escolares exercerão o papel de tutoria que muitos alunos não tiveram em seus ambientes familiares, proporcionando acolhimento, diálogo, dando o exemplo e servindo de referência, aspectos esses tão necessários ao desenvolvimento do aluno como pessoa.

Uma explicação para a construção da narrativa acima baseia-se no fato dos militares serem representados como um modelo de progenitor à medida que descritos formalmente como aqueles que são um “chefe de família modelar” (M1, p. 47), como se viu em excerto anterior. Além de presumidamente originários de uma formação familiar diferenciada, também como já apontado. Ao passo que o conjunto dessas ‘qualidades’ faria com que pudessem ser representados como uma figura parental e de tutoria.

Mas, o militar não exclusivamente aparece sobredeterminado assumindo ‘esse lugar’ parental, os dados mostram que esse grupo também é descrito como beneficiador da família e dos responsáveis quanto à formação de seus filhos. Sobre isso observemos a fala de um pai de aluno de Ecim:

IF (grifos meus)- Sim, com os militares têm disciplina, eles [os alunos] entram em fila, não entram se empurrando, eles falam baixo, conversam baixo, né? Então, pra mim isso é muito bom, e para o meu filho já despertou um lado também de ele se tornar um militar... abriu a mente dele para algo grande, né?

Aquilo que é dito acima como “algo grande” trata-se uma abstração (1.71.1) para se referir os militares, reforçando sobre esse lugar (social/organizacional) imponente no qual são textualmente inseridos. Essa abstração mostra, entre outras coisas, sobre um desejo de adequação desse pai em relação ao seu filho no sentido de que ele siga as normas vigentes.

Essa adequação, por sua vez, está inserida dentro de um imperativo social baseado na massificação e não na singularidade dos sujeitos. Posto que as formas de disciplinamento as quais o enunciador se refere são modos de homogeneização (sobre como se portar na fila, o tom de voz aceitável) que quando internalizados e colocados em prática tornar-se-iam algo "muito bom".

Em linhas gerais, apesar do Pecim alocar militares para posições as quais não têm capacidades organizacionais previamente desenvolvidas a refutação disso não apareceu no *corpus* de forma expressiva. Todavia, quando se fez presente trouxe conteúdos esclarecedores e a fala a seguir é ilustrativa.

IG - *Entrevistada*: Ao meu ver um militar foi preparado pra guerra, um brigadino para cuidar da segurança nas ruas, um bombeiro para pagar incêndios. Então assim ó, essa pessoa [referindo-se aos monitores] vai se preparar pra lidar com criança e adolescente? *Entrevistadora*: Estás me perguntando sobre isso? *Entrevistada*: Não, eu estou fazendo uma pergunta pra mim mesma. [Silêncio reflexivo]. Então assim... pensando bem eles não têm como estar preparados. Porque a preparação deles não foi pra isso, pra eles estarem dentro de uma escola, lidar com adolescente. Pronto é isso: pra lidar com essas nossas pessoinhas, as pessoas [referindo-se aos professores] são preparadas e têm que estar preparadas, elas têm que ter estudado para isso. Então, pra

mim, vai ser muito difícil preparar um militar, mesmo que exista capacitação, é muito difícil, porque eles já vêm com a preparação deles, eles não vão deixar de fazer o que eles aprenderam no quartel dentro de uma escola e isso parece ruim.

O dado de relevância desse excerto está em fazer transparecer como uma autorreflexão aparentemente banal, a qual a enunciativa se propõe (durante seu silêncio reflexivo), pode produzir respostas esclarecedoras sobre os paradoxos contidos no argumento que justificaria o fato dos militares assumirem funções (sobredeterminadamente) diferentes daquelas as quais estão preparados.

A figura 63 resume os tópicos centrais da representação dos militares por simbolização:

Figura 63 - A simbolização dos militares

Resumo da seção – simbolização

Militares são simbolicamente representados com agentes salvadores de um ideal de pátria/nação. Tal narrativa ancora-se na ideia que esses atores sociais pertenceriam a uma classe de sujeitos moral e profissionalmente superiores. Sua superioridade seria fruto de uma observância a preceitos éticos de caráter quase heroico, quase mítico, presentes dentro do universo militar. Preceitos, por sua vez, ancorados em valores que os fazem cultuar as tradições históricas, as quais, dentro de uma ótica militarista, seriam eminentemente boas. Esse conjunto de aspectos os promove à agentes capacitados para desempenhar posições sobredeterminadas dentro das escolas, tais como uma espécie de guru, situação em que agem como conselheiros (oniscientes); consultores corporativos à medida que dotados da capacidade de interferir no quadro escolar e ainda como figuras parentais assumindo um lugar de tutoria e “modelo” para jovens em formação.

Fonte: elaborado pela autora (2023).



A tarefa da ideologia é ocultar as divisões e contradições sociais, políticas, econômicas e culturais (WODAK, 2001). Um discurso ideológico, por sua vez, serve para estabelecer e sustentar relações de dominação e para que isso seja possível ele precisa se mostrar como uma lógica coerente (THOMPSON, 1995). Mas, aquilo que aparece como coerente em um discurso ideológico não é algo obtido ‘apesar’ das lacunas, ‘apesar’ dos espaços vazios, ‘apesar’ do que fica oculto; ao contrário é graças às lacunas entre as partes que formam o discurso, é em virtude do que fica oculto que é possível que esse discurso se apresente como coerente. Assim, quando se trabalha com Análise Crítica do Discurso, parte fundamental do exercício de investigação é identificar esses espaços vazios e tentar completá-los/traduzi-los fazendo-se, assim, com que o discurso ideológico fique mais nítido e, portanto, passível de desconstrução.

Tendo isso como mote, esse capítulo tem como objetivo tornar mais clara as respostas que podem ser dadas à questão norteadora dessa tese, qual seja, como a representação de atores sociais em organizações militarizadas (PECIM) legitima pautas mobilizadas por um populismo de direita radical? o que foi possível à medida que se atingiu o quarto (iv) e último objetivo específico dessa pesquisa, qual seja, investigar o que a militarização revela sobre a legitimação de pautas do populismo de direita radical brasileiro.

O texto que se segue discute esses aspectos a partir da representação dos três grupos de atores sociais analisados na mesma ordem em que foram apresentados no capítulo 5, ou seja, alunos, professores e, militares. Na parte final, apresento uma reflexão sobre as limitações dessa pesquisa e possíveis sugestões de tópicos que poderiam ser aprofundados em estudos futuros.

A investigação da *representação dos alunos* permitiu ampliar nossa compreensão sobre as populações que passam a ser atacadas em contextos populistas radicalizados. De maneira que, se no cenário estadunidense ou europeu imigrantes e refugiados costumam ser a população hostilizada e excluída (WODAK, 2015), no caso brasileiro o inimigo é interno e inclui a população economicamente pobre.

Como evidenciaram as análises não é a classe média ou a elite brasileira, mas as populações pauperizadas e periféricas (cf. BRASIL, 2020c) que têm suas escolas ocupadas por militares para ‘adestrar’ as suas crianças e jovens quanto a uma forma ‘correta’ de se portar e de se apresentar publicamente.

Essa constatação contribui com o entendimento de que existem várias particularidades nos fenômenos populistas (ROBINSON; BRISTOW, 2020) e que levar em consideração a experiência brasileira é importante para a compreensão dos diferentes desafios que movimentos desse tipo produzem às democracias contemporâneas (BARROS; WANDERLEY, 2019; MISOCZKY, 2019).

Também permite repensarmos aquilo que muitos autores costumam atribuir como uma característica quase nativa dos populismos latino-americanos que é a de incluírem o máximo possível da sociedade como parte do povo e atuarem no sentido de produção de políticas mais inclusivas (MUDDE; KALTWASSER, 2017; MUDDE, 2019).

No Bolsonarismo seu caráter excludente fica exposto quando a militarização surge como estratégia política para reforçar a ideia (falaciosa) de que os pobres poderiam ser resgatados de seu estado de pobreza não por meio de programas sociais, mas fornecendo-lhes os “devidos conhecimentos” que são, dentro da ótica bolsonarista/militarista, essencialmente modos de saneamento físico e comportamental dos sujeitos.

E quanto a isso é preciso considerar que ideários de saneamento/limpeza já vinham ganhando força e expressão através das manifestações de rua de 2013 quando a ofensiva às instituições que sustentam a democracia era propagada como uma forma de purificação social (SOLANO, 2020). O que foi potencializado através da Operação Lava Jato que, enquanto expressão de um espetáculo midiático (KERCHE; FERES; JÚNIOR, 2018), ajudou na disseminação de que o Estado brasileiro seria corrompido e sujo. Entendimentos, esses, que foram possíveis de se depreender à medida que se alcançou o segundo (ii) objetivo específico desse estudo, qual seja, compreender o populismo de direita radical brasileiro à luz de seu processo histórico e da literatura recente.

Sob essa perspectiva de purificação a militarização é a resposta que o Bolsonarismo dá as parcelas mais radicalizadas da população quanto ao seu desejo de colocar em prática um ideal de higienização que, em seu fundamento, não é apenas do Estado, é de tudo aquilo entendido como uma ameaça a um convívio social (percebido como) moralmente puro o que incluirá, também, pessoas e grupos específicos. Mas, há nisso um relevante dado de contradição no discurso populista brasileiro. Visto que essas pessoas e grupos indesejados, na ótica de uma direita radicalizada, deveriam ser disciplinados pelo Estado (BARROS; LAGO, 2022) através de políticas públicas “purificadoras” (como é o caso da militarização promovida pelo Pecim), isto é, por esse mesmo Estado que reivindicam que seja saneado. Esse é o tipo de lacuna que ficará em aberto e que será suprida através de um conjunto de demandas que o discurso ideológico fará reverberar socialmente. Em um discurso populista de direita radical essa atenção pode ser projetada para várias direções.

Em direção à construção daquilo que seria a imagem (idealizada) de seu ‘povo puro’ (MUDDE, KALTWASSER, 2017) que, no discurso da militarização, viria a ser o sujeito corporalmente “limpo”, com uma apresentação “harmônica” à medida que construída através de padrões tradicionais de vestimenta como o uso de saias e cabelos “cuidadosamente

arrumados” para mulheres e calças de estilo social e cabelos “curtos” para os homens (BRASIL, 2020c, p. 18). A construção desse sujeito idealizado auxilia, também, na articulação (e mobilização da ofensiva) daqueles que passarão a ser considerados como inimigos os quais serão todos aqueles que se afastam dessa ideia de uma identidade compartilhada, comum e homogênea.

Pode ser também projetada em direção à potencialização da dicotomia ‘nós *versus* eles’ (MUDDE, KALTWASSER, 2017) que no contexto do Pecim se manifesta através da divisão representacional entre aqueles militarizados ou em processo (‘nós’) qualificados como sujeitos adequados e aqueles não militarizados ou não aderentes (‘eles’) depreciados como desajustados e que, por esse motivo, deverão ser excluídos (o que vale tanto para alunos como professores).

Quando esse ideário de saneamento é aplicado a populações pauperizadas, como é o caso dos alunos, isso também leva à produção de formas de violência simbólica como a própria desvalorização da cultura popular, mas principalmente à naturalização da percepção de que a infelicidade dos pobres é resultado de sua inadequação. No cerne disso, o ocultamento da noção de que a pobreza é resultado de questões sociais mais amplas, entre elas a extrema desigualdade social e de renda no Brasil (SOUZA, 2017).

Especificamente em termos comportamentais, o saneamento dos sujeitos seria algo alcançado através do treinamento de formas de respeito. Os quais seriam postos em prática por meio de instruções de caráter militar como a Ordem Unida, adoção de formas hierarquizadas de relação ou mesmo o uso de títulos de honorificação que delimitam os níveis de *status* dos sujeitos. Aspectos que deixam manifesto que respeito, sob uma ótica militarista, não significa consideração em relação ao outro, às diferenças, aos múltiplos pontos de vista, mas sim obediência domesticadora.

Quando respeito assume essa perspectiva aceitam-se práticas persecutórias de denunciamento, como quando a então ministra dos Direitos Humanos sugeriu a criação de um canal para que pais pudessem reclamar da conduta dos professores (DAMARES, 2019) que, em termos de forma e conteúdo, assemelha-se a figura do “chefe de turma”. Aluno que adquire *status* dentro da organização escolar ao ser convertido em agente fiscalizador não apenas de seus pares, os outros estudantes, mas também de seus professores. É quando práticas como essas passam a ser aceitas não apenas como válidas, mas meritórias que os laços de solidariedade social mais básicos são desfeitos.

Um cidadão domesticado e obediente, como aquilo que promove uma ideologia militarista (BOER, 1980), anula as suas potencialidades transformadoras, pois quando todos pensam, se vestem, se comportam de forma uniforme e homogênea não há conflito.

A supressão dos conflitos no interior da vida social é deletéria, pois abrem-se espaços que dificultam o convívio com as diferenças, evitam a proliferação das heterogeneidades e, em contrapartida, a supervalorização dos papéis sociais tradicionais.

Fortalecer tais papéis é reforçar o ideal de ‘família tradicional’ que exclui tudo que não seja heteronormativo e patriarcal (MUDDE, 2019; BROWN, 2019), é colocar em prática uma visão masculina e branca de sociedade, como bem ilustra o logo do Pecim, é reforçar dispositivos de dominação, de lugares de privilégio e também de subserviência.

É especialmente quando a militarização serve como instrumento para uma busca ideológica de unicidade homogeneizante, física e comportamental, que mais se evidenciam traços de uma proposta antidemocrática. O que revela junto com isso, como populismos de direita radical podem atacar a democracia liberal de diferentes maneiras (MUDDE; KALTWASSER, 2012; MUDDE, 2019).

A democracia precisa de diferenças para se desenvolver, para se mostrar plena. Ela só deixa de existir quando o Estado se torna autoritário – não obstante, para justificar a militarização recorre-se a ditadura brasileira (BOER, 1980). Quando todos são homogeneizados e uniformes o que se legitima é uma sociedade na qual prevalece a ordem (hegemônica e autoritária) em detrimento do desenvolvimento nas suas mais variadas expressões.

No que se refere a *representação dos professores* é oportuno iniciar refletindo que em contextos de populismos de direita radical não é incomum que aqueles considerados como inimigos sejam parte de um leque amplo de atores sociais (MUDDE, 2019). De modo que a análise dos dados corrobora com o entendimento de que professores podem ser incluídos nesse grupo (MUDDE, 2019). Mas, especialmente amplia o debate sobre a hostilidade populista à Administração Pública em relação ao que a literatura tem discutido atualmente que, em linhas gerais, tem abordado essa temática sem se concentrar em uma categoria específica de servidores públicos (PETERS; PIERRE, 2019; BAUER; BECKER, 2020; PECI, 2021).

De modo geral, a forma como a agressão se dá sob esse grupo confirma aquilo que outros autores já haviam sinalizado, ou seja, que populistas tendem a agir de forma mais contundente em burocracias fortes como a educação (BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021; PECI, 2021).

A crítica populista às instituições que formam o Estado e a própria Administração Pública parte da suposição de que os funcionários públicos existentes (o que inclui os professores) seriam parte de uma elite corrupta à medida que servidores do antigo sistema (PETERS; PIERRE, 2019; ROCKMAN, 2019; PECI, 2021). E quanto a isso, foi possível

constatar que a investida em relação aos professores da Administração Pública se dá, especialmente, por dois motivos.

O primeiro motivo é que burocratas especializados tendem a ter uma visão mais elaborada do mundo, o que pode dificultar a implementação das políticas populistas por causa de sua ética de trabalho (BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021). Esse é um dos motivos pelo qual os textos articulam discursivamente formas de não resistência à militarização por parte dos professores. Como se viu, as próprias falhas atribuídas a esse grupo traziam com elas um conteúdo que reforçava uma mensagem de adaptação, de não resistência. Incutido nisso a possível premissa que, por sua visão de mundo e sua ética de trabalho, professores poderiam boicotar a implementação do Programa.

O segundo diz respeito a sua classificação como corruptos (dentro do léxico ‘elite corrupta’) a qual ancora-se, no discurso bolsonarista, na acusação (extensiva) de que os professores estariam corrompendo a sociedade ao disseminar o comunismo por meio do marxismo cultural (ROCHA, 2021). Ou seja, sua corrupção seria da mente das pessoas (MUDDE, 2019) como o que se viu nos conteúdos adjacentes do ‘Projeto Valores’ (cf. seção 5.2.2) A classificação dos professores como comunistas, entre outras coisas, produz uma importante perda de profundidade da memória do nosso passado, especialmente aquele ligado à ditadura. Assim como faz com que palavra comunista perca qualquer sentido preciso e se torne uma espécie de bordão que passa a significar sobre toda a ação e todo o pensamento que questione não apenas o senso comum, mas o *status quo* de modo geral. O que, por sua vez, serviria como justificativa à agressão de modelos educacionais/organizacionais de perspectiva crítica e reflexiva e, portanto, de caráter emancipatório, bem como explicaria o desprezo por personalidades como Paulo Freire como se viu no capítulo 2.

Outrossim, a representação dos professores como militantes de esquerda (comunistas) permite ampliar nosso entendimento sobre cinco aspectos adicionais: que os militares e a extrema direita formam um bloco comum, que a militarização pode ser um recurso de propagação de narrativas falsas, que a corrupção pode ser um conceito bastante maleável e ainda que há formas procedimentais de tratamento em relação a esse grupo.

Militares e Olavistas são os dois grupos que se tornaram centrais na indicação de cargos que vieram a formar os principais ministérios do governo Bolsonaro (PECI, 2021). Ambos se encontram em um ideal comum que é o seu anticomunismo primordial como se discutiu na seção 3.4.2. Considerar esse elo comum entre militares e a extrema direita brasileira, representada na figura de Olavo de Carvalho, permite alargar nosso entendimento de que se tratem de grupos distintos (PECI, 2021). A crença nesse inimigo comum (comunista) torna mais

nítida a compressão de que ambos pertencem a um bloco único. Ou seja, fardados militaristas e não fardados olavistas compartilham, entre si, o mesmo ideal conspiratório anticomunista.

A militarização também pode ser um recurso de propagação de narrativas falsas, prática comum em movimentos populistas de direita (KNIGHT; TSOUKAS, 2018). Isso se mostra particularmente evidente quando ela serve de recurso discursivo para difundir e naturalizar a ideia de que professores, de forma indiscriminada e generalizante, seriam uma classe de trabalhadores que cometeriam um tipo de desvio em seu cargo/função (GILLS; PATOMÄKI; MORGAN, 2019) ao agirem como educadores e, concomitantemente, como militantes políticos (de esquerda). A ideia de uma hegemonia da esquerda na educação é falaciosa. Sobre isso esclarece Rocha (2021) que o que existe na realidade brasileira é uma hegemonia cultural ‘relativa’ de esquerda que, no caso das universidades, se sobressai em algumas áreas como as ciências humanas e ciências sociais onde há um predomínio (mesmo que não absoluto) de pensamentos e de bibliografias de esquerda. Todavia, o pensamento que domina as faculdades de direito, medicina, engenharia, agronomia, e adiciono eu em nosso próprio campo da Administração, é predominantemente de direita (ROCHA, 2021).

As análises mostram, também, como a corrupção pode se tornar um conceito bastante maleável para atender interesses populistas. Um deles é produzir o afastamento da percepção de corrupção enquanto roubo de divisas e recursos financeiros. Mesmo porque, governos desse tipo invariavelmente se encontram envolvidos em sistemas de corrupção de dinheiro público (BARROS; LAGO, 2022). Mudar o foco da corrupção para perspectivas como o marxismo cultural nas escolas faz, entre outras coisas, que rachadinhas (desvio de dinheiro público) sejam propagadas como algo “comum” (BEHNKE, 2022), enquanto a discussão de questões de gênero e sexualidade em sala de aula tratar-se-ia de corrupção (das mentes dos alunos).

Possivelmente o dado mais singular que as análises permitiram evidenciar é sobre ‘o que fazer’ com determinados atores sociais quando considerados como parte da elite corrupta, especificamente, no que se refere aos professores. E sobre isso os achados da pesquisa mostram aquilo que poderia ser chamado de uma ‘receita de formas de exclusão organizacional’ a ser aplicada, como afirmou o ex-ministro da educação, para “dar uma estancada” no marxismo cultural (Min1). Essa ‘receita’ mostra sobre as seguintes prescrições aplicadas a essa presumida ‘elite corrupta’: desconsidere o seu percurso profissional e sua formação técnica existentes; crie situações em que sua transferência organizacional seja justificada pela sua própria inadequação; caso não consiga expulsá-los (o que é o mais provável, já que são funcionários públicos com estabilidade), os repositone em lugares subalternizados e deixe explícito que isso ocorre por sua falta de competência; crie divergências intergeracionais ou entre gêneros como, por

exemplo, reposicionando mulheres sob a tutela de homens; evidencie as mais variadas falhas; diga que seu fazer profissional e seu modo e de avaliar a realidade são equivocados, que seus métodos são ineficientes, que tendem a imputar aos outros problemas que presumidamente seriam seus e assim não assumem as responsabilidades sobre seus atos, que mantém posições fatalistas e assim não progredem na sua profissão; diga que eles se vestem mal; que não sabem planejar e que, principalmente, não se fazem respeitar.

Essa forma de tratamento aplicada aos professores, descrita acima, permite aprofundar sobre as alterações da burocracia ocasionada por governos populistas quando no poder. Em especial no que diz respeito a ‘subalternização’ da burocracia existente, aspecto inda pouco explorado na literatura em contextos populistas (PETERS; PIERRE, 2019; BAUER; BECKER, 2020; PECI, 2021). Como mostram as análises dos professores, mesmo considerados como membros do antigo sistema corrupto, eles não são afastados ou substituídos (assumindo-se que a sua substituição é difícil). A efetiva retirada ou mesmo afastamento desses funcionários públicos ocorre mediante sua não adaptação, como no “estágio” (cf. seção 5.2.1), e não como uma ação mais imediata de contenção populista como normalmente tem-se discutido (PETERS; PIERRE, 2019; BAUER; BECKER, 2020). Na militarização escolar promovida pelo Pecim o que ocorre é a entrada de novos atores sociais (os militares) em um quadro administrativo previamente existente, ou seja, de modo geral, os professores permanecem na organização.

O que, por sua vez, gera um paradoxal empoderamento da burocracia, mas não em relação a sua atividade-fim. Como se viu no capítulo 5, a militarização faz com que os professores sejam direcionados, ainda mais, para atividades burocráticas e operacionais. Esse quadro técnico especializado é subalternizado em direção a atividades que lhes envolvem mais ativamente em processos de avaliações, aplicação de provas, cumprimento rígido de diretrizes e normas as quais passam a ser estabelecidas naqueles locais. Enquanto que aos militares são atribuídas funções de maior *status*, além de papéis consultivos e de aconselhamento (sobre "diferentes assuntos" cf. M2, p. 48). Isso revela quanto a uma especificidade no cenário brasileiro que ocorre através da militarização. Ou seja, mesmo que professores passem a desempenhar ainda mais atividades burocratizadas, seu empoderamento enquanto burocratas especializados é paradoxal, pois não se foca na sua atividade-fim, isto é, no processo educativo e tudo que isso envolve como a autonomia de cátedra, estreitamento dos laços aluno-professor e assim por diante.

O que ocorre no Pecim, em termos de burocracia, pode ser interpretado como o reflexo da adoção de “políticas simplistas” (MORELLI; NICOLO; ROBERTO, 2020; BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021). Políticas desse tipo não têm como seu objetivo central resolver

os problemas sociais mais prementes (BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021), o que explicaria a subalternização da burocracia existente com a inserção burocratas não especializados no campo em que irão atuar como o que ocorre na militarização promovida pelo Pecim.

Normalmente isso se dá porque líderes políticos populistas, quando chegam ao poder, não estão especialmente interessados em governar, seu interesse maior é combinar a política com um estado de coisas que se situa apenas na expectativa (BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021). No Pecim isso fica explícito quando a proposta do então governo para melhorar a ‘educação nacional’ é alocar militares em escolas para, em essência, controlarem a conduta dos alunos e cercearem as atividades dos professores.

Políticos populistas tendem a perseguir políticas simplistas para agradar a um eleitorado que tem preferências políticas menos sofisticadas (MORELLI; NICOLÓ; ROBERTO, 2020; BELLODI; MORELLI; VANNONI, 2021). Eleitorado que, de acordo com que se identificou através das análises de perfis em mídias sociais, se mostrou bastante presente no processo de adesão ao Pecim, mas ausente quando se tratava de estreitar canais de interlocução sobre os significados da militarização de suas escolas (ver seção 4.6.2).

Através da caracterização da militarização (iii objetivo específico desse estudo) foi possível constatar que tudo aquilo que ela auxilia no processo de legitimação populista é possível a partir de uma construção discursiva que prevê sobre uma superioridade moral dos militares. O que se tornou evidente, nos textos investigados, a partir de uma distinção do sujeito militar no que se refere a sua presumida formação educacional e familiar/hereditária “diferenciada” (cf. seção 5.3.1). Ao que se pese, muito dessa representação é resultado de questões mal resolvidas de nossa história nacional, entre elas a não punição de crimes cometidos por militares durante a ditadura (TELES; SAFATLE, 2010).

Assim, tendo como base uma presumida superioridade moral e ética, *as análises dos militares* mostram o Bolsonarismo pode utilizar-se desse argumento para fazer reverberar uma forma utópica de nacionalismo que é um dos elementos constitutivos do militarismo brasileiro (BOER, 1980).

Sua utopia se assenta em seu impulso em direção a tempos antigos (não invariavelmente ditatoriais) e alimenta a identificação dos militares como representantes da conservação daquilo que é “entendido como perdido” (BROWN, 2019, p. 25). Quando isso ocorre abre-se espaço para discursos radicalizados que acabam transformando a moralidade tradicional em uma poderosa arma de batalha política (BROWN, 2019).

Na narrativa bolsonarista esse nacionalismo se manifesta em ideários de oposição como os patriotas *versus* os não patriotas (ou simplesmente comunistas), os cidadãos de bem *versus* vagabundos (COSTA, 2021). No Pecim, isso se expressa no estímulo exagerado de símbolos nacionais, como aqueles presentes no logo do programa e que aparecem acompanhados de imagens masculinas e brancas. Essas últimas sugerem, por sua vez, sobre uma representação simbólica de um tipo de sujeito, de um tipo de sociedade (patriarcal/heteronormativa) desejada.

Paradoxalmente, esse tipo de perspectiva que carrega uma ideia de restauração, de ordem, de manutenção de uma determinada regularidade (mesmo que enviesada diante das questões sociais atuais) tende a se mostrar anti-institucionalista quando se trata de governos populistas de direita. Isso porque normalmente as complexidades jurídicas e institucionais, especialmente aquelas destinadas a aumentar o estado de direito, recebem pouca atenção uma vez que elas não interessam a governos desse tipo (MOUFFE, 2022). O fato é que a necessidade de seguir os procedimentos que fundamentam o estado de direito bate de frente com a impulsividade/perfil de líderes populistas, especialmente aqueles com características autoritárias (ROCKMAN, 2019). É mais comum que líderes autoritários recorram à ideia de que são durões e fortes, ousados e imprevisíveis e desencadeados dos procedimentos institucionais (ROCKMAN, 2019).

Essa é imagem que Bolsonaro empenhou-se em desempenhar politicamente. Todavia, as análises revelam outra perspectiva desse tipo de movimento representacional, ou seja, militares aderindo a esse padrão de representação dentro das Ecim. Os exemplos de militares agindo como austeros, durões e capazes de deixar de lado procedimentos institucionais são diversos. Se mostram quando fazem a “garotada” entrar em “fila indiana” e os punem até que forneçam as respostas esperadas (como em PR3C); quando criam mecanismos de controle que restringem o fornecimento de alimento àqueles que não atendem as regras por eles impostas (como em Semin2); quando atribuem ao baixo desempenhos dos alunos uma perspectiva moralista/depreciativa ao classifica-los como ‘maus’ (M8, p.7) ou, então, quando agem no sentido de subalternizar papéis femininos fazendo-se presentes quando apresentações sobre as escolas são lideradas por mulheres (Semin2).

Os exemplos acima, de militares agindo de forma deletéria, contribuem para alargar nosso entendimento quanto a precariedade da militarização, especialmente, quando não se leva em consideração o fato de que os militares são mais eficazes quanto mais próximas suas missões estiverem de suas capacidades organizacionais previamente desenvolvidas (PASSOS; ACÁCIO, 2021). Bem como mostram que enquanto algumas atividades são mais compatíveis com o treinamento militar, outras tendem a aumentar a probabilidade de má conduta de

militares contra cidadãos. Quando isso ocorre ambos os lados são prejudicados. Os cidadãos que são submetidos a tratamentos indevidos e os militares que têm sua imagem prejudicada ao se colocarem em cargos ou funções aos quais não têm formação ou experiência. De modo que as falhas processuais e procedimentais que cometem os descredibiliza socialmente, o que de fato ocorreu durante o governo Bolsonaro (IDDC, 2022).

Quanto a isso há que se levar em conta que os militares são agentes públicos aos quais o uso da força e da violência são autorizados pelo poder público. E, quanto mais próximo o envolvimento deles com o público em atividades que não sejam sua função original, maior a probabilidade de ocorrência de violações de direitos humanos, além disso afetar o equilíbrio civil-militar, comprometendo a qualidade da democracia e minando o controle civil sobre os primeiros (PASSOS; ACÁCIO, 2021). De maneira que a militarização pode agravar a violência patrocinada pelo Estado em relação a determinadas populações.

A militarização, como aquela promovida no Pecim, confirma também aquilo que colegas já alertavam quanto ao caráter problemático da politização da Administração Pública, ou seja, quando cargos públicos são distribuídos não pela *expertise* daqueles que os ocupam, mas pelas suas ligações com o então governo (PETERS; PIERRE, 2019; ROCKMAN, 2019). Contudo, quanto a esse último aspecto, cabe destacar que os militares que aderem ao Pecim não precisam estar necessariamente comprometidos com tal governo, sua priorização para assumir cargos e funções pode ser simbólica. Isto é, o fato de serem militares torna-se uma credencial suficientemente válida para sua aceitação nas mais variadas esferas da Administração Pública.

O fato é que o Bolsonarismo deu espaço para uma burocracia militarizada, partidarizada, sem estabilidade e dependente do então governo que consolidou os militares como um tipo de elite do Estado (ANDRADE, 2021). Isso trouxe rearranjos nas práticas organizacionais de instituições públicas como a adoção de modelos de gestão baseados na hierarquia e disciplina, decisões centralizadas, além de controle social e pouca ou nenhuma autonomia quanto aos demais servidores, como revelam as análises.

Considerando-se que as, ainda poucas, discussões sobre militarização em contextos populistas que abordam aspectos organizacionais têm se concentrado na participação dos militares durante a pandemia de Covid-19, algumas temáticas por elas apontadas permitem estabelecer conexões com aquilo que foi identificado não apenas nas análises em si, mas também à medida que foram sendo alcançados os objetivos específicos (i, ii e iii) dessa tese.

Entre elas o fato de que, na militarização promovida pelo Pecim, os militares assumem posições consultivas ou de controle e fiscalização dos demais atores sociais como é caso dos monitores ou, então, eminentemente gerenciais como é o caso do Oficial de Gestão Escolar e o

Oficial de Gestão Educacional. Isso é, sob certo aspecto, semelhante ao que Acácio e Passos (2021) identificaram quanto ao emprego das Forças em resposta à pandemia global do COVID-19. Enquanto que em muitos países na América Latina os militares tiveram, em caráter excepcional, o envolvimento com o policiamento de rua, no Brasil militares das Forças Armadas foram *reposicionados em funções mais 'nobres' durante* a pandemia. Nomeadamente eles foram designados para cargos de chefia e liderança no Ministério da Saúde, além de um General do Exército ter sido nomeado para ser ministro interino da Saúde em um dos momentos mais graves da crise sanitária que estava em curso.

Também aquilo que se identificou em relação à desconsideração com a *transparência*, enquanto diretriz legal que versa sobre o compartilhamento de dados da Administração Pública. Como o que ficou evidente com a ocultação de inúmeros documentos envolvendo o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares os quais somente se tornaram públicos (alguns apenas parcialmente) mediante ações movidas através da Lei de Acesso à Informação. O que ocorreu em relação ao Pecim mostra similaridades com o que se observou durante a pandemia quando o ministério da saúde, ao ser colocado sob a gestão de militares, promoveu práticas e ações de ocultamento de informações produzindo, com isso, índices preocupantes de subnotificação dos óbitos (SODRÉ, 2020). A transparência é importante, pois quanto mais opaco for o acesso às informações, mais difícil se torna a tarefa de fiscalizar aquilo que está sendo implementado (ROCKMAN, 2019). Esses aspectos permitem, adicionalmente, refletir que a transposição de doutrinas militares pode ser prejudicial à Administração Pública. Isso porque práticas de segredo que são importantes à cultura militar (MATHIAS; ANDRADE, 2012) à medida que transpostas para esse campo, acabam minando direitos e garantias legais.

Outro ponto de convergência diz respeito ao *anticientificismo*. Na saúde ele se mostrou quando os militares deram suporte às narrativas propagadas pelo então presidente sobre o uso da hidroxiquina (SODRÉ, 2020), seja não as refutando, mesmo quando dirigiam o Ministério da Saúde, seja aumentando em muitas vezes a produção desse medicamento em seus laboratórios farmacêuticos. Da mesma forma, nas Ecim, quando militares passam a atuar diretamente com os alunos utilizando-se como fundamento “suas experiências vividas” (M2, p. 48), isso coloca a educação escolar em um lugar de senso comum, retirando-lhe a condição de fazer científico produzido por diferentes áreas do conhecimento como a educação, pedagogia e a didática.

A militarização da saúde, durante a pandemia, facilitou a *terceirização* da administração por meio da contratação de grupos privados em regime de exceção. Foram grupos empresariais que venderam ao governo EPIs, respiradores e medicamentos; além deles, planos de saúde e

grupos hospitalares venderam seus leitos para governadores (SODRÉ, 2020). No caso da educação a terceirização de serviços ocorreu, por exemplo, através da contratação de uma Organização Social (CGEE) para produzir informações sobre o Pecim - como sendo um programa “muito bem-sucedido” (1º SEMINÁRIO NACIONAL, 2022a) - em detrimento da utilização do quadro técnico do próprio MEC para tanto.

Enquanto os militares sem experiência na área foram nomeados para inúmeros *cargos* no Ministério da Saúde, mesmo durante os momentos mais graves da crise gerada pela Covid-19 (PASSOS; ACÁCIO, 2021), o Pecim foi ainda mais longe. Com ele criou-se aquilo que chamei de um ‘novo mercado’ (cap. 2) que, especialmente para as Forças Armadas, serviu como uma forma de reinserção bem remunerada de militares da reserva com bonificações além de seu rendimento mensal que, em certos casos, superam em três vezes o salário mensal de um professor. Isso que ocorre, em termos de remuneração, em relação aos professores, por sua vez, pode ser interpretado como uma distribuição desigual das capacidades burocráticas e também do orçamento, aspecto fundamental para entender a implementação de uma agenda neoconservadora (PECI, 2021). Ainda assim, uma distribuição desigual de orçamentos fica ainda mais explícita quando recursos da educação foram redirecionados para o Ministério da Defesa para o pagamento dos militares das Forças Armadas contratados para atuar no Pecim (cf. capítulo 2)

A militarização também se mostrou como um recurso populista para *burlar ordenamentos* jurídicos. O que foi feito quando militares sem experiência na área da educação foram contratados para atuar em escolas descumprindo-se, com isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Lei que é taxativa ao delimitar quem está habilitado e legalmente autorizado ao trabalho em escolas, o que não inclui pessoal sem qualificação na área de educação (ver seção 2.5). Desrespeito às diretrizes e normas que também ocorreu durante a pandemia de Covid-19 quando o governo federal solicitou que as Escolas Cívico-Militares ficassem abertas (CARVALHO, 2020), e mesmo após impedidas nesse sentido, via normativa judicial, isso não inibiu que militares continuassem sendo nomeados e auferissem remunerações para atividades que ainda não estavam sendo prestadas (cf. FIQUEM SABENDO, 2021). Esse episódio coloca em questão a narrativa sobre a representação moral e ética ‘ilibada’ desse grupo, como aquilo que os textos analisados fazem repercutir.

Mas, possivelmente essa narrativa seja fragilizada de forma até mais contundente em outras duas situações identificadas durante a estruturação do primeiro (i) objetivo específico dessa tese (conhecer e descrever o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) que são: a) quando se constatou que informações inconsistentes fornecidas por militares foram aceitas

de forma incontestada, por seus pares, no processo de inscrição para participar do Pecim e b) quando eram os próprios militares que se selecionam (Ministério da Defesa) sobre quem iria integrar o Programa (no caso das Forças Armadas) e não a organização escolar que iria recebê-los (cf. Decreto Nº 10.004). Ao que cabe destacar que esse tipo de perspectiva corporativista é a mesma que mobiliza a existência de tribunais militares nos quais militares julgam a si mesmos e que podem servir de mecanismo para ocultar da opinião pública casos de corrupção dentro das Forças fortalecendo, ou mesmo produzindo, a ideia de que entre as fileiras não há corrupção (NETO, 2021).

Considerando o conjunto dos elementos apresentados até aqui, em linhas gerais, é possível concluir que a militarização legitima pautas bolsonaristas que dizem respeito ao ataque às minorias, como mostrou a representação dos alunos; à produção de inimigos ideológicos atrelada à disseminação de teorias da conspiração, como mostrou a representação dos professores; à politização da Administração Pública com a distribuição de cargos não pela *expertise* daqueles que os ocupam, mas pelas suas ligações simbólicas ou factuais com o governo, como mostrou a representação dos militares e, ainda, à promoção de políticas públicas que não têm como objetivo central resolver problemas sociais mais prementes, como o que se revela o Pecim no seu âmago.

No que se refere às limitações dessa pesquisa, elas dizem respeito ao contexto social no qual foi realizada, entre eles a pandemia de covid-19 que dificultou o acesso ao campo, assim como o próprio campo que se mostrou resistente à interlocução. Também ao fato de que a análise tenha se dedicado a observar uma prática social específica, a escolarização, o que limita a projeção dos achados para outras práticas sociais, apesar das inúmeras semelhanças percebidas em relação àquelas ligadas ao campo da saúde. Ademais, o fato de se observar o cenário brasileiro dá indicativos sob vários pontos de convergência com outros populismos ao redor do mundo, mas exige que outros estudos sobre o tema levem em consideração as particularidades de nosso contexto sociocultural.

No que se refere às novas frentes de estudo que poderiam ser derivadas dessa tese, alguns tópicos parecem relevantes para uma investigação com mais profundidade, tais como as formas de resistências à militarização, os casos de violência ou assédio, aspectos que comprovem (ou não) a queda na qualidade burocrática, a representação social de outros atores sociais como pais e demais familiares, processos discursivos de deslegitimação da militarização e, ainda, a própria continuidade do Pecim com a saída de Bolsonaro do governo.

Por fim, considerando o que foi apresentado ao longo desse material, parece urgente alargar espaços de enfrentamento quanto aos populismos de direita radicalizados. O que pode

ser feito através de modos de desconstrução do discurso ideológico, como o que se propôs essa tese, mas também pelo resgate dos laços de solidariedade social que se iniciam na (re)construção das pequenas alianças possíveis, muitas vezes fragilizadas quando se experencia movimentos desse tipo. E, como os elementos simbólicos também falam de nossas representações, a imagem que abre essa seção diz sobre inspirações futuras: que possamos fazer brotar flores, a partir de agora.

REFERÊNCIAS

- 1º SEMINÁRIO NACIONAL de boas práticas do Pecim 1º dia. Canal do YouTube do **Ministério da Educação**, fev. de 2022a. Vídeo (4h20min15s). Disponível em: <https://bit.ly/3M8RFFY>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- 1º SEMINÁRIO NACIONAL de boas práticas do Pecim 2º dia. Canal do YouTube do **Ministério da Educação**, fev. de 2022b. Vídeo (5h60min5s). Disponível em: <https://bit.ly/3N5IPtZ>. Acesso em: jul. 2022.
- ADELMAN, Madeleine. The Military, Militarism, and The Militarization Of Domesticviolence. **Violence against Women**, v. 9, n. 9. p. 1118-1152, 2003 Disponível em: <https://bit.ly/3uVtx2W> Acesso em:abr. 2021
- ADUFPA - Seção Sindical dos Docentes da UFPA. **Bolsonaro duplica salário em benefício próprio e de amigos**. Pará, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HyRAw2> Acesso em: set. 2022.
- AGENCIA BRASIL. Supremo autoriza cobrança de mensalidade em colégios militares. **Agência Brasil**, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3V5ACIG> Acesso em: set. 2021.
- AGENCIA BRASIL. Censo Escolar: mais de 650 mil crianças saíram da escola em três anos. **Agência Brasil**, Brasília, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3UUxzmA> Acesso em: set. 2021.
- AGNOLETTO, Ana Cristina. **Discursos antiglobalistas durante o período de transição para o governo Bolsonaro (2018/2019)**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3BBrNiM> Acesso em: maio de 2021.
- AGOSTINI, Renata. Novo ministro da Educação defende tirar Bolsa Família de aluno agressor. **Estadão**, entrevista, abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Bye3Wf> Acesso em: mar. 2020.
- AHLQUIST, John; COPELOVITCH, Mark; WALTER, Stefanie. The political consequences of external economic shocks: evidence from Poland. **American Journal of Political Science**, v. 64, n. 4, p. 904-920, 2020. Disponível: <https://bit.ly/3WmeM4U> Acesso em: jun. de 2021.
- ALIANÇA - Aliança pelo Brasil. **Estatuto**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3HEcdGY> Acesso em: jan. 2021.
- ALMEIDA SANTOS, Catarina; ALVES; Fábria; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 35, n. 3, p. 580-580, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Vg9tmF> Acesso em: mar. 2021.
- ALMEIDA, Silvio. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018. p. 27-32
- ALVES, Mário.; SEGATTO, Catarina; PINEDA, Andrea. Changes in Brazilian education policy and the rise of right-wing populism. **British Educational Research**, v.47, n. 2, p. 332-354, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uUyqJk> Acesso em: mar. 2021.
- ALVES, Miriam; TOSCHI, Mirza. A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Política e Administração**

da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 35, n. 3, p. 633-647, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3FRt9bP> Acesso em: mar. 2021.

ALVES, Miriam; TOSCHI, Mirza; FERREIRA, Neusa. A expansão dos colégios militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. **Retratos da Escola**, v.12, n.23, p.271-287, jul./out, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3HI8ckX> Acesso em: abr. 2021.

ANDRADE, Daniel. Neoliberalismo autoritário no Brasil: Reforma econômica neoliberal e militarização da administração pública. **Senso Público**, pág. 1-28, 2020. Disponível em: <https://www.erudit.org/en/journals/sp/1900-v1-n1-sp06204/1079478ar/abstract/> Acesso em: 22 jan. 2022

ANDRADE, Daniel. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, n. 2, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Wm1ftX> Acesso em: de jan. 2022

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Artmed Editora, 2016.

ARAÚJO, Ernesto. Contra o globalismo. **Metapolítica** 17, 30 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3PsoMav> Acesso em: ago. 2022.

ASSUFRGS - Sindicato dos técnico-administrativos da UFRGS, da UFCSPA e do IFRS. **Judiciário reage de forma enfática a novos ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral**. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3FtG9TH> Acesso em: abr. 2021.

ATAQUES de Bolsonaro a jornalistas e quais os temas que levaram presidente a perder a linha. **BBC Brasil**, 24 de ago, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3YpGK1m> Acesso em: ago. 2021.

AVANÇA BRASIL. **Conheça a definição de Comunismo de acordo com Ruy Barbosa**. Janeiro, 2016. Twitter: @iAvancaBrasil. Disponível em: <https://bit.ly/3V2cxTh> Acesso em: dez. 2022.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, p. 273-289, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3FWiL2L> Acesso em: mar. 2021.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de; ROBERTSON, Susan Lee. Authoritarian populism in Brazil: Bolsonaro's Caesarism, 'counter-transformismo' and reactionary education politics. **Globalisation, Societies and Education**, v. 1, n. 5, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3FWiL2L> Acesso em: maio 2021.

BÄCHTOLD, Felipe. Maioria aprova a participação de militares no governo, diz Datafolha. **Folha de São Paulo**, abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3VYxNdQ> Acesso em: set. 2021.

BARBOSA, Karla Marisa Fernandes. **Estudo comparativo da eficiência dos Colégios Militares e das Escolas de Aplicação**: uma análise de benchmark no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal de Brasília, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uQn5dk> Acesso em: abr. de 2021.

BARBOSA, Ruy. **Contra o militarismo**: campanha eleitoral de 1909-1910. Rio de Janeiro: J. Ribeiro Santos, 1910.

BARROS, Amon; WANDERLEY, Sergio. Brazilian businessmen movements: Right-wing populism and the (dis) connection between policy and politics. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 394-404, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3PuCgm0> Acesso em: jun. 2022.

BARROS, Thomás; LAGO, Miguel. **Do que falamos quando falamos de populismo**. Companhia das Letras, 2022.

BATISTA, José Ribamar Lopes; SATO, Denise Tamaê Borges; MELO, Iran Ferreira. **Análise de discurso crítica: para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2 ed. Petropolis: Vozes, 2015

BAUER, Michael W.; BECKER, Stefan. Democratic backsliding, populism, and public administration. **Perspectives on public management and governance**, v. 3, n. 1, p. 19-31, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FWj5P1> Acesso em: 10 set. 2021.

BEHNKE, Emilly. Presidente afirma que prática é feita no Legislativo e em outros poderes públicos, além de partidos políticos. **Poder360**. 2022. Disponível em: <http://bit.ly/3XLqHd2> Acesso em: out. 2022.

BELLODI, Luca; MORELLI, Massimo; VANNONI, Matia. The costs of populism for the bureaucracy and government performance: Evidence from Italian municipalities. **BAFFI CAREFIN Centre Research Paper**, n. 2021-158, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BAVznN> Acesso em: 5 de mar. 2021.

BELSEY, C. **Critical Practical**. New York: Routledge, 1980

BENEDICT, Anderson. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

BERTONI, Estêvão. ‘Tudo é coitadismo’, diz Bolsonaro sobre negros, mulheres e nordestinos. **Veja**, 24 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3PwhPVQ> Acesso em: out. 2022.

BIRMAN, Patricia; LEHMANN, David. Religion and the Media in a Battle for Ideological Hegemony: the Universal Church of the Kingdom of God and TV Globo in Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 18, n. 2, p. 145-164, 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3FUUpABD> Acesso em 3 mar. 2021.

BIROLI, Flávia. O rastro da onda: derrocada dos direitos e moralismo compensatório. **Blog da Boitempo**, 20 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3PsE3bk> Acesso em: jun, 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UNB, 1986.

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Left and right: The significance of a political distinction**. University of Chicago Press, 1996.

BOER, Nicolas. **Militarismo e clericalismo em mudança**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

BOLSONARO: Eu não empregaria mulheres com o mesmo salário que os homens. **BN**, 29 de jun. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uV4f4I> Acesso em: ago.2021.

BOLSONARO: Não tem essa historinha de Estado laico. É Estado cristão. **DCM**, 19 de set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3WdAVCs> Acesso em: ago. 2021.

BOLSONARO fala em ‘fuzilar a petralhada’ e enviá-los à Venezuela. **Poder 360**. São Paulo, 6 de set. 2018b. Disponível em: <https://bit.ly/3WJQT7d> Acesso em: maio 2019.

BOLSONARO comandou de chinelo reunião em que definiu texto da Previdência. **Poder 360**, 14 de jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BFf8eZ> Acesso em: 29 ago. 2022.

BOLSONARO participa de ato em Brasília e discursa: “não vamos negociar nada”. **Carta Capital**, 19 de abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FyQ1vd> Acesso em: abr. 2021

BRASIL. Lei nº 314, de 13 de março de 1967. **Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências**. Brasília, 1967. Disponível em: <https://bit.ly/3Ht8Hz5> Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento de apresentação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)**. Brasília, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3UWMNHE> acesso em: jun. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10004, de 04 de setembro de 2019**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3HEgQ3N> Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.015, de 19 de novembro de 2019**. Brasília, 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3VZbGUH> Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Presidente (2018-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso durante cerimônia de Lançamento do Programa Nacional de escolas Cívico-Militares**. Brasília, 2019c. Disponível em: <https://bit.ly/3qFcws9> Acesso em 10 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 14, de 06 de outubro de 2020**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3V8gC8x> Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1071, de 23 de dezembro de 2020**. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://bit.ly/3W27EdU> Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual das escolas cívico-militares (primeira edição)**. Brasília, 2020c. Disponível em: <https://bit.ly/3sz8K32> Acesso em: ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saiba quais são as 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar do MEC**. Brasília, 2020d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/85831-saiba-quais-sao-as-54-escolas-que-receberao-o-modelo-civico-militar-do-mec>

BRASIL. Ministério da Educação. **Escolas cívico-militares serão implantadas sob demanda**. Brasília, 2020e. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/secim> Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 852, de 27 de outubro de 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uPNxmw> Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 925, de 23 de novembro de 2021**. Brasília, 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3Px4BII> Acesso em: jul. 2022.

BRASIL. Presidente (2018-2022: Jair Messias Bolsonaro). **Discurso durante Solenidade Alusiva ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares: Governo Federal certifica 43 escolas que aderiram ao Programa das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, 2021c. Disponível em: <https://bit.ly/39ZQbQi> Acesso em: maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes das escolas cívico-militares (segunda edição)**. Brasília, 2021d. Disponível em: <https://bit.ly/3hKmYdt> Acesso em: ago. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. **Site do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, 2021e. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br> Acesso em: maio de 2021.

BRASIL. Ministério Da Economia. **Portaria nº 4.975 de 29 de abril de 2021**. Brasília, 2021f. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-sgp/sedgg/me-n-4.975-de-29-de-abril-de-2021-317066867>

BRASIL. Ministério da Defesa. **Conheça os 14 Colégios Militares**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3WDZXec> Acesso em: jul. 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTANTAN. **Retrospectiva 2021: segundo ano da pandemia é marcado pelo avanço da vacinação contra Covid-19 no Brasil**. Portal do Butantan. 2021. Disponível em: <http://bit.ly/3XFDzl0> Acesso em: 1 dez. 2022.

CADARFO, Renata; JANSEM, Roberta. Estudantes de colégios militares custam três vezes mais ao País. **Estadão**, 27 de ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3uUNU08> Acesso em: jul. 2022.

CÂMARA dos deputados: Comissão vai debater declaração de Bolsonaro sobre punição a filho gay. **Câmara dos Deputados**. Palácio do Congresso Nacional, Brasília, dez. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3uJqdaS> Acesso em: 1 set. 2020.

CÂMARA dos deputados: Apresentações do seminário, em 09/05/19, sobre escolas cívico-militares. **Câmara dos Deputados**. Palácio do Congresso Nacional, Brasília, maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3WdNqhb> Acesso em: 15 set. 2021

CÂMARA dos deputados: A mulher no serviço militar. **Câmara dos Deputados**. Palácio do Congresso Nacional, Brasília, dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3j0LKsS> Acesso em: 13 set. 2021.

CANOVAN, Margaret. **Populism**. London: Junction Books, 1981.

CANOVAN, Margaret. Trust the People! Populism and the Two Faces of Democracy. **Political Studies**, v. XLVII, n. 1, p. 2-16, 1999.

CANOVAN, Margaret. **The People**. Cambridge: Polity Press, 2005.

CARAPANÃ. A nova direita e a normatização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 33-40

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. **Dependency and development in Latin America**. Califórnia: Universidade da Califórnia, 1979.

CARVALHO, Igor. Apesar do coronavírus, Bolsonaro mantém escolas cívico-militares abertas: MPF pede esclarecimentos ao Ministério da Defesa sobre unidades que ainda funcionam em SC, DF e PE. **Brasil de Fato**, abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3V2dyL0> Acesso em: jan. 2022.

CARVALHO, Luís Miguel Levy. **Negacionismo instrumental**: oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anti-ciência. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política., Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 5, n. 35, p. 1-52, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Yss7KM> Acesso em: jul. 2021.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2021

CATRACA Livre: Cada família que cuide dos seus idosos, diz Bolsonaro sobre flexibilizar isolamento. **Catraca Livre**, abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HzSkkx> Acesso em: set. 2022.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 177-196

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Normam. **Discourse in late modernity**: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinburgh: Edinburgh University, 1999.

CMPA e os programas de administração educacional. LinkedIn, **Colégio Militar de Porto Alegre**, 13 dez. 2018. Porto Alegre. Disponível em: <https://bit.ly/3hoPynG> Acesso em: 13 dez. 2020.

COELHO, Jaqueline. Outras perspectivas em análise de discurso crítica. **Revista Letras Raras**, v. 8, n. 2, p. 201-206, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3uTWk7W> Acesso em: 13 de mar. 2020.

COIMBRA, Mayra; SANTOS, Deborah. Embate de narrativas entre Bolsonaro e a imprensa: a disputa pela construção de realidade. In: OLIVEIRA, Luiz; LEAL, Paulo; SANTOS Deborah (org.). **Midiatização e poder no brasil contemporâneo**: Casos exemplares da interface mídia-política entre 2018 e 2020. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2020, p. 112-134.

COLLIER, David; Levitsky, Steven. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. **World Politics**, v. 49, n. 3, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3BwAECi> Acesso em: 10 de jun. 2021.

CONSED – **70% das escolas da rede pública atuam nessas duas modalidades**. Conselho Nacional de Secretários de Educação. 2021. Disponível em: <https://www.consed.org.br/>. Acesso em: 6 dez. 2022.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017.

COSTA, José Fernando Andrade. Quem é o “cidadão de bem”? **Psicologia USP**, v. 32, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190106> Acesso em: dez. 2022,

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: Escolhendo entre cinco abordagens. 3. Porto Alegre: Penso, 2014.

DA SILVA, Jorge. Militarismo. In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2014, pp. 349 – 362, 2014.

DA SILVA, Marta Leandro; KUENZER, Acácia Zeneida. **Gestão democrática da educação. Atuais tendências, novos desafios**. Cortez Editora, 1998.

DA SILVA, Wellington Teodoro; SUGAMOSTO, Alexandre; ARAUJO, Uriel Irigaray. O marxismo cultural no brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Cultura y religión**, v. 15, n. 1, p. 180-222, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3FWoRji> Acesso em: jun. 2020.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

DAMARES anuncia canal para denunciar professores por atos contra a família. **VEJA**, caderno de Educação, nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3FQg0Ph> Acesso em: mar. 2020.

DATAFOLHA. Grau de confiança nas instituições. **Instituto Datafolha**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3zaGNU> Acesso em: 4 mai. 2022.

DAVIS, Stuart; STRAUBHAAR, Joe. Producing Antipetismo: Media activism and the rise of the radical, nationalist right in contemporary Brazil. **International Communication Gazette**, v. 82, n. 1, p. 82-100, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3PyJMw7> Acesso em: jan. 2021.

DE ALMEIDA, Rodrigo. Governo Bolsonaro é a afirmação do nacionalismo entreguista. **Poder 360**, set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3BDqOi5> Acesso em: 5 set. 2022.

DE CLEEN, Benjamin; GLYNOS, Jason; MONDON, Aurelien. Critical research on populism: Nine rules of engagement. **Organization**, v. 25, n. 5, p. 649-661, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3W4vANQ> Acesso em: 10 out. 2021.

DE LARA JAKIMIU, Vanessa. Extinção da SECADI: a negação do direito à educação (para e com a diversidade). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade (REED)**, v. 2, n. 3, p. 115-137, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3V2xcGL> Acesso em: 02 nov. 2021.

DEBERT, Guita Grin. **Ideologia e populismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DEHDARI, Sirus. Economic distress and support for radical right parties - evidence from Sweden. **Comparative Political Studies**, v. 55, n. 2, p. 191-221, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3WkP6FH> Acesso em: dez. 2021.

DIJK, Teun A. **Prejudice in discourse**. Amsterdam: Benjamins, p. 1-180, 1984.

DIP, Andrea. **Em Nome de Quem?** a bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2018.

DÓRIA: use máscara, mesmo se for bolsonarista. **UOL**, 2020. 1 vídeo (3min7seg) Publicado pelo Canal Uol. Disponível em: <https://bit.ly/3uQvn4W> Acesso em: 29 ago. 2022.

DREIFUSS, RA. **State, Class and the Organic Elite: The Formation of an Entrepreneurial Order in Brazil 1961–1965**. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Glasgow, 1980. Disponível em: <https://bit.ly/3FUcNza> Acesso em: 2 de maio 2021.

DUR, Robert; VAN LENT, Max. Serving the public interest in several ways: Theory and empirics. **Labour Economics**, v. 51, p. 13-24, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3WmknIo> Acesso em: 7 out. 2020.

ENLOE, Cynthia. **The international politics of militarizing women's lives**. California: Universidade da California Press, 2000.

ESCOLA SEM HOMOFOBIA. **Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e Promoção da Cidadania Homossexual**. Brasília, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3VYLUtk> Acesso em: jan. 2019.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem partido: educação sem doutrinação**. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org> Acesso em: 10 fev. 2020.

ESPCEX. **Escola Preparatória de Cadetes do Exército**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://espcex.eb.mil.br/index.php> Acesso em: 01 de ago. 2022.

FAGANELLO, Marco. Bancada da bala: uma onda na maré conservadora. In: CRUZ; Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 145-162, 2015.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse analysis: The critical study of language**. Londres/Nova York: Routledge, 1995.

FAIRCLOUGH, Norman. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (eds.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003, p. 179-203.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2019.

FAIRHURST, G. T.; PUTNAM, L. Organizations as discursive constructions. **Communication Theory**, v. 14, n. 1, p. 5-26, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3Fyjupm> Acesso em: mar. 2020.

FARIA, José Eduardo Campos de Oliveira. As mídias sociais como arma de governo [depoimento a Denis Pacheco]. Tradução. **Jornal da USP**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3UUv83u> Acesso em: 14 dez. 2022

FARZAN, Antonia; Berger, Miriam. Bolsonaro says Brazilians must not be ‘sissies’ about coronavirus, as ‘all of us are going to die one day’. **The Washington Post**, nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hx05gA> Acesso em: jan. 2021.

FERNANDES, Carla Montuori et. al. Comunicação política e mediatização: o embate de Bolsonaro com a imprensa. **Intexto**, n. 52, p. 98933, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3V0fHqu> Acesso em: dez. 2021

FERNANDES, Leonardo. Os generais e o capitão | Militares divergem de Bolsonaro sobre agressão à Venezuela. **Brasil de Fato**. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/20/os-generais-e-o-capitao-or-militares-divergem-de-bolsonaro-sobre-agressao-a-venezuela>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FERREIRA, Fabio Alves. Para entender a teoria do discurso de Ernesto Laclau. **Revista espaço acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 12-18, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3W4f808> Acesso em: jun. 2019.

FGV Exposição Virtual. **FGV CPDOC**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3hvWq2u> Acesso em: maio 2022.

FILC, Dani. **The political right in Israel: Different faces of Jewish populism**. Oxfordshire: Routledge, 2009.

FIQUEM SABENDO. O manual que guiará as escolas cívico-militares no Brasil - Don't LAI to Me #26. **Agência Fiquem Sabendo**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Yq1Uwl> Acesso em: out. 2021.

FIQUEM SABENDO. Quem são e quanto recebem os servidores militares que atuam nas escolas cívico-militares - Don't LAI to Me #48. **Agência Fiquem Sabendo**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HAGeYo> Acesso em: 16 out. 2021.

FIQUEM SABENDO. **MEC faz primeira avaliação de escolas cívico-militares: veja dados**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Ysk1BS> Acesso em: ago. 2022.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de S. Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLOWERDEW, John; RICHARDSON, John. **The Routledge handbook of critical discourse studies**. London: Routledge, 2018.

FONTCUBERTA, M. **La noticia**. Barcelona: Editorial Paidós, 1993.

FORUM Professor cria polêmica em protesto contra Paulo Freire: Pedagogia do Oprimido é coitadismo. **Revista Forum**, São Paulo, mar. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3Px72ut> Acesso em: 4 jul. 2022.

FREEDEN, Michael. **Ideologies and Political Theory: A Conceptual Approach**. Oxford: Clarendon, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FUCCILLE, Alexandre – As relações civis-militares no Brasil ontem e hoje: muito prazer! In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021, p. 209 a 220.

FUCCILLE, Alexandre. Militarização do governo e os desafios à democracia. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **Brasil em colapso**. São Paulo: Unifesp, 2019.

GIELOW, Igor. Casa só com 'mãe e avó' é 'fábrica de desajustados' para tráfico, diz Mourão. **FOLHA**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3FR6n3T> Acesso em: 5 set. 2022.

GILLS, Barry; PATOMÄKI, Heikki; MORGAN, Jamie. President Trump as status dysfunction. **Organization**, v. 26, n. 2, p. 291-301, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3WhFpb0> Acesso em: mar. 2020.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito in FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**, 2001, p. 17-57.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Editora FGV, 2015.

GOMES, Greice Martins. O populismo e a militarização de escolas: proposições a partir dos processos discursivos de legitimação. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 9, n. 1, p. 99-133, 2022.

GOVERNO deve gastar mais com Defesa do que com Educação em 2021; especialistas reagem. **G1**, São Paulo, Caderno de Política, ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3UYXQjw> Acesso em: set. 2022.

GRIGERA, Juan. Populism in Latin America: Old and new populisms in Argentina and Brazil. **International Political Science Review**, v. 38, n. 4, p. 441-455, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3YoDCCW> Acesso em: abr. 2020.

GUERRA, Mônica. **Conselho de classe: que espaço e esse?** Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3uTuRTK> Acesso em: abr. 2020.

GUILHERME, Cassio Augusto. A Comissão Nacional da Verdade e as Crises com os Militares no Governo Dilma Rousseff (2011). **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 15, n. 29, p. 45-62, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3hrkFPp> Acesso em: maio 2020.

GUSTAFSSON, Nils; WEINRYB, Noomi. The populist allure of social media activism: Individualized charismatic authority. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 431-440, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hwRtq7> Acesso em: maio 2020.

GYÖNGYÖSI, Győző; VERNER, Emil. Financial Crisis, Creditor-Debtor Conflict, and Populism. **The Journal of Finance**, v. 77, n. 4, p. 2471-2523, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3uSOdbH> Acesso em: abr. 2020.

HADDAD, Sérgio. **O educador: um perfil de Paulo Freire**. São Paulo: Todavia, 2019.

HADDAD, Sérgio. Por que o Brasil de Olavo e Bolsonaro vê em Paulo Freire um inimigo. **Jornal Folha de São Paulo**, abr. 2019b. Disponível em: <https://bit.ly/3Pt4zB6> Acesso em: abr. 2019.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Loyola, 2008.

HELL, Julia; STEINMETZ, George. A period of “wild and fierce fanaticism”: Populism, theopolitical militarism, and the crisis of US hegemony. **American Journal of Cultural Sociology**, v. 5, n. 3, p. 373-391, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3W2CUJN> Acesso em: mar. 2020.

HENSMANS, Manuel; VAN BOMMEL, Koen. Brexit, the NHS and the double-edged sword of populism: Contributor to agonistic democracy or vehicle of resentment?. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 370-384, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1350508419855699> Acesso em: mar. 2021.

HOBSBAWM, E. e RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

HUNTER, Wendy; VEGA, Diego. Populism and the military: symbiosis and tension in Bolsonaro’s Brazil. **Democratization**, v.1, n, 12, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uUm5F8> Acesso em: jan. 2022.

HYBELS, Ralph C. On legitimacy, legitimation, and organizations: A critical review and integrative theoretical model. In: Academy of Management Proceedings. Briarcliff Manor, NY 10510: **Academy of Management**, 1995. p. 241-245. Disponível em: <https://bit.ly/3VYRIsY> Acesso em: maio 2021.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IDDC - Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação. Pesquisa a cara da democracia. **IDDC**, 2022. Disponível em: <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>. Acesso em: set. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Conheça o perfil dos professores brasileiros**. Brasília, out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3WeWW3I> Acesso em: mar. 2021.

JOHNSON, B. The erotic as resistance: queer resistance at a militarized charter school. **Critical Military Studies**, v. 5, n. 3, p. 195–212, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23337486.2019.1608702> Acesso em: mar. 2020.

KAMRADT, João; DI CARLO, J. O. **O Politicamente Incorreto e as Redes Sociais: como Bolsonaro Captou o Espírito do Antipetismo**. In: BOMFIM et. al. *Mídia e Zeitgeist*. Florianópolis: Editora Insular, 2021, p. 161-190.

KARTER, Jonathan. Apoio a militares na política recua de 43% para 38%. **PODER360**, ago. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3hkG9gR> Acesso em: 19 set. 2022.

KERCHE, Fábio; JÚNIOR, João Ferres. **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

KNIGHT, Alan. Populism and neo-populism in Latin America, especially Mexico. **Journal of Latin American Studies**, v. 30, n. 2, p. 223-248, 1998. Disponível em: <https://bit.ly/3Po7USc> Acesso em: mar. 2021.

KNIGHT, Eric; TSOUKAS, Haridimos. When Fiction Trumps Truth: What ‘posttruth’ and ‘alternative facts’ mean for management studies. **Organization Studies**, v. 40, n. 2, p. 183-197, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3j2puPw> Acesso em: mar. 2021.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. 1. ed. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LACERDA Daniel.; SANTOS Rita. **The role of social network platforms for discursive legitimation: unveiling neoliberalism behind the moral evaluation of public universities**. Forthcoming: M@n@gement, 2023.

LACLAU, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory: Capitalism, Fascism, Populism**. Londres: New Left Book, 1977.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 2, vol. 1, out., 1986. Disponível em: <https://bit.ly/3YnEg3t> Acesso em: mar. 2021.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

LIM, Jae Young. Agency Politicization and the Decline of Neutral Competence: The Case of OMB in the United States. **Korean Journal of Policy Studies**, v. 34, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3PrPPTj> Acesso em: jan. 2020.

LIMA SANTIAGO, Maria Magda; OLIVEIRA, Magali Simone. A verdade sufocada: iminência de novos sentidos sobre a ditadura. **Gláuks-Revista de Letras e Artes**, v. 19, n. 1, p. 158-178, 2020.

LISPECTOR, Clarice. Uma esperança. In: LISPECTOR, Clarice. **Felicidade clandestina**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 92-94.

LOPEZ, Félix; GUEDES, Erivelton. Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986–2017): Atlas do Estado Brasileiro. **IPEA**. Brasília, agosto de, 2020. Disponível em: http://sindsep.org.br/wp-content/uploads/2020/02/rel_plenaria_13-02-2020_anexo3_ipea-atlas-spf.pdf Acesso em: dez. 2022.

LOTTA et al. Burocracia na mira do governo: os mecanismos de opressão operados para moldar a burocracia. *In*: Cardoso Jr, José Celso; Silva, Frederico; Aguiar, Monique; Sandim, Tatiana (Orgs). **Assédio Institucional no Brasil: Avanço do Autoritarismo e Desconstrução do Estado**. Brasília, DF: Associação dos Funcionários do Ipea: EDUEPB, 2022. p. 457-483.

LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 124, p. 652-664, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3hrNonb> Acesso em: ago. 2021.

LUDWIG, Antonio Carlos. Educação básica e escolas cívico-militares. **Trilhas Pedagógicas**, v.11, n. 14, p. 99-128., 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3j18JEI> Acesso em: mar. 2021.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MAAK, Thomas; PLESS, Nicola M.; WOHLGEZOGEN, Franz. The fault lines of leadership: Lessons from the global Covid-19 crisis. **Journal of Change Management**, v. 21, n. 1, p. 66-86, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BGd5r4> Acesso em: mar. 2022.

MACDONELL, Diane. **Theories of Discourse: An Introduction**. Oxford: Basil Blackwell, 1986

MANIFESTANTES a favor de Bolsonaro carregam faixas com frases antidemocráticas no 7 de setembro. **G1**, São Paulo, Caderno de Política, set. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3j50sz5> Acesso em: set. 2022.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, v. 26, p. 149-158, 1991. Disponível em: <https://bit.ly/3Yo1cQ7> Acesso em: mar. 2019.

MARCHA em defesa da liberdade pede volta dos militares ao poder. **TERRA**, seção de Política, jul. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3WiLPGL> Acesso em: 31 ago. 2022.

MARIN, Denise. Temos de desconstruir muita coisa?: diz Bolsonaro a americanos de direita. **VEJA**, 18 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3hq2SIr> Acesso em: 12 set. 2022.

MARQUES, Julia. Em escola cívico-militar, bônus de oficial da reserva supera salário de professor. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, out. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Px9DVf> Acesso em: jul. 2022.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, p. 39-50, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3Yj9R6m> Acesso em jun. 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2020.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021, p. 7-16.

MASOOD, Ayesha; NISAR, Muhammad Azfar. Speaking out: A postcolonial critique of the academic discourse on far-right populism. **Organization**, v. 27, n. 1, p. 162-173, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Pwh8vR> Acesso em: jan. 2021.

MATHIAS, Suzeley Kalil. **A militarização da burocracia: a participação militar na administração federal das comunicações e da educação, 1963-1990**. São Paulo: Unesp, 2004.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ANDRADE, Fabiana de Oliveira. O Serviço de Informações e a cultura do segredo. **Varia História**, v. 28, p. 537-554, 2012.

MATUS, Carlos. **Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi**: estratégias políticas. São Paulo: Fundap.

MAZZA, Luigi. Questões educacionais: o apagão. **Revista Piauí**, São Paulo, ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3BD0Jme> Acesso em: 08 de maio 2022.

MEI, Eduardo. Pandemia e Necropolítica Brasileira: as forças repressivas e a gênese contínua do capital. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021, p. 17-30.

MENEZES, Kelly Maria Gomes; DO NASCIMENTO, Jhessyca Castro. A Gestão Escolar participativa na construção de um projeto sociopedagógico atribuído aos representantes de turma. **Conhecimento & Diversidade**, v. 13, n. 30, p. 94-115, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3HIX0op> Acesso em: dez. 2021.

MÉNY, Yves; SUREL, Yves. The constitutive ambiguity of populism. In: Mény, Yes., Surel, Yves (eds). **Democracies and the populist challenge**. London: Palgrave Macmillan, 2002. p. 1-21.

MEYER, John; ROWAN, Brian. Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. In: DIMAGGIO, P; POWELL, W. (Eds) **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991. p.1-41.

MEYER, Renate E.; QUATTRONE, Paolo. Living in a post-truth world? Research, doubt and organization studies. **Organization Studies**, v. 42, n. 9, p. 1373-1383, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3vciL8F> Acesso em: jan. 2021.

MEZZOMO, Frank Antonio; SILVA, Lucas Alves; DE OLIVEIRA PÁTARO, Cristina Satiê. Pela “família tradicional”. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 13, n. 39, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3YpS6m0> Acesso em: jun. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, p. 17-26.

MINORIA no país, escolas cívico-militares têm orçamento triplicado. **IG**, São Paulo, maio 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3VU9cXs> Acesso em: jul. 2022.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e estado**, vol.32, n.3, pp.725-748, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3FDObto> Acesso em: jul. 2020.

MISOCZKY, Maria Ceci. Populism/people/popular: Reflections from a Latin American perspective. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 385-393, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HEACfH> Acesso em: abr. 2021.

MOEHLECKE, Sabrina. As políticas de diversidade na educação no governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, p. 461-487, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3HEmSBt> Acesso em: jun. 2019.

MOELLER, Kathryn. The politics of curricular erasure: debates on race, gender, and sexuality in the Brazilian ‘common core’ curriculum. **Race Ethnicity and Education**, v. 24, n. 1, p. 18-38, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3W0zffP> Acesso em: jan. 2022.

- MOLLAN, Simon; GEESIN, Beverly. Donald Trump and Trumpism: Leadership, ideology and narrative of the business executive turned politician. **Organization**, v. 27, n. 3, p. 405-418, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3j5m8v4> Acesso em: mar. 2021.
- MOLLE, Andrea. Religion and right-wing populism in Italy: Using ‘Judeo-Christian roots’ to kill the European Union. In: MOLLE, Andrea. **The Correlates of Religion and State**. London: Routledge, 2020. p. 150-167.
- MOMENTOS em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. **BBC Brasil**. 27 de nov. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HF69OK> Acesso em: ago. 2021.
- MORELLI, Massimo; NICOLÓ, Antonio; ROBERTO, Paolo. **Populism as simplistic commitment**. Milão: Bocconi University, 2020.
- MOTTA, Rodrigo; PATTO, Rodrigo. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.
- MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- MUDDE, Cas. The populist zeitgeist. **Government and opposition**, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3Ys3kGM> Acesso em: mar. 2020.
- MUDDE, Cas. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge: Cambridge university press, 2007.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira (Ed.). **Populism in Europe and the Americas: Threat or corrective for democracy?** Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- MUDDE, C. **Are Populists Friends or Foes of Constitutionalism?** Oxford: Universidade de Oxford, 2013.
- MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017
- MUDDE, Cas. **The far right today**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2019.
- MUDDE, Cas; AMADEO, Javier; PAULA, Guilherme. O Zeitgeist Populista. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, v. 2, n. 3, p. 263-298, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3PyP7DF> Acesso em: out. 2021.
- NAGUIB, Rabia. Legitimacy and “transitional continuity” in a monarchical regime: Case of Morocco. **International Journal of Public Administration**, v. 43, n. 5, p. 404-424, 2020.
- NASCIMENTO, Kamila Lima do. O populismo na perspectiva de Ernesto Laclau: uma alternativa para a esquerda? **Revista Estudos Políticos**, v. 9, n. 17, p. 32-48, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3BDqCPQ> Acesso em: mar. 2020.
- NETO, Manuel Domingos. Filieras desconhecidas. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021, p. 17-30.
- NETO, Manuel Domingos. O projeto de poder do Partido Militar até 2035. **Tensões Mundiais**, v. 18, n. 37, p. 21–35, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Bzptsz> Acesso em: 14 dez. 2022.
- NEVES, Flávia. Qual a diferença entre mal e mau? **Norma Culta**, São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Yrzzpl> Acesso em: jan. 2021.
- NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: A guerra de Bolsonaro contra a democracia. Todavia, 2020.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NOVODVORSKI, Ariel. **A representação de atores sociais nos discursos sobre o ensino de espanhol no Brasil em corpus jornalístico**. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3j8AU4o> Acesso em: jun. 2020.

NOVODVORSKI, Ariel. **Representação de atores sociais**: representação social em corpus de tradução e mídia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

NOZAKI, William. A Militarização da Administração Pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder? **Caderno da Reforma Administrativa**, n.20, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uRuHfw> Acesso em: jun. 2020.

OBSERVATÓRIO SOCIAL PECIM. Relatório Sintético IPECIM Nível Básico 2020. **Observatório Social Pecim**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3Fpi9ko> Acesso em: jul. 2022.

OECD - The State of Global Education: 18 Months into the Pandemic. **Organization for Economic Cooperation and Development** (OECD). 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3FS95Gm> Acesso em: jul. 2021.

OLIVA, Mercè. The political relevance of ‘almost trivial-looking things’ An interview with Theo van Leeuwen. **Comparative Cinema**, v. 7, n. 12, p. 69-90, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3V1DExH> Acesso em: jul. 2021.

OLIVEIRA, Bruna Silveira; MAIA, Rousiley Celi Moreira. Redes bolsonaristas: o ataque ao politicamente correto e conexões com o populismo autoritário. **Confluências| Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 22, n. 3, p. 83-114, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3BAJdMM> Acesso em: jun. 2021.

OLIVEIRA; R. C. Hereditariedade e família militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021, p. 189 -208.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares. Contribuição da Análise Crítica do Discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 585-607, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HEoM55> Acesso em: mar. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso**: Princípios e Procedimentos. Pontes Editores, Campinas, 2010.

OSANLOO, Azadeh. Unburying Patriotism: Critical Lessons in Civics and Leadership Ten Years Later. **The High School Journal**. The University of North Carolina Press, v. 95, n. 1, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3HEpU8V> Acesso em: mar. 2020.

PAFFARINI, Jacopo. A investigação Lava Jato e a instabilidade política na América Latina: rumo a um novo padrão de controle parlamentar sobre os presidentes? **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 3, p. 335-347, 2020.

PANIZZA, Francisco. Introduction: populism and the mirror of democracy. In: PANIZZA, Francesco (org.) **Populism and the Mirror of Democracy**. London: Verso Books, 2005, p 1-31, 2005.

PASSOS, Anaís Medeiros; ACÁCIO, Igor. A militarização das respostas à COVID-19 nas democracias Latino-americanas. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 261-271, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3YpV3TC> Acesso em: dez. 2021.

PECI, Alketa. Populism and Bureaucratic Frictions: Lessons From Bolsonarism. **Korean Journal of Policy Studies**, v. 36, n. 4, p. 27-35, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3j5o2Mj> Acesso em: mar. 2022.

PENA, Lara Pontes Juvencio. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira. **Fronteira - revista de Relações Internacionais**, v. 18, n. 36, p. 371-386, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3FXrcLe> Acesso em mar. 2022.

PENIDO, Ana; KALIL, Suzeley. 2021. O partido militar no sistema político brasileiro. **Anais Do Simpósio Interdisciplinar Sobre o Sistema Político Brasileiro e XI Jornada de Pesquisa e Extensão Da Câmara Dos Deputados**, 473–90. Santo Ângelo: Editora Metrics. Disponível em: <https://bit.ly/3UZUZaf> Acesso em: mar. 2022.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia história**, v. 31, p. 863-902, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3W4YBt0> Acesso em: jun. 2020.

PETERS, Guy; PIERRE, Jon. Populism and public administration: Confronting the administrative state. **Administration & Society**, v. 51, n. 10, p. 1521-1545, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3j77BPF> Acesso em abr. 2020.

PETERS, Guy; PIERRE, Jon. A typology of populism: understanding the different forms of populism and their implications. **Democratization**, v. 27, n. 6, p. 928-946, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3j5jXI6> Acesso em: mar. 2021.

PHILLIPS, Nelson; HARDY, Cynthia. **Discourse analysis: Investigating processes of social construction**. London: Sage Publications, 2002.

PINHEIRO, Daniel; PEREIRA, Rafael; SABINO, Geruza. Militarização das escolas e a narrativa da qualidade da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 35, n. 3, p. 667, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3PuL7UI> Acesso em: jun. 2020.

PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro, os quartéis e marxismo cultural: a loucura como método. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021, p. 233 a 246.

RATIER, Rodrigo. perguntas e respostas sobre o Escola sem Partido. In: Ação Educativa (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 29-42.

RECH, M.; BOS, D.; JENKINGS, K. N.; WILLIAMS, A.; WOODWARD, R. Geography, military geography, and critical military studies. **Critical Military Studies**, v. 1, n. 1, p. 1–49, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3WmrArW> Acesso em: mar. 2020.

RIBEIRO, Vera. Apresentação. In: **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 9-12

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. **Nas ruas**: a outra política que emergiu em junho de 2013. Editora Letramento, 2014.

ROBINSON, S.; BRISTOW, A. Riding populist storms: Brexit, Trumpism and beyond, Special Paper Series Editorial. **Organization**, v. 3, n. 27, p. 359–369, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3FxiIehf> Acesso em: jun. 2020.

ROCHA, Camilo. A ascensão e influência das igrejas neopentecostais no Brasil. **Nexo**, abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3hwc8dN> Acesso em: maio 2020.

ROCHA, João Cezar. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROCKMAN, Bert A. Bureaucracy between populism and technocracy. **Administration & Society**, v. 51, n. 10, p. 1546-1575, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3PwzAEv> Acesso em: jan. 2020.

RODRIGUES, Basília; TOLEDO, Luiz Fernando. MEC exonera chefe das escolas cívico-militares. **CNN**, Brasília, ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3j3rSWc> Acesso em: ago. 2020.

RODRIGUES, Marcio Silva; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. Do discurso e de sua análise: reflexões sobre limites e possibilidades na Ciência da Administração. **Cadernos EBAPE**, v. 11, n. 4, p. 621-635, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3HA2z8t> Acesso em: jan. 2020.

RODRIK, Dani. Why does globalization fuel populism? Economics, culture, and the rise of right-wing populism. **Annual Review of Economics**, v. 13, p. 133-170, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3YjfHoi> Acesso em: dez. 2021.

ROODUIJN, Matthijs; VAN DER BRUG, Wouter; DE LANGE, Sarah L. Expressing or fuelling discontent? The relationship between populist voting and political discontent. **Electoral Studies**, v. 43, p. 32-40, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3FUd2Kv> Acesso em: maio 2021.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir. **Um dia, esta luta iria ocorrer**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2022.

SAGRES, Instituto. **Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035** - Cenário Foco - Objetivos, Diretrizes e Óbices. Brasília, Instituto Sagres, 2022. Disponível em [Disponível em https://bit.ly/3XJNLt0](https://bit.ly/3XJNLt0) Acesso em: fev. 2022.

SALDAÑA, Paulo et al. Escolas militares e colégios civis com mesmo perfil têm desempenho similar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, fev. 2019. Disponível em <https://bit.ly/3PunFaf> Acesso em dez. 2019.

SALLAI, Dorottya; SCHNYDER, Gerhard; KINDERMAN, Daniel. National Populism and Its Impact on the Ethical Dilemmas of Business Elites in the European Union. In: **32nd Annual Meeting SASE**, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3BBK4fS> Acesso em: maio 2021.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. **Partisans, antipartisans, and nonpartisans**: voting behavior in Brazil. Cambridge University Press, 2018.

SANTOS, Inês Cristina dos. **Reacionarismo, fundamentalismo cristão e classe média:** pontos fundamentais para a vitória de Bolsonaro na eleição de 2018. Tese (Doutorado Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP, São Paulo, Marília, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3YsMBDg> Acesso em: dez. 2021.

SANTOS, R.J.C. **A Militarização da Escola Pública em Goiás.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016.

SASSINE, Vinicius. Militares que comandam estatais acumulam salários e ganham entre R\$ 43 mil e R\$ 260 mil. **FOLHA DE SÃO PAULO**, set. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3VXoudX> Acesso em: set. 2022.

SAUER, Margrid; SARAIVA, Karla. Uma escola diferente do mundo lá fora. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**- ANPAE, v. 35, n. 3, p. 766, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Ft43id> Acesso em: maio 2020.

SCABIN, N. L. C. **Politicamente correto, uma categoria em disputa.** Curitiba: Appris, 2018.

SCHMIDT, Flávia de Holanda. **Presença de militares em cargos e funções comissionados do Executivo Federal.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022.

SCHULTE-CLOOS, Julia; LEININGER, Arndt. Electoral participation, political disaffection, and the rise of the populist radical right. **Party Politics**, v. 28, n. 3, p. 431-443, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3YCkfqA> Acesso em: maio 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEGATTO, Catarina; ALVES, Mário Aquino; PINEDA, Andrea. Populism and religion in Brazil: The view from education policy. **Social Policy and Society**, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3uSuKYG> Acesso em: jan. 2022.

SILVA, Everton Rodrigues da; GONÇALVES, Carlos Alberto. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Cadernos EBAPE**, v. 15, n. 1, p. 1-20, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3FSWKSk> Acesso em: ago. 2020.

SILVA, Luciana. **As reacentuações axiológicas da bandeira nacional e da camiseta da seleção:** os signos ideológicos como fonte identitária da direita brasileira. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de PósGraduação em Letras da Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3j5UHRV> Acesso em: jan. 2022.

SOARES, Marina. et al. Escola militar para quem? O processo de militarização das escolas na rede estadual de ensino do Piauí. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (ANPAE), v. 35, n. 3, p. 786, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3W1tdvk> Acesso em: mar. 2020.

SOARES, Elisabete Ferreira. A escola como organização educativa: gestão democrática e autonomia. **Pesquisa em pós-graduação-Série Educação**, v. 4, n. 7, p. 143-155, 2011.

SODRÉ, Francis. Epidemia de Covid-19: questões críticas para a gestão da saúde pública no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HDnfla> Acesso em: maio 2021

- SOLANO, Esther. Crise da democracia e extremismos de direita. **Revista Análise**, v. 42, p. 1-29, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3HHLjy2> Acesso em: set. 2020.
- SOLANO, Esther. “It’s all corrupt”: The Roots of Bolsonarism in Brazil. In: VORMANN, Boris; Weinman, Michael (eds). **The Emergence of Illiberalism**. London: Routledge, 2020. p. 210-223. Disponível em: <https://bit.ly/3V3fbIh> Acesso em: mar. 2021.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015
- SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Leya, 2016.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Leya, 2017.
- SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. **Cadernos cedes**, v. 20, p. 104-121, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3Yt606M> Acesso em: set. 2020.
- SPECTOR, Bert; WILSON, Suze. We made this bed... now look who’s lying in it. **Organization**, v. 25, n. 6, p. 784-793, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3FPWp1F> Acesso em: set. 2021.
- STRICKLAND, Fernanda; MEDEIROS, Taísa. Sequência de escândalos coloca credibilidade de militares em julgamento. **Correio Brasiliense**, maio 2022. Disponível <https://bit.ly/3FRjlyC> Acesso em: 19 set. 2022.
- SUCHMAN, Mark C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of management review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/3uVuzff> Acesso em: maio 2020.
- TATAGIBA, L.; TRINDADE, T.; TEIXEIRA, A. C. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. In: CRUZ; Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org). **Direita volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.
- TCU (Tribunal de contas da união). **Memorando nº 57/2020-Segecex**. Brasília, jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Yu1GEg> Acesso em: 19 set. 2022.
- TCU abre processo para investigar omissões de Pazuello na gestão da pandemia. **G1**, São Paulo, Caderno de Política, ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3FSj1Q6> Acesso em: set. 2021.
- TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- THIOLLENT, Michel. Estudos organizacionais: possível quadro referencial e interfaces. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2014.
- THOMAS, Robert Murray. **Moral development theories - secular and religious**: A comparative study. California: Greenwood Publishing Group, 1997.
- THOMPSON, Grahame F. Populisms and liberal democracy—business as usual? **Economy and Society**, v. 46, n. 1, p. 43-59, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3hplSqv> Acesso em: set. 2020.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOITIO, Rafael. “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: Marxismo e feminismo na “cena” política brasileira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 80-108, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3PvQGSJ> Acesso em: jun. 2021.

TSE - Tribunal superior eleitoral. **O caminho da prosperidade**. Proposta de Plano de Governo, Brasília, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3JAhfC3> Acesso em: 20 de jul. 2021.

UTS - University of Technology Sydney. **Theo van Leeuwen: profile in UTS**. Sidney, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3W5RQqH> Acesso em: 21 set. 2022.

VAARA, Eero; TIENARI, Janne; LAURILA, Juha. Pulp and paper fiction: On the discursive legitimation of global industrial restructuring. **Organization Studies**, [S. l.], v. 27, n. 6, p. 789–813, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3j7Zfr3> Acesso em: out. 2020.

VAARA, Eero. Struggles over legitimacy in the Eurozone crisis: Discursive legitimation strategies and their ideological underpinnings. **Discourse & Society**, v. 25, n. 4, p. 500-518, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3VYSAOs> Acesso em: maio 2021.

VAARA, Eero.; TIENARI, Janne.; KOVESHNIKOV, Ann. From cultural differences to identity politics: A critical discursive approach to national identity in multinational corporations. **Journal of Management Studies**, n. 58, p. 2052-2081, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3FUbWhQ> Acesso em: set. 2020.

VAMOS libertar povo do socialismo e do politicamente correto, diz Bolsonaro. **UOL**, Caderno de Política, Brasília, jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Yu6aeq> Acesso em: maio 2020

VAN LEEUWEN, Theo. Language and Representation – the recontextualisation of activities and reactions. Tese (Doutorado em Linguística). Departamento de Linguística, Universidade de Sydney, Austrália, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3WCstwL> Acesso em: maio, 2021.

VAN LEEUWEN, Theo. The representation of social actors. In: CALDAS-COULTHARD, C.R.; COULTHARD, M. (Eds.). **Texts and practices: readings in Critical Discourse Analysis**. London: Routledge, p. 32-70, 1996.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília (org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, p.169-222, 1997.

VAN LEEUWEN, Theo. Legitimation in discourse and communication. **Discourse & Communication**, v. 1, n. 1, p. 91–112, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3UTU23e> Acesso em: jan. 2019.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice: New tools for critical discourse analysis**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. The critical analysis of musical discourse. **Critical Discourse Studies**, v. 9, n. 4, p. 319-328, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3HzptwJ> Acesso em: jan. 2019.

VAN LEEUWEN, Theo. Moral evaluation in critical discourse analysis. **Critical Discourse Studies**, v. 15, n. 2, p. 140-153, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3hqBXvS> Acesso em: maio 2019.

VEIGA, Célia Cristina; SOUZA, José. Pedagogia militar: do conceito a sua aplicação. **Revista HISTEDBR**, v. 19, p., 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3htKsXc> Acesso em: mar. 2020.

- VIEIRA, Viviane.; RESENDE, Viviane. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Pontes Editores, 2016.
- WEBER, Max. **On charisma and institution building**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.
- WEBER, Max. **Economía y sociedade**. México: Fondo de cultura económica, 2002.
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- WESTIN, Ricardo. Plano do MEC de transferir escolas públicas para Polícia Militar divide opiniões. **Agência do Senado**, Senado Federal, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3YttoB2> Acesso em: 4 jul. 2022.
- WETERMAN, Daniel. Defesa lidera verbas para investimentos e Ministério da Mulher terá o menor orçamento em 2023. **Estadão**, set. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3BFMvhM> Acesso em: 16 set. 2022.
- WEYLAND, Kurt. Clarifying a contested concept: Populism in the study of Latin American politics. **Comparative politics**, p. 1-22, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/3BAMrQo> Acesso em: jan. 2020.
- WODAK, Ruth. What CDA is about: a summary of its history, important concepts and its development. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (eds.). **Methods of critical discourse analysis**. Nova Delhi: Sage, 2001.
- WODAK, Ruth. Do que trata a ACD—um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 4, p. 223-243, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3Wifujx> Acesso em: ago. 2020.
- WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical discourse analysis: History, agenda, theory and methodology. **Methods of critical discourse analysis**; London: Sage, 2009.
- WODAK, Ruth. **The politics of fear: What right-wing populist discourses mean**. Los Angeles: Sage, 2015.
- XIMENES, Salomão Barros; STUCHI, Carolina Gabas; MOREIRA, Márcio Alan Menezes. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (ANPAE)**, v. 35, n. 3, p. 612, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3FznANM> Acesso em: dez. 2022.
- ZAVERUCHA, Jorge. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

APÊNDICE A - Cronograma de coleta do *corpus*

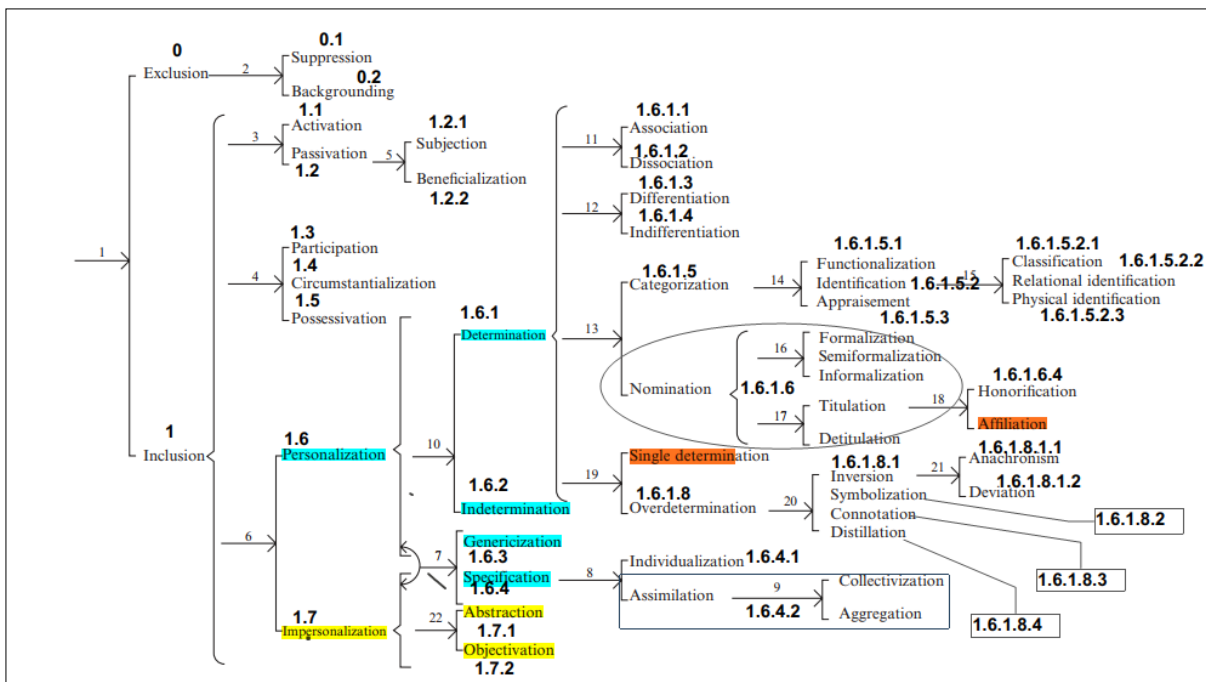
Tabela XX: Cronograma de coleta do *corpus*

	2021										2022		
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	
Textos da mídia	█												
Ligações (Ecim)				█									
Ligações (colégios militares)								█					
Mídia Social (Ecim)								█					
Textos do governo e representantes	█										█		

Fonte: elaborado pela autora (2023)

APÊNDICE B – Identificação dos ID na rede de representação

Figura 67 - Identificação dos ID na rede de representação



Fonte: elaborado pela autora com base em Van Leeuwen (2008)

ANEXO A - Ficha (parcial) preenchida por um militar da FAB⁵⁷

2. Formação Acadêmica

2.1 Cursos profissionais militares na área de Ensino/Educação:

Citar, **NO MÁXIMO**, seis cursos realizados em Organizações Militares das Forças Armadas ou Auxiliares, no Brasil ou no exterior, **comprovados por meio de publicação em Boletim Interno (Bol. Int) da Organização Militar (OM):**

Cursos com carga horária entre 20 e 40 horas/aula – 3 pontos;

Cursos com carga horária entre 41 e 100 horas/aula – 5 pontos;

Cursos com carga horária entre 101 e 200 horas/aula – 10 pontos;

Cursos com carga horária igual ou superior a 201 horas/aula – 15 pontos;

Período do curso: citar a data de início e de término – DD/MM/AAAA a DD/MM/AAAA.

Nome completo do curso sem abreviatura	Sigla	Período do Curso	Carga Horária	OM do Curso	Nº e data do Bol. Int da conclusão do curso	Pontos
CURSO ENGLISH BASIC COURSE		01/06/1999 A 30/06/1999	60	DPV-PV	CERTIFICADO DA OM DO CURSO.	5
CURSO FRASEOLOGIA DE EMERGÊNCIA		06/11/2005 A 11/11/2005	40	CINDAC TA 3	BOL INT 214/05 DE 16/11/2005(SÓ TEM O BOL DE APRESENTAÇÃO)	3
NIL	NIL	NIL	NIL	NIL	NIL	NIL
PADRONIZAÇÃO DE INSTRUTORES DO SISCEAB	CTP00	19/11/2007 30/11/2007	60	CINDAC TA 3	BOL INT 010 DE 15 JAN 2008	5
INTENSIVO DE INGLÊS ATC	CTP01	04/05/2009 22/05/2009	120	CINDAC TA 3	BOL INT 098 DE 29/05/2009	10
SUPERVISÃO DE ÓRGÃOS ATC	ATM0	16/03/2009 23/03/2009	40	ICEA	BOL INT 112 DE 22/06/2009	3
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE SARGENTOS(EAD)	CAS	02/04/2012 A 01/10/2012	330	EEAR	BOL INT 188 DE 05/10/2012	15
GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE EQUIPE - TRM	ASE00	02/05/2017	24	CINDAC TA 4	BOL INT 062 DE 17/04/2017	3
					PONTUAÇÃO	44

⁵⁷ Os grifos em vermelho na imagem foram feitos por essa pesquisadora para destaque.

ANEXO B – Ilustrações da composição do *corpus*

MANUAL DAS ESCOLAS CIVICO-MILITARES

Presidente Bolsonaro inaugura a primeira escola civico-militar do Rio

Governo Federal certifica 43 escolas que aderiram ao Programa das Escolas Cívico-Militares

Conteúdo das entrevistas (questões dispendiosas)

Identificação preliminar

- Qual era o objeto?
- Qual era a importância?
- Qual a sua profissão?
- Estado civil?
- Possui alguma profissão a mais ou outra escola?
- De qual, que cidade elas tem e qual o grau de parentesco com você?

Objeto de focalização com o tema de militarização

- Participou, conhece alguma que tenha participado ou mesmo já tenha sido dos colégios militares?
- Já teve filhos das escolas civico militares?
- Quando estava sua experiência "cívico-militar" e que você relaciona com qual? Que impactos, ideias lhe trouxe a respeito?

Argumentos, com ênfase na legitimização

- Na sua opinião, deveriam ou não militarizar as escolas? (o que as escolas, como as instituições)

Representação dos outros, assim e com outros

- Que imagens lhe vêm à mente, como se vê os estudantes de escolas públicas regulares?
- Que imagens lhe vêm à mente, como se vê os professores de escolas públicas regulares?
- Que imagens lhe vêm à mente, como se vê as famílias de alunos de escolas públicas regulares?
- Que imagens lhe vêm à mente, como se imagina que seria o cenário (dentro das escolas) dos militares em relação aos alunos, aos pais, aos professores, aos pais e as famílias dos estudantes?
- Já sabia que os militares poderiam atuar ou influenciar nas práticas escolares (escolas) entre professores com alunos? Entre a família e os jovens (estudantes)?

Militarização

- A militarização seria a forma mais indicada para melhorar a situação das escolas? Existem outras formas de melhorar a situação pública no Brasil?
- Há alguma circunstância que lhe ocorre, que lhe trouxe à mente e que você poderia gostaria de comentar sobre as escolas civico-militares?

1º SEMINÁRIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DE PRÁTICAS